



Programa de Pós-Graduação em
Antropologia • UFPA

Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

**SOCIABILIDADES RIBEIRINHAS, RECIPROCIDADE E
MORALIDADE NO MARAJÓ: A VIDA ENTRE BALSAS E BEIRAS**

Tese de Doutorado

**Belém, Pará
2018**

Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

**SOCIABILIDADES RIBEIRINHAS, RECIPROCIDADE E
MORALIDADE NO MARAJÓ: A VIDA ENTRE BALSAS E BEIRAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo

**Belém, Pará
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G924s Guedes, Leonildo Nazareno do Amaral
SOCIABILIDADES RIBEIRINHAS, RECIPROCIDADE E MORALIDADE NO MARAJÓ: A VIDA ENTRE
BALSAS E BEIRAS / Leonildo Nazareno do Amaral Guedes. — 2018
281 f. : il. Color

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo

1. Ribeirinhos. 2. Sociabilidade. 3. Moralidade. 4. Reciprocidade. I. Gontijo, Fabiano de Souza, *orient.* II.
Título

CDD 301.35

Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

**SOCIABILIDADES RIBEIRINHAS, RECIPROCIDADE E
MORALIDADE NO MARAJÓ: A VIDA ENTRE BALSAS E BEIRAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Silvana de Souza Nascimento
(Examinadora Externa – USP)

Prof^a Dr^a Rosa Elizabeth Acevedo Marín
(Examinadora Interna – UFPA)

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar
(Examinador Externo – USP)

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
(Examinador Interno – UFPA)

Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo
(Presidente / Orientador – UFPA)

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
(Suplente – UFPA)

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros
(Suplente – UFPA)

Belém-PA, 19 de junho de 2018.

À Leni, Laís e Levi.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pelo conhecimento, pelas ideias, pela sabedoria e por ter me sustentado até aqui. A Ele a honra, a glória e o louvor! (Peço-te, Senhor: ajuda-me a aprender para que eu ajude ensinando aos que tem sede de conhecimento! Que ao ensinar, eu ajude a transformar minha realidade, fazendo com que ela esteja cada vez mais de acordo com os direitos que todos os seres humanos tem!).

À Universidade Federal do Pará / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, através da parceria entre Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Campus Universitário do Marajó-Breves, que tornaram possível a oferta da primeira turma de Doutorado (e Doutorado em Antropologia!), do Arquipélago do Marajó.

A meu estimado orientador, Dr. Fabiano Gontijo, por ter-me orientado (foi uma honra para mim); pelas aulas maravilhosas ministradas para a turma de Doutorado do Marajó-Breves; pela orientação serena e lúcida nos caminhos fascinantes da pesquisa em Antropologia; por acreditar em mim como pesquisador, dispensando a confiança necessária; pela força quando estive sem um norte no delineamento da pesquisa e nas análises que se fizeram necessárias e que foram possíveis; pela paciência e atenção.

Aos professores e professoras que ministraram disciplinas do Doutorado em Breves e em Belém, cujas aulas foram enriquecedoras, despertando meu grande apreço pela Antropologia: Dr^a Edna Alencar, Dr^a Rosa Acevedo Marin, Dr. Agenor Sarraf Pacheco, Dr. Flávio Barros, Dr. Diogo Costa e Dr. Tiago Tomé.

Aos professores e professoras que contribuíram no momento de qualificação e defesa da tese, com orientações magistrais que só poderiam ser oriundas de antropólogos e antropólogas com experiência e engajamento maduro na pesquisa em antropologia: Érica Quinaglia Silva, Silvana de Souza Nascimento, Rosa Elizabeth Acevedo Marín, José Miguel Nieto Olivar, Agenor Sarraf Pacheco, Flávio Bezerra Barros e Fábio Fonseca de Castro.

Aos colegas da turma de Doutorado, que me ajudaram nesta pesquisa através do compartilhamento de leituras de livros e notícias sobre a “prostituição” nos rios do Marajó: Ana Smith, Dione Leão, Gicele Brito, Joel Pantoja, Eliane Miranda, Sônia Amaral. Em especial à Vivianne Nunes, a que mais dialogou comigo nesses últimos anos, sugerindo pessoas para a entrada em campo, mostrando sua preocupação comigo na realização do trabalho de campo em uma região de complexas tramas sociais impactadas por assalto a balsas e barcos.

Ao Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Rodrigues, pelo auxílio com a produção textual em Inglês e Espanhol.

Às mulheres ribeirinhas marajoaras, Esmeralda e Jade, interlocutoras desta pesquisa, que lutam diariamente nos rios e na cidade para ter uma vida digna e feliz, vencendo, com suas próprias forças e coragem, as adversidades que insistem em aparecer a cada dia.

Não quero lhe falar,
Meu grande amor,
Das coisas que aprendi
Nos discos...

Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo
Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor
É uma coisa boa
Mas também sei
Que qualquer canto
É menor do que a vida
De qualquer pessoa...

Por isso cuidado meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal
Está fechado prá nós
Que somos jovens...

(...)

Mas é você
Que ama o passado
E que não vê
É você
Que ama o passado
E que não vê
Que o novo sempre vem...

Como Nossos Pais (Elis Regina)

RESUMO

Esta tese, intitulada “Sociabilidades ribeirinhas, reciprocidade e moralidade no Marajó: a vida entre balsas e beiras”, objetivou analisar as construções morais de mulheres ribeirinhas acerca das sociabilidades com tripulantes de balsas que navegam nos rios do Arquipélago de Marajó. Os procedimentos teórico-metodológicos ancoraram-se na análise situacional como método, e com a realização de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e formais na cidade e em uma escola do campo do município de Breves-PA, incluindo análise do *corpus* bibliográfico disponível sobre os temas relacionados ao contexto das sociabilidades em balsas. Essa escolha metodológica justificou-se na medida em que foi o método e as técnicas que mais se ajustaram ao problema de pesquisa e à especificidade da coleta de dados em campo. No tocante ao método de investigação, foi necessário discorrer sobre algumas questões éticas relacionadas à escrita do trabalho e à preocupação com as implicações da pesquisa para os(as) interlocutores(as). Os resultados evidenciaram a existência de sociabilidades entre tripulantes de balsas e muitos ribeirinhos (homens, mulheres, jovens e adolescentes) ao longo de algumas décadas, especialmente a partir de 1970, com a criação da Zona Franca de Manaus, ocorrendo a intensificação desses relacionamentos a partir de 1990, motivada por fatores conjunturais que implicaram em mudanças na economia brasileira e na cultura ribeirinha marajoara. Os relacionamentos de mulheres ribeirinhas e tripulantes das balsas se fundaram em um sistema de dádivas constituídas por bens materiais e simbólicos, dentre os quais o óleo diesel, alimentos frescos, cerveja, cigarros, dinheiro, presentes, apoio financeiro, projetos de melhoria de vida, ampliação dos laços familiares para o interior das balsas, de forma prática ou discursiva/simbólica. As construções discursivas de mulheres ribeirinhas pautaram-se por um forte compromisso com a moral, sobretudo da família tradicional, ao lançar mão de valores como casamento, fidelidade, confiança, reciprocidade, para dar sentido a seu trabalho fora do lar e aos seus relacionamentos afetivos. Por fim, destacamos que a expansão do capital financeiro através do comércio global tem operado mudanças nos processos de constituição de uma realidade social ribeirinha em Marajó.

Palavras-chave: Ribeirinhos. Sociabilidade. Moralidade. Reciprocidade.

ABSTRACT

This doctoral thesis, entitled “Riverside Societies, Reciprocity and Morality in Marajó: Life Between Rafts and Borders”, aimed to analyze the moral constructions of riverine women about sociabilities with ferry crew members who navigate the Marajó Archipelago. The theoretical-methodological procedures were based on situational analysis as a method, and with semi-structured interviews, informal and formal conversations in the city and in a school in the country school of the municipality of Breves-PA, including an analysis of the bibliographic corpus available on the themes related to the sociability of rafts. This methodological choice was justified because it was the method and techniques that best fit the research problem and the specificity of data collection in the field. Regarding the research method, it was necessary to discuss some ethical issues related to the writing of the work and the concern with the implications of the research for the interlocutors. The results evidenced the existence of sociability between ferrymen and many riverine people (men, women, youths and adolescents) over a few decades, especially since 1970, with the creation of the Manaus Free Trade Zone, starting from 1990, due to conjunctural factors that implied changes in the Brazilian economy and the marajoara riverside culture. The relationships of riverine women and ferrymen were based on a system of gifts made up of material and symbolic goods, including diesel oil, fresh food, beer, cigarettes, gifts, financial support, life-enhancing projects, expansion of family ties to the interior of the ferries, in a practical or discursive. The discursive constructions of riverine women were based on a strong commitment to morality, especially from the traditional family, by using values such as marriage, fidelity, trust, reciprocity, to give meaning to their work outside the home and to their affective relationships. Finally, we highlight that the expansion of financial capital through global trade has been changing the processes of constitution of a social reality in Marajó.

Keywords: Riparian. Sociability. Morality. Reciprocity.

RESUMEN

Esta tesis, titulada “Sociabilidades ribereñas, reciprocidad y moralidad en el Marajó: la vida entre balsas y fronteras”, objetivó analizar las construcciones morales de mujeres ribereñas acerca de las sociabilidades con tripulantes de balsas que navegan en los ríos del Archipiélago de Marajó. Los procedimientos teórico-metodológicos se basaron en el análisis situacional como método, y con la realización de entrevistas semiestructuradas, conversaciones informales y formales en la ciudad y en una escuela del campo del municipio de Breves-PA, incluyendo análisis del corpus bibliográfico disponible sobre los temas relacionados con el contexto de las sociabilidades en balsas. Esta elección metodológica se justificó en la medida en que fue el método y las técnicas que mejor se ajustaron al problema de investigación ya la especificidad de la recolección de datos en campo. En cuanto al método de investigación, fue necesario discurrir sobre algunas cuestiones éticas relacionadas con la escritura del trabajo y la preocupación por las implicaciones de la investigación para los interlocutores (as). Los resultados evidenciaron la existencia de sociabilidades entre tripulantes de balsas y muchos ribereños (hombres, mujeres, jóvenes y adolescentes) a lo largo de algunas décadas, especialmente a partir de 1970, con la creación de la Zona Franca de Manaus, ocurriendo la intensificación de esas relaciones a partir de 1990, motivada por factores coyunturales que implicaron cambios en la economía brasileña y en la cultura ribereña marajoara. Las relaciones de mujeres ribereñas y tripulantes de las balsas se fundaron en un sistema de donaciones constituidas por bienes materiales y simbólicos, entre ellos el petróleo diesel, alimentos frescos, cerveza, cigarrillos, dinero, regalos, apoyo financiero, proyectos de mejora de vida, ampliación de los lazos familiares hacia el interior de las balsas, de forma práctica o discursiva / simbólica. Las construcciones discursivas de mujeres ribereñas se guiaron por un fuerte compromiso con la moral, sobre todo de la familia tradicional, al echar mano de valores como matrimonio, fidelidad, confianza, reciprocidad, para dar sentido a su trabajo fuera del hogar ya sus relaciones afectivas. Por último, destacamos que la expansión del capital financiero a través del comercio global ha operado cambios en los procesos de constitución de una realidad social ribereña en Marajó.

Palabras clave: Ribereño. Sociabilidad. La moralidad. La reciprocidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Nº	TÍTULO	Nº da Pág.
Figura 01	Uma viagem de rabetá para a escola <i>locus</i> do trabalho de campo	31
Figura 02	Açaí apanhado em uma tarde de verão	52
Figura 03	Um dia de colheita de açaí feita por João e seus dois filhos (23 latas do fruto)	53
Figura 04	Abundância de suco de açaí processado por família ribeirinha e também vendido aos professores da escola do campo	56
Figura 05	Região dos furos de Breves	57
Figura 06	Pescaria à tarde no trapiche da escola	59
Figura 07	Poço para criação de peixes	60
Figura 08	Propriedade rural para criação de bovinos	61
Figura 09	Navio Princesa Isabel	64
Figura 10	Navio Princesa Leopoldina	64
Figura 11	Navio Rosa da Fonseca	65
Figura 12	Casa ribeirinha de madeira e coberta com palha de buçu	87
Figura 13	Casas próximas não é uma cena comum	87
Figura 14	Casa de madeira coberta com telhas de barro	88
Figura 15	Casas ribeirinhas e um dos poucos estabelecimentos comerciais	88
Figura 16	Casa coberta com telha Brasilit em meio a um açailal	88
Figura 17	Casas vizinhas, geralmente de familiares	89
Figura 18	Casa abandonada	89
Figura 19	Exportação da soja pelo Pará	118
Figura 20	Corredores hidroviários do Norte do Brasil	120
Figura 21	Diagrama representativo da rota rodo-fluvial, entre Manaus – Belém – São Paulo	122
Figura 22	Diagramas representativos das rotas atuais	122
Figura 23	Balsas graneleiras	123
Figura 24	Balsa graneleira carregada de soja vindo de Santarém ou Miritituba	123
Figura 25	A grandeza de um empurrador de balsas graneleiras com 20 balsas	124
Figura 26	Balsa com contêineres	124
Figura 27	Balsa carreteira com caminhoneiros sentados na frente e fotografando uma escola	124
Figura 28	Balsa para transporte de veículos	125
Figura 29	Balsa com contêineres para Manaus e balsa carreteira para Belém (“em um indo e vindo infinito...”)	125
Figura 30	Balsas sem cobertura para transporte de madeira em toras	125
Figura 31	Balsa SW – armazéns flutuantes	126
Figura 32	Balsa estacionada à margem do rio: uma cena rara de se ver	126
Figura 33	Balsa navegando ao pôr-do-sol	126
Figura 34	Balsa navegando à noite	127
Figura 35	Caminhoneiros acenando para ribeirinhos e fotografando	128
Figura 36	Trecho do rio com largura de 270 m	128
Figura 37	Tripulante gesticulando para professoras da escola	129
Figura 38	Convivendo com as balsas	130
Figura 39	Caminhoneiro descansando na rede de dormir	130

Figura 40	Rebocador de escolta armada na vanguarda da balsa graneleira	131
Figura 41	Lancha da escolta armada da balsa graneleira na retaguarda	132
Figura 42	Ondas produzidas por rebocador	132
Figura 43	Balsa graneleira vazia de soja que vem ao final da escolta	133
Figura 44	Abordagem de uma balsa por assaltantes em um rio (30/12/2015)	148
Figura 45	Assalto a balsa com 40 carretas carregadas de aparelhos de TV (novembro de 2014)	149
Figura 46	Porão-tanque de balsa onde se depositava 15 mil litros de óleo diesel	150
Figura 47	Repressão policial a assaltantes no rio (2016)	152
Figura 48	Balsas navegando pelo rio do Marajó em imagem de satélite	153
Figura 49	Repressão à possível caso de exploração sexual em balsa no rio (2015)	232
Figura 50	Uma jovem e uma criança/adolescente escondidas embaixo de um caminhão transportado em balsa	232
Figura 51	Cesto de uma jovem ribeirinha com ouriços de castanha-do-pará para venda em balsa	233
Figura 52	Desenhe sua família	248
Figura 53	Desenhe a casa em que você mora	248
Figura 54	O objeto que você mais gosta em sua casa	249
Figura 55	Um objeto que é muito útil à noite	249
Figura 56	Uma boa lembrança de sua vida	250
Figura 57	Cena de novela que mais gostou (desenho de menino)	250
Figura 58	O brinquedo que marcou sua infância	251
Figura 59	Um objeto da casa que seja muito útil (rabeta)	251
Figura 60	Presente que gostaria de ganhar (smartphone)	252
Figura 61	Sua irmã que pode ser comparada a uma amiga	252

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALC	Área de Livre Comércio
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CIEAM	Centro da Indústria do Estado do Amazonas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECPAT	End Child Prostitution and Trafficking
ETC	Estação de Transbordo de Cargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HP	Horse Power – Cavalo-vapor (CV)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBPQ	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Brasil
PIM	Polo Industrial de Manaus
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEVSCA	Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
PPB	Processo Produtivo Básico
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
RPM	Rotações Por Minuto
SEFA	Secretaria da Fazenda
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TBL	Transportes Bertolini Ltda.
TEU	Twenty feet Equivalent Unit – Contêiner equivalente a 20 pés
TPB	Toneladas de Porte Bruto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	OS MODOS DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ-PA, NO CORREDOR LOGÍSTICO DAS BALSAS DE MANAUS, SANTARÉM, MIRITITUBA E BELÉM	42
1.1	OS MODOS DE VIDA DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA	42
1.2	AS PRINCIPAIS FORMAS DE TRABALHO DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS MARAJOARAS E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ESTABELECIDAS	48
1.3	AS DÁDIVAS NO RIO E OS PROGRAMAS SOCIAIS	62
2	SOCIABILIDADES E MORALIDADES DE FAMÍLIAS POBRES E RIBEIRINHAS	67
2.1	AS OBRIGAÇÕES MORAIS DE FAMÍLIAS POBRES E A ESTRUTURAÇÃO DE SEUS RELACIONAMENTOS INTERNOS E COM O MUNDO SOCIAL	67
2.2	UM RETRATO DA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR RIBEIRINHA A PARTIR DA HISTÓRIA DE ESMERALDA	84
2.3	A VIDA DE RIBEIRINHOS MARAJOARAS NO PERÍODO DE INVERNO AMAZÔNICO: ENTRE DESAFIOS, MIGRAÇÃO E OBRIGAÇÕES MORAIS	96
3	A ZONA FRANCA DE MANAUS E OS PORTOS DE SANTARÉM E MIRITITUBA: A LOGÍSTICA DO CAPITAL ATRAVESSANDO O MARAJÓ	102
3.1	A ZONA FRANCA DE MANAUS: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS DÉFICITS SOCIAIS	102
3.2	A PREPONDERÂNCIA DO MODAL RODOFLUVIAL NO TRANSPORTE DE CARGAS DE MANAUS E SANTARÉM PARA O BRASIL	113
3.3	OS ESTREITOS DE BREVES COMO UM CENÁRIO RIBEIRINHO MARAJOARA ATRAVESSADO POR BALSAS	122
4	COMÉRCIO INFORMAL, LEGALIDADES E SOCIABILIDADES NOS RIOS DO MARAJÓ	135
4.1	ECONOMIAS INFORMAIS E MERCADOS ILEGAIS NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	136
4.2	ÓLEO DIESEL E CARGAS GERAIS DAS BALSAS: ENTRE DESVIOS E ROUBOS	144
4.3	AS SOCIABILIDADES NO COMÉRCIO INFORMAL DE ÓLEO DIESEL, DE CERVEJA E AÇAÍ NAS BALSAS QUE TRANSPORTAM RIQUEZAS NA AMAZÔNIA	153

5	SOCIABILIDADE DE MULHERES RIBEIRINHAS: ENTRE MORALIDADE E RECIPROCIDADE	163
5.1	A AMBIGUIDADE DA PROSTITUIÇÃO NO CONTEXTO MORAL DA RECIPROCIDADE DE FAMÍLIAS POBRES	163
5.2	BREVE HISTÓRIA DAS FILHAS E NETAS DA SENHORA VERÔNICA: RELACIONAMENTOS COM TRIPULANTES DE BALSAS EM UM RIO DE MARAJÓ	184
5.3	A HISTÓRIA DE JADE	195
6	CONSTRUÇÕES MORAIS, EMOTIVAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA PROSTITUIÇÃO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES	207
6.1	BREVE HISTÓRICO DO ENFRENTAMENTO MORAL, POLÍTICO E EMOTIVO DA PROSTITUIÇÃO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	208
6.2	FRAGILIDADES E INCONSISTÊNCIAS DAS FORMAS PREVALECENTES DE ENFRENTAMENTO DA PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	217
6.3	O ENFRENTAMENTO DA “EXPLORAÇÃO SEXUAL” E PROSTITUIÇÃO NO MARAJÓ COMO PROIBIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SE APROXIMAREM OU EMBARCAREM EM BALSAS	228
6.4	CONSTRUINDO NOVAS POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ESTÃO NA PROSTITUIÇÃO	235
7	UMA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO DE RIBEIRINHOS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIAIS	240
7.1	VISÃO PANORÂMICA SOBRE AS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO MARAJOARA DE BREVES-PA	240
7.2	DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO E RECONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	245
7.3	OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR UMA ESCOLA DO CAMPO	254
7.4	UMA ESCOLA RIBEIRINHA QUE EDUQUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA UM MUNDO DE CONTRADIÇÕES	259
	À GUIA DE CONCLUSÃO	261
	REFERÊNCIAS	265

INTRODUÇÃO

Foi a partir do ano de 2010 que eu comecei a me interessar pelo estudo sobre as sociabilidades e prostituição em balsas que navegam nos rios do arquipélago do Marajó, à época do transcorrer do curso de Mestrado em Educação. Nesse período, meu objeto de pesquisa consistia na análise da participação das escolas de ensino fundamental do meio urbano do município de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesse contexto de pesquisa, estávamos comprometidos com a denúncia às autoridades competentes (Conselho Tutelar, Disque Direitos Humanos – Disque 100, Delegacia da Mulher) dos casos de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a escola de ensino fundamental tinha um papel de destaque na formalização de denúncias, agindo, entretanto, sem o cuidado de analisar o contexto sócio-econômico-cultural da criança ou adolescente vítima da exploração sexual (aliás, essa não é uma função / atribuição da instituição escolar).

Em suma, o que prevalecia era a defesa intransigente da “lei” a fim de “proteger” as possíveis “vítimas”. Punição para os agressores sexuais e uma proteção nos estritos limites da lei para as vítimas: essa era a principal contribuição social daquela pesquisa em educação.

Entrementes, faltava algo muito importante nesse tipo de investigação: conhecer a situação social de crianças, adolescentes e suas famílias a partir dos relatos dos mesmos e da observação participante (de alguma forma) nessas situações, a fim de compreendê-las, a fim de estabelecer um diálogo com uma teoria que nos possibilitasse uma nova compreensão (ou uma compreensão mais ampliada) desse quadro da vida sociocultural marajoara. Esse olhar foi possível mediante os diálogos com a Antropologia, os quais foram estabelecidos a partir do ano de 2014, com meu ingresso no curso de Doutorado.

Assim, meu interesse pela pesquisa sobre as sociabilidades e prostituição entre ribeirinhos(as) e tripulantes de balsas nos rios do Arquipélago do Marajó se originou a partir de uma observação de denúncias recorrentes de exploração sexual veiculadas pela televisão local e regional. Inquietava-me ouvir discursos sobre minha terra (Marajó dos furos, das florestas, onde nasci, trabalho e construo minha existência), de natureza tão exuberante (“luxuriante”, nas palavras de Vieira Barroso 1954¹), na qual impera a ditadura das águas (Gallo 1981), reduzindo-a à miséria e à prostituição daí decorrente, como uma simples relação mecânica, enfatizando

¹ “A grande ilha encantada da foz do Amazonas, por suas incomparáveis belezas naturais, é formada a sudoeste por exuberante e espessa floresta virgem. A floresta Marajoara é surpreendente, viçosa e luxuriante” (Vieira Barroso 1954:187).

seu não desenvolvimento na conjuntura nacional e seu abandono pelo Estado, imputando principalmente às comunidades ribeirinhas o estigma de degeneradas do ponto de vista social, econômico e moral. Talvez fosse de minha parte a defesa intransigente da minha terra e de minha gente marajoara (um tipo de ufanismo – “o Marajó é minha pátria”); talvez fosse o desejo de expressar a visão “nativa” de ribeirinhos sobre essa realidade peculiar (composta de fatos e representações / ideologia de “nativos” e “estrangeiros”) que é, como todas as outras, multifacetada.

Contudo, ainda não consegui me desprender desde o Mestrado (e nem gostaria) de meu compromisso com a proteção de mulheres ribeirinhas de qualquer idade, ou melhor, com a garantia de seus muitos direitos². Com efeito, uma pesquisa em Antropologia pode contribuir com essa finalidade precípua. Se o presente trabalho contribuir para isso, de alguma forma, afirmo que valeu a pena todo o trabalho dispensado nessa empreitada de investigação científica. Essa foi a motivação mais forte para que eu realizasse esta pesquisa; tudo o mais viria atrelado a essa aspiração que transpira os direitos humanos idealizados.

Tendo em vista delimitar o objeto desta pesquisa, foram analisadas dissertações de mestrado disponíveis acerca da temática sociabilidades femininas no meio rural da Região Norte do Brasil (não foram encontradas teses de doutorado com esse tema específico). Assim, havia duas produções científicas acerca de sociabilidades e prostituição nos rios de Marajó, ambas defendidas no ano de 2011.

Mônica Lizardo de Moraes elaborou a dissertação intitulada “Uma Comunidade Ribeirinha: Etnografia e Cotidiano, Marretagem e outras Histórias na Amazônia Marajoara”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), no curso de Mestrado em Ciências Sociais (Sociologia). Sua pesquisa objetivou compreender a prática da marretagem (venda de produtos em balsas), com foco nas práticas sexuais negociadas com óleo diesel, o qual foi considerado nesse cenário como moeda de troca (Moraes 2011). Com relação ao trabalho de campo, este não foi realizado pela autora em virtude dos riscos inerentes à investigação sobre o comércio ilegal de óleo diesel nos rios. Por esse motivo, “a investigação em torno da prática de ‘adolescentes balseiras’ não pôde ser o cerne do estudo como, inicialmente, se pretendia” (:101). Os resultados evidenciaram que, além das situações de prostituição, há um tipo de relacionamento afetivo entre o tripulante da balsa e a ribeirinha, com a doação de óleo diesel, alimentos, “ajuda” diversa e presentes. Analisando essa

² Direitos em uma compreensão ampla, que extrapola os limites estritos do direito imposto pelo Estado, que pretende ser universal, sendo muitas vezes formulado de forma opressiva, sem as vozes / anseios dos “nativos” (Geertz 1997). A isto, Foucault (2008) se refere como biopoder.

produção, despertou minha atenção como pesquisador a referência a “namoro” e “presentes” num universo aparentemente de prostituição.

Andréa Silva Vieira elaborou a dissertação intitulada “Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, Mestrado Acadêmico em Educação. Sua pesquisa objetivou:

Analisar as representações sociais de jovens-alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, da Comunidade São Francisco, no município de Breves sobre exploração sexual nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares (Vieira 2011:8).

Assim, os sujeitos da pesquisa foram 16 adolescentes e jovens na faixa etária entre 14 e 20 anos, sendo 06 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, os quais eram estudantes do 4º ao 6º ano do ensino fundamental (Vieira 2011). Os resultados da pesquisa apontaram a presença do silêncio e a necessidade de uma jovem não ser identificada como “balseira”, uma vez que esse estigma carrega consigo a culpa, julgamentos e condenação pela comunidade e ameaças de violência física e simbólica. Quanto às representações sobre a escola, prevalecia o desencanto, a não aprendizagem, a repetência e o abandono:

As significações partilhadas assinalam como imagem o sentimento de *culpa*, que se destaca dentro de significados de ser julgado pela comunidade, ter a atribuição de *balseira*, medo de sofrer ameaças e pelo sentimento de ausência do poder público. A partir destas significações, destaca-se enquanto ponto de ancoragem o *silêncio*. Este sentimento que não se pode ouvir brada de sentidos, ora pelo medo de sofrer alguma espécie de julgamento social ora pelo sentimento de esvaziamento que esta condição da exploração sexual se materializa em suas vivências. Quanto as implicações escolares constituídas a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil manifestam-se diversos aspectos, pensados por este jovem a partir das consequências da exploração sexual juvenil na vida escolar do sujeito. Estas foram: *Fragilização na formação escolar e no processo psicossocial de desenvolvimento juvenil*; *Falta de aprendizagem*; *3) Desatenção nos conteúdos e atividades escolares*; *4) Desinteresse pela escolarização (Abandono escolar e Repetência escolar)* (Vieira 2011:147-148; grifos da autora).

Essas produções corroboram em suas conclusões a existência de um fenômeno denominado de “exploração sexual de adolescentes”, considerado como crime pela lei brasileira, como violação de direitos humanos que deve ser denunciada, punindo “agressores”, que seriam os tripulantes e trabalhadores que viajam em balsas. Seria apenas mais uma tragédia humana no cenário de miséria do Marajó! Daí é possível entender o silêncio de mulheres e seus familiares que impera a respeito do tema. Assim, as autoras consideraram a prevalência da “exploração sexual”, e não prostituição e muito menos sociabilidades, destacando como exótico o pagamento, cuja moeda principal é o óleo diesel.

Portanto, essas pesquisas não permitiram ver além dos fatos relatados, de suas representações circundantes, não possibilitando elementos teóricos para a compreensão do mesmo em um plano mais amplo, o qual considera seus múltiplos determinantes: a geografia do lugar, os aspectos históricos, econômicos, culturais, sociais, simbólicos, afetivos e morais.

Assim, nas leituras analítico-críticas feitas de algumas matérias jornalísticas e de duas produções científicas anteriores, bem como nos diálogos travados com interlocutoras no campo de pesquisa, dois aspectos saltaram a minha reflexão.

O primeiro aspecto consistiu em diversos relatos recorrentes nos discursos de mulheres ribeirinhas sobre suas grandes expectativas de encontrar um marido nas balsas, visto que tantas outras mulheres conseguiram e “estão bem de vida hoje (por que eu não encontraria também?)”. Ao que parecia, a prostituição e/ou outras forma de relacionamento afetivo remetia a uma aspiração feminina de conseguir um casamento / uma união estável, com alguém que “esteja bem de vida”, como o Velho, citado por Moraes (2011) ou como Ricardo, personagem dos relatos de minhas interlocutoras.

O segundo aspecto se relacionava às “denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes” nas balsas feitas principalmente através de algumas emissoras de televisão local e regional, e alguns jornais da região e esporadicamente de abrangência nacional, os quais evidenciavam um quadro de miséria e degradação moral.

Em uma visão preliminar, o primeiro aspecto seria uma resposta ao segundo, ou seja, uma resposta “moral” das mulheres para uma denúncia de “imoralidade”, ou seja, os namoros e mesmo o estabelecimento de uma relação análoga ao casamento (os tripulantes de balsas atuariam como os provedores para sua mulher e crianças ribeirinhas), e mesmo a venda de produtos nas balsas ou sua troca por óleo diesel, seriam artifícios das mulheres ribeirinhas face aos ataques dos denunciadores. Esses expedientes evidenciariam a reivindicação de alguma agência das ribeirinhas em face dos ataques frequentes de alguns meios de comunicação, e mesmo da esporádica repressão policial nos rios que ocorre apenas em decorrência de recebimento de denúncia.

Para continuar nossa revisão da literatura, foi preciso questionar: o que havia de original em relação à configuração de nosso objeto de pesquisa? Outras produções científicas (dissertações ou teses) já não teriam discutido sobre o mesmo?

A resposta é negativa. Há diversas produções científicas, dentre as quais dissertações e teses, em diversas áreas do conhecimento, tais como serviço social, psicologia, enfermagem, medicina, direito, geografia, turismo e educação, etc., que abordam o tema “exploração sexual infanto-juvenil”, em um viés mais político e ideológico que de busca efetiva de proteção em

âmbito contextual para as adolescentes envolvidas com prostituição. Essas produções eram marcadas por uma olhar condenatório das adolescentes envolvidas, sendo consideradas vítimas do turismo sexual, do trabalho sexual escravo e vivência em bordel, que necessitavam de serem libertadas, desconsiderando seus pontos de vista, ou priorizando aqueles pontos que acentuam a pobreza, a violência, a doença, a degradação e a degeneração moral. Como desconsideravam os pontos de vistas das adolescentes envolvidas, sem o mínimo esforço de buscar compreender a construção histórica e social de suas identidades, essas produções científicas não foram consideradas merecedoras de análise no âmbito do presente trabalho.

No entanto, vejamos as produções³ que mais se aproximavam de nosso objeto de estudo, pela temática e/ou pelo *locus*.

A tese de doutoramento de Leandro Feitosa Andrade (2001), intitulada “Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia”, vinculada à área de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica-SP, analisou as concepções de infância e adolescência pobres no Brasil, por meio do tratamento dado pelo jornal *Folha de São Paulo* ao tema da prostituição infanto-juvenil, nos artigos publicados durante o período de 1985-1995. O referencial teórico de sua pesquisa se fundamentou na concepção de ideologia de Thompson e nas concepções de estigma de Goffman, Waxman e Pheterson, na hermenêutica de profundidade como método de Thompson e na análise de conteúdo segundo Bardin (Andrade 2001).

Os resultados dessa pesquisa destacaram que as estratégias utilizadas pelo jornal se basearam em imagens estigmatizadoras da família pobre construídas sobre a exposição das depoentes “crianças escravizadas”, descritas como em situação de prostituição. Assim, as personagens crianças e adolescentes tiveram sua identidade social absorvida pelo “estigma da puta”. Ademais, tanto as estimativas das matérias jornalísticas sobre o fenômeno “crianças e adolescentes na prostituição”, como as características dessas personagens, foram apresentadas de forma inconsistente segundo o autor. Em decorrência desse fato, a formulação subsequente de políticas públicas de combate à prostituição infanto-juvenil se deu sobre bases ideológicas, o que contribuiu para a compreensão da situação de pobreza enquanto causa da prostituição, reificando-a.

Fernanda Cardozo, em sua tese de doutorado em Antropologia Social vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2016, intitulada “Moralidades e políticas públicas: agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e

³ Foi feito um levantamento de mais de 70 teses e dissertações. Desse total, apenas duas produções tangenciaram a análise da prostituição que considerava a participação de adolescentes ou que privilegiaram as sociabilidades femininas em balsas no Marajó.

adolescentes no Marajó/PA”, objetivou descrever, à luz de uma antropologia sobre moral e das políticas públicas, os modos como se produzem sentidos, entendimentos e programas de ação em torno dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó, especificamente no município de Curalinho-PA. Assim, a autora não incluiu em seu objeto de pesquisa a prostituição nos rios. Fez apenas menção às “balseiras” a partir do ponto de vista obtido de religiosos que combatem a exploração sexual através da mídia e em outros espaços institucionais.

Para a realização da pesquisa, ela coletou depoimentos do bispo Luiz Azcona, Irmã Henriqueta Cavalcanti, bem como de conselheiros tutelares, agentes de saúde, agentes de segurança, policiais civis, lideranças comunitárias, moradores em geral, além de analisar documentos que integram os arquivos dos conselhos tutelares. Também fez abordagem junto a crianças e adolescentes “vitimizadas”, envolvidas em casos de abuso e exploração sexual (Cardozo 2016).

A autora afirmou que não caberia compor um quadro do funcionamento do Estado, ou formatar uma narrativa textual coerente, linear e ordenada. Ademais, afirmou que seu objetivo era descrever as práticas, as ações, as associações, no espaço e no tempo de tantos personagens, enredados em tantas relações distintas. Mesmo com esse formato, sua tese “guarda entre suas linhas a frustração pelos tópicos e pelas discussões que ficaram de fora do texto” (Cardozo 2016:327).

Por conseguinte, para o recorte mais adequado de nosso objeto de pesquisa, foi necessário a imersão no campo de pesquisa, o que ocorreu no período de 2016 e 2017, especificamente no Arquipélago de Marajó, na cidade de Breves e em um rio de trânsito intenso de balsas, interagindo com pessoas que vivencia(ra)m aquela realidade durante algumas décadas.

Em síntese, nosso objeto de pesquisa girou em torno da análise das construções morais de mulheres ribeirinhas acerca das sociabilidades com tripulantes de balsas que navegam nos rios do Arquipélago de Marajó, estado do Pará. Não obstante, o objeto inicial previsto centralizava-se nas construções discursivas/morais sobre a prostituição em balsas. Contudo, como minhas interlocutoras afirmaram que elas e nem outras mulheres de sua rede familiar se prostituíam em balsas, nosso objeto de pesquisa foi ganhando forma ao que nos foi apresentado como significativo naquele rio para aquelas mulheres, qual seja, um tipo peculiar de sociabilidade em balsas assentado em trocas materiais, simbólicas e afetivas.

As construções morais aqui devem ser compreendidas no sentido atribuído por Werneck (2014), no qual a moral não deve ser vista apenas como dispositivo de contenção ou de limitação de agência individual em favor da manutenção do coletivo:

A moral surge aí não como dispositivo de contenção, mas, muito pelo contrário, como dispositivo de potencialização da agência, uma vez que ela se oferece não como a língua de quem impede de fazer algo e sim como a língua das estratégias segundo as quais se pode fazer algo. A *desculpa* pareceria ser uma prova exclusiva disso, já que por meio dela os atores podem dizer que não foram eles que, em primeira instância, decidiram pelo curso de ação tomado, o que resultou em uma situação cujas diferenças de grandeza não são efetiváveis, provando que, embora passemos nossas vidas tentando negar que nos controlem e reivindicando o direito de decisão, podemos muito bem, em um momento em que isso seja conveniente, aceitar um lapso momentâneo em que é a estrutura quem manda e dizer que não se é responsável pelo que fez. (...) Mas eis que a *justificação* faz o mesmo: ao se afirmar que se tinha controle, está-se provando uma capacidade de mobilizar princípios abstratos, metafísicas morais, de forma competente, conveniente, efetiva, o que igualmente comprova a dimensão dispositiva dessa agência individual, uma vez que ela será acessada como agência de escolha e operacionalização de conteúdos estabelecidos – e, em certa medida, “estruturados” (Werneck 2014:41).

Portanto, questionamos a relação mecânica das sociabilidades de mulheres ribeirinhas com a prostituição atrelada à pobreza/ miséria veiculada na mídia (telejornais, jornais e revistas), uma vez que nos modos de vida de muitas famílias ribeirinhas marajoaras prevalecem os trânsitos incessantes de embarcações, balsas, pessoas diversas, objetos e necessidades de consumo, ideias, símbolos e afetos.

Assim, foram enfocadas nesta pesquisa as sociabilidades e as formas de circulação e de deslocamentos ribeirinhos, tendo como pano de fundo o mundo rural “anfíbio” em que vivem, atravessadas pelo poder do capital multinacional (através dos transportes feitos em balsas), marcadas por intensas trocas.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as construções morais de mulheres ribeirinhas acerca das sociabilidades com tripulantes de balsas que navegam nos rios do Arquipélago de Marajó. Especificamente, também se objetivou:

- ✓ Identificar os modos de vida das comunidades tradicionais ribeirinhas no Arquipélago de Marajó-PA, que moram em palafitas às margens dos rios que formam o corredor logístico das balsas de Manaus-AM, Santarém-PA, Miritituba-PA e Belém-PA;
- ✓ Descrever as sociabilidades e a organização dos relacionamentos em famílias ribeirinhas pobres e na própria rede familiar, levando em conta a razão simbólica / moral que vincula esses grupos familiares;
- ✓ Contextualizar as atividades econômicas desenvolvidas na Zona Franca de Manaus do ponto de vista histórico e social, com destaque ao Polo Industrial de

Manaus (PIM), bem como nos portos de Santarém-PA e Miritituba-PA, descrevendo os principais aspectos da logística de transporte de cargas gerais e graneis em balsas ou barcaças;

- ✓ Analisar as sociabilidades ribeirinhas a partir do intenso trânsito de balsas nos rios, que passaram a englobar muitos daqueles que trabalhavam nas balsas, para comercializar, confiar e empreender trocas materiais, simbólicas e afetivas, algumas dentro da legalidade, outras com um código moral próprio;
- ✓ Descrever as formas de relacionamento afetivo de mulheres ribeirinhas a partir das sociabilidades construídas nas balsas ao longo de décadas, as quais exigiram algumas adaptações em seus estilos de vida, não sem contradições entre a tradição e a necessidade de mudanças culturais;
- ✓ Problematizar as tentativas de enfrentamento moral da participação de adolescentes na prostituição nos rios, sugerindo a mudança de enfoque para a necessidade de investimento maciço na qualidade da educação da escola do campo, como forma de iniciar o combate às desigualdades e injustiças sociais sofridas pelas comunidades ribeirinhas marajoaras.

Os procedimentos teórico-metodológicos deste trabalho ancoraram-se nos postulados da análise situacional como método de pesquisa e em trabalho de campo embasado na realização de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e formais, com observação participante em uma escola do campo, incluindo análise do corpus bibliográfico disponível sobre os temas relacionados ao contexto das sociabilidades em balsas, tais como dissertações, teses e algumas reportagens veiculadas na internet.

Para dar conta de analisar a realidade ribeirinha marajoara, marcada por trânsitos intensos, trocas materiais e afetivas, optamos pela utilização da análise situacional como método de investigação, também denominada de “método de casos detalhados”, pois é a mais adequada a um cenário em que indivíduos / atores sociais e personagens tem um papel decisivo na operacionalização de mudança social através da afirmação de novas “regras” adequadas a seus interesses mais imediatos (novos códigos de conduta face a uma realidade em permanente transformação). Com efeito, um conhecimento aprofundado da realidade só é possível através do estudo de caso (Gluckman 1990).

Quais os postulados desse método? É necessário considerar os indivíduos em suas ações, interações e opções tomadas em se tratando de normas conflitantes, em seus contextos sociais reais (Feldman-Bianco 1987). O resultado dessa análise deve culminar com a produção de

registros detalhados dos acontecimentos. Nesse sentido, as descrições devem ser caracterizadas pela profundidade, complexidade e abrangência (Gluckman 1990).

Os dados coletados a partir de trabalho de campo intensivo (os casos) não podem ser utilizados para ilustrar as conclusões produzidas pelo pesquisador, mas devem se constituir como o arcabouço principal da própria análise (Gluckman 1990). Segundo Van Velsen (1987), uma monografia nos moldes da análise situacional não apresenta apenas as conclusões e abstrações do etnógrafo, como também mostra boa parte de seu material de campo.

A princípio, um bom caso pode esclarecer o funcionamento de um sistema social, pois cada um de seus aspectos constituintes (casos) passa a ser considerado como um estágio de um processo dinâmico de relações sociais entre pessoas e grupos num sistema social e numa cultura, o qual pode se desdobrar em direção ao passado (Gluckman 1990).

Nessa perspectiva, descrevemos e analisamos aqui, à luz de um contexto mais amplo, o caso de Esmeralda⁴ e sua filha Jade, bem como, de maneira indireta, as histórias provenientes dos relatos de Esmeralda sobre as filhas e netas de Verônica, ribeirinha da região dos furos de Breves, Arquipélago de Marajó. A história dessa família possibilita outro entendimento, ou clarifica espaços cinzentos/indefinidos, sobre a ocorrência de novas sociabilidades femininas nos rios do Marajó.

Além da observação do comportamento dos indivíduos em interação (análise sincrônica), também é de grande relevância considerar a história social dos grupos / ou comunidades investigadas (análise diacrônica). Por isso, recorreremos à reconstrução do contexto sócio-histórico e econômico amazônico, o qual ajuda a entender o trânsito de balsas pelo Marajó e os modos de sociabilidades engendrados por ribeirinhos e tripulantes de balsas a partir dos contatos estabelecidos com início na década de 1970.

Com Leach aprendemos que nosso plano de análise pode considerar a realidade em dois âmbitos distintos, mas indissociáveis, quais sejam, o “plano da realidade social”, no qual os comportamentos, interações e discursos são verificados, e o “plano das normas ideais”, o qual propõe a orientação básica para a ação através de regras sociais muitas vezes ambíguas. A importância de captar esses planos está em se perceber os mecanismos de sua interconexão no contexto de uma realidade mais ampla caracterizada pela complexidade. Assim, o processo de

⁴ Por questões éticas, para preservar a confidencialidade necessária na pesquisa que envolve temas polêmicos, os nomes dos(as) interlocutores(as) e de todos(as) os que por eles(as) foram referenciados foram substituídos por nomes fictícios, ou foram apresentados de maneira imprecisa, como “um ribeirinho... uma professora...”. Foram omitidos os nomes de lugares específicos, tais como nome de rios ou furos, escola, etc., sendo referidos como “um rio... uma escola...”.

mudança cultural só pode ser compreendido no bojo da análise que considera a reação dos indivíduos às normas em função de interesses econômicos e políticos divergentes (Kuper 1978).

Van Velsen (1987) chamou a atenção para a importância da delimitação da área de pesquisa. Nessa perspectiva, Vincent (1987) afirma que o pesquisador deve escolher inicialmente uma pequena unidade espacial arbitrariamente delimitada, para que possa observar e interagir intensamente com um número restrito de pessoas. Posteriormente, deve considerar como unidade analítica indivíduos em movimento, suas ações e empreendimentos, através do tempo e do espaço.

Nesse sentido, Vincent (1987) asseverou que é preciso dar relevo a vários personagens do mundo rural, quais sejam, proprietários rurais e não proprietários de terras, dentre os quais mulheres, crianças, adolescentes/rapazes, sem os quais é difícil entender os processos de mudança social, principalmente em se tratando do meio rural.

Segundo Van Velsen (1987), os antropólogos devem distinguir os vários tipos de informações a que teve acesso, e devem trata-los com o necessário cuidado, pois uma coisa é a opinião do interlocutor sobre uma situação, outra coisa é a explicação da mesma que ele pode fornecer, e outra que pode ser bastante diferente é o que ele faz efetivamente em relação a seus pontos de vista. Leach também chamou a atenção para essa distinção, destacando, no entanto, os comportamentos verificados, a média desses comportamentos e sua relação com as normas ideais (Kuper 1978).

O ponto de vista do interlocutor também deve ser considerado como um aspecto importante de seu comportamento, posto que esses elementos estão associados. Portanto, Van Velsen (1987) enfatizou que os pontos de vista e os comportamentos observados deveriam ser relacionados à posição dos informantes dentro do grupo e a seu envolvimento nas ações consideradas, bem como ao comportamento de outros membros em circunstâncias análogas.

Em função desse fato, as abstrações e conclusões presentes em uma monografia devem ser distinguidas quanto à sua origem, explicitando se são oriundos das próprias análises do autor originadas do comportamento observado e/ou de entrevistas realizadas, ou se provem do próprio grupo estudado (Van Velsen 1987).

Ainda segundo Vincent (1987), o pesquisador deve levar em consideração três grandes eixos de fluxo organizado em uma sociedade rural, os quais se entrecruzam. O primeiro eixo consiste na percepção do movimento do pessoal agrário dentro e fora do local e do tempo observados, através de mortes, casamentos, migrações periódicas, etc. O segundo busca apreender as conexões desse agregado de pessoas ao longo do tempo, através de laços de parentesco, casamento, trabalhos etc. O terceiro eixo busca desvelar as conexões das pessoas

da comunidade com outros indivíduos que não residem no meio rural (através da análise de redes sociais e campos de atividade). Para isso, o trabalho de campo é indispensável.

O trabalho de campo é tão primordial em Antropologia que seus objetos de pesquisa somente podem ser negociados e definidos no campo ou posteriormente a ele, nunca *a priori*. Para Evans-Pritchard (2005), “a batalha decisiva não se trava no campo, mas depois de sua volta” (:245). De acordo com ele, não basta mostrar um fato novo (por certo uma contribuição factual em se tratando de um povo nunca estudado), mas o grande problema em pesquisa antropológica consiste em se propor uma nova ideia, um novo enfoque acerca desse fato, uma contribuição teórica.

Para Cardoso de Oliveira (2004), o ser humano é considerado na Antropologia como sujeito de interlocução, nunca cobaia. Por conseguinte, o objeto/problema de pesquisa só pode ser negociado no trabalho de campo com os atores envolvidos⁵.

A Antropologia considera que o objeto de pesquisa não pode ser definido unilateralmente pelo etnógrafo/antropólogo, mas que o interesse deste está na dependência do interesse de seus interlocutores. Por isso, Evans-Pritchard (2005) defendeu que “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar” (:244). Sua experiência de campo atesta a importância dessa assertiva:

Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para a terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guiar por eles. Não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer, sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado (Evans-Pritchard 2005:244-245).

Entrementes, Cardoso de Oliveira (2004) assevera que o objeto de pesquisa do antropólogo somente pode ser definido adequadamente depois de sua permanência no campo, quando toma certa distância da situação investigada:

No caso da antropologia, é normalmente raro ou pelo menos difícil que o pesquisador tenha uma definição clara e definitiva do seu objeto de pesquisa, — ou do problema que irá abordar no livro ou no artigo a ser publicado no futuro — no momento em que ele está tendo a interação com os sujeitos da pesquisa (Cardoso de Oliveira 2004:35).

Somente em momento posterior ao contato com a empiria, é possível formular questões relevantes para um trabalho em Antropologia e estabelecer uma hierarquia entre as mesmas. Para Peirano (1995), esse aspecto é crucial na produção de uma boa monografia.

⁵ Como o objeto de pesquisa do antropólogo não pode ser definido antes da interação com seus interlocutores no campo, não faz sentido submeter seu projeto inicial de pesquisa a um comitê de ética de pesquisa *em seres humanos*, muito menos de solicitar ao interlocutor seu “consentimento livre e esclarecido” antes da realização da “coleta de dados”. Essas exigências refletem um paradigma de pesquisa positivista que define *a priori* hipóteses e objeto de pesquisa (Cardoso de Oliveira 2004).

Assim, meu campo de pesquisa foi realizado no município de Breves, localizado no Arquipélago de Marajó-PA, nos meios urbano (cidade) e rural, em uma escola às margens de um rio que serve como fronteira do município de Melgaço-PA.

O meio rural de Breves faz parte da região denominada de Estreitos de Breves ou Região dos Furos, uma complexa hidrografia formada por um emaranhado de rios, furos, igarapés, canais e paranás, que possibilita a ligação com as águas do rio Tocantins. A posição geográfica de Breves na região dos Furos é estratégica nas rotas comerciais e serviu como um dos fatores primordiais para seu desenvolvimento.

O arquipélago de Marajó tem uma área de aproximadamente 40,1 mil km², sendo o maior da costa brasileira, igualmente banhada pelo Rio Amazonas a oeste e noroeste, pelo Oceano Atlântico ao norte e nordeste, e pelo Rio Pará a leste, sudeste e sul. Assim, os Estreitos ligam as grandes massas de água do Rio Pará, que é uma extensão da baía de Marajó, ao rio Amazonas. A navegação nos Estreitos de Breves é tranquila por constituir de rios da planície Amazônica, e por um trajeto mais curto em direção ao polo industrial de Manaus, à Santarém e à Miritituba.

Breves é um dos municípios que constituem o arquipélago de Marajó e abrange uma área de 9,55 mil km². Considerando que a população do Marajó é 533,397 mil habitantes distribuídos em 16 municípios, Breves abrange quase um quinto dessa população total, com 99,223 mil habitantes (IBGE 2016).

Historicamente, o município tem baseado sua economia no extrativismo, sobretudo florestal, com destaque para a grande extensão de várzeas. Mesmo com a dificuldade de quantificar a produção do açaí pela predominância do comércio informal, bem como a produção de palmito, pela ilegalidade da produção, considera-se o município um significativo produtor de açaí e palmito. A madeira vendida em tora ainda desponta como a principal atividade econômica de Breves, apesar do franco declínio dos últimos anos. No entanto, apresenta um baixíssimo nível de beneficiamento de produtos (Gonçalves et al. 2016).

Breves é um município que se configura como cidade polo na mesorregião do Marajó:

A população é atraída para o município em função das atividades econômicas, sobretudo pelo comércio varejista e pelo setor industrial de beneficiamento, além dos serviços de informação, saúde e acesso a políticas públicas. Breves, considerada a capital do Marajó, exerce a função de um mercado intermediário de produtos e serviços dentro da microrregião dos Furos de Breves. O deslocamento pendular de distritos e municípios vizinhos para adquirir mercadorias, acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), serviços de saúde, escolas, universidade, bancos e demais serviços, também é acompanhado pelos moradores das ilhas, furos e igarapés de Breves. Esse aspecto confere ao município um papel central quanto à organização econômica e espacial da microrregião (Gonçalves et al. 2016:120).

As duas principais interlocutoras no trabalho de campo foram duas mulheres ribeirinhas, Esmeralda de 45 anos e sua filha Jade de 21 anos⁶, que tiveram participação (direta ou indireta) em um comércio peculiar nos rios, especificamente em balsas⁷, no qual negociavam com tripulantes e caminhoneiros alimentos frescos, cerveja, óleo diesel, afetos e também momentos de intimidade (essas mulheres eram pejorativamente denominadas, por algumas emissoras de televisão, por alguns jornais e uma revista, de “balseiras”).

Também foram interlocutores nesta pesquisa: ribeirinhos (crianças, adolescentes e homens), especialmente João (73 anos) e seu filho José (22 anos), um professor e cinco professoras, um mediador de aprendizagem do Programa Novo Mais Educação e demais funcionários da escola, tais como auxiliar de serviços gerais, vigias e três “barqueiros” (responsáveis pelo transporte escolar), inclusive pais/mães de alguns alunos (inclusive um agente comunitário de saúde que é pai de alunos), cuja vivência foi canalizada no espaço institucional de uma escola do campo localizada às margens de um rio que é utilizado como corredor logístico de cargas gerais e graneis oriundos de Manaus-AM, Santarém-PA, Miritituba-PA, com destino aos portos de Belém e ao Porto de Vila de Conde.

Por ora, apresento a seguir algumas características gerais de minhas principais interlocutoras, informando que maiores detalhes de suas vidas foram relatados somente no desenvolvimento deste trabalho.

Frequentei a casa de Esmeralda no período de 2016 a 2018. Esmeralda e Jade são mulheres ribeirinhas que estão morando com seus filhos⁸ na cidade há alguns anos, mas que visitam com certa frequência sua rede familiar que vive no meio rural, para manutenção de vínculos de reciprocidade e para a realização de venda de produtos de catálogos de compra, como os da empresa Avon.

As duas mulheres da casa, situadas em uma contexto de sociabilidade familiar e de amizades ao longo de alguns anos, participaram direta ou indiretamente das trocas comerciais de açaí e cerveja por óleo diesel ou gasolina nas balsas, bem como uma delas teve um relacionamento amoroso com um tripulante de balsa. Talvez por não estarem participando

⁶ Os nomes atribuídos as elas se inspiram em nomes de pedras preciosas, como uma forma de evidenciar o valor que essas mulheres tiveram para a elaboração deste trabalho.

⁷ Balsa ou *ferryboat* é uma embarcação de fundo chato, com pequeno calado, para poder operar próximo às margens e em águas rasas, muitas vezes utilizada para transporte de veículos e contêineres (Disponível em <<http://dicionariportugues.org/pt/balsa>> Acesso em 22 out. 2015).

⁸ Vivia com Esmeralda um filho adolescente (o caçula), e Jade com suas três filhas pequenas.

ativamente do comércio informal⁹ nas balsas, se disponibilizaram a relatar uma parte de suas histórias de vida.

Esmeralda demonstrava ser o esteio da família em termos de capacidade de organização e comunicação. Trabalhava em casa. Durante as conversas informais e entrevistas, mostrou-se bastante informada e conhecia os membros da rede familiar que moravam nos rios do Marajó (fronteira dos municípios de Breves e Melgaço-PA). Revelou-se como uma interlocutora que detém informações privilegiadas acerca da história de sua família, dos trabalhos e das “aventuras amorosas” das mulheres de sua rede familiar.

Em termos gerais, Jade é uma jovem alegre, decidida quanto a seus pontos de vistas, franca e resoluta nos relatos apresentados ao longo dos diálogos. Não se declarou “balseira” ou “prostituta”, mas afirmou que namorou/ficou durante alguns meses com um “marítimo”.

Esmeralda e sua família vivenciaram “eixos de fluxo”, ao migrar para Macapá-AP, especialmente ao agregar Edson à família (companheiro de uma terceira união estável), o qual vivia na cidade de Breves.

Assim, minhas interlocutoras moraram boa parte de suas vidas em um rio da região chamada Estreitos de Breves. Esmeralda chegou a morar com seu atual esposo e filhos em Macapá-AP durante alguns anos. Ambas moram na cidade de Breves, na mesma unidade doméstica (casa) desde 2014, mas não perderam o contato, trocas, negócios, reciprocidade com suas famílias ribeirinhas. Há familiares que lá vivem, bem como parentes da parte de um ex-marido. As viagens são frequentes. Elas vão e voltam. Passam uns dias, passam meses. Seus familiares vem à cidade para atender objetivos familiares e utilizam a casa delas como local de estadia, até porque fica próximo de igarapés que afluem do rio Parauaú, via obrigatória para se chegar até a cidade. As viagens ocorrem exclusivamente em barcos pequenos providos de motor com rabeta¹⁰.

⁹ Considerar as situações de trabalho exclusivamente pela chave do formal-informal restringe muito novas possibilidades de análise e compreensão das mutações trabalhistas vivenciadas na atualidade, pois há pessoas que não tem trabalho formal regular, não conseguem se inserir e/ou estabelecer no mercado informal, nem tampouco recebem qualquer assistência do Estado. Os ribeirinhos marajoaras, cujos modos de vida estão entrelaçados a atividades tradicionais de pesca e extrativismo, não tem possibilidade de trabalhar em um emprego formal, como em serrarias, dado seu fechamento a partir de 2006 em decorrência das exigências da lei federal nº 11284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. No entanto, o termo “comércio informal” foi utilizado apenas como meio de contrapor “atividades tradicionais” às “trocas comerciais nas embarcações” que atravessam os rios que integram o território tradicional dos ribeirinhos marajoaras. Ademais, na visão de muitos ribeirinhos, o comércio de óleo diesel nas balsas não é “informal” ou “ilegal”, mas tem se firmado como um meio “honesto” de trabalho, ou seja, sem o uso de violências, mas construído na base de confiança e negociação.

¹⁰ Rabeta é a haste metálica (de 1,5 a 2,2m) que pode ser acoplada a um motor simples de popa que faz a movimentação do barco (de 5 a 15 CV – Cavalo-vapor ou HP – *Horse Power*). Como a hélice trabalha próxima da superfície da água, possibilita fácil acesso e ótimo desempenho em pântanos, alagados e rios com lâmina de

Em uma de minhas visitas, foi possível observar a chegada de visitantes provenientes de um rio próximo (avós e tias), o que levou minha interlocutora a prestar uma informação e a tomar a bênção.

As tias e primas de Jade participavam das trocas comerciais e algumas delas de trocas afetivas em balsas, o que me possibilitou saber um pouco sobre elas através dos relatos de Esmeralda, e ampliar um pouco as informações disponíveis sobre as sociabilidades femininas nos rios.

Como conheci minhas interlocutoras? Quem mas apresentou? Minhas interlocutoras foram apresentadas a mim pela mãe de uma ex-aluna da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves, da qual tive a oportunidade de participar como membro da banca de exame de Trabalho de Conclusão de Curso. Essa ex-aluna participou do “Seminário de Antropologia no Marajó das Florestas: Formação, Pesquisa e Saberes Locais”, realizado em Breves-PA nos dias 04 a 06 de agosto de 2014, no qual fiz a apresentação de meu projeto de pesquisa do doutorado. Sabendo de meu interesse em entrevistar mulheres ribeirinhas que interagiam com homens das balsas, ela teve a gentileza de se prontificar em conversar com sua mãe, para que me acompanhasse até a casa de uma mulher (Esmeralda) que poderia me ajudar com informações valiosas sobre as novas sociabilidades no rio e sobre como chegar ao campo de pesquisa.

De minha parte, os diálogos e conversas com minhas interlocutoras visaram obter informações sobre sua família (seus pais, irmãos, filhos), sua infância, seus maridos, seus trabalhos e as histórias de mulheres ribeirinhas que se relacionavam afetivamente ou porventura se prostituíam nas balsas. Por sua vez, as conversas e as entrevistas com Jade enfocaram um pouco de sua história, destacando sua infância e adolescência, seus relacionamentos amorosos e o comércio informal nas balsas.

O primeiro encontro com Esmeralda ocorreu no começo de janeiro de 2016. Nesse primeiro encontro, ela me confessou que estava preocupada, pois ela achava que eu poderia ser um policial (no mês anterior, um grupo de policiais civis tinha feito uma visita nada amistosa no rio, na casa da família de seu ex-marido). Logo de início, antes que eu pudesse fazer qualquer comentário, ela foi me dizendo que não era “balseira”, e que sua ajuda se resumiria em me relatar algumas histórias sobre sua família. Apresentei-me como aluno do curso de Antropologia. Expliquei os propósitos de minha pesquisa e a importância de sua colaboração. Reafirmei meu compromisso de não prejudica-la ou a seus familiares de nenhuma forma. No

água muito baixa. Sua grande vantagem é que pode ser acoplada ao barco no momento de sua utilização, sendo retirada logo depois para evitar o furto do motor.

final desta conversa informal, ela concordou em definir uma data para me receber e conceder a primeira entrevista, a qual ocorreu no mesmo mês.

Jade, antes de me ver, disse que não falaria nada (não participaria da pesquisa), chegando mesmo a sair da casa de sua mãe em um dia em que eu cheguei ali. Para Esmeralda, sua filha estava com medo, pois pensava que eu tivesse ligação com policiais. Mas após iniciarmos as saudações e conversas em janeiro de 2016, após algumas visitas, ela aceitou participar de uma entrevista somente no mês de junho. As primeiras conversas e entrevistas ocorreram no início de junho de 2016 e foram breves e objetivavam conhece-la um pouco, sem adentrar nos temas de sociabilidades, namoro e prostituição nos rios. Nesse momento, ela começou provocando minha curiosidade, afirmando “conhecer tudo sobre a prostituição no rio”. A partir dessa entrevista inicial, elaborei um roteiro de entrevista específico sobre as temáticas de meu interesse (comércio informal, sociabilidades e prostituição em balsas). Consegui realizar uma entrevista mais fecunda em termos dos relatos que foram disponibilizados no final do mês de junho de 2016.

Além de Esmeralda e Jade, tentei acessar outras famílias de suas redes familiares que vivem nos rios de Marajó. No entanto, as dificuldades de acesso a essas famílias ribeirinhas foram ingentes. Acredito que os motivos possíveis de inúmeras tentativas mal sucedidas estiveram relacionados ao preconceito social existente e ao tema ser, de uma forma ou de outra, as denúncias de prostituição como crime, inclusive com a participação de adolescentes, e por conseguinte à repressão policial ao comércio ilegal de óleo diesel.

Somente no início do ano de 2018, em face da expectativa frustrada de obter mais dados, Esmeralda me apresentou, de forma lacônica, sua justificativa para as viagens não realizadas em sua companhia. Ela me disse: “O que eu ia dizer para eles quando eu chegasse com você lá?” Eu traduziria assim sua fala: “O que eu ia dizer para eles quando eu chegasse com você lá (“desconhecido” para eles, pesquisador, professor, pedagogo, homem, evangélico, casado, classe média), dizendo que gostaria de saber sobre prostituição ou comércio de óleo diesel em balsas? Eu seria vista como uma traidora da confiança deles, uma mentirosa”. Certamente, os laços de reciprocidade seriam rompidos.

Assim, para estender a abrangência do trabalho de campo, em meados de 2016, decidi procurar a Coordenação da Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Breves. Conversei com os funcionários técnico-pedagógicos e secretários responsáveis por um dos Distritos de Breves. Verifiquei com eles os nomes dos professores que atuam em uma Escola Ribeirinha de Ensino Fundamental. Obtive os telefones de quatro professores, sendo um de uma professora das séries iniciais e outros três de

professores das séries finais, que trabalham nos módulos (as disciplinas são realizadas em período intensivo de aulas), os quais viajavam todos os dias para realizar seu trabalho. Liguei para um professor. Expliquei o objetivo de minha pesquisa e a necessidade de conhecer a escola para continuar o trabalho de campo.

Cheguei à escola no final de junho de 2016, após as 11 horas da manhã¹¹. A partir das 14h fui ao encontro de dois homens de famílias ribeirinhas que moram em duas pequenas casas contíguas que ficavam próximas à escola, na qual moram 10 pessoas, sendo a família do senhor João (73 anos), e de seu filho José (22 anos).

Essa conversa inicial objetivou mútua apresentação, bem como apresentação de um objetivo específico da pesquisa, qual seja, conhecer a história da família, suas condições de vida em linhas gerais, seus trabalhos realizados. Conversei com o senhor José e com seu pai, senhor João, respectivamente. Terminamos com um cafezinho com pão no alojamento dos professores, convidados por um professor. Informações gerais sobre a história daquela família foram obtidas, as quais mostraram aspectos importantes de sociabilidades ribeirinhas desse lugar de trânsito intenso de balsas.

Como nosso transporte deveria sair às 17h daquele dia, pois a maré estaria alta, excelente para atravessar um “furo”, precisei encerrar o trabalho de campo desse dia. Ademais, quando a maré está baixa, viajar pela via (que é estreita e rasa) torna-se intransitável, visto que o furo se transforma em um lamaçal.

Somente em 2017, foi possível realizar o trabalho de campo no meio rural, uma vez que o trabalho na cidade já estava ocorrendo através dos diálogos com Esmeralda e sua família, através de visitas frequentes.

Assim, o campo de pesquisa e também de trabalho foi estabelecido em uma escola municipal de Breves-PA, localizada em um rio do Marajó que estabelece os limites entre os municípios de Breves e Melgaço, constituindo uma região extensa de várzea.

Uma das características das escolas do campo é sua grande quantidade se comparado com o número de escolas que funcionam na cidade de Breves. Nesse caso, esse maior número de escolas do campo em Breves (aproximadamente 300 escolas), representa uma quantidade menor de alunos por escola. No entanto, a escola selecionada para ser a base do trabalho de campo é uma das escolas que tem os maiores quantitativos de alunos (110 alunos em 2017), recebendo alunos de uma extensão de 18,78 km na sinuosidade do rio.

¹¹ Pelos relatos de Esmeralda, a Escola dista em linha reta 12 km da casa de seus familiares. Para fazer esse cálculo com precisão, foi utilizado o software *Google Earth*.

O acesso e permanência na escola foram possíveis mediante a realização de um projeto de extensão vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, que contou com a anuência e o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Breves, bem como das professoras da escola. Nesse projeto, foram atendidos 110 (cento e dez) alunos de educação infantil e ensino fundamental, através da realização de atividades lúdicas como forma de incremento e dinamização da implementação do currículo escolar.

A viagem para chegar à escola do campo teve duração variada, de acordo com os trajetos e as velocidades das embarcações. A viagem mais rápida foi realizada em uma rabeta pequena com motor de 15 HP com duração de 30 minutos, com acesso por um furo, que é um canal estreito e geralmente sinuoso em região de várzea que faz a ligação entre dois rios maiores. Em uma rabeta maior, a viagem levava 45 minutos pelo mesmo trajeto. Em uma lancha-expresso, própria para transporte coletivo pelos rios maiores, iniciando no rio Parauaú e Furo de Breves, a viagem levou 01 hora e 15 minutos. Em um barco a motor, pequeno, a uma baixa velocidade (um pouco mais de 10 km/h), uma parte da viagem navegando contra a maré, foram necessárias três horas de viagem (foram percorridos cerca de 38 km). Foram realizadas viagens em 2016 e intensivamente em 2017.



Figura 01 – Uma viagem de rabeta para a escola *locus* do trabalho de campo

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Os temas “prostituição” ou “exploração sexual” não foram anunciados abertamente aos interlocutores na escola do campo, mas foi buscado com as atenções voltadas para as sociabilidades nas balsas que passavam pelo rio: De onde vem? Para onde vão? O que

transportam? Quem trabalha nas balsas? Por que jogam embrulhos plásticos? O que há nos embrulhos? Por que tem seguranças? De onde vem a soja? Etc. A abordagem “à queima roupa” dos temas anteriores bloquearia os diálogos e a própria interação em campo, o que também foi verificado por Montgomery:

As pessoas de Baan Nua [favela de Bangkok, Tailândia] ficaram muito desconfortáveis com questionários ou entrevistas formais. Não gostaram que lhes fizesse muitas perguntas diretas, especialmente sobre questões como a prostituição. Quando tentei essas entrevistas, muitas vezes as pessoas se recusavam a conversar ou simplesmente se afastavam. Muito mais produtivos foram métodos informais de pesquisa, simplesmente sentados em uma favela conversando com pessoas ou comendo com elas (Montgomery 2001, Capítulo 3).

Com a realização de dinâmicas de grupo no âmbito do projeto de extensão, foi possível estabelecer uma interação social efetiva com as crianças e adolescentes. Dessa forma, temas do cotidiano dos alunos ribeirinhos foram emergindo nas conversas informais e formais. A perspectiva foi acessar tudo o que fosse importante para o universo infanto-juvenil, pois, se fosse relevante para o mundo social da criança e adolescente, haveria a possibilidade de surgir espontaneamente, sem o diretivismo de técnicas de pesquisa, como aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Em uma extensa região de florestas, rios, furos e várzeas, marcada no imaginário social marajoara, criado pela mídia local e regional (Breves e Belém), sobre “exploração sexual de crianças” (as famigeradas “meninas balseiras”), não apareceu nenhuma vez qualquer relato ou indício que sugerisse que crianças e adolescentes sofriam qualquer forma de “exploração sexual” em balsas. Em termos de amostra da população, considerando a trajetória dos barcos do transporte escolar, tanto a noroeste quanto a sudeste, as moradias das crianças estão distribuídas pela margem do rio por uma faixa com a extensão de 18,78 km. Portanto, consideramos que a amostra é significativa (a extensão do rio, que é um corredor logístico, corresponde a 151 km). Ao contrário, os temas presentes e evidentes nas interações foram: açai, rabeta e televisão.

A partir do trabalho de campo na escola, com as observações feitas nas viagens realizadas e com o auxílio dos recursos tecnológicos do software Google Earth, possível ter uma maior clareza quanto aos aspectos físicos de um recorte da geografia marajoara.

A extensão do Estreito, que compreende da entrada do Estreito de Breves (leste) até o rio Amazonas, corresponde a aproximadamente 151 km. A entrada do Estreito de Breves, com medição de margem à margem, tem a largura de 410,67m; a saída do Estreito (oeste), no rio

Amazonas, tem a largura de 216,17m. O trecho mais largo do Estreito tem 890,20m; o trecho médio tem 694,55m; o trecho mais curto tem 199,15m.

Há um pouco mais de 80 casas ao longo de aproximadamente 22 km de rio (36 casas em uma margem de rio e 44 casas em outra margem). Sem considerar as casas próximas / contíguas, as distâncias entre elas variam: limite inferior de 77,07 m e limite superior de 2128,96 m (uma das margens); limite inferior de 66,37 m e limite superior de 3016,88 m (outra margem)¹².

No *locus* de pesquisa, a sudeste e a noroeste da escola selecionada como base do pesquisador, tanto na margem do rio pertencente a Breves quanto a Melgaço, não há conjuntos com até 10 casas ribeirinhas próximas com distância entre elas de no mínimo 50 m. O agrupamento mais frequente de casas é constituído por 02 (duas), havendo 09 pares; 03 agrupamentos com 03 casas; e apenas 02 agrupamentos com 04 casas. Entrementes, o cenário é caracterizado de forma marcante por uma unidade doméstica isolada das demais, às margens do rio, com distâncias que variam de 60 m até 3 km.

Assim, foi abrangido cerca de 15% da extensão total do Estreito de Breves, bem como a população ribeirinha pertencente a esse meio (amostra considerada do universo da população), considerando a interação com os alunos que frequentam a escola.

Outra reflexão que deve ser permanente em uma pesquisa que trabalha com pessoas que são discriminadas e que podem estar em situação de violação de alguns direitos, é sobre a ética na pesquisa.

Não poderíamos deixar de registrar neste trabalho nossas preocupações com as questões éticas da pesquisa antropológica, pois a realização do trabalho de campo implicou na interação com pessoas que conheceram algumas adolescentes que participaram de trocas comerciais e/ou afetivas em balsas que atravessam os rios do arquipélago de Marajó. Para os ativistas do enfrentamento da violência sexual, a simples abordagem de balsas por crianças e adolescentes ribeirinhos configuraria de maneira inequívoca situações de abuso e exploração sexual. Mediante a ameaça de perseguição de alguma forma, motivada por uma cruzada moral nos rios contra a prostituição, e tendo em vista preservar a identidade e a segurança de interlocutores(as) que contribuíram para a realização deste trabalho, foi necessário construir um relacionamento ético com os(as) mesmos(as) e explicitar os parâmetros nos quais este foi efetivado.

¹² Esses dados quantitativos sobre características físicas de um trecho do rio investigado foram obtidos mediante utilização das ferramentas de visualização e medição proporcionadas pelo software Google Earth, que opera com imagens originárias da agência espacial francesa, CNES, disponibilizados pela empresa Astrium.

Na verdade, toda metodologia que se constrói para levar à frente uma investigação científica deve explicitar suas diretrizes para o estabelecimento de um padrão de relacionamento com o grupo investigado.

Nessa perspectiva, demonstramos a seguir que o antropólogo não é um sujeito neutro em relação ao trabalho de campo e às análises apresentadas. Na verdade, os sujeitos são sempre *políticos*, ou seja, agem em função de seus interesses. Em função desse fato, ele precisa evidenciar em seu texto como se deram seus relacionamentos em campo, no sentido de que ele também precisou interagir com os atores para obter seu material etnográfico, e em que possíveis valores ele fundamentou a elaboração de suas conclusões. Não obstante, enfatizamos que os grupos investigados não podem ser prejudicados sob nenhuma hipótese, o que nos leva ao monitoramento permanente de nossas ações durante a pesquisa e mesmo após ela.

O pesquisador deve estar consciente que toda pesquisa traz implicações, consequências para os grupos investigados. Por isso, o antropólogo enfrenta problemas ético-morais ao divulgar os resultados de sua pesquisa. Com efeito, “o antropólogo não pode se abster da responsabilidade sobre o conteúdo do material publicado” (Cardoso de Oliveira 2004:35-36).

Em relação às implicações mais amplas da pesquisa antropológica, podemos afirmar que o debate atual mais contundente no âmbito da Antropologia gira em torno de como se pode conviver com essas implicações:

A percepção de que as informações de outras regiões sobre o casamento fantasma, a destruição ritual da propriedade, a felação iniciática, a imolação real e o sexo despreocupado na adolescência davam à mente uma inclinação natural para ver as coisas sob um prisma do tipo “outras bestas, outros hábitos” levou a discussões, alternadamente violentas, desesperadas e efusivas, destinadas a nos convencer a resistir a essa inclinação em nome da razão, ou a abraçá-la com a mesma justificativa. O que parece um debate sobre as **implicações mais amplas da pesquisa antropológica** é, na verdade, um debate sobre **como viver com elas** (Geertz 2001:49-50; grifos nossos).

De acordo com o Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012 da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa e devem respeitados pelos antropólogos e antropólogas:

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.
5. Direito de acesso aos resultados da investigação.
6. Direito de autoria e co-autoria das populações sobre sua própria produção cultural.

7. Direito de ter seus códigos culturais respeitados e serem informadas, através de várias formas sobre o significado do consentimento informado em pesquisas realizadas no campo da saúde (ABA 2011/2012).

Dada à relevância desse Código de Ética, suas diretrizes devem ser implementadas, ocupando um lugar de primazia nas preocupações do/a antropólogo/a no campo e após este.

É mister notar que nosso Código de Ética se coaduna plenamente com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, a qual dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Sobre essa Resolução, fizemos breves comentários sobre alguns artigos e incisos, os quais tiveram sua efetivação priorizada no âmbito deste trabalho.

Participante da pesquisa é o “indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento” (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso XIII). Optamos por denominar os participantes de “interlocutoras” com o intuito de evidenciar a interação que houve com o pesquisador, num relacionamento mais horizontal e, portanto, livre e consciente.

Desde os primeiros contatos com minhas interlocutoras, procurei instaurar um clima de diálogo e conquista de confiança com relação ao trabalho de pesquisa que eu estava desenvolvendo (Brasil 2016, Art. 4º e 5º). Para tanto, apresentei para minhas interlocutoras a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos e métodos. Acrescido a isso, me comprometi com o “respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas”, assim como lhes foi prometido “a socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada” (Brasil 2016, Art. 3º, Incisos III e IV).

Quanto aos potenciais benefícios, apenas evidenciei a necessidade de um maior conhecimento acerca dos modos de vida dos ribeirinhos marajoaras e de somar esforços em afirmar seus direitos sociais.

Quanto aos riscos, afirmei que a pesquisa tinha a preocupação de evitar qualquer risco a elas e às pessoas por elas ligadas ou referidas, tanto que os nomes das pessoas foram substituídos, bem como os nomes exatos de rios e comunidades foram suprimidos, fazendo apenas referências amplas para evitar sua localização (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso XXV e Art. 19).

Mediante essa compreensão inicial, foi possível obter a anuência das interlocutoras, o que foi feito de forma oral. Não considerei conveniente apresentar um documento escrito para que interlocutoras e eu assinássemos, pois para mim deixaria transparecer que elas estariam

prestando um “testemunho”, “denúncia” no sentido policial, um comprometimento burocrático que poderia possibilitar identificações futuras e que poderia trazer consequências negativas (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso V).

Nessa perspectiva, nos Estados Unidos, quando um pesquisador submete sua pesquisa ao Comitê de Ética, ele solicita um Certificado de Confidencialidade (*Confidentiality Certificate*), que o protege de mandados judiciais ou policiais, resguardando, assim, pesquisadores e pesquisadoras em relação às informações que coletaram de seus interlocutores, possivelmente envolvidos em situações de violação de algum aspecto das leis vigentes. No Brasil temos a Resolução nº 510/2016, o que configura um avanço nesse sentido. Ademais, a Constituição Federal (1988) assegura em seu artigo 5º, inciso “XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Por isso, esse certificado torna-se um recurso a mais para suprir uma necessidade da pesquisa, principalmente quando se lida em campo com práticas ilícitas, pois além de cuidar da segurança dos participantes, também se deve garantir e proteger o trabalho de pesquisadores e pesquisadoras.

Mesmo com a aquiescência das interlocutoras, lhes foi esclarecido sobre a possibilidade de “desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo” (Brasil 2016, Art. 9º, Inciso II). Sob essas condições, as interlocutoras concordaram em participar, e não declinaram de prestar sua contribuição.

Concomitante a isso, também procurei assegurar uma comunicação plena e interativa, continuamente aberta ao diálogo e ao questionamento, esclarecendo dúvidas e lhes dispondo de tempo adequado para a tomada de uma decisão autônoma (Brasil 2016, Art. 4º e 5º).

Assim, a comunicação com minhas interlocutoras estiveram fundamentadas na privacidade e confidencialidade, tendo em vista, a partir da apresentação dos dados e das análises, evitar os processos de estigmatização e preconceito.

Com a privacidade, as interlocutoras mantiveram o controle sobre suas escolhas e informações pessoais, tendo sua intimidade resguardada (suas imagens e seus dados pessoais). Com a não identificação das interlocutoras, lhes foi garantido que não sofressem “invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social” (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso XIX).

Com a confidencialidade, deve-se resguardar as informações dadas em confiança, as quais não poderiam ser reveladas (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso IV). Não obstante, nenhuma informação prestada por minhas interlocutoras foi posta nessa condição, com solicitação expressa de não ser revelada.

Por fim, a pesquisa não atribuiu conteúdo negativo a uma ou mais características das interlocutoras (estigma). Também não lhes atribuiu valor negativo (preconceito). Objetivou construir um relacionamento com as mesmas com respeito “à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais...” (Brasil 2016, Art. 2º, Inciso XI e XVIII).

O presente trabalho, por escolher a análise situacional como diretriz dos procedimentos teórico-metodológicos, apresentou como ponto de partida um caso escolhido dentre os dados obtidos no trabalho de campo, para ser utilizado como situação aglutinadora das principais categorias a serem descritas e discutidas à luz do enfoque teórico mais adequado ao longo de seus capítulos.

A seguir, apresentamos o caso intitulado “Batida policial à procura de óleo diesel em duas casas às margens de um rio no arquipélago de Marajó-PA”. Esse caso foi configurado a partir dos relatos das mulheres ribeirinhas Esmeralda e Jade. Após esse relato, anunciamos os capítulos nos quais este trabalho foi organizado.

Vamos ao caso: em uma casa localizada às margens de um rio do Arquipélago de Marajó, região de florestas e de labirinto de rios, no mês dezembro de 2015, chegou uma lancha com vários policiais civis à ponte da casa da senhora Verônica, de 65 anos aproximadamente. Após o recebimento de uma denúncia anônima, eles estavam em busca de seu genro, chamado Miguel. Além dessa busca, os policiais reviraram essa casa e outras em busca de carotes (vasilhames de plástico com capacidade para 20 litros) com óleo diesel. Esses policiais saíram chutando tudo. Não encontraram o óleo diesel, mas apenas alguns tambores vazios para armazenar óleo diesel, os quais foram cortados para impedir sua futura utilização.

Verônica disse que os policiais deram uma tapa em Miguel, seu genro, jogaram-no de cima da ponte dentro da rabeta. Algemaram e o levaram para a casa dele. Ao chegarem lá, jogaram todas as vasilhas da mulher dele no chão. Saíram chutando, procurando óleo diesel, mas não encontraram. Após isso, os policiais foram embora.

No entanto, três dias depois eles voltaram à casa de Miguel. Dessa vez, os policiais afirmaram ter recebido uma denúncia de que Miguel tinha óleo diesel obtido ilegalmente nas balsas (talvez por crime de receptação de produto roubado ou pela guarda do mesmo). Nessa ocasião, ele foi detido. Na delegacia, Miguel se defendeu, afirmando que comprava o óleo diesel nas balsas ou trocava com cerveja e outros produtos, dizendo: “Tu sabe que é meu meio de vida, para cuidar dos meus filhos; eu não tenho trabalho; eu não dou conta de trabalhar”.

Quando os policiais não encontram o óleo diesel, mas apenas os vasilhames/recipientes, estes são destruídos. Por outro lado, quando encontram tambores com o combustível, este é apreendido e levado para a delegacia.

Nos rios do Marajó, o óleo diesel pode ser obtido das balsas mediante quatro meios principais, quais sejam:

- ✓ é trocado com cerveja ou outros produtos alimentícios regionais (Miguel não vai sozinho, pois um familiar o auxilia na venda);
- ✓ ou é comprado diretamente dos tripulantes das balsas;
- ✓ ou é recebido por mulheres, inclusive adolescentes (nunca idosas; na pesquisa de campo, não houve nenhum relato acerca da participação de crianças), como pagamento de favores sexuais prestados ou como dádiva na situação de um “relacionamento afetivo”;
- ✓ ou, o que configura a denúncia mais grave, é fruto da ação de várias quadrilhas que frequentemente tomam de assalto essas embarcações de baixa velocidade (devido à balsa estar carregada de óleo diesel e mercadorias), montados em suas velozes rabetas, que funcionam como uma espécie de lancha.

Assim, o óleo diesel é obtido por ribeirinhos de forma ilegal e proveniente de crimes cometidos nos rios, tais como crimes contra a propriedade privada, incluindo a situação de roubo de produtos e mercadorias oriundos do polo industrial de Manaus.

Quanto à participação ativa de mulheres e adolescentes nesse comércio informal/ilegal, o único crime imputado através de denúncias de alguns jornais e emissoras de televisão de Belém e Breves, é a “indução à prostituição ou outra forma de exploração sexual” (Código Penal, Art. 218-B), uma vez que o óleo diesel e dinheiro são concedidos às jovens ribeirinhas, o que permite uma interpretação enviesada, principalmente quando as adolescentes não são autorizadas a falar com autonomia, porque são consideradas *a priori* sempre como vítimas enganadas. No entanto, nenhum relato obtido em campo respaldou a hipótese de indução à prostituição mediante engodo ou de situações de exploração, na qual se extrai de forma abusiva lucros das atividades laborais das ribeirinhas.

Com efeito, não houve registros ou denúncias de estupros (Código Penal, Art. 213) ou estupro de vulnerável (Código Penal, Art. 217-A), não houve relatos orais de prostituição feita mediante engano ou feito contra a vontade (Código Penal, Art. 215). Não houve nenhum vestígio de “redes” organizadas para aliciamento. No entanto, não há como afirmar que esses crimes não aconteçam nos rios do Marajó.

O óleo diesel pode ser vendido na cidade de Breves-PA para comerciantes locais por um preço menor do que o praticado no mercado (este aspecto foi apresentado de forma evasiva pelas interlocutoras), bem como pode ser vendido para as embarcações que transitam frequentemente nos rios.

Alguns ribeirinhos tem participado do comércio ilegal/informal de óleo diesel e gasolina. Por isso, sempre que esses percebem a aproximação de qualquer voadeira / lancha alheia à comunidade, eles se dirigem para dentro da mata para esconder os carotes (vasilhames / recipientes¹³) com seu precioso combustível. Segundo Esmeralda, Miguel tem um capital específico para a compra do óleo diesel nas balsas. Ele não é assaltante. Mesmo assim, com medo da repressão da polícia, ele tem sempre que esconder seus tambores na mata.

Outra denúncia que envolveu a família de Verônica diz respeito à “indução” de adolescentes ribeirinhas para a “prostituição ou exploração sexual” nas balsas que diariamente e em grande quantidade (é um trânsito intenso e permanente) atravessam os rios do Marajó.

De acordo com os relatos, há mulheres adultas dessa família que participam ativamente do comércio informal de cervejas, refrigerantes e produtos extrativistas locais, com o auxílio de familiares que são homens (tios, padrastos, irmãos), os quais são os pilotos das rabetas. Nessa atividade, pode haver a participação de adolescentes. No entanto, não foi possível ter acesso a mais informações sobre essa participação. Com efeito, há um comércio informal que ocorre no interior das balsas em trânsito.

Uma descrição sumária desse comércio informal poderia ser a seguinte: mediante o recebimento de um telefonema por meio de celular, ribeirinhos se dirigem às balsas que atravessam em frente de suas casas (a balsa não pode interromper a viagem), para vender diversos produtos, tais como cerveja, refrigerantes, cigarro, açaí, camarão, palmito, castanha-do-pará e outros frutos oriundos da localidade/floresta. As bebidas e o açaí são condicionados em grandes caixas térmicas de isopor carregadas de gelo produzido no congelador freezer da casa de Miguel, ou comprados em fábricas de gelo localizadas na cidade, distante aproximadamente 30 a 45 minutos de rabeta. Geralmente, os homens não sobem nas balsas, apenas amarram suas rabetas nas balsas (é proibido amarrar pequenas embarcações no empurrador). Assim, ocorre a venda ou a troca dos produtos dos ribeirinhos com o óleo diesel. Uma caixinha de cerveja pode ser trocada por um balde de óleo diesel, equivalente a 20 litros. Se for gasolina, a mesma quantidade de cerveja pode corresponder até 10 litros de combustível.

Além de vender esses produtos e devido ao contato sistemático / interações proporcionado pelas viagens constantes (estas viagens duram aproximadamente uma semana de Belém a Manaus ou vice-versa), as adolescentes e mulheres podem se relacionar afetivamente com os tripulantes e caminhoneiros, ou se prostituem (em ambas as situações, o

¹³ Os recipientes de combustíveis devem ser rígidos, metálicos ou não metálicos. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 50 litros. O abastecimento de volumes superiores a 50 litros deve ser feito em recipientes metálicos – NORMA ABNT NBR 15.594-1:2008 (ABNT 2008).

relacionamento sexual pode ocorrer, mas não de maneira forçada). Um “programa” (este não é um termo êmico) com uma mulher que se prostitui pode chegar a custar R\$ 100 (valor mencionado por minha interlocutora Jade para o final do ano de 2015). O “programa” também pode ser pago em litros de óleo diesel ou gasolina.

O “caso” relatado anteriormente foi utilizado como ponto de partida para a estruturação das discussões construídas no âmbito do presente trabalho.

Em primeiro lugar, os ribeirinhos não são simplesmente pessoas que moram às margens dos rios, mas são, sobretudo, comunidades tradicionais da Amazônia. É o que se discute no primeiro capítulo, intitulado “Os modos de vida das comunidades tradicionais ribeirinhas no arquipélago de Marajó-PA, no corredor logístico das balsas de Manaus, Santarém, Miritituba e Belém”.

Em segundo lugar, a organização dos relacionamentos em famílias ribeirinhas e na própria rede familiar toma por base semelhanças com a moral de famílias brasileiras pobres. É o que se discute no segundo capítulo, intitulado “Sociabilidades e moralidades de famílias pobres e ribeirinhas”.

Em terceiro lugar, as balsas que atravessam os rios marajoaras tem seu trabalho de transporte vinculado à força do capital de grandes multinacionais e tradings. É o que se discute no terceiro capítulo, intitulado “A Zona Franca de Manaus e os portos de Santarém e Miritituba: a logística do capital atravessando o Marajó”.

Em quarto lugar, com o intenso trânsito nos rios, as sociabilidades ribeirinhas passaram a serem ampliadas, englobando aqueles que trabalham nas balsas, para comercializar, confiar e empreender trocas materiais, simbólicas e afetivas, na legalidade ou dentro de um código moral próprio. É o que se discute no quarto capítulo, intitulado “Comércio informal, legalidades e sociabilidades nos rios do Marajó”.

Em quinto lugar, em decorrência dessas relações construídas ao longo de décadas, contraditórias entre a tradição e a mudança cultural, na permanente reatualização e adaptação de seus estilos coletivos de vida, também se manifestaram formas de relacionamento afetivo e inclusive prostituição. É o que se discute no quinto capítulo, intitulado “Sociabilidade de mulheres ribeirinhas: entre a moralidade e a reciprocidade”.

Em sexto lugar, a participação de adolescentes em situações análogas à prostituição (dada a seu aspecto ambíguo) não seria aceita pela opinião pública alimentada por denúncias veiculadas sistematicamente em jornais impressos e em algumas emissoras de televisão, sob a égide das leis vigentes que visam em teoria a proteção de todas as crianças e adolescentes. Assim, se houver denúncia, vem a repressão policial. Se não houver denúncia, as novas formas

de vida ribeirinha seguem seu fluxo. Nessa perspectiva, apenas uma emissora de TV mostrou tripulantes de uma balsa sendo detidos pela polícia civil, devido a presença de uma adolescente e uma criança na embarcação. É o que se discute no sexto capítulo, intitulado “Construções morais, emotivas e políticas no enfrentamento da prostituição e da exploração sexual de adolescentes”.

Por fim, se de fato o estado pretende cumprir a lei quanto à garantia dos direitos de crianças e adolescentes ribeirinhos, que comece pela busca de um salto qualitativo no atendimento que precisa ser implementado na educação do campo, o que vai exigir um orçamento maior para o financiamento da educação pública no meio rural marajoara. É o que se discute no sétimo e último capítulo, intitulado “Uma escola para a educação de ribeirinhos no enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais”.

1 OS MODOS DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ-PA, NO CORREDOR LOGÍSTICO DAS BALSAS DE MANAUS, SANTARÉM, MIRITITUBA E BELÉM

Este capítulo descreve os modos de vida de comunidades ribeirinhas na Amazônia, destacando as principais formas de trabalho de famílias ribeirinhas marajoaras e as relações econômicas estabelecidas nessas comunidades, com uma referência sobre as dádivas obtidas no rio oriundas das embarcações e a grande relevância dos programas sociais como gerador de renda para a manutenção da família e das crianças na escola.

1.1 OS MODOS DE VIDA DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

A categoria “ribeirinho” é um termo utilizado amplamente na Amazônia para designar o campesinato que reside à margem de vias hidrográficas e que vive da extração e do manejo de recursos florestais-aquáticos e da agricultura em pequena escala (Marinho 2009).

Segundo Fraxe et al. (2007), as comunidades ribeirinhas tem seu principal momento histórico de formação na Amazônia a partir do ciclo da borracha iniciado no século XIX. Com a crise da borracha na década de 1920, grande parte de seringueiros e “caboclos” provenientes de vários grupos étnicos principalmente indígenas, nordestinos, migraram para as margens dos rios, tornando-se agricultores e pescadores que desenvolveram uma cultura específica com fortes traços da herança cultural indígena.

Com efeito, as comunidades ribeirinhas adotaram valores e características específicas dos sistemas indígenas, dentre os quais destacamos: cooperação; laços familiares e comunicação entre gerações, inclusive com ligação aos ancestrais; preocupação pelo bem-estar das gerações futuras; sociabilização a nível local, dependência de recursos naturais disponíveis localmente, o que implica em determinada autossuficiência, e controle da exploração desenfreada de recursos com conseqüente respeito à natureza (Guarim s/d:11).

De um modo geral, as comunidades ribeirinhas são reconhecidas pelas características atribuídas por Diegues (2000) para culturas e sociedades tradicionais, apresentando:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) *conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos* que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) *noção de território ou espaço* onde o grupo social reproduz-se econômica e socialmente; d) *moradia e ocupação desse território por*

várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) *importância das atividades de subsistência*, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) *reduzida acumulação de capital*; g) *importância dada à unidade familiar*, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) *importância das simbologias*, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) *a tecnologia utilizada é relativamente simples*, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo até o produto final; j) *fraco poder político*, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos e l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (Diegues 2000:87-88).

A principal característica da denominação “comunidades ribeirinhas” não se assenta no critério geográfico, através da localização às margens dos cursos d’água, pois vários outros grupos também tem essa mesma característica, como povos indígenas, grandes ou pequenos criadores de gado ou pescadores e agricultores. A característica que marca a identidade ribeirinha assenta-se precipuamente em “unidades de trabalho familiar na agricultura, no extrativismo, na pesca e na pecuária, a formas de cooperação simples no uso comum dos recursos naturais e a uma consciência ecológica acentuada” (Almeida 2008a:35-36), os quais tem como antagonistas aqueles que praticam a pesca predatória em escala comercial e os criadores de gado de forma extensiva, os quais monopolizam recursos hídricos pelo cercamento arbitrário de rios, igarapés e bordas dos lagos (idem).

Contudo, o rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, sendo uma importante fonte de alimento, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens, servindo também como via estratégica de transporte.

Os modos principais de vida de ribeirinhos consistem na pesca, na agricultura e no extrativismo, dos quais obtêm os meios e os materiais capazes de satisfazer suas necessidades (O’Dwyer s/d:207). Em relação ao extrativismo, merece destaque o açaí, que é um fruto de destaque na dieta alimentar ribeirinha, bem como vem sendo cada vez mais valorizado no mercado, sendo por isso também bastante comercializado.

Ravena Cañete (2012) sintetizou esses modos de existência ribeirinhos, apresentando uma possibilidade de vivência dessas atividades, as quais são distribuídas ao longo do ano, destacando os períodos de cheia e de vazante dos rios, bem como os períodos de maior estiagem:

O ribeirinho de dezembro a janeiro planta, colhe as roças de várzea, produz farinha, pesca e extrai produtos tanto para consumo como para venda. No período de cheia (fim de fevereiro a início de maio) o ribeirinho pode explorar produtos da floresta (em especial a castanha) para a venda e para o próprio consumo (em especial a caça e a madeira para lenha) assim como pode pescar somente para consumo em função do período de defeso. Na vazante (fim de maio a julho) o ribeirinho pode iniciar o plantio das roças de várzea, explorar os recursos naturais (com uma orientação muito mais

consuntiva, pois a castanha encontra-se na entressafra), e poderá pescar, sendo que os corpos d'água começam a ficar mais piscosos. No período de seca (agosto a novembro) o ribeirinho irá roçar a área de várzea cultivada, extrair recursos naturais para seu próprio consumo e, principalmente, pescar, pois os ambientes aquáticos atingem seu clímax de piscosidade neste período do ano. A atividade da pesca tem caráter de subsistência entre os ribeirinhos, ainda que se caracterize, também, para parte dessa população, como uma atividade que permite relacionar-se com o mercado. Assim, pode-se dizer que as principais atividades dos ribeirinhos são: agricultura, pesca e extração de recursos naturais da floresta (Ravena Cañete 2012:100-101).

A pesca é indissociável do modo de vida ribeirinho, podendo voltar-se exclusivamente para o consumo familiar (Marinho 2009), e/ou para a atividade comercial (Fraxe et al. 2007). A pesca de pequeno porte pode envolver apenas o uso de pequenas malhadeiras, caniços e cambão, sobretudo nos igarapés, onde capturam pequena quantidade de peixes, como a traíra (*Hoplias malabaricus*), o jeju (*Hoplerhythrinus unitaeniatus*), dentre tantas outras espécies. Há também a pesca do camarão, através da fixação de matapis nas margens de rios e igarapés. Em algumas comunidades, a pesca toma contorno de atividade comercial preponderante, o que evidencia a participação de seus excedentes na movimentação de economias urbanas (Fraxe et al. 2007).

As distinções entre ribeirinhos e pescadores aparecem através de diferentes organizações voluntárias que os representam, não importando que tenham ocupações econômicas aproximáveis. Com efeito, as organizações de base econômica heterogênea dos ribeirinhos distinguem-se das denominadas “colônias de pescadores”, mesmo quando incidem sobre um mesmo município ou bacia hidrográfica (Almeida 2008a).

Além da pesca, a agricultura também é praticada pelos ribeirinhos. Nesse âmbito, as roças são os sistemas de uso da terra mais utilizados na Amazônia. Nelas predominam o cultivo de espécies anuais, tais como mandioca, que é o componente principal, bem como feijão, milho, cará, batata e hortaliças em geral. Esses produtos são utilizados principalmente para manutenção sócio-econômica dessas populações (Fraxe et al. 2007).

De um modo geral, a roça não ocupa culturalmente os mesmos lugares para quebradeira de coco babaçu, ou para um seringueiro, ou para um ribeirinho ou para um pescador artesanal. Por outro lado, as variedades de mandioca são utilizadas para períodos mais longos ou de média e de curta duração. Nesse sentido, há uma variedade expressiva de espécies e os usos são igualmente variados (Almeida 2008b).

Segundo Almeida (2008a), as formas de cultivo da terra estão em consonância com as estações do ano, sendo que, durante o verão, o cultivo da terra é comum. Já na estação das chuvas, em função dos alagamentos de parte das florestas, as terras de cultivo tornam-se

escassas e tendem a ser apropriadas de maneira individual por unidades familiares (Almeida 2008b).

Geralmente, as roças são preparadas nos meses de junho e julho, queimadas e plantadas nos meses de agosto e setembro e desmanchadas no verão seguinte, sobretudo quando a safra do açaí começa a diminuir (Marinho 2009).

Além da pesca e da agricultura, a caça também merece destaque nos modos de vida ribeirinhos, sendo direcionadas precipuamente para o consumo das famílias. Assim, é através da caçada que os ribeirinhos se apropriam dos recursos da fauna. A caçada pode ocorrer de três modos possíveis: a lanternação, a tocaia e a perseguição. Na lanternação, o caçador faz incursão noturna na mata munido de lanterna e espingarda, buscando abater determinadas espécies de mamíferos de hábitos noturnos, como o tatu-de-rabo-mole (*Lysiurus uncinatus*) e a paca (*Coelogenys paca*) (Marinho 2009). Na tocaia, o caçador procura locais em que há rastros de caça que se alimentam de determinados frutos e prepara o terreno em direção às árvores frutíferas; posteriormente, o caçador fica no local escolhido durante a noite, esperando o animal para abatê-lo com o uso da espingarda. Na caçada por perseguição, o caçador persegue o animal com o auxílio do cachorro, seguindo seus rastros e emitindo rugidos até tê-lo acuado completamente para o abate (Fraxe et al. 2007).

Também se observa um sentido de cooperação nas caçadas e mesmo na repartição de seus resultados. A “*caça em grupo*” compreende a existência de uma cooperação entre os ribeirinhos que agem de maneira conjunta nas emboscadas. Nesse tipo de caçada, a carne dos animais abatidos é distribuída igualmente entre os ribeirinhos. Mesmo no caso da “*caça individual*”, verifica-se a presença da cooperação entre os ribeirinhos, em que o caçador distribui parte da carne da caça entre seus parentes, os quais tem a obrigação em retribuir o “presente” em outro momento. Assim, “a relação de doação da caça entre parentes garante ao caçador o suprimento de alimento em alguma ocasião que não tiver sucesso na caçada” (Fraxe et al. 2007).

Uma consciência ecológica também é verificada na prática da caçada pelos ribeirinhos, pois, “uma vez adquirida a caça, a atividade cessa até que tenha acabado todo o animal, ou quase todo, o que significa mecanismo de controle sobre o recurso natural ou um processo educativo sutil sobre o manejo tradicional da caça” (Fraxe et al. 2007:161).

As populações ribeirinhas também se caracterizam por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre. De acordo com Fraxe et al. (2007), a floresta é uma grande fonte de sobrevivência para as populações ribeirinhas, pois nela podem encontrar a matéria

básica para a sua alimentação, construção de meio de transporte fluvial, moradia, artesanato e farmacopéia.

Nos anos 1960-1970, os historiadores econômicos, os planejadores e os burocratas haviam decretado o fim da empresa extrativista na Amazônia, com base na profunda crise do sistema de aviação e patronagem, uma vez que não demonstrava condições de arrecadação de receitas/impostos para o Estado. Entretanto, reconheciam a importância do extrativismo para indígenas e ribeirinhos:

O extrativismo representa um recurso de sobrevivência das populações rústicas e marginais, cuja importância é provavelmente maior do que os dados disponíveis indicam, uma vez que o auto-consumo representa uma proporção substancial da renda dessas populações, que não é incluída nas estatísticas (Almeida 2008b:66-67).

Alguns produtos provenientes do extrativismo são utilizados como alimento pelos ribeirinhos, tais como as amêndoas da castanheira (*Bertholletia excelsa*), uixi (*Endopleura uchi*), piquiá (*Caryocar villosum*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e açaí-do-mato (*Euterpe precatoria*) (Fraxe et al. 2007). Outros produtos de relevada importância para o extrativismo ribeirinho são o açaí e o azeite de andiroba.

Os ribeirinhos sabem distinguir o tempo ecológico dos recursos naturais e, em virtude desse conhecimento, organizam a heterogeneidade de suas formas de trabalho:

Os conhecimentos que norteiam as atividades dos ribeirinhos não são respostas mecânicas ao estômago, nem constituem um produto gerado abstratamente pelo pensamento humano. É um modelo sistematizado de informações que *definem e legitimam* o acesso concreto dos indivíduos e dos grupos aos recursos materiais e às realidades sobrenaturais que compunham seu território, configurando uma verdadeira “*ciência do concreto*”, nos termos empregado por Lévi-Strauss (1976) (Fraxe et al. 2007:158).

Como visto anteriormente, houve muitas interpretações que levavam ao anúncio do fim do extrativismo na Amazônia, mostrando ser uma atividade econômica primitiva e insustentável do ponto de vista ambiental e socioeconômico. Para corroborar essa argumentação, trazem para a discussão o exemplo da exploração predatória do palmito do açaí, o qual levou a devastação de muitos açaizais nas décadas de 1970 e 1980 (Marinho 2009).

Entretanto, pesquisas recentes mostram o crescimento da importância da extração de produtos florestais, como o açaí. Com efeito, a extração do açaí tem se firmado como uma atividade de importância capital na alimentação de famílias ribeirinhas (no qual se destaca o valor nutritivo do “vinho” do açaí), bem como na geração de renda decorrente da sua comercialização, principalmente para os grandes centros urbanos da Amazônia, tais como Belém-PA e Macapá-AP (Marinho 2009).

Neste sentido, percebe-se como são limitadas as interpretações que previam o fim do extrativismo na Amazônia, as quais não se aplicam à extração do açaí, posto que não permitem “visualizar o conhecimento tradicional que norteia essa atividade, assim como a sua indiscutível importância socioeconômica atual” (Marinho 2009:207).

Há séculos, o açaí é fonte básica de alimentação para a população ribeirinha e possui um amplo mercado regional e nacional. É consumido em forma de suco, o chamado “vinho de açaí”. Nos últimos anos, tem crescido a importância econômica do fruto do açaí em toda a região do estuário amazônico, bem como nos grandes centros urbanos do Brasil, utilizado principalmente como alimento de alto valor energético para os praticantes de esportes (Fraxe et al. 2007).

Dada a grande importância do açaí, percebemos que a localização de muitas comunidades ribeirinhas está próxima de grandes açais, muitos dos quais são resultado de seu manejo. Segundo Marinho (2009), como a obtenção de renda passa a depender cada vez mais dos açais, a interação dos ribeirinhos com esses palmeirais começa a se orientar no sentido de aumento da produtividade do açaí, resultando daí a conservação, bem como a intensificação do manejo dessas palmeiras, prática que localmente é norteada pelo conhecimento empírico do ribeirinho, adquirido na interação diária com o ecossistema local:

O crescente interesse por esse fruto estimula cada vez a intervenção humana na composição florística das áreas inundáveis. Isto com o intuito de favorecer o desenvolvimento e a ampliação dos açais. Em consequência, esses palmeirais passam a dominar a paisagem, manifestando formalmente a crescente importância desse recurso (Marinho 2009:186).

Nesses termos, o incremento do manejo constitui um salto de qualidade no interior da própria atividade extrativa.

Por fim, a partir das análises feitas, percebemos que a identidade étnica ribeirinha é forjada em uma profunda consciência ecológica, uma vez que essas comunidades progressivamente tem se mobilizado contra a devastação das florestas, a expropriação dos meios de produção e a usurpação de saberes tradicionais (Almeida 2008b).

Em suma, os ribeirinhos desenvolvem permanentemente uma intensa interação com o ambiente, manifestando a existência de verdadeiros laços afetivos entre homem e natureza. Esse fato é comprovado quando olhamos os diversos aspectos do cotidiano ribeirinho em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora, e chegamos à certeza de que todos esses elementos estão integrados em uma unidade que constitui a própria condição sociocultural de existência dessas comunidades tradicionais (Guarim s/d).

1.2 AS PRINCIPAIS FORMAS DE TRABALHO DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS MARAJOARAS E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ESTABELECIDAS

As principais formas de trabalho praticadas por famílias ribeirinhas marajoaras estão todas relacionadas ao extrativismo, caça e pesca, como é peculiar de comunidades ribeirinhas tradicionais. Os produtos que mais se destacam na economia extrativista local são o açaí e o palmito.

Para José, um dos interlocutores no trabalho de campo, a madeira que há para ser extraída das matas é macacaúba. Para João, os tipos de madeira ainda existentes são virola e andiroba. Para Esmeralda, na localidade onde moram seus pais só existe pracuúba: “eu adorava baixar madeira com ele [pai], *debaixo da chuva*. O trabalho era isso”.

Para Esmeralda a madeira que ainda existe é escassa. Como não há serrarias na localidade, a madeira era extraída com motosserra. Segundo João, há um patrão local que dá as condições para a retirada da madeira, ou seja, a madeira é extraída através de parceria com o ribeirinho. Posteriormente, essa madeira é transportada para a cidade para a comercialização. Na cidade, os proprietários de estância compram a madeira, ou melhor, recebem-na em conta, mas o pagamento só é efetuado alguns dias depois. Para João, como o patrão da cidade não tem dinheiro para pagar à vista, essa situação se configura como uma dificuldade que tem servido para desestimular a extração desse produto.

Nesse sentido, Esmeralda afirmou que não há compradores que possam chegar até as comunidades ribeirinhas para comprar madeira. No seu tempo de adolescente (década de 1980), a realidade era outra: “no tempo em que eu me entendi, eles iam comprar no porto [de casa]. Eles levavam aquela jangada. E hoje não tem esses compradores. Então, é por isso que eles [seus familiares] ficam no palmito”.

De acordo com Esmeralda, há madeira que é extraída para a construção de casas ribeirinhas. Nesse caso, o ribeirinho que não tem ou não sabe operar motosserra, precisa pagar diárias de R\$ 100 para um serrador (valor de 2016): “a madeira que eles tiram em um dia é suficiente para armar uma casa”.

O palmito do açaí é um dos produtos do extrativismo que tem a segunda maior expressão e importância para a economia ribeirinha, perdendo apenas para o fruto dessa palmeira, que chega a produzir 10 mil toneladas no município de Breves-PA ao longo de um ano (dados de 2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Projetos e Convênios, Breves-PA).

Há ribeirinhos que vendem o palmito de açaí em “cabeça” (*extremidade superior do estipe / caule*), como João e José. De acordo com João, o palmito em cabeça, novo e graúdo, pode ser vendido a R\$ 1,00 a unidade (cabeça); se o palmito em cabeça for pequeno e fino, é vendido a R\$ 0,50. Para ele, o palmito não é muito valorizado, mas já foi há uns 50 anos, no início de sua exploração em Marajó (década 1960).

Por dia, seu João conseguia tirar 100 cabeças de palmito. Em um dia típico de trabalho, ele começava sua atividade às 9 horas e terminava a jornada às 13 horas. Esmeralda e seus dois irmãos também conseguiam extrair 100 cabeças de palmito por dia (cada um). Essa quantidade era uma meta individual a ser alcançada, principalmente na estação chuvosa, quando se vivenciava o período de entressafra do açaí.

Com a maior preservação das palmeiras de açaí na mata de várzea, tendo em vista uma produção / extrativismo cada vez maior do fruto do açaí, devido sua maior demanda e consequente valorização no mercado nacional e internacional, o filho de Esmeralda (de 23 anos de idade) só consegue extrair 50 cabeças em um dia de trabalho.

O palmito era vendido para Alexandre, um pequeno comerciante ribeirinho e que atua como “atravessador”¹⁴, que tinha uma fabriqueta de palmito e ficava localizado na parte de “cima” do rio (noroeste). Segundo Esmeralda, as fabriquetas de palmito estavam paradas, porque não tem vasilhame para embalagem (potes de vidro). Quando o barco vinha comprar o palmito em conserva, trazia o vasilhame para vender para Alexandre. José, no primeiro semestre de 2016, havia extraído uma quantidade aproximada de 600 cabeças de palmito de açaí.

O palmito não é extraído em qualquer lugar. Talvez não haja no meio rural de Marajó uma área que não tenha proprietário, não às margens dos rios. Seu João, por exemplo, extraía o palmito nas “extremas” de seu terreno, ou seja, nas divisas. Extraía pouco devido às dimensões de sua propriedade. João vive na ilha Santo André, a qual é dividida entre uns 200 proprietários. Por outro lado, a ilha que fica à frente de sua é a ilha do Bom Sossego, que tem apenas uns 05 donos. As ilhas dessa região constituem regiões de várzea, sendo periodicamente alagadas pela ação das chuvas e dos rios, formando inúmeros igapós. Não há “terra geral”, o que impossibilita a prática da agricultura.

De acordo com Esmeralda, havia muito palmito na década de 1980 e 1990. Para ela, um dia de extrativismo iniciava às 8 h da manhã e se estendia até as 17 h. Um dia típico de trabalho foi assim descrito por ela:

¹⁴ Indivíduo que compra mercadorias do produtor e as revende para o comércio varejista com uma margem de lucro; intermediário. Disponível em: <<http://dicionariocriativo.com.br/significado/atravessador>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Mas a gente chegava cedo [no mato, às 8 h] e ficava subindo [no açazeiro para tirar palmito]. Nós ia para o mato e levava farinha e um pouco de sal. A gente não levava comida. Quando a água secava... quando a água descia, a gente descia no igarapé. Aí tem aqueles açazeiros que tem um buraco lá dentro [taboca]. Aí tinha peixe lá dentro. “A água está seca. Vumbora para lá”. Aí eu ia para lá com o meu irmão, e jogava a taboca para terra, pegava os peixes; aí a gente ia para lá fazer o fogo. A gente levava o sal. Aí assava. Nós comia. Nós três [os mais velhos]. Nós era ligado. Nós só andava junto. Aí nós já tinha merendado. Deixava sentar um pouco [fazer a digestão] e nós voltava para o palmito, porque tinha muito. Na época tinha muito (Esmeralda).

Esmeralda explicou que o horário de término de jornada de trabalho no extrativismo dependia das marés, pois chegavam com a água grande (maré cheia ou preamar) e somente podiam voltar quando a água subisse de novo, uma vez que se deslocavam por igarapés e furos que adentravam a floresta e secavam com a maré baixa (ou vazante). “A gente ia no casquinho remando. Aí a gente chegava no igarapé e a água secava. Nem se a gente quisesse vir antes, não dava. Esperava a água crescer, para trazer o palmito logo. Nós não deixava no mato. (...) Porque depois que a gente vinha para casa, nós não voltava. Só vinha de tardinha mesmo. Era longe [tinha que ir e vir remando]” (Esmeralda). Além do palmito, ela e seus irmãos apanhavam o fruto do açaí para o preparo do suco para o jantar.

Há poucas palmeiras do açaí, limitando-se a região de extrativismo à propriedade de sua família: “só tem mesmo do açazeiro que eles fazem no terreiro [propriedade rural de pequena extensão]. Quando acaba o [fruto do] açaí [safra], eles ficam nesse palmitinho mesmo”. É importante salientar que a família de Esmeralda, além do extrativismo em suas propriedades, também faz o manejo de seu açazeiro (pomar de palmeiras do açaí). Também extraem o palmito em um local muito distante de suas casas.

No início da década de 1980, Esmeralda e seus dois irmãos trabalhavam com seu pai no extrativismo do palmito. Essa atividade não era desempenhada por sua mãe:

A gente trabalhava com o papai no mato. O serviço lá, a gente sobrevivia de cortar o palmito. (...) Quem trabalhava era eu e a minha irmã mais velha, que trabalhava em casa cortando palmito. Eu e meu irmão, que é depois de mim, a gente trabalhava no mato com o papai. (...) A gente trabalhava muito. A mamãe... A gente não gostava que ela fosse para o mato. Todo tempo ela foi doente. Ela tinha problema de mama [nos seios]. Aí a gente trabalhava com o papai mesmo [década de 1980] (Esmeralda).

Ainda hoje as crianças acompanham os pais na extração do açaí, principalmente os meninos acima de 10 anos, assim como algumas poucas meninas com maior força e destreza física. No trabalho de campo, ao conversar com os alunos na escola (sala de aula), foi verificado que apenas uma adolescente de 14 ou 15 anos trabalhava com os irmãos na extração do açaí. O espaço principal reservado às meninas e mulheres das comunidades ribeirinhas corresponde ao âmbito doméstico, com as atividades de cuidado permanente dos familiares e da casa que lhe são inerentes. Exceção a essa regra, é a situação de adolescentes e jovens mulheres que

trabalham com o comércio de produtos nas embarcações que atravessam a região, principalmente balsas.

Também há ribeirinhos que vendem o palmito em conserva, o que é resultado de uma produção caseira incipiente. “Eles trabalham com conserva. Eles pegam as caixas deles, vão lá, pegam o palmito e preparam na casa. Aí eles ‘envidram’, colocam no vidro” (Esmeralda). Nesse caso, o palmito é embalado em potes de vidro na casa, mas não chegam a formar uma pequena fábrica.

Na década de 1980, muitos compradores de conserva de palmito se dirigiam em seus barcos até a casa dos familiares de Esmeralda para compra-lo. No entanto, hoje o palmito é entregue por conta para Alexandre, o pequeno comerciante da localidade que também tem uma fabriquetinha do palmito em conserva. Assim, como os familiares de Esmeralda faziam compras a crédito no estabelecimento comercial de Alexandre, quando entregavam a pequena produção de palmito em conserva, o comerciante, no ato do pagamento, já descontava os valores constituintes do débito. É uma instituição que apresenta os resquícios do aviamento¹⁵ da época do extrativismo da borracha na Amazônia:

É com ele [Alexandre] que os meus irmãos trabalham. Numa época dessas [inverno], ele está comprando palmito. Ele compra o palmito deles, e eles compram a mercadoria dele. (...) Quando meus irmãos saldaram, eles recebem em dinheiro. Quando não, eles trocam com mercadorias. Também quando eles [irmãos] precisam de dinheiro adiantado, ele dá. O único comércio que tem lá é dele (Esmeralda).

No inverno, se trabalhava na extração do palmito. No verão, no extrativismo do açaí. Segundo Esmeralda, a caixa com doze potes de palmito custa R\$ 25 (valor de 2016). Com um certo estoque de potes de conserva de palmito, Alexandre aguardava os compradores que vinham de Belém. “Esse comprador vem de Belém, em barco grande, porrudo”.

O fruto do açaí é o principal produto do extrativismo. No inverno, a safra desse produto diminui vertiginosamente, pois “85% dos frutos amadurecem no período de agosto a dezembro” (Queiroz e Mochiutti 2001:28). Desse modo, no verão tem-se a safra de forma abundante, principalmente devido à intensa irrigação provocada pela precipitação de chuvas torrenciais na Amazônia nos seis primeiros meses do ano ou por razões genéticas das palmeiras. Para José, “no mês de setembro é a força do açaí”. É geralmente nesse período que regatões / barcos

¹⁵ De acordo com Aramburu (1994:1), “o aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção”. Charles Wagley afirmou que nos anos 1950 o aviamento era o principal elemento estrutural que regulava as relações sociais na Amazônia (1988:146).

geleiras¹⁶ chegam até as comunidades ribeirinhas para comprar a produção do fruto do açaí ou trocar com outros produtos, tais como o frango congelado.



Figura 02 – Açaí apanhado em uma tarde de verão

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Compradores de açaí em barcos-geleiras com capacidade para várias toneladas (os barcos menores vão até a ponte do ribeirão comprar açaí) contratavam pessoas em rabetas para sair comprando o açaí para eles. Quem comprava, tirava sua comissão (Relato de Edson, esposo de Esmeralda). Esses grandes barcos também ficavam na frente da cidade de Breves esperando os produtores para comprar o açaí.

Na Feira do Açaí, localizada na cidade de Breves, em um dia no final de outubro de 2017, foram vendidas um pouco mais de mil latas de açaí. Quando chegava a dar duas mil latas, “alagava” e o preço da lata do açaí despencava. Nessa situação, a alternativa economicamente viável era a venda para os barcos-geleira.

Como Breves produz muito açaí, os barcos-geleira vem comprar açaí nessa cidade. Eles ficam atracados nos portos da cidade, chegando a comprar, cada um, de duas a três mil latas de açaí. No auge da safra do açaí, eles pagavam R\$ 22 pela lata do produto. Assim, quando o preço da lata do açaí está sendo vendida a R\$ 15, os ribeirinhos correm para vender para os barcos-geleira. Esses barcos vendem seu açaí para Macapá e Belém, passando também para Castanhal. Em Santana-AP, há a empresa Sambazon que faz a exportação da polpa do açaí orgânico (sua sede está no Rio de Janeiro).

¹⁶ Barcos apropriados para o transporte de longas distâncias de produtos perecíveis, com porões forrados com camadas de isopor, carregados de gelo, uma vez que o fruto do açaí, sem o devido processo de conservação, em 24 horas perde suas propriedades naturais. O açaí é acondicionado em sacos de fibra plástica de 30 kg (medida de duas latas), sendo que uma camada de açaí é intercalada com uma camada de gelo. Sua capacidade varia de 700 a 1000 latas de açaí em uma viagem (nesse caso, comporta um máximo de 14 toneladas).

No inverno eles não aparecem na região. Nessa estação, as viagens de ribeirinhos para a cidade também diminuem muito:

Ele [regatão] compra açaí lá para vender aqui [na cidade]. Eles vão lá para vender frango... É como eu falei, lá é muito ruim de passadio. Os regatões só vão no verão. Agora [inverno] é difícil. Só tem ele lá mesmo [o comerciante Alexandre]. É até difícil eles [irmãos] virem aqui, porque não tem dinheiro [para transporte e para fazer compras]. Eles compram lá mesmo o cafezinho, o açúcar. Está bem com uns dois meses que meu irmão não veio mais para a cidade (Esmeralda).

Os ribeirinhos reservam uma parte de sua plantação de açazeiros especificamente para a colheita do fruto, não sendo sob hipótese alguma tocado para a extração do palmito. De acordo com João, no mês de julho e agosto, ele consegue extrair 200 latas de 14 kg de fruto do açaí. Assim, ele consegue levar de 8 a 15 latas de 14 kg por dia para vender na Feira do Açaí, localizada na frente da cidade de Breves. Um pequeno produtor de açaí, em um dia, saindo de sua casa às 4 horas da madrugada para vender açaí na cidade de Breves, chega a levar aproximadamente 210 kg do produto. Mantendo esse ritmo, em uma semana, ele terá vendido aproximadamente uma tonelada do produto.

No mês de outubro, João saiu com seu filho para tirar açaí às 9 h da manhã. Às 17 h eles tinham apanhado 23 latas do fruto. O açaí foi depositado em paneiros, também chamados de rasas.



Figura 03 – Um dia de colheita de açaí feita por João e seus dois filhos (23 latas do fruto)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Como é grande o consumo do “vinho” do açaí na cidade, muitas pessoas (ribeirinhos e geleiras) de outros municípios vem vender seu precioso produto na cidade, que conta com uma população de quase 100 mil habitantes, sendo aproximadamente 50 mil habitantes só na cidade (meio urbano). Assim, o açaí vem de Anajás, Muaná, etc.

João não vendia açaí na pequena ponte de sua casa (“porto”) porque o preço era baixo, R\$ 18, uma vez que ele geralmente precisava ir até a cidade para comprar mantimentos, e lá ele poderia vender a lata do açaí a R\$ 20 ou mais, de acordo com a cotação do açaí no dia, que dependia da oferta do produto (açaí).

Um dia típico de crianças ribeirinhas, reconstituído mediante conversas com crianças e adolescentes em salas de aulas, evidencia a grande importância do açaí na vida ribeirinha marajoara, tanto na economia doméstica quanto na definição de papéis sociais no interior das famílias e as relações de poder advindas dessas relações.

As crianças que estudam pela manhã, chegam em casa por volta do meio-dia. Almoçam, descansam um pouco, cochilam ou brincam. Depois, os meninos vão tirar cachos de açaí até às cinco horas da tarde. Seu pai pode tirar umas vinte latas de açaí, seus filhos podem tirar até dez latas. No entanto, no mínimo, os meninos de 10 a 12 anos “tiram” cinco latas diárias de açaí.

Para conseguir uma lata de açaí, podem ser suficientes seis cachos grandes e cheios do fruto (relato dos alunos). No entanto, de acordo com um jovem ribeirinho, há cacho grande de açaí que chega a medir uma lata. No entanto, prevalece a média de três cachos para a obtenção de uma lata do açaí. Entretanto, são mais raros os cachos de açaí com poucos caroços, chamados pelos ribeirinhos de “barrela, banguela ou suréua”.

Depois de tirado, as latas de açaí devem ser levadas do mato (floresta) para o porto de sua casa, podendo ser vendido até 30 reais para um barco-geleira (comprador intermediário) ou na cidade, sendo levado de rabetá.

A maioria das crianças, alunos da escola, trabalham com ou para os pais, principalmente na extração do fruto do açaí, bem como cuidando do transporte do fruto pela mata. Quando não estão na escola, estão ajudando a família ou brincando.

Poucas crianças não precisavam trabalhar no extrativismo do açaí, como dois irmãos, alunos da escola, cujo pai era proprietário de um grande açazal e contratava peconheiros para a extração do fruto.

Pouco outro lado, prevalecia um cenário em que há famílias que são contratadas para tirar açaí para o proprietário de plantação por R\$ 6 pela lata tirada no período da safra, quando a lata custava de R\$ 15 a R\$ 22. Havia pessoas que chegavam a ganhar a diária de R\$ 100. Nessa forma de contrato, os filhos eram levados para ajudar.

Foi perguntado a um aluno, quantas latas de açaí ele chegava a tirar diariamente. Ele respondeu: “10”. Quando foi perguntado sobre quantas latas seu pai tirava, ele respondeu “05”. Nessa situação específica (sem generalizações), os filhos são os responsáveis por subir nas palmeiras. Uma das motivações para isso pode estar relacionada à espessura do tronco de algumas palmeiras, que eram finas.

A quantidade de latas de açaí vendidas por família varia. Eu ouvi quantidades maiores que 30 e 40. São poucos os que vão para a cidade de Breves para vender.

Os ribeirinhos são muito trabalhadores. Mesmo as crianças participam dos trabalhos, especialmente o extrativismo do açaí. Não procede a informação de que estes não tem trabalho ou não gostam de trabalhar (mediante a observação de campo não há como afirmar que sejam preguiçosos, ociosos, desempregados ou que não tenham “trabalho”).

Um detalhe importante: são os homens que apanham e vendem o açaí. São eles que fazem geralmente as compras na cidade. Presume-se que o dinheiro da família é controlado por ele, sem a participação da esposa. No entanto, ele pode repassar uma parte do valor para seus filhos que o ajudaram nesse ofício.

Com efeito, extrair açaí é atividade predominantemente masculina (pai e filho). É raro encontrar adolescentes do sexo feminino nessa atividade. E quando é inverno, o que fazem, uma vez que a produção do açaí cai vertiginosamente? Eles trabalham na extração do palmito.

Muitas mulheres ocupavam predominantemente funções domésticas por conta de sua permanência nesse espaço, função assimilada devido a um processo cultural de socialização permanentemente reproduzido em suas comunidades tradicionais ao longo de gerações sucessivas.

Assim, o ambiente doméstico é feminino (cozinhar, lavar roupas, lavar casa, cuidar dos filhos), o que leva a mulher e as filhas à assunção de um conjunto de funções na família marcadas pela dependência financeira, controle de gênero, dedicação (doação das forças) ao marido e aos filhos. As mães também desenvolvem outras atividades, como a pesca do camarão, a qual geralmente produz pouco ou nenhum dinheiro.

Na casa dos pais de Esmeralda, sua mãe de 60 anos de idade também tirava açaí da palmeira, mas apenas para o consumo da família:

A mamãe não trabalha [é aposentada]. Mas ela ainda tira açaí. Ela sobe. Tira três latas, quatro latas. Eu pergunto para ela: “por que o papai não tira açaí?” “O teu pai não dá conta”. O papai gosta duma birita. O papai só vive bebendo. Cerveja. Ele não pode tomar bebida forte. Ele anda doente das cadeiras... (Esmeralda).

Contudo, entre essas mulheres ribeirinhas (como as mães dos alunos e as mulheres que viviam às proximidades da escola) e minhas interlocutoras há uma diferença visível, vista que estas últimas tem uma autonomia quanto ao mundo do trabalho e são protagonistas em relação à chefia da casa. Assim, a atuação de mulheres ribeirinhas na família pode assumir contornos diferentes, sendo inadequada a tentativa de se afirmar a existência de uma figura feminina predominante.

João me disse que periodicamente a comunidade se reúne para fazer mutirão para limpeza dos terrenos onde se encontram os açazais. A limpeza possibilita a retirada do açaí com mais rapidez, previne acidente com cobras, bem como e principalmente contribui para o melhor desenvolvimento da palmeira. Nesse caso, cipós e outras árvores menores são retirados das proximidades das palmeiras. As árvores maiores, altas não podem ser retiradas, pois a sombra e a umidade fornecidas por elas ajudam no desenvolvimento dos cachos de açaí. Nesse sentido, as palmeiras que ficam mais expostas ao sol, seus cachos tendem a pouco se desenvolver ou mesmo vem a secar.

Nos convidados ou mutirões, para limpeza de um terreno acontecem em um dia. Participam em torno de 12 pessoas. Cada ribeirinho que participa deve levar sua comida. Ninguém recebe pagamento. Em outro dia previamente estabelecido, os mesmos trabalhadores vão para o mutirão no terreno de outro membro da “sociedade” (pequeno grupo social caracterizado pela reciprocidade), até que todos tenham sido atendidos por esse sistema de trabalho solidário rotativo. Não se realizam convidados para a retirada do açaí, apenas para a limpeza.

Para a alimentação de ribeirinhos, na infância e adolescência de Esmeralda, os frutos eram amassados a mão com utilização de alguidares e peneiras. Hoje o fruto é processado em uma máquina de onde se extrai o suco ou polpa.



Figura 04 – Abundância de suco de açaí processado por família ribeirinha e também vendido aos professores da escola do campo

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

consistia em derrubar a mata, queimar, limpar para poder fazer o plantio da maniva, planta que produz a mandioca, utilizada no preparo de farinha.

A caça é uma atividade de pouca expressão para as famílias ribeirinhas dos rios de Marajó, mas tem sua importância na complementação da dieta alimentar. Nas décadas de 1970-1980, havia muitos animais para caça, tais como veado, paca e guariba. “Hoje em dia você não escuta essas coisas gritar. Anta, onça, queixada, isso não dá pra ali. É porque essas coisas dão na terra geral. Lá é várzea. Onça não entra num igapozão daquele” (Esmeralda).

No trabalho de campo na escola, durante uma aula, foi feita a pergunta às crianças de 11 anos: “o que vocês e seus pais costumam caçar?” Nenhuma criança soube responder. Apenas um disse que seu pai caçou uma preguiça. Em função desse fato, depreendemos que a caça não era uma atividade comum.

O pai de Esmeralda era caçador. Na atualidade, como ele está aposentado pela previdência social e tem alguns problemas de saúde, não desempenha mais essa atividade. Os irmãos dela ainda estavam praticando a caça. O principal animal para caça na região é a preguiça.

José caçava apenas para consumo. Nestes últimos meses de inverno, ele chegou a ver três preguiças com filhotes. Porém, não as capturou. De acordo com ele, naquela época a preguiça estava magra devido à amamentação e não se podia comer. Afirmou que aos 14 anos, devido à necessidade (“a vida estava muito difícil”), caçou uma preguiça com filhote que encontrou na mata. A caça predominante em suas terras é quati e mucura. Paca e veado não tinha, muito embora tenha nos relatado que um vizinho chegou a capturar um veado que estava atravessando o rio a nado. Ele também caçou mucura branca com espingarda, principalmente valendo-se da técnica da tocaia, ou seja, o animal é abatido quando vai comer frutos de inajá que caem da árvore, sendo que o caçador está à espera escondido. Ele não tinha o hábito de fazer mundé (armadilha feita com troncos finos e flexíveis de árvores para apanhar pequenos roedores da floresta). O trabalho era realizado individualmente (caça, pesca e extração de palmito). Apenas a extração do fruto do açaí era feita em parceria, da qual participavam seu pai e seu irmão.

Na família de Esmeralda, enquanto o pai trabalhava na extração do palmito e preparo da conserva, os filhos também trabalhavam na pesca de peixe e camarão. Eles não utilizavam matapi¹⁷, pois tinham rede de lancear, que era comprada pelo pai. No entanto, Esmeralda sabia

¹⁷ Armadilha cilíndrica com cerca de 40 cm de comprimento e 25 cm de diâmetro, confeccionada com tala de miriti ou jupati, dispostas de forma paralela, amarradas com cipó ou linha plástica. Suas bases tem formato

confeccionar esse instrumento. Enquanto os filhos lanceavam, o pai trabalhava com “tapagem de igarapé” para capturar peixes. Hoje não tapam igarapé mais, pois o igarapé próximo é divisa de terreno e não pode ser tapado (obstruído com cerca de varas). Atualmente, a pesca do camarão é feita por ribeirinhos com matapis, que pontuam as margens dos rios, presos em estacas, visíveis quando estão fora da água por ocasião da maré seca (baixa-mar).

A rede de lancear pode medir de 80 a 100 metros de comprimento ou mais, cuja malha pode ser bem miúda ou bem larga (a largura pode variar de duas a três ou quatro “pontas de dedo”), dependendo do tipo de peixe ou camarão que se pretende capturar. Lancear corresponde à atividade de estender a rede de margem à margem de rio, lago ou tanque (Fabichak 1998).

Nós adorava ir para o rio armar a rede, lancear para pegar peixe e camarão. Rede de lancear é uma rede que tem; põe duas varas assim; aí o cara cerca; aí o cara vem trazendo lá da beira. Vem trazendo o peixe para cá na malha. O camarão, peixe fica tudo lá. Aí a pessoa suspende, aí já vira para dentro do casco. Aí já fica na canoa o que a gente pegou. Por isso, a gente não tinha esse negócio de matapi, rede de malha. Era nós que dava jeito na comida; nós três (Esmeralda).

José pescava de anzol e matapi, pois não tinha malhadeira. Por dia, ele chegava a pescar de 15 a 30 peixes pequenos. As espécies mais comuns pescada eram piaba e mandubé.



Figura 06 – Pescaria à tarde no trapiche da escola

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Quando questionado sobre por que não tem praticado a pesca, um ribeirinho disse: “a fartura do açaí deixa a gente preguiçoso”. Ou seja, a dedicação ao trabalho lucrativo com o açaí

côncavo, que funcionam como entrada para o camarão, o que facilita a entrada e impede a saída. É utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

para a venda, tendo em vista a obtenção de dinheiro para a compra de outros alimentos necessários, não tem deixado maior tempo para a atividade de pesca, ou mesmo não é vista como de maior necessidade para o ribeirinho em função de um cenário mais mercantil para a aquisição de comida.

Quanto à piscicultura, vale destacar a iniciativa em uma propriedade ribeirinha, próxima à escola *locus* do trabalho de campo, onde foram cavados poços em paralelo ao leito do rio para a criação de tambaqui.



Figura 07 – Poço para criação de peixes

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

O camarão é capturado nos rios de Marajó com matapi. José possui 30 desses instrumentos, seu pai tinha mais de 20. Rosa, filha de Esmeralda, tinha 50. Os meses de “força” do camarão são os meses de abril, maio e setembro. O máximo que conseguem pegar de camarão por dia pode chegar a cinco quilos. Segundo Esmeralda, Rosa consegue um pouco menos. Além da utilização do camarão para consumo próprio pelas famílias ribeirinhas, Rosa também os vendia nas balsas, conseguindo pagar com essa venda as prestações de uma máquina de lavar roupas.

Outra mulher ribeirinha da localidade do entorno da escola se destaca na venda de camarão. Geralmente, esse camarão é armazenado em viveiro, sendo alimentados com babaçu. O camarão é preferencialmente comercializado descascado (cru ou cozido), pois pode se obter um preço melhor sobre o mesmo, podendo chegar ao preço de R\$ 20 (vinte reais).

Segundo o ribeirinho João, com a cheia das águas do rio, os camarões entram para as partes inundadas das matas onde a água fica represada. Nesses locais, também é possível pegar camarão. Ele estava com matapis desgastados, especialmente aqueles que eram amarrados com cipó. Outro tipo é aquele amarrado com linha plástica, os quais são mais duráveis.

Na entrada de um furo estava localizada uma pequena propriedade de um senhor que mora na cidade. Essa propriedade contava com umas 20 cabeças de gado. De acordo com o comandante de um barco que viaja há muito tempo pela região marajoara, o solo marajoara não é adequado para pastagens. Aproveitando-se o solo e pastagem nativa, sua durabilidade para sustentar o gado é de 10 anos. Segundo ele, a atividade agropecuária não prospera porque não há investimento técnico e material na criação de animais de corte, nem na agricultura.



Figura 08 – Propriedade rural para criação de bovinos

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Por fim, a última atividade ligada à economia no contexto ribeirinho marajoara a se fazer menção é o pequeno estabelecimento comercial de Alexandre.

Alexandre mora há uns cinco anos em um rio de Marajó, em um terreno que pertencia aos familiares de Esmeralda (avô e primo respectivamente). Na verdade, a aquisição inicial foi feita pelo filho de Alexandre. Ele é originário de outro rio de Breves. “Antes dele, não tinha ninguém para vender essas coisas. Antes dele, o pessoal ia daqui [cidade de Breves] de rabeta vender as coisas e comprar. Porque só *vara* [vai] muito regatão/geleira lá no tempo do açai” (Esmeralda). O atendimento aos clientes estende-se até às 18 h e 30 min. Depois é fechado, havendo atendimento somente no próximo dia. Ele comprava palmito em conserva e em “cabeça” para o preparo em sua fabriqueta, para depois vender para “barcos” que vem de Belém. Ele vendia produtos alimentícios, estivas e miudezas. Ele também vendia bastante gasolina para os ribeirinhos das adjacências e para outros que por lá possam passar, para utilização nos

motores rabetas e em motores conjugados para gerar energia elétrica à noite em muitas casas. De acordo com Esmeralda, essa gasolina era comprada nos postos de combustíveis da cidade de Breves. Ele não compra e nem vende óleo diesel.

Dados coletados com os alunos, através de aulas dinâmicas, conversa informal e observações, mostram que todas as casas são providas de televisão e antena parabólica, com exceção de um aluno, que relatou que a televisão de sua casa estava queimada. Por conseguinte, depreende-se que todos tem um pequeno motor gerador / elétrico que funciona com gasolina ou óleo diesel. Apenas um aparelho celular (smartphone) foi verificado entre os alunos para utilização de aplicativos de jogos de combate. Em conversa informal e observações com os ribeirinhos das proximidades da escola, evidenciaram que todos tem de 01 a 04 canoas/lanchas com motor rabeta, com potência de 7,5HP a 15HP.

Arnaldo comprou sua primeira rabeta em 2009. Segundo ele, poucas pessoas tinham nessa época. Agora todos ou quase todos os ribeirinhos tem rabeta, no mínimo uma, sendo que há pessoas com duas e até quatro, como Arnaldo já chegou a ter. Sua rabeta (motor e canoa) foi roubada recentemente, quando ele estava participando de uma festa em uma comunidade ribeirinha. Ele precisou comprar um novo, parcelado. A potência do motor é 6HP.

Em um final de tarde no rio, no crepúsculo, foi verificado que dois adolescentes do sexo masculino competiam para ver quem conseguia uma maior velocidade em suas rabetas individuais em um trecho da margem do rio próxima a Melgaço. Por outro lado, a canoa a remo não foi abandonada, e é utilizada para pequenos trajetos de rio.

1.3 AS DÁDIVAS NO RIO E OS PROGRAMAS SOCIAIS

Além das atividades relacionadas ao extrativismo (palmito, açaí, madeira, caça e pesca) e o auxílio intermitente que chega eventualmente através de *dádivas*, muitos ribeirinhos tem acesso a uma renda fixa proveniente de aposentadoria da Previdência Social e do Programa Bolsa Família.

Os pais de Esmeralda são aposentados, assim como o senhor João (74 anos). O filho de José, que é uma criança deficiente, recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses benefícios são oriundos da Previdência Social.

Os dados do trabalho de campo mostraram que todas as crianças e adolescentes da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental – 1º ao 5º ano, estão cadastrados

no Programa de transferência de renda Bolsa Família, benefício administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A cunhada e a filha de Esmeralda (Jade) recebiam o auxílio do Programa Bolsa Família. Segundo ela, “a vida no *interior* atualmente melhorou, porque tem o programa bolsa família”. Esmeralda recebia a “bolsa” de seu filho caçula (14 anos de idade), mas devido à mudança de domicílio (Breves-Macapá-Breves) e problemas com documentação, seu auxílio foi cancelado.

Muitos ribeirinhos recebem seguro defeso, pois estão cadastrados como pescadores no Ministério da Pesca através de suas associações de pescadores. Em Breves, a colônia de pescadores é denominada de Z-62. A colônia de Melgaço é a Z-68.

Além de comércio informal, há as dádivas jogadas / deixadas no rio pelos tripulantes das embarcações (alguns navios de passageiros do percurso Belém-Santarém-Manaus, mas principalmente balsas) para os ribeirinhos (Vieira 2011). É uma prática frequente, feito por um grande número de embarcações. As crianças menores de 12 anos são as que recolhem essas dádivas no leito do rio, assentadas em suas canoas ainda movidas pela força dos remos.

Aqui não há troca de nenhuma espécie. Nos casos observados, não foi percebida qualquer relação com a incitação / sedução à prostituição, nem embarque de crianças ou adolescentes em balsas.

Assim, os tripulantes das embarcações embrulham em sacolas plásticas alimentos prontos (arroz, carne, frango), e lançam no rio. Também costumam lançar frango congelado, pacote de bolacha. São crianças em pequenas canoas que remavam para apanhar as dádivas.

No ano de 2015, no mês de dezembro, balsas da empresa Bertolini, ao passar pelo rio, iam deixando na água “fartas” cestas de alimentos. Muitas famílias ribeirinhas conseguiram pegar, até mesmo os professores da escola (relato de uma professora). Vendo essas pequenas embarcações, e a partir de interação com as crianças e adolescentes na escola, não se assemelhava a uma procissão de canoas mendigando.

Em observação de campo em um final de tarde de outubro de 2017, uma balsa passou, alguns tripulantes jogaram no rio dois embrulhos para crianças em suas canoas. Essas crianças remaram para ir apanhar. Ao todo, eram três canoas, com duas crianças, que vinham de direções diferentes para um mesmo alvo, que era a balsa em movimento. As crianças em suas canoas formavam silhuetas escuras que deslizavam sobre o rio, como que ao redor da balsa. Uma dessas canoas saiu de uma casa ribeirinha. No dia seguinte, foi relatado que o conteúdo dos embrulhos era pipoca / salgadinho.

Essa prática de lançar e recolher dádivas no rio e até mesmo a interação de ribeirinhos com as balsas tem uma história que vem de longa data:

Os homens da balsa davam muita coisa: suco de pacote, queijo, manteiga; comida que sobra, eles enrolam na saca e jogam no rio. É carne, comida bem temperada, cheirosa. (...) Mas depois que começou a haver assalto à balsa, eles não deixaram encostar mais. (...) A empresa Bertolini não deixa subir ninguém. Agora, duas empresas ainda deixam subir para vender (João).

Quando o senhor João tinha 09 anos de idade, sua família passou uns tempos em um rio de Breves. Nesse rio, ele lembrava dos grandes navios de turistas que passavam. Os navios eram chamados de Princesas. Os quatro nomes destes eram: Princesa Leopoldina, Princesa Isabel, Rosa da Fonseca e Anna Nery.

Esses navios foram construídos no início dos anos 1960, na Croácia e na Espanha. Tinham 150m de comprimento, 20m de largura e capacidade para 10 mil toneladas brutas. Os quatro navios tinham o casco totalmente branco, recebendo o apelido de Cisnes Brancos. Eram navios para cruzeiro, com viagens no trecho Rio-Santos. No final da década de 1960, alternou viagens costeiras até Manaus (Cruises 2010).



Figura 09 – Navio Princesa Isabel

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/816277501182806965/>



Figura 10 – Navio Princesa Leopoldina

Fonte: <http://www.shipspotting.com/gallery/photo.php?lid=1654476>



Figura 11 – Navio Rosa da Fonseca

Fonte: <http://naviosenavegadores.blogspot.com.br/2010/09/navios-da-frota-costeira-do-brasil-5.html>

João contou que esses navios, ao passarem pelo rio e se depararem com os ribeirinhos em suas casas e seus afazeres às margens do rio, começaram a jogar roupas, cobertores, comidas. Jogavam muitas coisas. Certa vez, seu tio estava sentado em um pequeno trapiche de sua casa e os passageiros de uma Princesa começaram a jogar aqueles grandes cobertores, grossos, sobre ele. Ele permaneceu lá, sentado, impávido, sem dar atenção às dádivas jogadas perto dele.

Sobre as dádivas lançadas por navios de passageiros na atualidade, vejamos uma fala de uma aluna da turma de educação infantil durante a atividade “roda da conversa” e seu sentimento de partilha / solidariedade: “professora, quando o navio Ana Beatriz jogar biscoito, eu vou trazer para a senhora”.

Conversando com outro aluno da turma de 3º e 4º anos, ao olharmos para o rio de dentro da sala de aula, por trás das venezianas de madeira, e avistando passar uma balsa da empresa Belnave, ele comentou: “será se eles vão jogar comida? Eles jogaram para a mamãe frango. Às vezes, eles jogam frango cru. Outras vezes, jogam frango cozido. Eles embrulham em sacolas”.

Neste capítulo, vimos que os interlocutores e suas famílias são ribeirinhos marajoaras que apresentam muitas características comuns às comunidades tradicionais da Amazônia, assim como apresentam suas especificidades.

Até o momento, na literatura considerada, o comércio informal em balsas ou a prostituição como atividades econômicas não constituem um aspecto associado à comunidade tradicional. No entanto, a categoria “tradicional” não implica na impossibilidade de mudanças culturais. As mudanças são uma consequência da dinâmica da vida cultural, especialmente

quando essas comunidades tem suas terras e rios invadidos pelo poder do capital multinacional através dos modais utilizados para escoamento de riquezas para o mercado interno e externo.

Contudo, antes de abordar esse choque de dois mundos com objetivos diametralmente opostos (poder do capital *versus* comunidades tradicionais), é necessário entender a dinâmica de organização da família ribeirinha, com a intenção de entender a relação de seus planos simbólicos/morais e seus planos materiais/econômicos. É o que veremos no capítulo seguinte.

2 SOCIABILIDADES E MORALIDADES DE FAMÍLIAS POBRES E RIBEIRINHAS

Este capítulo iniciou suas discussões destacando o papel das obrigações morais nas famílias pobres brasileiras como forma de estruturação de seus relacionamentos internos e com o mundo social.

Mediante um estudo qualitativo que primou pelos postulados do estudo de caso, reconstituímos um retrato da configuração familiar ribeirinha marajoara a partir da história familiar de Esmeralda, minha interlocutora.

Também se objetivou aprofundar as discussões iniciadas no capítulo anterior, com a apresentação de relatos que permitem clarificar a visualização das cenas cotidianas e históricas, particulares a uma rede familiar marajoara, mas sugestivas de traços marcantes em outras famílias ribeirinhas.

Como não foi possível acessar uma literatura científica específica relacionada à discussão teórica sobre a família ribeirinha, para atender aos objetivos do trabalho quanto às análises de suas sociabilidades, reciprocidade e moralidade, foi utilizada uma literatura disponível sobre a família pobre da periferia de São Paulo. O objetivo não foi estabelecer comparações, mas evidenciar que os planos simbólicos e de sentidos desses tipos de família estão articulados quando se busca entender a unidade do grupo social e os relacionamentos que cultivam em seus espaços sócio históricos e geográficos. No entanto, as famílias ribeirinhas também tem suas características peculiares, as quais são apresentadas na discussão que segue.

Ao fim do capítulo, apresentamos os desafios na vida de ribeirinhos marajoaras no período de inverno amazônico e as medidas tomadas para vencer essas adversidades.

2.1 AS OBRIGAÇÕES MORAIS DE FAMÍLIAS POBRES E A ESTRUTURAÇÃO DE SEUS RELACIONAMENTOS INTERNOS E COM O MUNDO SOCIAL

Para iniciarmos uma breve discussão sobre as características de algumas famílias pobres no Brasil, precisamos primeiramente explicitar as confusões conceituais que circundam essa categoria. Assim, a família não pode ser pensada apenas como unidade biológica marido-mulher e filhos, e por conseguinte, não pode ser reduzida apenas aos processos sociais relacionados à formação dos laços de parentesco. Por outro lado, a família não pode ser reduzida a um pequeno grupo social com finalidade meramente econômica, tornando-se, ao lado de unidade doméstica (casa), uma unidade de consumo.

Ao contrário, as famílias se constituem como aliança entre grupos, fundamentadas em uma ordem moral (simbólica) estruturada nos princípios da troca e da reciprocidade que estabelecem as regras dos relacionamentos internos, dando sentido a sua relação com o mundo social e contribuindo para a garantia da sobrevivência da família e da própria rede familiar (família extensa).

O parentesco é uma estrutura formal e universal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consanguinidade entre irmãos; a relação de descendência pai-filho e mãe-filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento (esposo e esposa, por exemplo). Esses vínculos podem ser situados no âmbito da família e da rede familiar como um grupo social concreto (Sarti 1995a). A unidade mínima do parentesco era identificada com a unidade biológica (pai, mãe e filho), também chamada de “átomo do parentesco”. Até então, pensava-se a família tão simplesmente como uma unidade biológica, ou seja, prevaleciam as relações de afinidade (casal), descendência e consanguinidade (filhos). Ter cumprido esses requisitos, especialmente habitando na mesma unidade doméstica (casa), era suficiente para se definir uma “família”.

Com efeito, a família se constitui pela aliança entre duas famílias, e não apenas pela consanguinidade, pois esta é uma consequência da aliança efetivada através do casamento:

Diante do primeiro período, o do recebimento, expresso pelo parentesco biológico, a cultura é impotente, pois a hereditariedade de uma criança está integralmente inscrita no interior dos genes veiculados pelas pais. Tais sejam estes, tal será o filho. A ação momentânea do meio pode acrescentar sua marca, mas não poderia fixa-la independentemente das transformações desse mesmo meio. Consideremos agora a aliança. É tão imperiosamente exigida pela natureza quanto a filiação, mas não da mesma maneira nem na mesma medida. Porque, no primeiro caso, só é exigido o fato da aliança, mas – nos limites específicos – não sua determinação (Levi-Strauss 1982:70).

Para Lévi-Strauss (1982), o fundamento da família assenta-se no parentesco cultural, através da aliança, e não tão simplesmente por meio do parentesco biológico. Para ele, o tabu do incesto foi uma maneira de sair do isolamento da consanguinidade para a expansão da rede familiar através da aliança pautada no princípio da troca e da reciprocidade. Assim, são os vínculos produzidos pelas obrigações morais que constituem as relações familiares.

Outra tendência comumente presente nos estudos sobre famílias pobres se refere à sua concepção como grupo social constituído apenas para prover sua manutenção material. Para a razão instrumental, a organização da vida material (a “sobrevivência”, para os pobres) é concebida como a razão da constituição da família. Nessa lógica prática, os aspectos simbólicos da família são vistos como dependentes da função econômica. Contudo, “a maneira como se estruturam as escolhas nas relações familiares não é apenas funcional, mas tem um significado.

É definida, portanto, de acordo com uma ordem simbólica” (Sarti 1995a:42). Com efeito, as condições materiais de existência não são definidoras da identidade da família pobre e das relações desta com o mundo social (Sarti 1994).

Dessa maneira, a lógica prática (econômica) não é a única razão e nem determinante da ação humana. A lógica que tem a capacidade de influenciar a ação dos indivíduos e suas relações é a ordem simbólica. Nesse sentido, é a família que tem a função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas. Portanto, a família se define pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, e não pelas condições materiais em si (Sarti 2004).

No universo cultural dos pobres, a tradição mantém-se como uma referência fundamental da existência. Assim, estes pensam seu lugar no mundo a partir de uma ordem simbólica na qual a reciprocidade de tipo tradicional e a solidariedade é que contam decisivamente na viabilização de sua existência através dos laços de parentesco e de vizinhança. Por outro lado, quando alguém busca conceber e realizar projetos individuais, se frustra, pois se depara com o peso de sua subordinação ao grupo familiar (Sarti 1995a). Com efeito, a precedência da família sobre os indivíduos faz com que as relações familiares entre os pobres sigam um padrão tradicional de autoridade e hierarquia (Sarti 1994).

Não é a lógica prática que estrutura a ordem simbólica no âmbito da família pobre. Ao contrário, é a razão simbólica que constitui a razão prática (Sahlins 2003), ou seja, os níveis mais elementares das necessidades materiais (a “infraestrutura”) são estruturados dentro de uma situação simbólica. Nessa perspectiva, a sobrevivência da família pobre se ancora nos recursos pessoais e nas energias morais que ela é capaz de mobilizar (Sarti 1994).

Como nossas instituições públicas de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos, são incapazes de substituir as funções privadas da família, esta se torna de grande relevância para os pobres. Quando tudo o mais falha, a família e a rede familiar tem a função de amparar seus membros para os quais se tem obrigações morais.

A definição do lugar que os pobres ocupam no mundo social constrói-se dentro de uma concepção da ordem social como ordem moral, através da qual ordenam e dão sentido a esse mundo. Essa moralidade “não se limita ao universo da casa, mas se expande para fora” (Sarti 1994:5).

O estudo da moral não opera com a definição de uma “essência” boa ou má à ordenação moral que os pobres fazem do mundo social, mas apresenta a interpretação que eles fazem de sua experiência de vida, através de suas normas e valores (Sarti 2010).

Para os pobres, o valor da família é fundamentalmente instituidor de uma moralidade estabelecida por um conjunto de regras de reciprocidade, obrigações e dádiva (Machado 2001).

O processo de adaptação ao meio urbano e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nascidos na cidade, é estruturalmente mediado pela família. Suas relações fundam-se, portanto, em um código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas, próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida também na cidade, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor para os pobres (Sarti 1994:60).

Por exemplo, a migração da família pobre para outros centros urbanos só se torna possível pela contribuição do grupo doméstico que conseguiu se estabelecer nesses locais. Assim, a migração constitui um processo privado no sentido de ser assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares (Sarti 1994).

Uma das características morais centrais dos membros das famílias pobres refere-se ao “pertencimento familiar” ou ao “sentimento de entranhamento natural” (Salem 2010). Esse pertencimento não se deve apenas à afetividade, à sobrevivência material e ao modo de vida proporcionado pela família, mas, sobretudo, “à sua identidade de ser social [que] serve de parâmetro moral para sua explicação do mundo” (Sarti 1994:61).

Nas famílias pobres, quem decide morar junto (casar), precisa de uma casa para formar um núcleo independente para a realização dos diferentes papéis de homem e de mulher. Essa casa pode ser cedida, alugada ou mesmo comprada. Apesar das duas pessoas saírem das casas dos pais, o que poderia parecer uma quebra de vínculos familiares, é na verdade uma expansão desses vínculos:

Os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares e que não se rompem necessariamente, mas são refeitas em outros termos, sobretudo diante da instabilidade dos casamentos entre os pobres, dificultando a realização do padrão conjugal (Sarti 1994:80).

Quando não é possível ter uma casa, a rede familiar se mantém na cena cotidiana. A tendência é que o novo casal vai habitar na casa dos pais do marido. Quando isso não é possível, a solidariedade familiar leva o casal a ficar na casa dos pais da mulher, sobretudo nas uniões subsequentes à primeira, onde a mulher, juntamente com seus filhos, busca estar perto de sua rede de apoio (Sarti 1994).

No discurso masculino, os homens se sentem os responsáveis pelos rendimentos familiares, constituindo-se como “provedores” de teto, alimento e respeitabilidade da família junto ao mundo social. Nesse sentido, a autoridade paterna é composta do ganho material e da honra que possa demonstrar no seio familiar, através da fidelidade conjugal e do não

envolvimento sistemático com o consumo de bebidas alcoólicas. “Para mandar, tem que ter caráter, moral” (Sarti 1994:77).

Cabe ao homem/marido a autoridade na família para fins de mediação de seu grupo social com mundo externo, imprimindo respeito na relação casa-mundo. Assim, o homem é a autoridade moral que faz da família uma entidade moral positiva. Cabe à mulher/esposa, por sua vez, a autoridade que garante a unidade da família, cuidando de todos e administrando as coisas pertencentes à família:

A mulher, em seu desempenho como boa dona-de-casa, faz com que apesar de pouco, o dinheiro dê. Isto implica em controlar o pouco dinheiro recebido pelos que trabalham na família, priorizando os gastos (com a alimentação em primeiro lugar) e driblando as despesas (Sarti 1994:73).

As relações hierárquicas entre a autoridade do homem e da mulher são equilibradas. De um modo geral, para a família pobre, a casa é um espaço de liberdade, onde marido e mulher são donos de si (Sarti 1994).

Quando o homem bebe, ou é infiel, ou deixa de ser o provedor da casa, motivado pelo desemprego, descuidando de seus deveres, perde a moral dentro de casa, e torna-se incapaz de se impor pelo respeito. Nesse caso, a mulher não obedece a uma autoridade que não reconhece como legítima, redefine sua posição na família e desautoriza o marido:

A mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares. Diante do marido, que socialmente tem sobre ela uma autoridade que não se justifica a seus olhos, ela exhibe sua disposição de se virar, de não precisar mais dele, como uma vingança, reiterando o fracasso dele e a frustração de ambos (Sarti 1994:91-92).

O marido é relegado a uma posição secundária no que tange à autoridade e prestígio, ou pode ser expulso da casa (Sarti 1994). Os fatores que contribuem para a separação do casal e para a expulsão do homem da casa podem ser os seguintes: os maridos não conseguem contribuir adequadamente para a casa; as relações afetivas não conseguem manter-se suficientemente satisfatórias para garantir a duração da união; por passar a maior parte do tempo na casa, a mulher convive intensamente com os filhos durante o período da infância destes, o que contribui para a maior identificação afetiva e simbólica da mãe com os filhos; por conseguinte, quando os filhos vão crescendo, vão participando das finanças do lar para ajudar a sustentar a casa.

Nessas condições, os conflitos entre o casal tende a se intensificar, o que contribui para que o homem abandone a casa ou seja expulso, ampliando os papéis e as funções da mulher na família. “Tornam a renúncia ao companheiro convivente masculino mais a regra que a exceção” (Scott 1990:40). Como consequência de relações quase efêmeras entre homem e mulher, o

grupo doméstico tende a não se desenvolver, culminando com a transformação rápida e constante da família (idem).

Com a saída do homem da casa, a mulher e filhos tomam o controle do grupo doméstico, buscam cumprir as funções econômicas e suportam a perda da figura masculina com o apoio solidário da rede familiar:

As dificuldades enfrentadas para realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem (Sarti 1994:81).

Essas instabilidades na família favorecem a ocorrência de famílias matrifocais, caracterizadas pelo destacado papel de mãe, tornando-se o eixo da formação das relações familiares do grupo doméstico:

O termo matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo. Isto se traduz em: relações mãe-filho mais solidárias que relações pai-filho, escolha de residência, identificação de parentes corridos, trocas de favores e bens, visitas etc., todos mais fortes pelo lado feminino; e também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino (Scott 1990:39).

A família não fica muito tempo sem uma figura masculina, sendo que ocorrem novos casamentos. No entanto, o novo marido não necessariamente ocupa o lugar masculino em relação aos filhos de sua mulher (Sarti 1994). Por outro lado, a mulher passa a atuar como o agente principal da reprodução biológica e social da família, tendo a casa como seu palco (Scott 1990).

A mulher pode assumir a responsabilidade econômica do lar, assumindo o papel de provedora, designando a si mesma como “chefe de família” (Sarti 1994). No entanto, só a presença masculina pode conferir respeito à família diante do mundo social. Dessa maneira, um novo chefe deve ser designado, nem que seja apenas para exercer essa função de representação do grupo familiar:

Cumprir o papel masculino de provedor não configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando tem precisão; para ela, o problema está em manter a dimensão do respeito conferida pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera (Sarti 1994:84).

Mesmo com sua grande importância simbólica e econômica no seio familiar, a mulher não ocupa a centralidade na família pobre, pois este grupo não exclui o papel complementar

masculino. Nesse sentido, a mulher continuará a cumprir seu papel sexual e de mantenedora da unidade familiar, agregando mais a função de provedora (Sarti 1994).

Em caso de separações conjugais, outros membros da família (rede familiar) entram ativamente na cena da família para cumprir suas obrigações morais, desempenhando papéis específicos para garantir a manutenção simbólica e prática do grupo social. Nesse aspecto merecem destaque o irmão da mãe, os filhos mais velhos de ambos os gêneros, a ex-sogra e outros membros da rede familiar que podem vir a receber crianças através de adoção.

Quando a mulher é abandonada, o irmão de uma mulher assume parte das responsabilidades masculinas da família por reconhecer obrigações morais para com ela. Nos momentos do ciclo de vida em que o pai da mulher já tem uma idade avançada e não tem mais condições de dar apoio, o irmão surge como a figura masculina mais provável de ocupar o lugar da autoridade masculina, mediando a relação da família com o mundo social e garantindo o respeito. Nestes deslocamentos, o filho mais velho também se destaca como aquele que cumpre o papel de chefe da família ao lado da mãe provedora (Sarti 1994).

Na impossibilidade de os papéis femininos serem exercidos pela mãe-esposa-dona-de-casa na unidade doméstica, em função de seu trabalho no ambiente externo à casa (por exemplo), outras mulheres da família, de fora ou dentro da casa, tendem a assumir parte dessas funções. Nesse caso, a filha mais velha pode passar a assumir as funções domésticas no cuidado da casa, no preparo das refeições e no cuidado dos irmãos mais novos (Sarti 1994).

A ex-sogra pode ajudar a ex-nora no cuidado de seus filhos, quando a mulher passa a trabalhar fora da unidade doméstica. Nesse caso, há a obrigação moral da avó paterna para com seus netos e com a mãe deles, a fim de dar o amparo necessário, especialmente em termos de cuidados, a fim de que a família sem a presença de um chefe masculino possa se manter financeira e simbolicamente, “fazendo com que as regras de obrigação prevaleçam sobre a rivalidade referida [sogra e nora] e levando à cooperação” (Sarti 1994:86). De um modo geral, a rede feminina passa a alternar-se no cuidado das crianças. Esse aspecto dos relacionamentos familiares em momento de crise revela que a família pobre não se constitui como um núcleo doméstico isolado, mas antes como uma rede de apoio com fortes vínculos motivados por obrigações morais:

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda, num duplo sentido, ao dificultar a individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar a existência dos indivíduos enquanto apoio e sustentação básicos (Sarti 1994:89).

Para cuidar de seus filhos, no caso da mãe sem marido que precisa trabalhar, as crianças são confiadas aos cuidados de parentes, que são trazidos para casa, ou as crianças podem ser deixadas na casa de outros parentes, especialmente a avó materna (Machado 2001).

Em situações mais dramáticas, como separações, mortes ou instabilidade econômica estrutural, ocorre o fato denominado de “circulação das crianças”, onde as crianças são doadas a outros familiares. Também há essa “circulação” quando ocorrem novas uniões conjugais, e não há um clima amistoso entre os filhos e o novo companheiro. De um modo geral, a doação dos filhos não é motivada por desafeto às crianças ou simplesmente por uma questão de possibilidades materiais. Dar os filhos para criar é uma alternativa aceitável dentro dos códigos morais das famílias pobres, se inscrevendo dentro do padrão de relações caracterizadas por um dar, receber e retribuir contínuos (Sarti 1994).

As crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida. Claudia Fonseca (s/d) argumenta que há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças dentro do grupo de parentesco, caracterizando uma “circulação de crianças” (Fonseca, 1985). Esta prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres (Sarti 1994:100-101).

Com efeito, a circulação de crianças ocorre sempre em nome das regras de reciprocidade (dar, receber e retribuir) entre a parentela, realizada em torno de um valor moral no território simbólico das famílias pobres (Machado 2001).

Assim, a mulher pode optar por dar para criar seus filhos, ou algum deles, ainda que temporariamente. A criança será confiada geralmente a outra mulher, normalmente da rede consanguínea da mãe ou a sua rede de sociabilidade.

A circulação de crianças ocorre como rearranjos no sentido de garantir o amparo financeiro e o cuidado das crianças da rede familiar. Em situações mais raras, as crianças podem ser doadas a não-parentes, mas dentro do grupo de referência das mães (Sarti 1994).

As crianças chamam de “pai” e “mãe” aqueles que cuidam deles. Esse fato ocorre com o avô, por exemplo, que é chamado de pai pelos filhos de suas filhas solteiras, especialmente porque as crianças são criadas junto à rede familiar materna. Nesse campo de nomeação, a avó tem um poder singular de manipulação, porque se inscreve na relação hierárquica entre mãe e filha, o que leva ela “a ‘apropriar-se’ da criança, que a chama de mãe, enquanto a mãe biológica é chamada pelo nome próprio, sendo privada de seu lugar de mãe” (Sarti 1994:108). Nessas situações, a mãe solteira pode sair de casa, deixando o filho.

Nas famílias pobres, as adolescentes tornam-se mães principalmente na faixa etária de 15 a 19 anos. O Brasil tem um índice de gravidez adolescente correspondente a 65 gestações

para cada 1 mil mulheres de 15 a 19 anos, ou em outros termos, de cada cinco crianças nascidas, uma é filha de mãe adolescente (20% das gestações totais); entre estas, de cada cinco, três não trabalham nem estudam (ONU Brasil 2017).

Uma das motivações para que ocorra gravidez na adolescência pode ser a intenção da adolescente de se desvincular de sua unidade doméstica, uma vez que a maternidade confere aos adolescentes (sendo o pai e a mãe) um estatuto de maioridade, sendo considerados pela família como adultos, que devem responder à altura das exigências dessa nova posição. Para Montgomery (2001), o marcador mais importante da idade adulta para as adolescentes de famílias pobres é a maternidade. Assim, o nascimento de uma criança é fundamental para a entrada no mundo adulto, tanto de homens quanto de mulheres.

Outra motivação para a gravidez pode estar relacionada a uma pressão sobre o namorado ou noivo, para que este decida de uma vez sobre a efetivação da união e formação de nova família (Sarti 1994).

Em caso de gravidez da adolescente, o pai da criança pode não assumir a responsabilidade pela formação de um novo grupo doméstico, nem pela criação do filho. Nesse caso, a mãe adolescente assume sozinha a maternidade, sendo amparada por seus pais, sendo incorporada a criança à unidade doméstica. Nas famílias pobres, não se observa a expulsão deliberada da mãe solteira da casa:

A aceitação da mãe solteira envolve nuances importantes. Ela é, em primeiro lugar, vítima de um safado, que não assume as consequências dos seus atos, um homem que não é digno de respeito, acusação que comporta uma ambiguidade, na medida em que, ao mesmo tempo, ninguém pode obrigar ninguém a casar (Sarti 1994:97).

No entanto, ser amparada pela família não significa uma dependência econômica total dos familiares. Aqui entra em cena o valor moral do trabalho, associado a um código de honra feminino, que evidencia o “ser mulher” como uma força que permite reparar seu “erro” (ter uma vida sexual sem um parceiro fixo), criar o filho e obter respeito: “ter o filho e conseguir criá-lo transforma-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências dos seus atos” (Sarti 1994:97-98). Dessa maneira, o trabalho confere à mulher a mesma autonomia moral que é reconhecida ao homem-provedor. No entanto, mesmo trabalhando, a autonomia moral da mulher/mãe ainda dependerá do apoio da família e da rede familiar.

Para as famílias pobres, o trabalho é pensado dentro do projeto coletivo de melhorar a vida da família como um todo, concebido dentro da lógica de obrigações entre os familiares, e não apenas em função da manutenção da sobrevivência ou como um projeto individual. É

somente na condição de “trabalhador” que o pobre alcança a redenção moral e a dignidade pessoal. Nesse sentido, Sarti (1994) considera que é a ética do provedor que leva os membros da família a aceitarem a disciplina do trabalho, não sendo, portanto, tão simplesmente a ética do trabalho em si.

A fim de ampliar nossa visão acerca da moral de famílias pobres, construída a partir da ética do provedor, veremos a seguir os principais aspectos dos sentidos do trabalho para a mulher-mãe-provedora e principalmente para os filhos-provedores.

No caso da mãe solteira, ou da mulher abandonada pelo marido, o trabalho remunerado adquire um sentido particular de honra, portanto, de afirmação de si enquanto indivíduo. No entanto, cumpre observar que a satisfação de ter algum dinheiro seu reside no fato de ela poder atender as necessidades da família, assim como também de poder sair do aprisionamento rotineiro do trabalho doméstico. No cumprimento dessa finalidade de provedora da família, a mulher constrói uma força para dar conta de qualquer trabalho, fundamentada no dever moral assumido por ela de levar para a casa o que está faltando, pois “o significado de seu trabalho remunerado é mediado pelo seu papel de mãe e dona-de-casa” (Sarti 1994:141-142).

As crianças (5 a 13 anos) e adolescentes (14 a 17 anos) de famílias pobres no Brasil exercem algum tipo de trabalho, remunerado ou não. A maioria esmagadora corresponde a adolescentes de 14 a 17 anos, do sexo masculino e estão frequentando a escola. Quase a metade dos trabalhadores infantis estão na agricultura. Crianças e adolescentes do sexo feminino exercem principalmente o trabalho doméstico.

Em 2016, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, de um total de 1,8 milhão da população infanto-juvenil que trabalhava, 190 mil estava na faixa etária de 5 a 13 anos. Desses trabalhadores, 34,7% eram do sexo feminino e 65,3%, do sexo masculino; 64,1% foi identificada como de pele preta e parda; 81,4% frequentavam a escola (Amorim 2017; Villas Bôas 2017).

O nível de ocupação de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos em 2016 no Brasil foi de 4,6% (em relação ao total de pessoas nessa faixa etária), correspondendo a 1,8 milhão da população infanto-juvenil, majoritariamente concentrado no grupo de 14 a 17 anos de idade. Entre as crianças de 5 a 9 anos de idade, aproximadamente 30 mil trabalhavam, enquanto no grupo de 10 a 13 eram cerca de 160 mil, o que corresponde a 0,7% da população nessa faixa etária. Na faixa etária de 14 a 15 anos, 430 mil adolescentes estavam ocupados, mas 196 mil não atendiam às condições legais de jovem aprendiz, pois não havia anotação na carteira de trabalho. De 16 a 17 anos de idade, 612 mil não tinha registro na carteira de trabalho

(Amorim 2017; Villas Bôas 2017). Enquanto se superestima o trabalho propriamente infantil (5 a 13 anos), os dados estatísticos revelam que a maioria dos “menores trabalhadores” tem entre 15 e 17 anos de idade (Sarti 1995b:48).

A atividade agrícola era a que mais absorvia crianças de 5 a 13 anos, com a quase metade dos trabalhadores dessa faixa etária (47,6%), seguida pelo comércio (21,4%), serviços domésticos (6,3%) e segmentos como indústria, construção, transporte, armazenagem e serviços (Amorim 2017). “Na agricultura tradicional, crianças e adolescentes costumam realizar trabalhos sob supervisão dos pais. Segundo os técnicos do IBGE, trata-se de um fator cultural, de transmissão de técnicas tradicionalmente adquiridas” (Villas Bôas 2017).

Foram registradas jornadas semanais de oito horas, em média, para as crianças de 5 a 9 anos, e de 28,4 horas, em média, para os adolescentes de 16 ou 17 anos (Amorim 2017).

A região com o maior percentual de trabalho infantil foi a Norte, com um nível de ocupação da ordem de 1,5%, seguida pelo Nordeste com 1%, com quantitativos correspondentes a 47 mil e 79 mil crianças de 5 a 13 anos de idade, respectivamente (Amorim 2017).

Do total de crianças e adolescentes que estavam no mercado de trabalho em 2016, 34,7% eram do sexo feminino (em trabalhos como os cuidados de pessoas ou afazeres domésticos) e 65,3%, do sexo masculino. A maioria (64,1%) foi identificada como de pele preta e parda, considerando tanto o grupo etário de 05 a 13 anos (71,8%), quanto de 14 a 17 anos de idade (63,2%) (Amorim 2017; Villas Bôas 2017).

Na faixa etária de 5 a 13 anos de idade, apenas 26% recebiam remuneração, enquanto no grupo de 14 a 17 anos de idade, 78,2% recebiam algum rendimento (Amorim 2017).

Em média, no Brasil, 81,4% das crianças ocupadas frequentavam a escola em 2016. Das crianças na faixa etária de 5 a 13 anos, que trabalhavam, 98,4% frequentavam a escola, enquanto que o percentual de adolescentes de 14 a 17 anos correspondia a 79,5% (Amorim 2017).

O trabalho infantil nas famílias pobres corresponde, então, a um padrão cultural no qual são socializadas as crianças, não se opondo necessariamente à escola [não apresenta incompatibilidades com a frequência à escola, porque é feito fora do horário escolar], mas devendo complementá-la” (Sarti 1994:147).

O jovem que trabalha e vem a abandonar a escola não significa que necessariamente foi motivado pelo trabalho em si, mas pode ter relação com o sustento de cônjuge e filhos, ou com o fracasso escolar (evasão e retenção) nas séries finais do ensino fundamental ou do ensino médio, característico da maioria dos adolescentes e jovens de famílias populares, pois a lei brasileira (Lei nº 9394/1996) garante o acesso às séries iniciais do ensino fundamental, mas as

condições socioeconômicas das famílias não garante a permanência até o final da educação básica.

As crianças de famílias pobres, desde os 6 ou 7 anos de idade, desenvolvem atividades no âmbito doméstico e nas redondezas da casa, como ir até a venda, dar recados, buscar auxílio, sem um tempo determinado. Nessa fase de socialização e desenvolvimento da criança, ela intercala o cumprimento de algumas atividades com a realização dos jogos e brincadeiras, transitando entre espaços de contribuição nos compromissos da família e em espaços de liberdade do ser criança, sem que haja indícios de “exploração” de sua força de trabalho.

Assim, a “infância” entre os pobres no Brasil não se identifica com os postulados de Ariès (1981), como um mundo separado do dos adultos, pois o mundo social e cultural que eles habitam é o mesmo mundo de socialização. Para ele, enquanto o jogo seria uma das principais características do mundo infanto-juvenil, o trabalho seria a principal característica do mundo adulto. Essas características só poderiam ocorrer na faixa etária própria / obrigatória, não cabendo à criança “trabalhar”, nem ao adulto “jogar”. Essa visão pretensamente universalista está em desacordo com a diversidade de culturas, pois em outras sociedades, além das europeias, as crianças podem não ser necessariamente vistas exclusivamente como “jogadores”, nem adultos como “trabalhadores” (Montgomery 2001).

Não há padrões universais para a infância/adolescência, exceto aqueles impostos pelo Ocidente industrializado e pelas Nações Unidas. Mesmo nos estritos limites das leis, ter dezoito anos não é um limite definitivo que separa a infância/adolescência da vida adulta (Montgomery 2001), visto que com a idade inferior a 18 anos é possível ter acesso a alguns direitos do mundo adulto. Assim, no Brasil, uma pessoa pode trabalhar como aprendiz a partir dos 14 anos (artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Decreto-lei n.º 5.452/1943), se casar aos 16 anos (Código Civil, artigo 1517), pode votar em eleições aos 16 anos (Resolução nº 21538/2003, artigo 14).

São diversos os fatores que levam as famílias pobres a incorporar os filhos em trabalhos que visam garantir o sustento da famílias, tais como o desemprego, a diminuição do valor real dos salários, a diminuição da renda familiar, bem como para proteger os filhos do mundo das drogas e da criminalidade (Sarti 1995b). Outro fator refere-se à afirmação da individualidade dos jovens, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade no acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do ser jovem de acordo com seus grupos de referência (Sarti 1994).

Com efeito, crianças e adolescentes não são incorporados ao mundo do trabalho por torpe ganância dos pais com vistas à exploração insensível dos filhos, tendo em vista interesses

individualistas, pois os cuidados maternos com os filhos são valores caros para a família pobre. Ademais, “trabalhar para ajudar a família” não é o mesmo que “ser explorado pela família”, pois ganhar seu próprio dinheiro para atender necessidades do grupo familiar se inscreve nas obrigações morais de ajuda com as quais estão imbuídos todos os seus membros, e não apenas crianças e adolescentes. Geralmente, as mães e os filhos são inseridos como força de trabalho em momentos não desejados pela família (Sarti 1994).

Para muitas famílias pobres, o trabalho é associado com o mundo da ordem, sendo concebido como fonte de superioridade moral. Essa concepção simbólica do trabalho também contribui para que se valorize o trabalho dos filhos (Sarti 1994). Nesse sentido, o trabalho é visto pelos filhos, na conjuntura dos princípios de reciprocidade vividos pela família, como uma obrigação moral.

O trabalho ou ajuda dos filhos, crianças e jovens faz parte do próprio processo de sua socialização nas famílias pobres, baseado em um sistema relacional de ajuda e troca em que dar, receber e retribuir constituem as regras básicas de suas relações. Assim, aos pais cabe o papel de dar casa e comida, o que implica em retribuições por parte dos filhos (Sarti 1994).

As relações interpessoais nas famílias pobres são diferenciadas, ocorrendo relações recíprocas, complementares e assimétricas (Sarti 1995a; Sarti 2004). Como há uma forte hierarquia entre pais e filhos, a educação é concebida como socialização através do exercício unilateral da autoridade. Nessa perspectiva, os pais esperam que as crianças obedeçam e ficam na expectativa de que os jovens possam retribuir quando a família precisar. “Os pais que criam e cuidam são merecedores de profunda retribuição, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento desta contrapartida” (Sarti 1994:109).

Por isso, a criança e adolescente das camadas populares tendem a compreender sua identidade assentadas em sua condição social e em sua agência, como “pobres”, “trabalhadores” e “estudantes” (Sarti 1994:147). Nas famílias pobres, a concepção de infância é constituída na situação de pobreza, pelo trabalho complementar ao dos adultos para com quem tem obrigações morais, e pelos estudos na escola, intercalados com momentos furtivos de jogos e brincadeiras, a partir dos 6 a 9 anos de idade.

Seja para adultos ou crianças de famílias pobres, o trabalho é caracterizado por um relacionamento entre seus membros marcado por obrigações mútuas como parte de um compromisso de troca moral. Nesse sentido, o dinheiro que o marido e os filhos levam para dentro de casa, além de efetivar as obrigações mútuas, é feito com a sensação de cumprimento de um dever de grande valor do qual devem se orgulhar:

São elas [obrigações mútuas] que permitem ao jovem dar, se não inteiro, pelo menos, uma boa parte dos seus rendimentos à mãe para cobrir os gastos da família, privando-se, não sem conflitos, do dinheiro que ganhou individualmente. São elas também que fazem o homem entregar à sua mulher seu salário inteiro (ou quase), orgulhoso de cumprir o papel masculino de pôr dinheiro dentro de casa (Sarti 1994:130).

Os valores morais atribuídos ao trabalho pelos pobres são construídos em conflito com os valores do mundo capitalista, pois estes percebem os trabalhos que exercem (socialmente “desqualificados” ou “não-qualificados”) com uma qualidade moral, afirmando-se através dele perante si e os outros, ainda que não esteja de acordo com as aspirações do mundo capitalista. Essa concepção de trabalho faz parte de seu universo simbólico e permite a construção de sua autonomia moral pelo trabalho (Sarti 1994).

Por conseguinte, como a moral do trabalho se entrelaça com a moral da família, relativiza-se também o valor moral de quem pratica uma atividade ilegal/ilícita, que passa a ser considerada como uma atividade menos grave se os recursos materiais obtidos se destinarem à manutenção da casa. Esse homem (“bandido”) não é considerado como alguém que tenha uma natureza ruim, mas “é reprovado em seu comportamento avesso ao trabalho na mesma medida em que se reprova o trabalhador que não traz seu salário para dentro de casa, avesso, portanto, à família” (Sarti 1994:177).

Somente quando não há trabalho (formal/informal, legal ou ilegal, lícito ou ilícito), rompe-se a cadeia de obrigações morais mútuas. Nesse caso, o universo moral dos pobres atualiza-se através da esmola no plano do sobrenatural (Sarti 1994), onde a divina providência (fé em Deus) contribui para a sobrevivência da família através da caridade de pessoas alheias à rede familiar (para as quais “quem dá aos pobres, empresta a Deus”), havendo a manutenção do círculo da dívida no plano espiritual.

De acordo com a categoria social, a “família” representa um valor específico. Para os pobres, a família estrutura suas relações no princípio da obrigação moral. Nesse sentido, o critério básico para definição de pertencimento a uma família pobre relaciona-se a uma disposição de participar de obrigações morais. Essa concepção de família é diferente em outras classes sociais:

Enquanto, entre **peças da elite**, prevalece a família como linhagem (peças orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as **camadas médias** abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os **grupos populares** o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (Fonseca 2005:51 grifos nossos).

Com efeito, integram uma família aqueles membros em quem se pode confiar, “aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto,

para com quem se tem obrigações” (Sarti 1994:114). Os vínculos são construídos com base nessas redes de obrigações, através das quais se desenvolvem outras relações, tais como as relações de afeto. Nesse caso, a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem se convive ou conviveu, raramente passando dos avós.

A relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações não se escolhem, pois estão postas pela tradição. As obrigações com pessoas da rede familiar ou externas a essa rede podem ser escolhidas. No entanto, não há relações com parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber e retribuir (Sarti 1994).

As retribuições/ajudas entre as famílias pobres ocorrem de acordo com as necessidades de quem iniciou o círculo da dádiva e as condições de quem tem a obrigação de retribuir:

As retribuições que se esperam nas relações entre os pobres não são imediatas. Por isso, é necessário confiar. Como salientou Klaas Woortmann (1987), “o fato importante é a ausência de cálculo de dívida explícito” (p. 197) (...) A noção de necessidade [é] utilizada pelos pobres como critério para definir a obrigação de ajuda. A pessoa ajuda quem tem precisão, na certeza de que será ajudada quando chegar a sua hora (Sarti 1994:115).

Assim, as famílias pobres são caracterizadas por sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em um núcleo ou unidade doméstica isolada. Por isso, deve-se considerar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família na provisão dos recursos materiais e simbólicos com que contam (Sarti 2015). Dessa maneira, a identidade e a honra do indivíduo é construída na afirmação da família e da rede familiar, na qual o mérito individual corresponde a aspirar uma vida melhor para a família através de seu esforço pessoal. Portanto, o mérito do indivíduo não se esgota em si mesmo (Sarti 1994).

No entanto, a família para os pobres não pode ser concebida apenas como rede de apoio ou ajuda mútua diante de sua experiência de desamparo social. Para eles, a família também constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar (Sarti 1994; Sarti 2015). Com efeito, é a família, com seus códigos e obrigações, que permite negociar a atuação de seus membros no mundo social.

Por isso, ter a família como referência simbólica implica na dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas, divergindo muitas vezes das leis impostas pelo Estado, pois o grupo familiar tende a avaliar o mundo social com base em obrigações morais assentadas sobre os princípios de reciprocidade:

Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o

código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais (Sarti 1994:199).

Nessa perspectiva, a família pobre e seu mundo simbólico de relações morais tradicionais nos adverte sobre o reducionismo de descrever/compreender a realidade social brasileira a partir do matriz legalista, que afirma apenas olhar a realidade pela lente da lei e das normas hegemônicas para se conhece-la, próprio de uma visão jurídica que desconsidera a complexidade de nossa realidade sócio-política-econômico-cultural. O que esse enfoque legalista permite é apenas classificar as famílias pobres, as quais podem se enquadrar ou que se desviar do padrão familiar nuclear inerente ao campo legal (Fonseca 2005).

Assim, percebe-se um movimento atual, instrumentalizado pela utilização do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) de forma descontextualizada da realidade social, que tem contribuído para “dessacralizar” ou “desidealizar” o mundo familiar, com sérias implicações no processo de estigmatização de “famílias pobres, definidas como desestruturadas, ‘incapazes de dar continência a seus filhos’, sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres” (Sarti 2015:35; grifos nossos).

Sarti (2015) chama a atenção para esse processo de desidealização da família ao comparar aspectos contraditórios da lei, uma vez que, por um lado, introduz a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança de seus próprios familiares, e por outro lado, reitera a convivência familiar como um direito básico da criança.

Como a moral da família pobre pode não se adequar a muitos dos princípios de uma moral universalista, que firma sua concepção de realidade baseada no ideal de família privilegiada econômica e socialmente, as famílias pobres, conhecendo em seu cotidiano as relações sociais de poder em que estão enredados, bem como os rigores da lei e a ameaça de encarceramento, se relacionam com as pessoas do mundo social e das instituições do estado de maneira bastante reservada.

Por isso, é necessário aprender a ouvir e a dialogar com a família, sem oprimi-la. Quando se lida com questões familiares, há uma tendência a projetar a família com a qual se identifica, como idealização ou como realidade vivida. Esse fato impede de olhar o que se passa a partir de outros pontos de vista. No entanto, é difícil estranhar-se em relação a si mesmo (Sarti 2004), sendo necessário um esforço ético.

Os profissionais que atendem ou lidam com famílias pobres, por atribuir exclusivamente a si um saber único e identificado com a verdade que toma por base sua formação técnica, chegam a negar que a família assistida tenha um saber sobre si própria, um ponto de vista que deva ser considerado. O relacionamento decorrente dessa limitação redundante em ouvir o discurso

das famílias como um não-saber, uma “ignorância”. “Essa tendência à desqualificação do outro será tanto mais forte quanto mais a família assistida pertencer aos estratos mais baixos da hierarquia social, reproduzindo os mecanismos que instituem a desigualdade social” (Sarti 2004:24-25).

Esses profissionais precisam relativizar seus discursos, situando-o como um entre outros discursos legítimos, e considerar os pontos de vista das famílias pobres:

Pode-se pensar a noção de família como uma “categoria nativa”, ou seja, de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um *ponto de vista*. Embora nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro corresponde ao que ele atribui a si mesmo — dificuldade inerente as relações intersubjetivas —, pode-se ao menos buscar uma abertura tendo em vista essa aproximação (Sarti 2015:36).

No entanto, é necessário explicitar que a família pobre tem direito à privacidade, o que implica na possibilidade de haver, no decorrer da interação com a família, os silêncios, os não-ditos e os segredos, principalmente quando não há a construção de vínculos baseados em confiança que se conquista a longo prazo, com ações que remetam a essa construção.

Com efeito, “a família é vivenciada como o reduto do privado, da proteção, do segredo em relação à dinâmica do mundo externo” (Duarte e Gomes 2008:35). Nesse caso, pode haver informações sobre a família, sobre outros parentes ou sobre si mesmo que sejam do domínio de alguns e que não extravasa para os demais, muito menos para pessoas externas à rede familiar.

Por isso, é compreensível que estejam presentes de forma explícita nos discursos sobre si e sobre sua família questões relacionadas à solidariedade, dignidade e correção moral, em detrimento das tensões e conflitos familiares, os quais geralmente não são referidos (Salem 2010). Nesse sentido, é previsível a ocorrência de silenciamento quando o acervo transgeracionalmente acumulado de identificações e afetos incluir poderosos sentimentos negativos (Duarte e Gomes 2008).

Não obstante, não querer revelar algo se justifica por se situar no contexto das obrigações morais motivadas pelos princípios de reciprocidade, confiança, respeito e honra. Assim, revelar situações ou eventos pode levar a uma sensação de “traição” junto aos pares, representados por familiares e vizinhança (Duarte e Gomes 2008:37), o que deve ser evitado a fim de se cumprir os códigos morais assumidos pela tradição.

Por fim, considerar os pontos de vista das famílias pobres implica em localizar os pontos de vulnerabilidade da família, como também os recursos de que dispõem (Sarti 2015). Nessa perspectiva, é preciso perguntar como a própria família define seus problemas, suas

necessidades e seus anseios. No entanto, o desafio maior será pensar como ouvimos as respostas e o estatuto que atribuímos ao que as famílias pobres dizem (Sarti 2004).

De um modo geral, a família pobre deve ser trabalhada em sua integralidade, uma vez que o que a caracteriza é sua dimensão simbólica e sua constituição enquanto grupo social no qual os membros definem sua identidade e seus projetos de vida para a garantia do bem-estar de todos e de cada um de forma relacional. Uma adversidade sofrida por um de seus membros isoladamente implica no impacto e no enfraquecimento do grupo como um todo. Por isso, qualquer política pública pensada para as famílias pobres deve contemplar a todos os seus membros (homens, mulheres e crianças), considerados em sua rede familiar (Sarti 2015).

A discussão travada no presente tópico se propôs a nos levar à construção de uma compreensão sobre os planos simbólicos de famílias ribeirinhas marajoaras (apresentados na sequência do texto), considerando a instituição família com um valor inestimável, baseada em laços de reciprocidade e em uma moralidade que atravessa gerações, mas que permite algumas mudanças ao longo de mudanças sociais e econômicas mais amplas.

Ademais, apesar de algumas semelhanças no plano simbólico entre famílias da periferia de São Paulo e famílias ribeirinhas marajoaras, há especificidades destas últimas, as quais são apresentadas a seguir.

2.2 UM RETRATO DA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR RIBEIRINHA A PARTIR DA HISTÓRIA DE ESMERALDA

Para iniciar essa descrição e análise da família ribeirinha marajoara, apresentamos algumas características da família de João e seus descendentes. Contudo, o foco aqui posto está sobre a família de Esmeralda, mãe de duas jovens mulheres que se relacionaram com homens das balsas. O intuito é compreender e articular diversos fragmentos de histórias de vida como forma de reconstituir um contexto sociocultural que abarca as redes de significações das ribeirinhas que espriam suas relações para dentro das balsas que atravessam o rio permanentemente.

O ribeirinho João recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Previdência Social, mais um salário de vigilante da escola, bem como vende açáí que *apanha* em sua propriedade rural. Com esse dinheiro, ele sustenta seus filhos.

Ele tem três filhos e três filhas, com idades de 07 a 23 anos de idade; e dois netos. Um dos filhos homem é casado e tem um filho, que é deficiente e também recebe BPC. Este é José

e vive com a esposa e seu filho, que dormem no único quarto da casa. Ele é pai de outro menino, que nasceu quando José tinha 16 anos de idade. A mãe da criança tinha 15 anos. Eles não ficaram juntos.

Na sala de sua pequena casa, dormia sua tia com suas duas crianças (um é aluno do ensino fundamental e a outra é aluna da educação infantil). Essa tia possuía uma pequena casa mais distante à margem do rio. Como ela é separada do marido e sofre de epilepsia, a cunhada, esposa de João, achou melhor trazê-la para morar na casa de seu filho.

Há mulheres ribeirinhas que se tornam mães ainda na adolescência, e continuam a morar com seus pais compondo o quadro social de famílias reconstituídas / monoparentais que habitam a mesma unidade doméstica (casa). Assim, as/os jovens, tanto homens quanto mulheres (prevalecendo o maior número destas), podem contar com a solidariedade de seus genitores (Vieira 2011).

Essa situação também foi observada na casa de João, onde moravam um filho com esposa (e neto), uma filha com sua criança (mas sem marido) e sua concunhada com seus dois filhos, habitando em duas pequenas casas de madeira, que eram contíguas.

João vivia na mesma casa com sua esposa, mas estavam separados. “Ela não cuida mais dele” (relato de uma professora). Segundo uma professora, a forma de tratamento dela em relação a ele mudou depois de ela começar a trabalhar como auxiliar de serviços gerais na escola, tendo relativamente alguma autonomia financeira mediante o recebimento de um salário.

Os filhos solteiros não ajudavam no orçamento da casa, apesar de trabalharem no extrativismo do açaí. Obtinham dinheiro apenas para gastos pessoais (relato de uma professora). João não era o único a ter renda na família, mas o sustento da família toda ficava sob sua responsabilidade. Seu prestígio no seio familiar estava diminuindo, mas ainda era uma figura central.

As observações e interações no campo mostram que a quase totalidade das crianças da escola moravam com pai e mãe. No entanto, algumas crianças não viviam com as mães ou os pais, pois estes se separaram e estão com novos parceiros e foram agregados novos irmãos, ou devido ao falecimento de um dos genitores. Moravam com tios ou avós. Na escola, em uma turma de primeiro ano, uma criança morava com os avós. Na turma de quinto ano, apenas uma adolescente morava com os tios, pois sua mãe faleceu há oito anos.

Num dia letivo, uma aluna na sala de educação infantil chorava com saudades de seu pai, que tinha se separado da mãe dela, e ele não teria visitado ela (a filha), mesmo morando na mesma localidade. De acordo com relatos de algumas pessoas, essa história poderia ser

resumida assim: um homem levou sua esposa para morar na mesma casa de seu irmão, para ajuda-lo, pois estava passando dificuldades. No entanto, este acabou “se apaixonando” pela mulher do irmão e conquistando-a – ou ela o conquistou. Aquele ficou furioso e queria “mata-lo”. Passado o tempo, esses irmãos se reconciliaram. Mas a filha que ficou com a mãe chorava com saudades do pai.

Os principais momentos da história de vida de Esmeralda são apresentados a seguir como forma de caracterizar os percursos de uma família ribeirinha de classes populares na sua constituição enquanto unidade social mantida por laços de reciprocidade e afeto, mencionando os conflitos e separações que surgem e preparam terreno para a reconstituição da família, e que migraram, ocupando espaços geográficos diversos como forma de encontrar melhores condições de trabalho e vida.

Esmeralda é uma mulher de origem ribeirinha que migrou bastante entre a cidade e o campo desde seus 14 anos. Ela tinha 45 anos de idade e é mãe de cinco filhos, sendo duas mulheres e três homens. Ela está em sua terceira relação conjugal, sendo esposa de Edson, que tem 40 anos. Com o atual marido, ela não teve nenhum filho. Suas filhas Rosa e Jade tiveram “relacionamentos amorosos e/ou de prostituição” com tripulantes de balsas.

A família ascendente de Esmeralda ocupava as propriedades rurais localizadas à margem de um rio de Breves-PA, as quais atualmente pertencem a seus pais e irmãos, e seus descendentes. Seus avós e pais nasceram nessa localidade. Ela não tem informações sobre a origem de seus bisavós: “mas a minha avó sempre falou que ela foi nascida e criada naquele lugar”. Com o passar do tempo, os avós, tios e primos de Esmeralda deixaram o campo e foram morar na cidade.

No entanto, seus pais e irmãos continuaram a habitar o local. Considerando a longevidade de sua avó materna, inferimos que no mínimo seus familiares ocupam suas terras (o que inclui pequenas ilhas) há 80 anos, ou seja, desde aproximadamente a década de 1930. Constituem, portanto, comunidades tradicionais:

A vovó, a mãe da mamãe, faleceu há dois anos [2014]. (...) A vovó, mãe da mamãe, o pessoal falava que ela tinha 80 anos. Agora eu não sei. O pessoal achava muito. Era velhinha bem saíca. A mamãe continua [morando lá]. Ela não troca por nada [seu lugar]. Ela vem para a cidade, mas não consegue dormir. Ela tem medo. Ela não se acostuma (Esmeralda).

O pai de Esmeralda vendeu seu terreno no meio rural. Ele ficou com uma parte do terreno que foi herança do pai dele (outras partes ficaram com os irmãos dele). É nesse terreno que ele e seus filhos homens moram, os quais trabalham com açaí e palmito. As filhas mulheres moram mais afastadas.

Os terrenos formam uma sequência de seis casas, situados em margens opostas de um rio, parte no território de Breves-PA e parte em Melgaço-PA (municípios marajoaras) nas quais moram os pais de Esmeralda, seus irmãos e seus descendentes, incluindo três de seus filhos, sendo uma mulher e dois homens (a filha mora com o marido; um filho mora com a avó; outro filho mora com o tio, que é pai adotivo).

As casas são construídas com madeira e cobertas com folhas de buçuzeiro (palha obtida de uma palmeira chamada buçu ou ubuçu¹⁸). Apenas uma casa, a do irmão caçula de Esmeralda, que tem 21 anos, é coberta com Brasilit. Há três casas próximas entre si. As outras ficam distantes uma da outra. “Não é uma vila assim...” (são habitações contíguas à margem do rio que preservam certa distância).

A seguir, apresentamos algumas casas de ribeirinhos fotografadas com o intuito de evidenciar algumas características de sua construção.



Figura 12 – Casa ribeirinha de madeira e coberta com palha de buçu

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 13 – Casas próximas não é uma cena comum

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

¹⁸ Ubuçu ou buçu (*manicaria saccifera*) é uma palmeira da família *arecaceae* e uma espécie do gênero *manicaria* encontrada em Trinidad, nas Américas Central e do Sul. Abundante nas margens das várzeas e ilhas da Amazônia, principalmente nos estados do Amazonas, Pará e Amapá. Apresenta folhas largas e frutos em forma de cocos pequenos.



Figura 14 – Casa de madeira coberta com telhas de barro
Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 15 – Casas ribeirinhas e um dos poucos estabelecimentos comerciais
Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 16 – Casa coberta com telha Brasilit em meio a um açaizal
Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 17 – Casas vizinhas, geralmente de familiares

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 18 – Casa abandonada

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Nas décadas de 1970-80, o pai de Esmeralda contratava pessoas para a extração do palmito. A conserva do palmito era feita em casa. Também trabalhava com madeira. Seu trabalho também consistia em atender clientes e fazer compras para casa.

Hoje ele ainda trabalha com conserva de palmito. Ele tem um pequeno estabelecimento comercial (talvez menos expressivo que o comércio de Alexandre). Como sua ilha é pequena, ele “compra” a conserva do palmito (troca com mercadoria) e revende para seus clientes que vem de outras cidades.

O pai de Esmeralda tinha 65 anos de idade. Sua mãe tinha 60 anos. Sempre moraram no meio rural. Esmeralda tem mais nove irmãos, sendo mais quatro mulheres e cinco homens (perfazendo um total de dez filhos nessa família). “Aí no caso quem mora fora de lá sou eu. O resto mora tudo lá, pertinho do velho”. A filha mais velha tem 47 anos. A segunda filha é

Esmeralda, que tem 45 anos. As idades dos outros filhos não foram referidas. O filho caçula tem 21 anos de idade. Considerando essas idades, inferimos que a mãe de Esmeralda teve sua primeira filha na adolescência, aos 14 anos de idade aproximadamente.

Os modos de prover a existência dessa família foram referidos no capítulo anterior. Pelos relatos disponibilizados, cumpre ressaltar dois aspectos da relação de Esmeralda com seus pais e das dificuldades enfrentadas.

Na adolescência de Esmeralda, as dificuldades na família aumentaram quando seu pai começou a ter uma relação extraconjugal com uma mulher que morava na cidade de Breves. Ele era o responsável pelas vendas de açaí e palmito no meio rural, depois se dirigia para a cidade, onde ele comprava os produtos para a manutenção da casa (portanto, atuava como provedor material) e de seu pequeno comércio. Contudo, esse tempo de venda e compra poderia durar de um a seis dias, quando a família ficava sem essa assistência material. Nesse intervalo, os filhos cuidavam de prover o sustento alimentar da casa:

Na época, a situação do papai com a mamãe era difícil, porque ele tinha uma senhora que vivia com ele aqui em Breves. A mamãe não sabia. Aí ele vinha para cá fazer compra e passava dois ou três dias para cá. Nós que bancava lá. Nós trabalhava. Ele já trazia nosso dinheiro [do palmito e açaí], e voltava para cá [cidade de Breves]. Quando dava a sorte de passar só um dia, ele levava mercadoria [imediatamente]. Se não, nós mesmo que tinha que vender para comprar nossa mercadoria. Ele vinha aqui comprar. Pegava o dinheiro lá. Aí ele tinha essa pessoa, se entretinha na casa dessa pessoa e se esquecia de nós. Ele podia passar cinco ou seis dias, mas ele levava mercadoria. Ele não tinha muito essa preocupação com nós, porque a gente se virava mesmo (Esmeralda).

Esmeralda não frequentava a casa dos pais, porque era muito “apegada” a um irmão, apesar da insistência da mãe para visita-los. Quando ela viaja ao interior, ela se hospeda na casa desse irmão:

Eu quase não frequento a casa *dele* [pai] agora, sabe. É muito difícil eu ir para lá. Porque eu tenho um irmão, esse um que eu estou falando, ele é depois de mim [terceiro filho mais velho]; eu tomava conta dele; eu sou muito ligada a ele, sabe. Quando nós vamos para lá, eu não tenho jeito de ir pra a casa da minha mãe. Eu não passo da casa dele de jeito nenhum. Eu fico na casa dele [irmão]. Aí a minha mãe briga com ele. Aí eu fico na casa dele. Aí para não ter essa briga deles, eu não vou. Ainda tem que um filho dele que é meu afilhado. Quando eu fico na casa da minha mãe, ele [afilhado] sabe. Ele sai cinco horas da casa dele do outro lado [do rio], de casquinho. Ele vai bater lá. ‘Madrinha, madrinha, vumbora lá para casa; o café já está pronto’. Aí a mamãe começa esculhambar: ‘Vai te embora’. Aí começa a brigar com ele. Eu fico com pena dele, sabe. Aí eu digo: ‘eu não venho para cá tão cedo’. Aí a mamãe fica nesse pé de guerra com esses dois¹⁹ (Esmeralda).

Antes de se mudar pela primeira vez para Portel, aos 12 anos, Esmeralda começou a trabalhar em serviços domésticos em casa de família na cidade de Breves-PA.

¹⁹ Talvez esse discurso também visasse justificar a impossibilidade de conduzir o pesquisador até a casa dos pais e familiares no meio rural.

Esmeralda teve três maridos. Esses relacionamentos estão marcados por migração para outros municípios e estado, lutas pela sobrevivência e coragem de recomeçar. O primeiro marido foi um regatão, que comercializava farinha de Portel, quando ela tinha 14 anos de idade. Esse primeiro relacionamento durou um ano. O segundo marido foi Raimundo (filho de Verônica), aos 15 anos. Viveram juntos durante aproximadamente 08 anos. O terceiro e atual marido é Edson, desde os 24 anos de Esmeralda. Esse terceiro relacionamento já tem vinte e um anos.

O primeiro marido de Esmeralda foi um regatão do rio Pacajá, Portel-PA. Ele fazia farinha em seu município e vendia nos rios de Breves-PA, em locais em que não há a produção desse alimento, devido ao terreno ser de várzea. Foi nesse comércio no rio que Esmeralda o conheceu e decidiu ir embora com ele. Ela tinha 14 anos. Quanto à idade dele, ela disse que “ele era mais velho”.

Esmeralda relatou que os motivos para essa decisão foi devido ao pai não permitir namoro das filhas e também devido à carga intensa de trabalho na floresta que ela e seus irmãos mais velhos desempenhavam:

Aí, como a gente era muito nova, aí meu pai não gostava que a gente namorasse, aí disse: ‘para eu me sair’. ‘Eu acho que vou ter que arrumar marido, porque eu trabalho muito. Eu trabalhava com ele no mato’. A mamãe dizia que eu trabalhava demais (Esmeralda).

Ela relatou que, com certa regularidade, entrava em conflito com sua irmã caçula. Por isso, ela levou uma surra de seu pai; a outra não. Também em função dessa situação, ela foi embora com o regatão, mas depois se arrependeu.

O regatão foi ao pai de Esmeralda pedir autorização para “eles se juntarem” (amasiar ou amigar). No entanto, o pai autorizaria somente se eles casassem. O regatão não concordou e Esmeralda o acompanhou assim mesmo para o rio Pacajá, meio rural (“centro”) do município de Portel:

Na época, quando eu era bem novinha [adolescente], que deu a doida na minha cabeça... Meu pai... Sabe que filho que não quer ouvir conselho de mãe... Deu uma doida, aí eu arranjei marido. Eu tinha 14 anos. Aí eu fui viver com esse homem no [rio] Pacajá. Eu pensei que eu fosse para uma vida melhor. Aí eu fui embora com ele aí para o centro... Pacajá [Portel] (Esmeralda).

Quando Esmeralda chegou ao Pacajá, ficou sabendo que seu primeiro marido era viúvo há pouco tempo. Sua sogra não concordou com o relacionamento porque Esmeralda era “muito nova”. Durante o tempo em que permaneceu nessa localidade, ela aprendeu com a nova família a fazer roça, fazer farinha e tirar tapioca.

Esmeralda não se acostumou com a vida longe dos familiares ou porque não foi bem recebida pela nova família. Assim, após um ano ela resolveu voltar para a casa de seu pai. No entanto, este não a aceitou mais na casa. Nessa temporada, ela voltou com sua primeira filha: “a minha primeira filha (...) eu arranjei assim na doida. Naquele tempo eu não tinha compromisso na cabeça”:

Quando eu tive minha primeira filha [aos 15 anos], meu pai não me aceitou mais embaixo de casa. Aí eu vim me embora, morar com uma mulher aqui em Breves. Ela me aceitou na casa dela [juntamente com minha filha] de braços abertos. Aí eu me acostumei de chamar de mãe para ela (Esmeralda).

Com quase 16 anos, Esmeralda se “casou” com Raimundo, filho de Verônica. Foi no início desse segundo relacionamento que sua primeira filha morreu de asma, com um ano e sete meses.

Nessa etapa de sua vida, Esmeralda contou com o amparo de uma senhora na cidade de Breves, para quem desenvolvia serviços domésticos. Raimundo passou a trabalhar na cidade também, vendendo sorvete na rua em carrinho próprio, recebendo comissão.

Algum tempo depois, a patroa se mudou para Macapá-AP. Depois, Esmeralda continuou nos trabalhos domésticos em casas de outrem: “eu trabalhei muito em casa de família para criar eles [filhos]. Já ouvi muita esculhambação dos outros. Mas não me acostumei a ser babá”.

Esmeralda e Raimundo foram morar no meio rural, na casa de Verônica. Esmeralda viveu nessa unidade doméstica dos 16 aos 23 anos. Foi nesse período de tempo que ela conviveu com as noras, trabalhou com a sogra e passou a conhecer as situações de comércio informal e obtenção de óleo diesel, namoro e prostituição delas nas balsas. Raimundo trabalhava com palmito, atividade econômica que possibilitava um acesso mais rápido para se conseguir dinheiro.

Durante oito anos, Esmeralda e Raimundo viveram juntos. Nesse relacionamento nasceram cinco filhos, sendo duas mulheres e três homens (a primeira e a terceira eram filhas; o segundo, o quarto e o quinto eram filhos). Atualmente, Rosa tem 24 anos; Rodrigo tem 23; Jade tem 21; “esse que mora com meu irmão” tem 19; o caçula tem 16 anos.

Aos 23 anos de idade, Esmeralda se separou de Raimundo, devido a desentendimentos e conflitos familiares não explicitados: “porque o pai dos meus filhos andava me perseguindo, querendo me matar”. Esmeralda nunca disse que tinha subido em balsa para fazer vendas de açaí ou outro produto, muito embora em nosso primeiro encontro ela tenha me explicitado *a priori* que ela não era “balseira”. Raimundo passou a morar em Macapá, onde constituiu outra família.

Quando Raimundo deixou Esmeralda, seu filho caçula era bebê, o antepenúltimo filho tinha três anos e Jade tinha cinco anos. A situação da família tornou-se muito difícil, pois Esmeralda tinha cinco filhos para criar sozinha. Por isso, ela precisou doar seu quarto filho (de 03 anos) ao seu irmão. Assim, em situação de grandes dificuldades, a família extensa apoia como pode as famílias nucleares. Ela também contou com o “apoio” da família de Verônica, ex-sogra e avó de seus filhos, incorporando as crianças aos modos de vida ribeirinha e em trabalhos domésticos em sua casa.

Ao enfrentar as adversidades na família, membros da família nuclear e extensa passam a atuar de forma solidária. Por exemplo, enquanto Esmeralda exercia atividades domésticas como diarista na cidade, sua cunhada tomava conta de seu filho “jitito [caçula]”. Esmeralda recebia R\$ 30 reais por dia e repassava R\$ 10 para sua cunhada. Com efeito, há uma forte rede de ajuda mútua entre as mulheres ribeirinhas (ex-sogra, cunhada, etc.).

Quando Esmeralda se separou de Raimundo, aos 23 anos (viveu com ele 08 anos) uma “colega” de Macapá disse que a casa dela estava com as portas abertas para receber ela e seus quatro filhos (um filho foi doado). Ela passou poucos meses em Macapá trabalhando em serviços domésticos e devido à precariedade da vida que levava, ela voltou para Breves.

Esmeralda não ficou muito tempo solteira. Ela conheceu Edson e passaram a morar juntos. Ele a ajudou a criar suas quatro crianças. À época, Rosa tinha 07 anos, Jade tinha 05 anos e seu irmão caçula, 01 ano. “Mas graças a Deus, na situação em que eu fiquei quando a gente se separou [ex-marido], foi ele que me ajudou”. Ele foi bem aceito pelos filhos: enquanto Jade chama Edson de “pai”, o caçula o chama de “tio”.

Casada com Edson, Esmeralda e sua família passaram por um processo de migração com certa regularidade: inicialmente foram para Macapá-AP. Não se adaptando à vida nessa capital, viajaram para o meio rural de Portel-PA, onde Edson tinha familiares que trabalhavam com roça. Depois, eles voltaram para o meio rural de Breves, onde passaram a trabalhar na pesca do camarão e no comércio informal nas balsas (Edson e Jade). Após desentendimentos com alguns familiares (genro), a família foi morar na cidade de Breves.

Primeiramente, com Edson e seus quatro filhos, Esmeralda retornou para morar na cidade de Macapá-AP, onde Edson trabalhava com movelaria, carpintaria e onde aprendeu a trabalhar como pedreiro: “lá é bom; quando a gente morava em Macapá, ele não ficava parado”. Ele foi trabalhar em Macapá mediante convite de seu “colega”, que já trabalhava lá. Edson trabalhou na empresa “Amapá Piscina”. Nesse período, Jade trabalhou três anos em serviços domésticos em casa de família em Macapá, aproximadamente dos 10 aos 12 anos. Eles passaram aproximadamente 06 anos nessa cidade.

Posteriormente, Esmeralda e Edson foram trabalhar no meio rural do município de Portel-PA, com plantação de mandioca em sociedade com seu padrasto. Nesse período, as crianças ficaram com a avó Verônica. Devido às dificuldades do meio, desentendimentos quanto a uma roça, alimentação precária, doença de Esmeralda, decidiram mudar:

Antes daqui [cidade], a gente morava no interior onde a gente tem a roça, no rio Camarapi, Portel. (...) Lá é bom porque tem a terra para gente trabalhar, plantar o que a gente quer. (...) Essa roça era de meu marido com o padrasto dele. (...) Meu marido tem um irmão que é meio injuriado. Sei que deu uma bronca lá e a gente teve que dividir a roça. (...) Lá é muito ruim de passadio: falta muita alimentação (Esmeralda).

Após passarem seis meses em Portel, a família voltou a morar no meio rural de Breves-PA. Não tendo um terreno para morar e trabalhar / pescar, a família de Esmeralda passou a ocupar um terreno cedido por Joaquim, recém-casado com Rosa, filha dela, aos 15 anos aproximadamente.

Joaquim morava com o pai aposentado e Rosa. Ele contratava as pessoas para tirar o açai para ele, que posteriormente é negociado no porto de sua casa com barcos-geleiras. Ele também pescava com matapi.

Após três anos, Rosa (com 17 anos) *decidiu deixar* o marido. Com essa decisão, ele expulsou os familiares dela da propriedade rural. Assim, Esmeralda foi com sua família morar na cidade de Breves. Tão logo a família se estabeleceu em Breves (em 2012), Rosa reatou a relação com o ex-marido, e passou a viver com ele novamente, tendo dois filhos atualmente.

Ele [Joaquim] era solteiro e endoidou por causa dela. A gente foi para o rio e morou no terreno deles. Eles deram um pedaço para a gente morar. Como ela não quis mais ele, ele mandou a gente sair do terreno. Aí tivemos que vender nossas coisas e vir embora para cá: geladeira, armário, guarda-roupa, penteadeira. Isso eu vendi tudo. A gente vendeu tudo baratinho. A gente apurou R\$ 1000. Para poder vir logo e construir aqui. Quando a gente veio para cá, a danadinha voltou para lá com o marido dela [ela não quis morar na cidade] (Esmeralda).

Esmeralda disse que eles compraram uma estrutura de casa de madeira por R\$ 1100 em um bairro da cidade de Breves. Edson disse que essa estrutura (“armação”) foi comprada mediante a venda de uma outra casa pequena (4x8m) localizada em outro bairro da cidade.

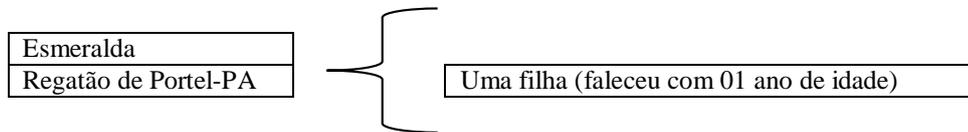
Com o dinheiro obtido com a venda de geladeira, armário, guarda-roupa e penteadeira, eles puderam construir a atual habitação de madeira coberta com palha de buçu. No entanto, é uma casa que tem certa precariedade em sua constituição: “mas chove tudo nessa casa” (Esmeralda).

Jade disse que seu trabalho de venda de cerveja em balsas ajudou na construção da casa. Ela afirmou: “quando eu cheguei para cá [aqui nesta casa], só tinha construído esse pedacinho quadrado (aponta para o primeiro compartimento da casa de madeira)”.

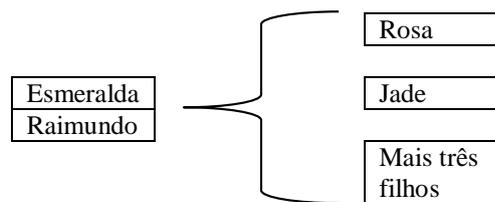
Há sete anos a família de Esmeralda mora na cidade de Breves.

Abaixo, apresentamos de forma esquemática os três relacionamentos de Esmeralda:

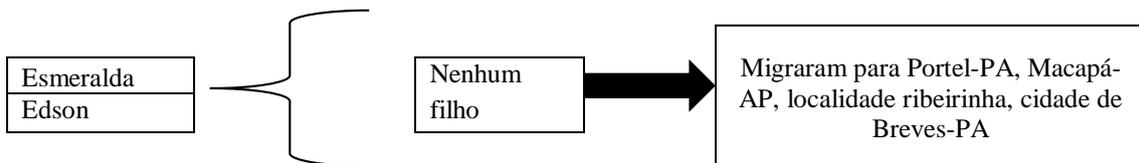
Primeiro relacionamento de Esmeralda:



Segundo relacionamento de Esmeralda (com Raimundo, um dos filhos de Verônica):



Atual relacionamento de Esmeralda:



Em 2016, Edson trabalhava em movelaria atrás de sua casa, na construção de um roupeiro e um armário de cozinha. Às vezes, quando aparecia um trabalho, ele desempenha as atividades de pedreiro e carpinteiro. “Ele faz assim para o pessoal que ele conhece. Assim, a gente paga a prestação do motor rabeta”. Em seu trabalho como carpinteiro, também consertava cascos de barcos cuja madeira precisava de substituição. Desde 2017, ele trabalhava empregado em uma movelaria.

Esmeralda trabalhava em sua casa, em serviços domésticos. Também vendia mediante encomenda produtos da Avon com sua filha Jade para famílias do meio rural.

Com exceção do filho caçula que não trabalhava, outros filhos (homens) trabalhavam no extrativismo no meio rural. Houve uma época que o filho de 23 anos voltou a morar com Esmeralda na cidade. No entanto, como não conseguiu trabalho, pois não tinha qualificação profissional, retornou para o meio rural. Esmeralda se preocupava muito com ele na cidade e o orientava a não se envolver com a criminalidade:

Esse, que morava aqui, tem 22 anos. Aí, *eu não vou lhe mentir*, ele chega aqui, e fica aí com esses moleques na rua, ele fica puxando bronca para casa, aí eu não gosto. Eu sou pobre, mas eu não gosto disso. Mas quando! Eu prefiro que o meu filho fique para lá para o interior cortando palmito. Se ele ficasse aqui na cidade e ele trabalhasse, procurasse um servicinho, eu não estava nem aí. (...) ‘Minha porta está aberta para ti meu filho. Aí não, tu ficas, se ajunta com esses moleques aí... Quando eu nem pensar, tu estás lá atrás das grades. Aí cadê a condição para tirar ele de lá? Não tem. **Assim, tu vai para lá, para casa da tua avó’. Aí ele está para lá.** Ele gosta muito de pescar. Aí ele ligou: mamãe, como é que tu estás? Olha, estou bem; a cabeça está fria; quando tu estás, eu não durmo, porque tu sais, vai para a rua (Esmeralda).

Assim, os cuidados maternos inerentes às famílias pobres pertencentes a comunidades tradicionais levam a mãe a fazer o possível para afastar seus filhos das ameaças do mundo do crime.

2.3 A VIDA DE RIBEIRINHOS MARAJOARAS NO PERÍODO DE INVERNO AMAZÔNICO: ENTRE DESAFIOS, MIGRAÇÃO E OBRIGAÇÕES MORAIS

Os desafios periódicos na vida dos ribeirinhos marajoaras estavam relacionados, sobretudo, à redução da porção de alimentação diária, especificamente na estação do inverno, período intenso de chuvas e de inundação de boa parte da área de florestas, que tem a duração de seis meses na Amazônia, por ser uma floresta tropical.

Basicamente, a dieta alimentar ribeirinha é constituída por alimentos oriundos do extrativismo, tais como camarão, peixe e açaí, e outros, denominados por alguns como “rancho”, constituído por farinha e alimentos industrializados, como por exemplo, enlatados, embutidos, bolachas, café, açúcar, esporadicamente pães e roscas.

Pelas condições climáticas, as atividades relacionadas ao extrativismo (do fruto do açaí especialmente), à caça, à pesca e à agricultura (a produção de farinha de mandioca particularmente) ficam prejudicadas pela constância das chuvas, que muda as relações no ecossistema formado por diversidade de plantas, animais, seres humanos e o regime das águas marajoaras.

Uma forma encontrada pelos ribeirinhos para contornar a diminuição do fruto do açaí foi o manejo, área dedicada exclusivamente para a colheita do fruto destinada à alimentação. Dessa área, o palmito não deve ser extraído. Nessa situação, as dificuldades existem para a família ribeirinha, a redução da alimentação tem seus impactos na dieta alimentar e, por conseguinte na nutrição, mas não são dificuldades intransponíveis. Segundo Esmeralda, “na ‘frente’, eles tem uma área onde eles cuidam [manejo do açaí]. No caso, lá não pode cortar o palmito. É separado para o açaí. Aí chega o inverno... É para alimento mesmo. (...) Cada um

tem seu açaizal próprio para dar no inverno. Aí eles não passam tanta dificuldade”. Não obstante, há ribeirinhos que não fazem o manejo: “nas outras paragens, numa época dessas [inverno], já não tem mais açai”. Em decorrência desse fato, para estas pessoas, as dificuldades são maiores.

O açaizal do ribeirinho Arnaldo está localizado em um terreno que mede dois mil metros de frente, e foi comprado por R\$ 6000 (seis mil reais) há quatro anos ou mais.

Outro produto que não pode faltar na casa dos ribeirinhos é a farinha de mandioca. Esse alimento não é produzido pelos ribeirinhos de dois rios do Marajó, devido suas propriedades rurais correspondem à região de várzea. Assim, eles precisavam comprar esse alimento no pequeno comércio de Alexandre ou de produtores de outros locais, como os de um rio próximo, ou mesmo na cidade de Breves-PA, nos grandes estabelecimentos comerciais que vendem os fardos de farinha com 30 kg. Nesse caso, a dificuldade estava na alta dos preços dos produtos no período de inverno, que trazia impactos para a lavoura, geralmente preparada para as colheitas do verão.

E agora com o aumento do preço da farinha... Na casa do meu irmão, um fardo de farinha [30 kg] é uma semana! Eles compram lá [no interior]. Quando a cunhada vem receber o bolsa família, eles compram aqui [na cidade]. Sai mais barato. O pacote com 30 kg está custando R\$ 150 [valor de 2016] (Esmeralda).

Em função desses fatos, a redução da porção alimentar diária na família de Esmeralda foram descritas da seguinte forma:

Meu irmão ligava para mim, dizendo ‘manda um quilo de bucho para mim; estou com fome desde ontem; manda uma rosca; quero tomar café com rosca’. Tem gente lá que passa até de dois dias sem saber o que é comer de verdade. Lá eles não almoçam, só fazem a janta. Eu pergunto para a mulher dele ‘por que tu fazes só a janta? Porque a gente já vai dormir. Porque se eu fizer o almoço, aí à tarde já não vai ter’. A situação lá é difícil. A família é de bem umas dez pessoas. Eu tenho um filho que mora com eles. Ele fala que, quando a comida é pouca mesmo, nem o tio dele, nem a tia dele comem. Como a mamãe já sabe, ela deixa um pouco de comida na casa dela, porque é só ela e o papai. O inverno é um período de muita dificuldade. Quando a gente chega lá, eles estão tristes. Eu não gosto nem de ir lá. Quando eu vou para lá, vou para casa de meu irmão. Eu gosto de levar um frango. Aí a mamãe grita da casa dela: manda uma banda para mim; fui eu que te pari (Esmeralda).

No inverno, há pouco pescado no rio: “no lado [do rio] onde o papai mora, a crise é maior” (Esmeralda). Como a captura do camarão é feita com matapi, a dificuldade encontrada está nos limites das propriedades rurais, pois, para se obter alguns quilos do crustáceo por dia, é necessário colocar uma quantidade grande desses artefatos/instrumentos nas margens do rio (um pouco abaixo da superfície), o que pode variar de 30 a 50, o que se torna inviável considerando as dimensões da propriedade de um ribeirinho e o respeito a esses limites, ou seja, os terrenos tem dono, e isso inclui as margens do rio:

Como eu te falei, é jita a ilha do papai. Se botar 10 matapis já está no porto do outro. Aí não pode. Em morei lá, logo quando eu me juntei com esse meu marido [Edson]. (...) Aí eu falei: “Tu sabes pescar de matapi? Eu vou fazer para ti”. Porque eu sei fazer. Ontem ele falou para mim que era para fazer uns para ele. Aí eu falei: “eu só quero que tu jogues a tala”. Aí eu fiz 70 matapis para ele pescar. Se ele colocava 10 para cá, já estava no porto da mamãe; se ele colocava para cá mais 10, estava no porto da minha irmã [cada pedaço de terra tem seu dono]. Aí começava: “ah, porque o Edson joga os matapis dele tudo aí, aí não tem espaço pra colocar de mais ninguém”. O que acontece? O que a gente vai fazer é que a gente vai se embora para Breves. Aí ele tinha uma casa aqui... (Esmeralda).

Os animais para caça também são pouco encontrados no período de inverno. Nesse caso, o animal para caça que predomina independente da estação climática é a preguiça (*Bradypodidae Melalonychidae*). A caça obtida pode ser consumida pela família ou pode ser vendida:

Tem vez que eles matam um tatuzinho, um jacaré. Quando uns ainda tem a farinha, o café e o açúcar em casa, ainda come [a caça]. Quando não tem, eles vem vender para comprar o que falta. [...] Uma vez meu irmão matou [...] um tatu; aí ele vendeu para minha filha que estava aqui com a gente. R\$ 20 reais uma banda. Aí eu achei caro. ‘Tu estás vendendo caro?’ ‘Não mana, porque se tivesse a farinha, o café, o açúcar, eu não ia vender para ti, eu ia te dar. Mas só que eu estou precisando’. ‘Ah, tá!’ ‘Olha aqui em casa é o seguinte: se eu matar um tatu, e eu tiver a farinha em casa, alguma coisa, a gente come. Se não, eu vou ter que vender’. Porque ele não tem outro meio. E é assim... (Esmeralda).

Açúcar, café, farinha (e muitos outros alimentos) eram comprados na cidade de Breves ou nos raros estabelecimentos comerciais localizados no rio.

A caça podia ser vendida tanto na comunidade ribeirinha, quanto na cidade de Breves-PA. Para Esmeralda, havia dificuldade de se vender a caça na cidade devido à fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Por isso, esse tipo de comércio não era regular, mas esporádico.

A principal atividade econômica dos familiares de Esmeralda é o extrativismo do palmito do açai. Nesse empreendimento, a dificuldade não é tanto o inverno, mas as grandes distâncias que os ribeirinhos tem de percorrer em suas canoas (rabetas ou movidas a remo), por entre rios e matas, até encontrar um local em que há palmeiras para serem cortadas.

O palmito que eles vão pegar é longe. É quase do lado daqui [cidade de Breves]. O terreno do papai faz divisa com um pessoal daqui, do lado daqui do rio de Breves [Parauaú]. Eles vem buscar muito longe esse palmito. Pega o casco, vão de remo. Acho que umas duas horas [de viagem]. Eu já fui e me arrependi (Esmeralda).

Depois de encontrado o local, a outra dificuldade era o próprio trabalho de extração, uma vez que as palmeiras na mata densa ficavam afastadas umas das outras: “ele [meu irmão] disse: nunca tu vai chegar em açaizal. Tu vai sair numa paragem que tu vais catar. Está tudo [as palmeiras] separado [afastadas entre outros tipos de vegetação densa]” (Esmeralda).

Outra dificuldade encontrada na atualidade referia-se ao sumiço / furto de camarão dos matapis, de peixes das malhadeiras, e mesmo até de patos que são criados soltos nas margens do rio. Assim, Esmeralda comparou a situação do “interior” com a da cidade no sentido de ter havido um aumento de roubos em ambos os lugares:

Não pode colocar matapi em um lugar mais longe, porque tudo tem dono. Se você for colocar lá, você vai... Aí chega o dono, quando não levam o matapi, roubam tudo. Colocou no lugar do outro, vai perder. Agora a situação ficou difícil, até para colocar matapi. A minha filha estava me falando: ‘despescaram tudo meu matapi à noite’. Quando não levam, despescam. Rede de malha você não pode deixar mais na beira, lá. Só se tu colocares à noite, para ninguém lhe ver colocando. Se alguém ver, tu perdes, porque passa muito esse pessoal, que vende na balsa, fazer as compras. [Passa todo mundo que vem ‘varar’ para cá para o furo Corcovado, que vem parar para a cidade.] Tem vez que fica por lá esperando, e vê, já leva. Aí é assim. Eu vou e converso com o meu irmão que ele viesse para cá. Ele diz: “mana, não posso deixar a casa”. Tá que nem uma cidade aquele interior [furto], aquele rio. É. Não pode deixar a casa. Pato, ele tinha quantidade, diz ele. Foi só sumindo, ele falou. Não aparece. O pato é criado solto na beira do rio. Cada pato bonito! Eu disse para ele me vender um. Ele disse: “deixa que eu vou levar um para ti”. Quando foi próximo do Natal, ele veio. ‘Bom mana, eu ia trazer teu pato, não. Já achou dono. Acabaram com meus patos’. Não pode cercar, é beira do rio. Aí é difícil. Olha, e é uma casinha pertinho da outra lá. É tanto de criança que tem. Não saem do rio e não vê quem leva (Esmeralda).

Mais uma dificuldade encontrada era a falta de energia elétrica proveniente das centrais elétricas do Pará. Nesse caso, a obtenção de energia elétrica era feita mediante a posse de um motor gerador, que podia ser movido à gasolina ou óleo diesel, o que encarecia muito o acesso à eletricidade no meio rural. Os pais de Esmeralda e seus irmãos tinham geradores de energia movidos à gasolina, os quais foram obtidos mediante parcelamento na loja. O pagamento das parcelas foi possível graças ao recebimento de aposentadoria dos pais e ao recebimento do Programa “Bolsa Família” de sua cunhada. Como todas as casas contam com aparelhos de TV e antena parabólica, o gerador era ligado apenas no início da noite e desligado às 22 horas, especialmente para uma das diversões mais apreciadas pelos ribeirinhos, que era assistir as novelas da televisão: “minha cunhada liga para assistir a novela das seis até a última. Também vai terminado [a novela], e a gasolina junto. Um litro de gasolina só dá para assistir isso. Não ligam de dia, é só para a noite mesmo” (Esmeralda). Os familiares de Esmeralda não tem geladeira, pois os geradores de energia são de baixa potência, não conseguindo sustentar a ligação desse aparelho eletrodoméstico. Nessa perspectiva, os alimentos são salgados para sua conservação, tais como caça, peixes e camarão. Nas proximidades das casas dos familiares dela, apenas Miguel tem um *freezer*, destinado principalmente à produção de gelo para o resfriamento das latinhas de cerveja que são vendidas nas balsas. Alguns tinham máquina de bater açaí movidos à eletricidade ou à força dos braços.

Em face dessas dificuldades, há muitos ribeirinhos que procuram novas perspectivas de vida, migrando para a cidade de Breves-PA ou, o que é mais frequente, para a cidade de Macapá, capital do Amapá. A migração de brevesenses para esta capital foi intensa na década de 1990. No entanto, como Esmeralda e seus irmãos não passaram por um processo de escolarização, o único trabalho que poderiam desempenhar relacionava-se ao serviço braçal. Esmeralda e um de seus irmãos não se adaptaram à vida na capital. Após uma temporada na cidade grande, eles voltaram para a casa ribeirinha e mantem um contato frequente com a cidade de Breves:

Eu já levei um irmão meu para Macapá comigo. Ele gostou de lá, porque trabalho braçal mesmo ele gosta. Tem esse negócio de desembarcar madeira dos barcos, nas Pedrinhas. O pessoal ligava para ele de madrugada ir desembarcar madeira. Ele ia. Eu achava pesado, mais do que está no interior. Ele se acostumou lá. A mulher dele que não se acostumou lá. Aí voltaram para aí. Ele tem o açaizal dele. Mas ele é ‘perigoso’, ele marisca. Eles só vem de mês a mês. A mulher dele recebe dia 30 [bolsa família]. Eles vem e ficam até aqui em casa (Esmeralda).

Em suma, para vencer as dificuldades econômicas nas famílias dos pobres, tem valor acima de tudo a rede de solidariedade que eles estabelecem.

Neste capítulo, vimos que as famílias ribeirinhas como famílias pobres pautam seus relacionamentos em uma moral caracterizada pelas relações de reciprocidade e hierarquia, que estabelecem papéis específicos e complementares entre seus membros da unidade doméstica como da própria rede familiar. Sobretudo, valorizam a família: enquanto os recursos materiais tendem a lhe faltar com certa regularidade, sobrevivendo as adversidades, mas a família com a qual se tem obrigações morais, essa jamais poderá faltar ou ausentar-se de um cenário de trocas materiais e simbólicas.

Nesse sentido, um ponto que merece nossa reflexão é que balsas carregadas de “riquezas” e navios de passageiros cada vez mais frequentes entre os grandes centros urbanos da Amazônia (Belém, Macapá, Manaus, Santarém) tem atravessado periodicamente os territórios aquáticos de inúmeras populações ribeirinhas no Marajó. Essas comunidades não ficariam indiferentes a esse trânsito, ou seja, aquelas “riquezas” não passariam despercebidas aos olhos das comunidades ribeirinhas.

Assim, os modos de vida de muitas famílias ribeirinhas e suas sociabilidades, com o transcorrer de algumas décadas, passaram a englobar os tripulantes de balsas e passageiros de navios em trocas materiais e simbólicas, englobando produtos como açaí, camarão e palmito, e óleo diesel como um importante combustível para as casas ribeirinhas desprovidas de eletricidade e para suas embarcações, até mesmo passaram a ocorrer trocas sexuais e afetivas entre mulheres ribeirinhas e tripulantes de balsas.

Nessa perspectiva, Fraxe et al. (2007) afirma que as famílias ribeirinhas, aos olhos do “outro” que atravessa suas águas, poderiam ser tomadas como que enfileiradas para assisti-los apenas. Não obstante, esses “mundos” inevitavelmente entraram em “colisão”, ainda que distantes no tempo e no espaço, resultando em uma interação com maiores consequências para os ribeirinhos.

É esse encontro das riquezas do capital com a tradição atualizada de muitas famílias ribeirinhas marajoaras que apresentaremos a seguir. Nesse cenário delineado foi possível perceber a ocorrência de comércio informal, prostituição e outros tipos de relacionamentos sociais, assentados em confiança e ajudas mútuas, as quais puderam revelar alguns aspectos morais primordiais para os ribeirinhos.

No entanto, o capítulo seguinte apresenta apenas a origem e a história das balsas que transportam riquezas, tornando explícitas as motivações de o Marajó se tornar uma rota logística “obrigatória”.

3 A ZONA FRANCA DE MANAUS E OS PORTOS DE SANTARÉM E MIRITITUBA: A LOGÍSTICA DO CAPITAL ATRAVESSANDO O MARAJÓ

Este capítulo contextualiza de forma abreviada o desenvolvimento econômico da Zona Franca de Manaus ao longo de cinco décadas (1967-2017), com destaque aos déficits sociais produzidos ao largo de um elevado desenvolvimento econômico obtido. Essa contextualização serviu para compreender a preponderância do modal hidroviário no transporte de cargas de Manaus e Santarém para o Brasil, assim como para o mercado externo. Com essa descrição, entendemos melhor o trânsito acentuado de balsas pelo Marajó, especificamente nos Estreitos de Breves. O tópico final traz algumas fotografias das balsas que passam pelo Marajó, na intenção de evidenciar a diversidade de cargas e os modais requeridos, apontando para a emergência das sociabilidades em trânsito entre ribeirinhos (homens e mulheres, adultos e adolescentes) e homens embarcados.

3.1 A ZONA FRANCA DE MANAUS: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS DÉFICITS SOCIAIS

O capitalismo é um sistema político-econômico que está dividido em três fases: Capitalismo Comercial ou Mercantil (pré-capitalismo) – do século XV ao XVIII; Capitalismo Industrial ou Industrialismo – séculos XVIII e XIX; Capitalismo Financeiro ou Monopolista – a partir de meados do século XX. Dentre essas três fases, vamos considerar aqui apenas a terceira.

O Capitalismo Financeiro ou Monopolista, surgiu no século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a expansão da globalização e o advento da segunda revolução industrial.

Além das Indústrias que dominaram o cenário do capitalismo, neste momento o sistema está fundamentado nas leis dos bancos, das empresas multinacionais e das grandes corporações por meio do monopólio financeiro, com a formação do mercado de ações e a sua especulação em termos de valores, taxas, juros e outros.

Sendo assim, as principais características do capitalismo monopolista, que vigora até os dias atuais são: expansão da globalização e do imperialismo; expansão das novas tecnologias e das fontes de energia; o monopólio e oligopólio comercial; fusão entre capital bancário e capital industrial; a especulação financeira e pela bolsa de valores; investimento em ações

empresariais; aumento da concorrência internacional; a expansão das empresas transnacionais ou multinacionais (empresas globais); acelerada urbanização e aumento do mercado consumidor.

O principal efeito dessa dinâmica sobre o espaço geográfico foi a industrialização dos países emergentes, com uma conseqüente e acelerada urbanização ao longo do século XX, a exemplo do Brasil e dos chamados Tigres Asiáticos. Esse processo de industrialização ocorreu devido à migração de empresas estrangeiras para as chamadas “zonas francas” de outros países em busca de impostos mais baratos, fácil acesso a matérias-primas, a uma mão de obra mais barata e um acesso mais amplo a novos mercados consumidores.

Assim, uma zona franca é uma área geográfica delimitada dentro de um país, na qual o governo estimula a criação de empresas e a instalação de indústrias sem sujeita-las às tarifas alfandegárias normais (redução de impostos) e fornecendo capital financeiro, visando atender precipuamente o mercado interno, bem como o externo através do incentivo à exportação. No entanto, prevalece um nível mínimo de regulamentação para operação das empresas (Teixeira 2013).

A zona franca varia em tamanho, de pequenos depósitos comerciais a complexos que abrigam centenas de empresas. Seus objetivos consistiam, por um lado, em acelerar o desenvolvimento regional através dos estímulos à produção e consumo e, por outro, elevar a níveis sem precedentes o capital bancário e o capital industrial das multinacionais, com favorecimento das elites locais (políticas e econômicas):

Considerando-se suas origens e história, porém, pode-se compreendê-la como um exercício de economia política dos governos brasileiros inserido no processo de transformação de um modelo de desenvolvimento de capitalismo nacional em outro de capitalismo associado (Seráfico e Seráfico 2005:99).

Existem numerosas experiências de zonas francas ao redor do mundo, tais como Ásia, China, África, América Latina e Caribe, etc. Na China, as Zonas foram criadas na segunda metade da década de 1970, próximas das áreas portuárias e urbanas. Possuem como base de formação e consolidação a abertura do mercado chinês ao capital estrangeiro, ainda que com forte participação estatal. Contam com regimes especiais de importação, constituindo-se em uma região de livre comércio, desfrutando de incentivos fiscais. As mesmas possuem produção industrial diversificada e estão voltadas especialmente para as exportações, infraestrutura e capital financeiro. Assim, tiveram papel relevante no “desenvolvimento” recente do país.

As multinacionais poderiam desfrutar do mercado interno chinês, servindo de atrativo ao capital externo. No entanto, o governo chinês estabelecia contrapartidas, expressas

principalmente pelos contratos de licenciamento de tecnologia, que implicava em transferência de conhecimento tecnológico. Desse modo, uma zona franca envolve não apenas questões econômico-comerciais, mas também questões político-ideológicas.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é o principal modelo de desenvolvimento do governo brasileiro que objetivou aumentar a balança comercial interna, estimular o desenvolvimento socioeconômico em Manaus-AM e na Amazônia Ocidental, bem como atrair migrantes na região amazônica.

A ZFM foi criada através da Lei nº 3173, de 06 de junho de 1957, a qual dava a Manaus, capital do Estado do Amazonas, um caráter de Porto Franco ou Porto Livre, que criava uma zona para armazenar ou depositar qualquer produto amazônico e instalava portos na cidade.

Contudo, a lei que impulsionaria a Zona Franca foi aprovada dez anos depois, através do Decreto Lei nº 288/1967, que estabeleceu incentivos fiscais por 30 anos para implantação de polo industrial, comercial e agropecuário numa área de 10 mil km², na cidade de Manaus.

Essa trajetória de quase dezesseis anos entre a apresentação do Projeto de Lei nº 1310 [1951] e a assinatura do Decreto-Lei nº 288 [1967] foi acompanhada pela sistemática frustração das expectativas de setores da sociedade local quanto a medidas federais que permitissem a redinamização econômica do estado (Seráfico e Seráfico 2005:101).

Este incentivo atraiu empresas multinacionais que se instalaram na região condicionando o início da industrialização de base:

Essa reestruturação inseria-se no processo mais amplo de implantação de zonas francas no mundo, acompanhado, sistematizado e difundido pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. (...) Uma Zona Franca Industrial poderia oferecer meios adicionais de racionalização de seus custos de produção e vendas. Para que elas expandam suas bases produtivas para uma Zona Franca Industrial, alguns dos seguintes fatores poderiam redundar em méritos decisivos nessa direção:

- a) eliminação de custos de transporte de matérias-primas;
- b) eliminação de custos de transporte de bens acabados;
- c) eliminação de custos de trabalho;
- d) disponibilidade de abundante mão-de-obra qualificada;
- e) redução do custo de investimento inicial (...) através de incentivos físicos e fiscais, da oferta de serviços e de outros tratamentos preferenciais etc. (Seráfico e Seráfico 2005:104-105).

O decreto de 1967 criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) que é uma autarquia e funciona como agência promotora de investimento para assegurar o desenvolvimento regional:

Art. 10. A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira,

com sede e fôro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas (Decreto Lei nº 288/1967).

A princípio, a ZFM se limitava apenas a Manaus, e depois, com o Decreto Lei nº 358/1968, estendeu os benefícios fiscais para a Amazônia Ocidental, isto é, para os Estados do Amazonas (como um todo), Acre, da Rondônia e de Roraima.

Ao criar a Zona Franca de Manaus, a proposta era atrair contingente populacional para a Amazônia, tendo em vista a necessidade de ocupar a região para assegurar a soberania do território amazônico. No contexto econômico da proposta de criação da Zona Franca, o Brasil apresentava uma industrialização concentrada na região sudeste e a ideia era estimular e promover uma integração produtiva e social da Amazônia. Ademais, outra justificativa para sua criação foi a crescente insatisfação das elites locais amazônicas, constituída de políticos e empresários, com o “descaso” do âmbito federal com a região e com a falta de medidas de inserção dela no processo de desenvolvimento do país.

No entanto, o que torna mais aceitável a justificativa para a criação da ZFM, foi o fato de conciliação de interesses diversos através da demanda externa pela expansão da acumulação do capital:

O que aparentemente é um problema – a cooperação entre o militarismo, a economia mundial e o nacionalismo – faz parte de um momento definido da ordem internacional. Essa concatenação de interesses determina a escolha do lugar de experimentação de uma das primeiras zonas francas do mundo; determina também os modos de compatibilizar a “ordem nacional” com a “ordem mundial”; e, finalmente, determina a contrapartida que os países “periféricos”, “dependentes”, podem obter por constituírem-se em área de expansão da acumulação capitalista. O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias (Seráfico e Seráfico 2005:102).

Desse modo, as empresas dos países industrializados poderiam descentralizar seus processos produtivos para outros países com condições jurídico-políticas e econômicas que assegurassem a redução dos custos de produção e contribuíssem com a ampliação de mercados consumidores de seus produtos. Um dos custos que foram reduzidos foi o valor da força de trabalho, uma vez que “no caso específico de Manaus, a estagnação econômica tanto contribuía para rebaixar o valor da força de trabalho quanto para aumentar a concorrência entre os trabalhadores por emprego, o que implicava dificuldades para sua organização política” (Seráfico e Seráfico 2005:103).

Foram identificadas cinco fases de desenvolvimento da ZFM²⁰. A primeira fase ocorreu entre os anos 1967 e 1975, e remontou apenas ao estímulo de importações de bens e da formação

²⁰ Disponível em <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm> Acesso em 7 mar. 2018b.

de um mercado interno na região, concentrado apenas no comércio, o que incentivou grande fluxo turístico doméstico, estimulado pela venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país. Neste momento iniciou a atividade industrial de base na região. Nesse sentido, teve início a atividade industrial, com atividade baseada em produtos totalmente ou semidesmontados (CKD – *Completely Knocked Down* e SKD – *Semi Knocked Down*, respectivamente) e com liberdade de importação de insumos.

Essa fase inicial ocorreu após o término da Segunda Guerra Mundial e a emergência da Guerra Fria, quando o governo militar brasileiro manteve seu apoio político e econômico aos norte-americanos. Em nível nacional, essa parceria favoreceu ao Brasil alcançar o denominado “milagre econômico”, especialmente entre 1968 e 1973, marcando um novo ciclo de expansão da economia brasileira, com queda da inflação, melhora do balanço comercial, expansão da indústria e crescimento do PIB, do emprego e do mercado interno (Teixeira 2013).

Entre 1975 e 1990 houve a segunda fase. Nesse momento, iniciou-se a adoção de medidas para promover a indústria nacional através do estabelecimento de limite anual de importação, medida protecionista que supostamente incentivaria a compra de insumos dentro do país. Com a edição dos Decretos-Leis nº 1435/1975 e 1455/1976, foram estabelecidos Índices Mínimos de Nacionalização para produtos industrializados na ZFM e comercializados nas demais localidades do território nacional; assim, o comércio permaneceu como vetor dinâmico. A indústria de montagem em Manaus cresceu, também contribuindo com o fomento de uma indústria nacional de componentes e insumo. Em 1990, o polo industrial de Manaus registrou a geração de 80 mil empregos e faturou em torno de US\$ 8,4 bilhões de dólares.

A partir de 1989, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que administra o modelo, passou a abrigar em sua área de jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALC), criadas com objetivo promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo ZFM, da melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo. A primeira a ser criada foi a de Tabatinga, no Amazonas, por meio da Lei nº 7965/1989. Nos anos seguintes, foram criadas as de Macapá-Santana (Lei nº 8387/1991, artigo II), no Amapá; Guajará-Mirim (Lei nº 8210/1991), em Rondônia; Cruzeiro do Sul e Brasiléia-Epitaçiolândia (Lei nº 8857/1994), no Acre; e Bonfim e Boa Vista (Medida Provisória 418/2008), em Roraima.

A terceira fase compreendeu os anos de 1991 e 1996. Nesta fase, entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, redução do Imposto de Importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade,

com a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ) e Programa de Competitividade Industrial.

A edição da Lei nº 8387 de 30 de dezembro de 1991, estabeleceu profundas mudanças no modelo ZFM. Esse modelo adaptou-se à nova política industrial de referência do país e apresentou como características:

- Perda de relevância do comércio, que deixou de ter a exclusividade das importações como vantagem comparativa;
- Eliminação dos limites máximos globais anuais de importação, por meio do Decreto nº 205, de 5 de setembro de 1991;
- Adoção de redutor de 88% do Imposto de Importação para a ZFM, com a edição da Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991;
- Adoção do Processo Produtivo Básico (PPB), em substituição ao Índice Mínimo de Nacionalização;
- A Lei 8.387/91 também estabeleceu que as indústrias de produção de bens e serviços de informática, para fazer jus aos incentivos do modelo ZFM, deveriam aplicar, anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia;
- Por meio do Decreto nº 783 de 25 de março de 1993, as indústrias ficaram obrigadas a implantar normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);
- Foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, no Amapá, únicos municípios da Amazônia Oriental que integram a área de jurisdição da SUFRAMA (SUFRAMA 2018b).

As empresas do Polo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase na automação, qualidade e produtividade. Por conseguinte, em 1996, a reestruturação do parque fabril refletiu em faturamento recorde para aquela década, da ordem de US\$ 13,2 bilhões.

A quarta fase compreendeu o período de 1997 a 2002. Nesse momento, a política industrial do país foi marcada por sua adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes advindos do Plano Real, como o movimento de privatizações e desregulamentação da economia. Nesta fase, o modelo ZFM apresentou como principais características:

- A inclusão da função exportação como política intencional, com objetivo de estimular as vendas externas do Polo Industrial de Manaus, que saíram de pouco mais de US\$ 140 milhões em 1996 para US\$ 2 bilhões em 2005;
- Esgotamento das ALC's como instrumentos de interiorização do modelo ZFM. Nos moldes em que foram criadas, com incentivos para importação, perderam relevância com a abertura da economia do país;
- Estabelecimento de critérios para repasse de recursos financeiros da SUFRAMA para promoção do desenvolvimento regional, por meio da Resolução nº 052, de 01 de agosto de 1997, tornando a distribuição mais equânime.
- Busca de ampliação da competitividade tecnológica das indústrias de Manaus, que teve como marco inicial a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM);
- Iniciativas para criação de um polo de bioindústrias na Amazônia que culminou com a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, inaugurado em 2002 (SUFRAMA 2018b).

Na fase atual da ZFM, a partir de 2003, com o Governo Lula, entrou em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior, que previa maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações. A PDP definiu macrometas para o país, até 2010, que previam o aumento da formação bruta de capital fixo, maior dispêndio do setor privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e ampliação das exportações brasileiras, em especial, das micro e pequenas empresas.

Em 2006 foi regulamentada, por meio de decreto presidencial, a nova Lei de Informática, que prorrogou de 2009 até 2019 incentivos fiscais para o setor em todo país. O Decreto 5906, de 26 de setembro de 2006, regulamentou artigos da Lei nº 11077, de 30 de dezembro de 2004, da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e da Lei nº 10176, de 11 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.

Concentrou-se nesta fase também a implementação estratégica do Processo Produtivo Básico (PPB) dos biocosméticos, estabelecendo as participações em valor agregado local e as quantidades mínimas de utilização de insumos regionais, por intermédio da Portaria Interministerial nº 842, de 27 de dezembro de 2007.

As características recentes do modelo da Zona Franca de Manaus são:

A definição de Processos Produtivos Básicos (PPBs) para produtos fabricados no PIM é orientada pelo maior adensamento de cadeias produtivas nacionais, inclusive dos biocosméticos; Há um esforço para ampliar a inserção internacional do modelo, sobretudo por meio de missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e realização de eventos de promoção comercial, a exemplo da Feira Internacional da Amazônia; Permanece a busca pelo aumento das exportações e maior equilíbrio da balança comercial; Há um esforço das indústrias do PIM em fomentar o adensamento tecnológico do parque industrial, por meio de investimentos em institutos de pesquisa regionais, sobretudo advindos de recursos do percentual destinado à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), determinado pela Lei de Informática em vigor; Ampliam-se os investimentos da SUFRAMA em projetos de modernização produtiva e infra-estrutural nos municípios da sua área de atuação, envolvendo construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão-de-obra (SUFRAMA 2018b).

Na atualidade, a Zona Franca de Manaus abrange três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. Contudo, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é a principal sustentação e abrange 605 indústrias de alta tecnologia e gerou milhares de empregos diretos e indiretos. Seus produtos industriais são aparelhos celulares, de áudio e vídeo, televisores, motocicletas e vários outros.

Até 1960, as indústrias instaladas eram para atender o consumo interno do Estado, e os seus principais gêneros de produção eram: alimentação, utilidade pública, vestuários, calçados,

tecidos, madeiras, editoriais e gráficos. O setor terciário do Estado do Amazonas apresentava evidente hipertrofia antes da criação da ZFM (Maciel et al. 2003).

O número de empresas com projetos aprovados pela SUFRAMA era 47 em 1975, e 416 em 2001, equivalendo um crescimento de 785% no período. A estrutura industrial do Estado era de 313 estabelecimentos, ocupando 4395 pessoas em 1960, e de 605 estabelecimentos, ocupando 49532 pessoas em 1999. Nesse período, o crescimento do número de estabelecimentos foi de 93% e da mão-de-obra empregada foi de 1027% (Maciel et al. 2003).

O setor secundário foi o que apresentou melhor desempenho, pois os incentivos fiscais atraíram várias indústrias nacionais e estrangeiras, tais como: Philips (com mais de 1500 empregados), Gradiente, Samsung (com um total de 2300 trabalhadores), LG (com mais de 2800 trabalhadores), Sony (com mais de 2100 trabalhadores), CCE (com um total de 4100 empregados), Semp Toshiba (com mais de 1700 trabalhadores), Multibras, Moto Honda, Gillette, Siemens, Microsoft (com cerca de 2300 trabalhadores), Coca-cola, Pepsi-Cola, Panasonic (com 1200 empregados), Philco, Pioneer, Videolar e outras. As atividades industriais foram diversificadas, produzindo com qualidade, e vários produtos foram exportados (Maciel et al. 2003:6; Site Techinbrazil 2015).

As indústrias instaladas na ZFM, na sua grande maioria, são usuárias de tecnologia avançada e apresentam um elevado grau de integração nacional e internacional. Movidas pelo processo de globalização, essas indústrias têm-se desenvolvido e modernizado, contribuindo para a integração da economia do Amazonas à economia mundial (Maciel et al. 2003:7).

Em 1986, foi prorrogado, pela primeira vez, o prazo de vigência do modelo ZFM (inicialmente de 1967-1997), para 2007, por meio do Decreto nº 92560, de 16 de abril de 1986. Em 1998, por meio do Artigo 40 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o prazo foi prorrogado para até 2013. Em 2003, segundo a Emenda Constitucional nº 42/2003, o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus expiraria em 2023. A Emenda Constitucional nº 83/2014, prorrogou os incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), acrescentando 50 anos ao prazo fixado no dispositivo anterior (previsto para 2023), indo agora até o ano de 2073.

O desenvolvimentismo corresponde à política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. No entanto, o crescimento da economia por essas vias tem suscitado diversas críticas: o desenvolvimento passa a ser planejado e executado por grupos econômicos a fim de obter retornos financeiros consistentes e compatíveis com seus grandes capitais investidos; suas agendas político-econômicas tem

autoridade, poder ou influência para serem implementadas à revelia da maioria das populações afetadas.

O desenvolvimentismo defende através de um discurso político-ideológico a necessidade de mudança permanente, ordenada e progressiva, mediante o avanço tecnológico e sempre com uma visão no futuro, e em contraposição faz ferrenhas críticas ao passado, às técnicas e à tradição, para culminar em seu desmonte para o avanço do capital alicerçado em interesses individuais (Gontijo e Costa 2012).

Nesse sentido, Maciel et al. (2003) elencam os principais impactos da implantação da ZFM no Estado do Amazonas:

a) Redução da importância do setor primário (atividade agropecuária) para a economia do Estado:

A participação da agropecuária na composição do Produto Interno Bruto – PIB do Estado reduziu 61,61% no período de 1986 a 1999, pois passou de 6,93% para 2,66%. Além dessa redução, pesa a falta de tradição agrícola no Estado e a necessidade de grande quantidade de adubos e fertilizantes para corrigir o solo, encarecendo o produto final (Maciel et al. 2003).

b) Crescimento populacional vertiginoso da cidade de Manaus:

O desenvolvimento das atividades industriais e comerciais da ZFM proporcionou uma grande demanda de mão-de-obra, exercendo uma atração surpreendente nas populações de outros Estados e nos demais municípios amazonenses economicamente estagnados e sem meios de oferecerem alternativas para melhorar as condições de vida de seus habitantes. Sendo assim, a população da capital foi multiplicada por 8 vezes no período de 1960 a 2000, destacando-se como a capital brasileira que mais cresceu percentualmente em termos populacionais. Em 2000, sua população representava 49,9% do Estado, enquanto que em 1960 representava 24,3% (Maciel et al. 2003).

Quadro 01: Evolução Populacional de Manaus

Evolução Populacional			
Ano	Manaus	Amazonas	Brasil
1991	1.011.501	2.103.243	146.825.475
1996	1.154.330	2.376.965	156.032.944
2000	1.405.835	2.812.557	169.799.170
2007	1.646.602	3.221.939	183.987.291
2010	1.802.014	3.483.985	190.755.799

Fonte: IBGE²¹

²¹ Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

O IBGE estimou que em 2014 a cidade de Manaus tinha 2,02 milhões habitantes. Quanto ao rendimento domiciliar *per capita*, 340,1 mil domicílios recebiam de meio a dois salários mínimos, 58,4 mil recebiam de 2 a 5 salários, e apenas 27,2 mil recebiam acima de 5 salários. Portanto, havia uma concentração de renda bastante acentuada.

Quadro 02: Rendimento Domiciliar per capita 2010 (Manaus-AM)

Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> – 2010	
Até 1/2 salário mínimo	115605
De 1/2 a 1 salário mínimo	125870
De 1 a 2 salários mínimos	98703
De 2 a 5 salários mínimos	58483
Mais de 5 salários mínimos	27281

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em 2015, o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,0% (535576 pessoas ocupadas). Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 62 e 1 de 62, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 176 de 5570 e 796 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 62 de 62 dentre as cidades do estado e na posição 3021 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE 2017).

c) Concentração das atividades econômicas na cidade de Manaus e estagnação econômica do interior:

Pesa contra o modelo ZFM o fato de não ter sido capaz de alavancar a economia do interior, considerando os seguintes pontos observados: Manaus concentra as atividades industriais e comerciais incentivadas acima de 97% do total dos empreendimentos aprovados pela SUFRAMA; a capital arrecadou acima de 98% do total das receitas tributárias do Amazonas no período de 1995 a 1999 (Maciel et al. 2003).

Por outro lado, o interior concentrou no ano de 2001 menos de 7,21% dos empreendimentos industriais incentivados pela SUFRAMA, menos de 0,62% dos investimentos fixos realizados e menos de 2,38% do nível de empregos gerados. Ademais, a arrecadação do interior anualmente foi inferior a 1,97% do total das receitas tributárias do Amazonas no período de 1995 a 1999; 2,73% em 2000, passando para 3,36% em 2001 (Maciel et al. 2003).

d) Dependência do modelo de desenvolvimento ZFM:

Esse impacto decorre do fato de que a sociedade, principalmente, a classe política tira proveito da grande arrecadação de tributos gerados no polo e não se esforça em buscar alternativas viáveis ao modelo. Dentro dessa realidade, o Estado não apresentou nenhum projeto de desenvolvimento regional para construir a sustentabilidade do Amazonas, tão vasto em possibilidades, recursos naturais ainda não descobertos, diversidade biológica, recursos hídricos abundantes e insolação durante todo o ano. Entretanto, apresenta algumas dificuldades, tais como baixa densidade demográfica, falta de infraestrutura de transporte, de energia e de telecomunicação (Maciel et al. 2003).

Mais do que uma preocupação com o “desenvolvimento regional”, o modelo ZFM contribui apenas para criar no Brasil novas oportunidades de investimento e lucratividade para a “livre empresa” através do ajustamento das relações de produção na região às possibilidades de expansão do capitalismo monopolista, em detrimento da melhoria das condições de vida das populações, povos e comunidades amazônidas:

As “elites” dominantes, compreendendo empresariais, militares, intelectuais e do alto clero revelam-se com escasso ou nulo compromisso com a nação, o povo, a sociedade. Organizam-se e movem-se como “elites” enraizadas no poder político-econômico conferido pelos monopólios, trustes, cartéis, corporações e conglomerados transnacionais; algo que vem do imperialismo e impregna amplamente o globalismo. Em sua maioria, os membros dessas “elites”, isto é, classes e grupos sociais dominantes, ou blocos de poder, organizam-se ou comportam-se como conquistadores, colonizadores, desfrutadores. Estão inclinados a associar-se com os monopólios, trustes, cartéis, corporações, conglomerados; e inclinados a considerar o país, a sociedade nacional e o povo como território de negócios, pastagem de lucro, ganhos (Ianni 2000:56).

Meirelles Filho (2011) destacou três aspectos da influência ambiental e social causado pela ZFM nas regiões percorridas por suas carretas e balsas, entre o Centro-Sul do Brasil e Manaus:

1. As balsas no trecho Belém-Manaus, apesar de seu impacto e de passarem ao largo de unidades de conservação e terras indígenas, nunca tiveram seu licenciamento ambiental e monitoramento dos milhares de quilômetros de rio percorridos. Além de causar erosão devido a suas marolas, principalmente na região dos Furos (Marajó), representam constante ameaça aos ribeirinhos. Na visão de ativistas, um impacto social pode estar relacionado à ocorrência de prostituição de mulheres e adolescentes nos rios.
2. São dezenas de portos urbanos de Belém, que causam forte impacto na precária estrutura viária da cidade, além de contribuírem pifamente em impostos e, da mesma maneira, não recebem o necessário licenciamento e monitoramento ambientais.

3. O trecho rodoviário entre Belém e Brasília, por onde trafegam milhares de carretas por quatro estados (Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás), além do Distrito Federal, é conhecido pelos riscos que oferece a usuários e moradores do entorno, tanto pela baixa qualidade de manutenção da via, como ao excesso de carretas.

3.2 A PREPONDERÂNCIA DO MODAL RODOFLUVIAL NO TRANSPORTE DE CARGAS DE MANAUS E SANTARÉM PARA O BRASIL

Logística é o processo pelo qual se conduz de forma estratégica a transferência e a armazenagem de materiais, componentes e produtos acabados para fornecedores, empresas e consumidores. Nessa perspectiva, a infraestrutura de transporte tem por objetivo fornecer direito ao acesso de mercadorias, por meio de veículos e unidades organizacionais de transportes, mediante a cobrança de taxa de serviço, o que traz variados benefícios, como a disponibilidade de bens, a ampliação dos mercados e a concorrência (Nascimento e Silva 2012).

Com relação ao transporte de produtos da Amazônia, especificamente da indústria do Polo Industrial de Manaus (PIM) e do agronegócio da soja de Santarém e Mato Grosso para as demais regiões do Brasil, estes podem ser feitos por meio de até três modais de transporte, quais sejam, hidroviário, rodoviário e / ou aéreo.

Na Amazônia Ocidental e em parte da Amazônia Oriental, o modal rodoviário é, de forma geral, incipiente. No Estado do Amazonas, a malha rodoviária corresponde apenas a 2% se comparada a da região norte. Ademais, a situação das rodovias pavimentadas é precária não apenas no Amazonas, mas nos vários Estados dessa região, principalmente nos períodos chuvosos. Mesmo rodovias consideradas asfaltadas pelos órgãos competentes, podem apresentar trechos de extrema precariedade, dificultando consideravelmente o seu percurso e causando maiores custos para as transportadoras, que por sua vez repassam para as empresas do PIM (Nascimento e Silva 2012).

O modal aéreo corresponde ao segundo mais utilizado no transporte de produtos para a Zona Franca de Manaus, sendo que o Estado do Amazonas lidera o uso do modal aéreo na região norte do país, que representou 9,27% dessa movimentação em 2000. Esse domínio é consequência do tipo da atividade econômica do PIM, que também utiliza o modal aéreo para abastecimento de matérias-primas e escoamento da produção. Para efeito de comparação, o Estado do Pará (o segundo da região norte em movimentação de carga por via aérea) representou apenas 1,88% das cargas movimentadas nos aeroportos do país no mesmo ano. Por

consequente, o total de carga internacional e nacional movimentada nos aeroportos da região norte, representou 13,45% do total de carga movimentada no país (Nascimento e Silva 2012).

Nas ligações norte-sul (Manaus-Belém e Manaus-São Paulo), o modal hidroviário é privilegiado, considerando a extensa malha fluvial que exerce o papel natural de meio de transporte, uma vez que a cabotagem (navegação marítima) e o transporte fluvial apresentaram custos bem menores se comparado a outros modais (Gomes 2009; Teixeira 2007).

Assim, o modal hidroviário é o meio predominante de transporte na Região Amazônica, respondendo por grande parte do fluxo de carga que chega às empresas do PIM, pois essa região tem elevadas extensões navegáveis. Ademais, a Amazônia brasileira possui uma rede hidroviária formada por 28 rios, perfazendo um total de 24 mil km, ocupando uma extensão territorial de mais de 3,6 milhões de km² (Teixeira 2007).

Alguns dos principais rios do sistema hidroviário da Amazônia são o rio Amazonas, Tapajós, Tocantins, etc. O rio Amazonas é navegável em território brasileiro desde a fronteira com o Peru até sua foz na cidade de Santana, no estado do Amapá, em um estirão de 3,2 mil km. Contudo, alguns trechos demandam estrutura nas hidrovias, investimentos em sinalização, monitoramento e regulação do setor (Gomes 2009).

Com efeito, o conjunto de rios da bacia amazônica é usado como principal modal para escoamento da produção da Zona Franca de Manaus (ZFM). Segundo o Ministério dos Transportes, do total de cerca de 12×10^6 t/ano transportados pela hidrovia, 98% são *carga geral* (todas as mercadorias excetuando os *granéis*, ou seja, minérios, grãos agrícolas, petróleo e seus derivados) e 2% são granéis líquidos (Teixeira 2007).

Assim, o Rio Amazonas é o principal modal utilizado tanto para carga como para descarga de insumos, matérias-primas e produtos acabados do PIM (Nascimento e Silva 2012). Para tanto, são utilizados dois tipos de navegação, qual sejam, a de cabotagem e a fluvial.

Em relação à cabotagem, as rotas de navegação marítima usam o Canal Norte (que fica localizado na foz do rio Amazonas, na divisa Pará-Amapá) para alcançar a hidrovia do rio Amazonas, devido à maior profundidade, que corresponde em média 13,5 metros de calha de navegação. Desta forma, é possível navegar até o porto de Manaus com navios da classe Panamax (capaz de armazenar de 60 mil a 80 mil toneladas). As rotas de cabotagem com destino ao porto de Belém utilizam o Canal Sul (na divisa com a baía de Marajó), que tem profundidade média de 10,5 metros de calha de navegação (Teixeira 2007).

As três empresas que atualmente operam o transporte de contêineres ao longo da costa brasileira iniciaram suas operações em 1999. A frota de cabotagem é de 12 navios e sua capacidade estática é de 11,2 mil TEUs (*Twenty feet Equivalent Unit* = contêiner equivalente a

20 pés), distribuídos pelas empresas Aliança, Mercosul Line e Docenave, cujas participações são, respectivamente, de 48%, 27% e 25% (Lacerda 2004). Essas empresas atendem à cidade de Manaus nos seus serviços de transporte de contêineres na cabotagem.

A Aliança Navegação é a maior operadora de transporte de cabotagem e possui navios atendendo aos portos localizados entre Montevidéu e Manaus (em 1998, a Hamburg Süd adquiriu a companhia brasileira de navegação Aliança; desde 1º de dezembro de 2017, a Hamburg Süd, e assim a Aliança, passaram a pertencer à A.P. Moller – Maersk, com sede na Dinamarca).

A Mercosul Line, controlada pelo Grupo CMA CGM, com sede em Marselha/França, presente em mais de 160 países, também atende os portos de Manaus²².

O transporte aquaviário de contêineres com origem em Manaus aumentou de 7,5 mil TEUs em 2000 para 14,5 mil TEUs em 2001. Quase 50% dos contêineres embarcados em Manaus em 2001 tiveram como destino o porto de Santos-SP, enquanto os portos de Sepetiba, Suape e Salvador receberam, respectivamente, 27%, 8,7% e 8,6% dos contêineres (Lacerda 2004).

Na direção oposta, em 2001 saíram de Santos 6,9 mil TEUs com destino a Manaus. Nesse mesmo ano, o tráfego com destino a Manaus era bastante superior ao movimento com origem em Manaus. Os portos do Nordeste foram responsáveis por 49% da origem das cargas com destino a Manaus (Lacerda 2004).

A distância entre Manaus e Santos, por via marítima, é de 3496 milhas marítimas (6475 km), vencidas em 11 dias pelas empresas que realizam a navegação de cabotagem entre os dois portos, ou seja, é uma grande distância. Nesse sentido, as grandes distâncias entre Manaus e os demais portos brasileiros, o seu volume relativamente pequeno de cargas e a baixa frequência de navios porta-contêineres resultam em maiores custos logísticos. Por isso, muitas mercadorias com origem ou destino em Manaus acabam sendo transportadas pelos modais rodofluvial e aéreo (Lacerda 2004).

Com efeito, observa-se a predominância do transporte fluvial de cargas ligando alguns estados da região norte entre si, especificamente em balsas. Portanto, é sobre a navegação fluvial que se abordará com mais detalhes a seguir.

²² A Constituição de 1988 (artigo 178) estabelecia que a navegação de cabotagem e a navegação interior (refere-se ao transporte aquaviário realizado em rios e lagoas) eram privativas de embarcações construídas no país. Em agosto de 1995, a Emenda Constitucional nº 7 abriu a possibilidade de utilização de embarcações estrangeiras para a navegação de cabotagem. A Lei 9432, de janeiro de 1997 (Artigo 7º), estabeleceu que as embarcações estrangeiras somente poderão participar do transporte de mercadorias na navegação de cabotagem quando afretadas por empresas brasileiras de navegação (Lacerda 2004).

A preferência pelo modal hidroviário (fluvial) pode ser explicado por seu baixo custo logístico. Assim, os benefícios econômicos da hidrovia podem ser visualizados na comparação entre os modais logísticos: enquanto a rodovia gasta US\$ 36 por tonelada para cada mil quilômetros e a ferrovia consome US\$ 24, a hidrovia representa um custo logístico de apenas US\$ 12 (ton/1000 Km) (Fonte: AHRANA / ANTAQ / FENAVEGA).

A rota de navegação interior (fluvial), entre Manaus-AM e Belém-PA, percorre a hidrovia do rio Amazonas, apresentando cerca de 1650 km de extensão. O calado máximo admitido em águas altas é de 11 metros, e na época de águas baixas é de 8 metros. A largura média da hidrovia é de 3 mil metros; o estreito de Óbidos-PA tem a menor largura, cerca de 2,6 mil metros (Teixeira 2007).

Para o transporte de carga geral no rio Amazonas são utilizadas principalmente balsas fluviais com empurradores, que deslocam a carga de Belém para Manaus (principal polo) e Santarém, e vice-versa. O tempo da viagem até Manaus é de aproximadamente 114 horas na ida (devido influência da vazão do rio) e 78 horas na volta (Teixeira 2007).

A embarcação para transporte de carga geral pelo rio Amazonas é composta de um empurrador e uma barcaça / balsa de convés liso com capacidade de 2,5 mil toneladas de carga paletizada (plataforma de madeira, metal ou fibra que empilha ou estabiliza cargas) ou 35 semi-reboques desengatados (sem a unidade tratora). Esse tipo de barcaça de convés liso também permite o transporte de carga containerizada. Nesse caso, a capacidade é de 263 TEUs (contêineres de 20 pés) (Teixeira 2007).

Os contêineres surgiram para facilitar o transporte de *carga geral*. Desse modo, a introdução de contêineres aumentou a produtividade tanto dos terminais quanto dos navios, pois houve forte redução da utilização de mão-de-obra para manuseio e operações de embarque e desembarque das cargas, e redução do tempo necessário para essas operações (Lacerda 2004).

O empurrador possui as seguintes características: motor CUMMINS de 600 HP com 1600 RPM (rotações por minuto); 19 metros de comprimento; calado (quilha até nível d'água) de 1,70 metros; boca (maior largura) de 6 metros; pontal (quilha até o convés) de 2,20 metros. As dimensões das *balsas* são as seguintes: 75 metros de comprimento; 18,50 metros de largura; 2,50 metros de pontal; e calado de 2,20 metros. A velocidade média adotada para o transporte fluvial é de 20 Km/h (Teixeira 2007).

São inúmeras as empresas de transporte fluvial que operam na região norte do país, tais como a Bertolini, Sanave, TransGuia Logística, NorteCom Transporte e Navegação, Combitrans Amazonas Ltda., NorteLog Transporte de Carga Ltda., etc. Como o transporte fluvial recebe grande demanda, as viagens são geralmente ofertadas diariamente.

A título de contextualização do histórico de operacionalização, a empresa Transportes Bertolini Ltda. (TBL), foi fundada em 1978, com matriz em Manaus. Nessa época, o desembarque de veículos que chegavam a Belém através de balsas provocava filas de caminhões. Em 1987 foi construído o primeiro porto da TBL em Manaus (Fonte: <http://www.tbl.com.br/linha-tempo.jsp>).

Os portos de Belém e Manaus operam tanto navios de cabotagem como balsas transportando contêineres. Nas rotas fluviais usadas para troca de mercadorias entre Manaus e Belém, os pontos utilizados para embarque/desembarque da carga são os portos particulares, localizados nas margens do rio Amazonas, ou o porto de Manaus. Este situa-se na margem esquerda do rio Negro a 13 quilômetros da confluência com o rio Solimões. O porto possui área total de 96,3 mil m²; a área disponível para movimentação e armazenagem de contêineres é de 40,2 mil m². Na cidade de Belém, o embarque/desembarque da carga também é feito em portos particulares das empresas que operam as balsas nessa rota (Teixeira 2007).

No porto de Manaus, as atividades econômicas têm custos logísticos elevados, em razão do isolamento da capital do Estado do Amazonas (Lacerda 2004). Outro fator que contribui para essa realidade refere-se ao período máximo de estocagem de mercadorias, que em Manaus pode chegar até 22 dias. Segundo o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), as indústrias amazonenses tem em média um custo logístico anual de 945 milhões de dólares (Nascimento e Silva 2012).

Na prática, os insumos importados, oriundos da Ásia, da Europa e Estados Unidos (entrada de insumos) vêm pelos modais hidroviário (marítimo e fluvial) e aéreo. Já os insumos nacionais, vindos em grande parte da região Sudeste brasileira, vem por meio do modal rodofluvial.

A saída de produtos acabados é realizada precipuamente por meio do modal rodofluvial. Enquanto a distribuição de Manaus até Belém ocorre por via fluvial, a entrega em centros de distribuição de São Paulo e Rio de Janeiro, é feita pelo modal rodoviário. Há também, entrega direta para a Região Sudeste por meio do modal aéreo (Gomes 2009). No entanto, é bastante comum na região o cancelamento de voos, assim como dificuldades em confirmar reservas de embarques de mercadorias (Nogueira e Machado 2004).

Merece referência nessa contextualização do transporte de cargas pela Amazônia o agronegócio da soja. Na região intermediária (entre a Amazônia Ocidental e Oriental), o processo de integração tem se concretizado por meio da expansão agrícola (agronegócio) e pela necessidade que os centros como Santarém, Porto Velho e principalmente Manaus, tem experimentado para transpor as imensas distâncias do centro consumidor. As cargas nessa

região utilizam o sistema multimodal, efetuando parte dos trajetos em rodovias, bem como também em hidrovias (Santarém-Belém, Santarém-Barcarena, Manaus-Belém, e vice-versa) (Nascimento e Silva 2012).

O estado do Pará tem nos rios Tapajós e Amazonas a porta de saída para o oceano Atlântico, tendo em vista a exportação de grãos de Santarém e Mato Grosso, através dos portos de Santarém e Miritituba. A alternativa de escoar a soja que vem de Mato Grosso pelas hidrovias do Norte é cada vez mais competitiva comparada ao alto custo do frete para Santos e Paranaguá (Couto 2016).

O custo logístico para o produtor do Centro-Oeste exportar por Vila do Conde, em Barcarena, ou Santarém é de US\$ 20 a US\$ 30 por tonelada menor do que enviar a produção para Santos e Paranaguá (os grãos viajavam 2,1 mil km, onde embarcavam em transatlânticos para navegar 2,1 mil km de volta ao norte até alcançar a mesma latitude onde foram colhidos). Pelos portos de Miritituba, Santarém e Vila de Conde eles tem uma rota mais curta para chegar ao canal do Panamá, de onde chega até o principal comprador da oleaginosa brasileira, a China.



Figura 19 – Exportação da soja pelo Pará

Fonte: <http://amazonia.org.br/2014/01/saida-pelo-norte-reduzira-em-34-custo-de-frete/>

Considerando esses cálculos, as principais *tradings* (empresas de compra e venda frequente de matérias-primas, ações ou moeda) com operações no País estão investindo na região desde 2013.

O Porto de Santarém está situado na Ponta do Salé, à margem direita do rio Tapajós a cerca de 3 km da confluência com o rio Amazonas e uma distância fluvial de 876 km de Belém. A parte referente ao Terminal de Granel Sólido 400, situado à jusante do píer 100, foi arrendado a Cargill (a maior *trading* de grãos norteamericana), que vem operando desde 2003. Este terminal está equipado com uma correia transportadora em estrutura metálica com 374m de comprimento que liga o continente a estrutura de acostagem a qual é composta por cinco dolphins de atracação e dois de amarração, sendo blocos assentes sobre estacas, executadas em concreto armado, destinadas as operações com navios e barcaças. O berço 401 destinado a operações com navios de até 60 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB) e o berço 402 destinado a operações com barcaças graneleiras (Companhia Docas do Pará s/d²³). Assim como Santarém produz soja, também serve de entreposto para a soja vinda de Mato Grosso.

Com o asfaltamento do trecho norte da BR-163, a maior parte da soja do Mato Grosso vem sendo transportada para o Distrito de Miritituba, no município de Itaituba-PA, lado direito do Rio Tapajós, uma rota de logística chave, onde há um polo de Estações de Transbordo de Cargas (ETC), especialmente de soja, pois Miritituba fica a 300 km de distância ao sul de Santarém. Isso significa 300 km a menos de estrada em precárias condições para percorrer, até chegar a Santarém, destino final da BR-163. Antes, praticamente toda a soja seguia apenas na direção de Santarém.

O trajeto da soja para a exportação encurtou-se consideravelmente, pois diminui o percurso rodoviário, com a utilização do modal hidroviário. Os caminhões fazem o transbordo para balsas que seguem para o norte, descendo o trecho baixo e plano do Tapajós até o Amazonas, por onde chegam até os complexos de Barcarena (Porto Vila de Conde), perto de Belém, ou de Santana, próximo de Macapá (Amapá), onde há um segundo transbordo para navios graneleiros próprios para navegação de cabotagem (Torres e Branford 2017).

²³ Fonte: <<https://www.cdp.com.br/porto-de-santarem>>



Figura 20 – Corredores hidroviários do Norte do Brasil

Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/3195617/>

A *trading* de grãos norte-americana Bunge foi a primeira a construir um terminal de transbordo no porto de Miritituba. A Cargill também investiu em Miritituba, considerando-o um entreposto estratégico de interligação rodo-hidroviária, indo a qualquer grande porto da Região Norte (Torres e Branford 2017).

Em 2016, a Bunge vendeu metade do seu complexo Miritituba-Barcarena para a Amaggi, que é *trading* brasileira de propriedade de Blairo Maggi, sediada na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso. É considerada a quarta maior empresa em exportação de commodities em Mato Grosso e sendo a 18ª maior do Brasil. É uma das empresas líderes do Agronegócio no Brasil, tendo entre os seus concorrentes diretos o Grupo Bom Futuro, ADM, Bunge, Cargill e a Louis Dreyfus. Atualmente é formada por quatro companhias / divisões: a AMAGGI Commodities, AMAGGI Agro, AMAGGI Navegação e AMAGGI Energia.

Três terminais de transbordo de grãos estão em funcionamento em Miritituba, que recebem soja dos caminhões e despejam nas barcaças / balsas, que levam os grãos nesse trecho de rio, o qual não comporta navios maiores, por causa da pouca profundidade do Tapajós (Patroni 2016). Cada comboio de barcaças pode transportar até 30 mil toneladas de grãos, o que equivale a mais de 800 caminhões carregados de grãos.

A empresa de logística Hidrovias do Brasil faz o transporte de grãos das *tradings* Multigrain, Cofco Agri e Nidera para Barcarena, onde se localiza o Porto Vila de Conde.

A empresa de transportes Bertolini iniciou suas operações em Miritituba em 2015. Ela presta serviço para as grandes *tradings* Cargill, ADM e Glencore. A previsão é que ela deve

movimentar aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de grãos por ano em seu terminal flutuante no distrito de Itaituba.

Diferentemente de multinacionais como ADM e Bunge, que possuem suas estações de transbordo de cargas na região em terra firme, às margens do Rio Tapajós e dotadas de grandes silos para armazenamento dos grãos que chegam ao local, o terminal da Bertolini é flutuante e não conta com silos. Localizado em um ponto fixo na margem do Tapajós, o terminal recebe cerca de 100 caminhões por dia, provenientes de Mato Grosso, cuja carga é descarregada nas barcaças.

Todos os dias, a Bertolini carrega duas barcaças em Miritituba, com capacidade cada uma para 2,5 mil toneladas, ou cerca de 50 caminhões para encher cada barcaça. De lá, elas podem seguir em comboio ao porto de Santarém, para onde é levada a carga da Cargill, ou ao porto de Vila do Conde, em Barcarena, na Grande Belém, destino final da produção da ADM e Glencore. A maior parte do volume transportado pela Bertolini na região, 70%, corresponde a cargas da Cargill (Couto 2016).

O escoamento da soja por Miritituba começou em 2013, quando aproximadamente 600 mil toneladas de grãos desceram as águas do Rio Tapajós rumo aos portos do Pará. Em 2015, foram escoadas mais de 1,6 milhão de toneladas do grão. Em função disso, no período 2014-2016, aumentou muito o número de comboios com barcaças a navegar pelo rio (Patroni 2016).

A economia que o uso da hidrovia proporciona não é repassada para o agricultor, ficando apenas para as empresas que compram os grãos para a exportação (Patroni 2016).

De acordo com previsões recentes da Secretaria de Transportes do Pará (Setran-PA), até 2026, o terminal de Miritituba será capaz de movimentar 32 milhões de toneladas de grãos (soja e milho) colhidas em Mato Grosso por ano, o equivalente a 37% do que o estado deve estar produzindo nessa época (Patroni 2016; Torres e Branford 2017).

Quando a transferência de carga geral é feita entre a região norte e a região sudeste (Belém-São Paulo), prevalece a utilização do modal rodoviário (Teixeira 2007).

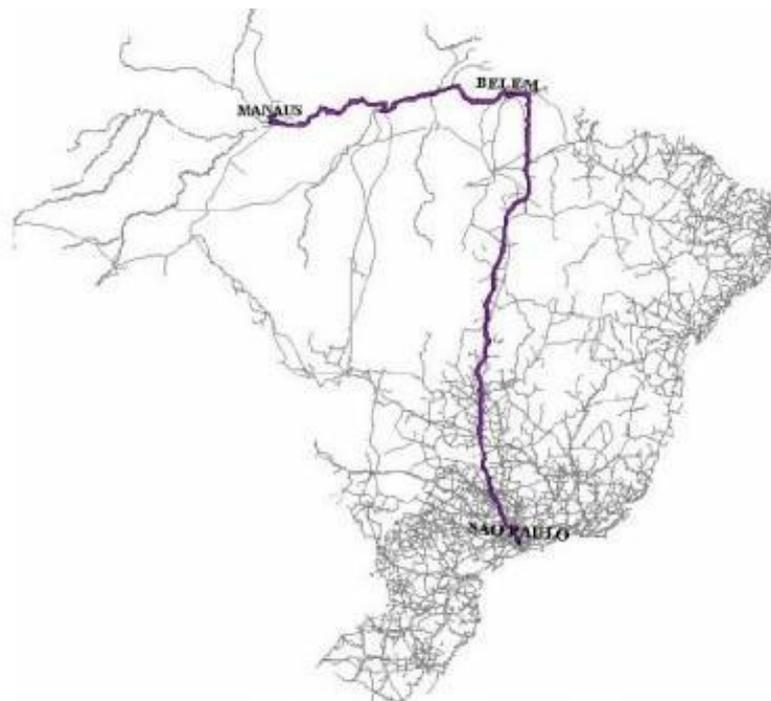


Figura 21 – Diagrama representativo da rota rodo-fluvial, entre Manaus – Belém – São Paulo

Fonte: Teixeira (2007:141)

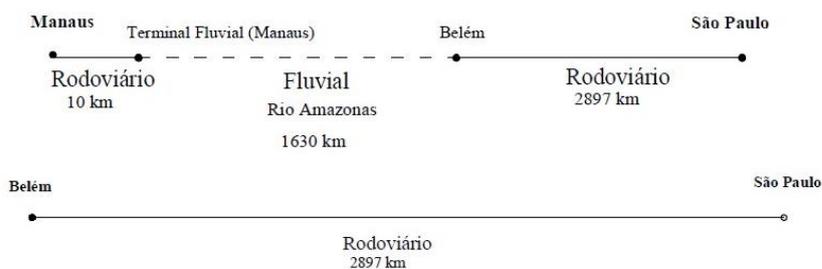


Figura 22 – Diagramas representativos das rotas atuais

Fonte: Teixeira (2007:142)

Note que o trecho da rota fluvial entre Manaus – Belém atravessa o arquipélago de Marajó-PA, na região conhecida como Estreitos de Breves ou Região dos Furos.

3.3 OS ESTREITOS DE BREVES COMO UM CENÁRIO RIBEIRINHO MARAJOARA ATRAVESSADO POR BALSAS

Há diversos tipos de balsas que perfazem o trajeto Belém-PA – Manaus-AM. Essa diversidade está na dependência do produto a ser transportado. Há balsas carreteiras (nas quais os caminhoneiros também viajam), graneleiras (para soja), balsa para transporte de veículos

automotores, de madeira em tora, de serragem para combustível em fornalhas, balsas SW (armazéns flutuantes).

As balsas graneleiras são as únicas que contam com um esquema de segurança maior, constituído por empurrador sem balsa e mais uma lancha, todos com seguranças armados: o primeiro antecede a balsa, periodicamente parando e fazendo manobras de retorno; a segunda vem ao final do comboio a uma certa distância.

Na figura a seguir, podemos ver balsas graneleiras vazias vindo de Barcarena para Santarém ou Miritituba. Por estarem vazias, vê-se melhor seu “pontal” (na terminologia náutica, significa a maior altura do casco, considerando-se desde a parte inferior da quilha até ao convés):



Figura 23 – Balsas graneleiras

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Para balsa graneleira carregada de soja vindo de Santarém ou Miritituba, o pontal diminui muito, beirando a água, como podemos ver na figura abaixo. Na margem do rio, os ribeirinhos seguem a vida.



Figura 24 – Balsa graneleira carregada de soja vindo de Santarém ou Miritituba

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 25 – A grandeza de um empurrador de balsas graneleiras com 20 balsas

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 26 – Balsa com contêineres

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 27 – Balsa carreteira com caminhoneiros sentados na frente e fotografando uma escola

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 28 – Balsa para transporte de veículos

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 29 – Balsa com contêineres para Manaus e balsa carreteira para Belém (“em um indo e vindo infinito...”)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 30 – Balsas sem cobertura para transporte de madeira em toras

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 31 – Balsa SW – armazéns flutuantes

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 32 – Balsa estacionada à margem do rio: uma cena rara de se ver

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

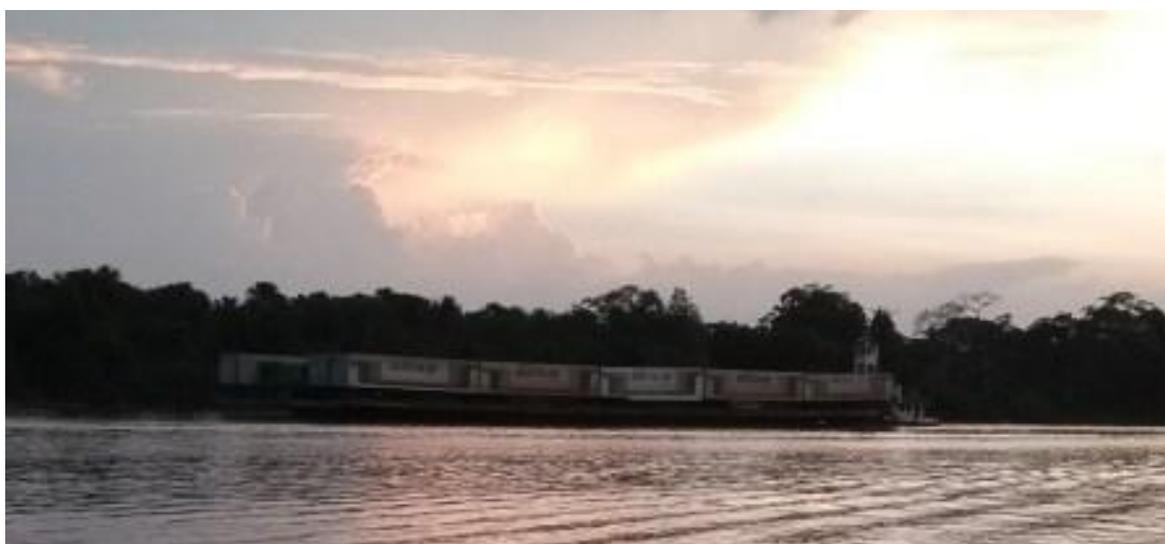


Figura 33 – Balsa navegando ao pôr-do-sol

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Na figura a seguir, há uma balsa navegando à noite. Apenas as luzes de alerta são ligadas: *luzes* vermelhas a bombordo (lado esquerdo) e verdes a boreste (lado direito).



Figura 34 – Balsa navegando à noite

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Esse intenso trânsito de balsas nos rios relativamente estreitos, mas excelentes para navegação, tem promovido a interação de ribeirinhos com tripulantes e demais trabalhadores que viajam embarcados.

No final de setembro de 2017, quando passavam balsas carregadas de caminhões com contêineres, havia homens que iam na frente da balsa, sentados ou em pé, sem camisa devido ao calor da manhã, e alguns acenavam para as pessoas que estavam na escola. Pareciam simpáticos ao interagir gesticulando com as pessoas do lugar composto pela escola e por algumas casas. Essa cena se repete no rio com a regularidade das sociabilidades.



Figura 35 – Caminhoneiros acenando para ribeirinhos e fotografando
Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Há trechos do rio que são mais estreitos, com cerca de 271,25m. Mesmo que as balsas passem no leito do rio, a proximidade das margens é visível:



Figura 36 – Trecho do rio com largura de 270 m
Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Em um dia de setembro de 2017, ao meio dia, dois homens de uma balsa carregada de toras de madeira gesticulavam / acenavam para as professoras da escola, que estavam à margem do rio. A interpretação das professoras foi a seguinte: “vem de rabeta e traz açaí aqui na balsa, pois a mesma não pode parar no rio, e queremos comprar para nosso almoço”. Desse modo, o comércio de alimentos frescos (açaí principalmente) nas balsas pode ser frequente, o que é

demandado pelos tripulantes e passageiros das embarcações, cuja alimentação à base de alimentos enlatados e congelados pode se tornar precária devido ao longo tempo de navegação nos rios (semanas a fio), inclusive pelo vários anos de trabalho nessa profissão.



Figura 37 – Tripulante gesticulando para professoras da escola

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Não vi nenhum barquinho passar amarrado em nenhuma balsa. No entanto, as pequenas embarcações dos ribeirinhos frequentemente navegam ao largo das balsas para dar conta das diversas atividades que realizam nos rios e em outras propriedades / casas. É uma cena corriqueira:



Figura 38 – Convivendo com as balsas

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Em um dia de outubro de 2017 havia uma rede atada embaixo de um contêiner de carreta. Nela havia um homem sentado a sua sombra, evidenciando as difíceis condições de trabalho dessas pessoas.



Figura 39 – Caminhoneiro descansando na rede de dormir

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Em outro dia de outubro do mesmo ano, à tarde, passou o rebocador de balsa, seguido de uma lancha com dois seguranças. Logo em seguida veio a balsa graneleira. Ao passar com uma boa velocidade e devido a suas grandes dimensões, o empurrador produziu ondas que poderiam chegar a quebrar pequenos barcos e rabetas que estavam ancorados no porto, porque estes são lançados com força nas vigas. Nesse caso, os barcos do transporte escolar saem do trapiche para não sofrerem a força das ondas produzidas pelo rebocador. É uma situação bastante conhecida dos ribeirinhos.



Figura 40 – Rebocador de escolta armada na vanguarda da balsa graneleira

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 41 – Lancha da escolta armada da balsa graneleira na retaguarda

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Ondas produzidas pelo rebocador e seu grande impacto nas margens do rio (veja a erosão produzida devido à ausência de vegetação). Note os três barcos ao longe do porto para evitar colisões e avarias em sua estrutura de madeira.



Figura 42 – Ondas produzidas por rebocador

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Por fim, com menor velocidade, vem a balsa graneleira vazia de soja e carregada de óleo diesel.



Figura 43 – Balsa graneleira vazia de soja que vem ao final da escolta

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

O trânsito periódico de balsas no rio propicia aos ribeirinhos, adultos ou crianças, um conhecimento sobre os nomes delas, os procedimentos na condução da embarcação, o tipo de produto transportado e, para os que tem a oportunidade de embarcar para o comércio informal, o próprio conhecimento e amizade dos tripulantes.

No trapiche da escola, Gustavo, de 08 anos de idade, um aluno da escola, me relatava os nomes das embarcações, composta por balsa e empurrador, cada um com um nome específico. Em uma embarcação da Empresa Nortelog, O empurrador era denominado “Comandante Silvano”, e a balsa “Canoa do Bibi”. Sobre outra embarcação que passava, esse aluno expressava um conhecimento fluente, do cotidiano: dizia ele “empurrador Miritituba, e balsa Itupanema”. Esses nomes estão estampados nos flancos da embarcação. Sobre a balsa graneleira e seu esquema de segurança, ele disse: “vem a balsa com soja, depois vem a lancha com seguranças armados”.

Neste capítulo, as balsas que transportam as riquezas produzidas em Manaus-AM atravessaram o Marajó desde a década de 1970, com intensificação do trânsito a partir da última década do século XX em decorrência da acentuação dos investimentos das multinacionais. Mediante essa movimentação por águas marajoaras, fonte de constituição da vida ribeirinha, o que passou a ocorrer foi uma interação pacífica e baseada em confiança entre ribeirinhos

(homens e mulheres) com tripulantes de balsas e caminhoneiros a serviço de empresas de transportes.

Essa interação sistemática levou à ampliação das sociabilidades ribeirinhas, levando ao comércio informal, incluindo o comércio ilegal de óleo diesel, bem como a ocorrência de prostituição e outras formas de relacionamentos afetivos. No entanto, a ilegalidade do comércio do óleo diesel também foi seguida nas últimas décadas de assaltos violentos às balsas, o que também contou com a participação armada e bem equipada de homens com origem ribeirinha ou não.

É sobre essas sociabilidades ribeirinhas permeadas por comércio informal, legalidades, relacionamentos afetivos e prostituição que veremos no capítulo a seguir.

4 COMÉRCIO INFORMAL, LEGALIDADES E SOCIABILIDADES NOS RIOS DO MARAJÓ

Este capítulo descreve a emergência das economias informais e dos mercados ilegais como resultado das novas configurações do mundo do trabalho. Enquanto os empregos diminuem, aumenta o trabalho informal, especialmente no comércio ambulante e na economia de serviços.

Nesse cenário de falta de empregos ou com sua oferta irregular, provisória e/ou intermitente, com baixos salários, os adolescentes e jovens são os que mais sentem essas mudanças no contexto dos laços de reciprocidade e afirmação pessoal no bojo das famílias populares.

Por isso, surge como uma tendência a emergência dos pequenos e grandes ilegalidades urbanas, no cerne de uma “economia de bazar”, marcando a vida hodierna pelas formalidade / informalidade, legalidades / ilegalidades, na fronteira sempre ambígua entre o legal e o ilegal.

Contudo, esse cenário não se limita ao cenário urbano, mas avança pelos modos de vida e sociabilidades do meio rural brasileiro, como é o caso dos rios do Marajó que compõem o trajeto das balsas. Nessa perspectiva, há notícias de comércio informal/ilegal, desvios e roubos de óleo diesel e cargas gerais das balsas.

No entanto, a intenção dessa discussão não foi propor uma comparação entre dois mundos tão distintos em suas ilegalidades possíveis, como o da periferia de grandes cidades e o ribeirinho do interior da Amazônia, mas evidenciar que a busca pela informalidade advém das mudanças nos modos de vida alterados pelas movimentações e mutações do capital. Não obstante, as mudanças nos modos de vida ribeirinhos tem se processado não sem conflitos entre novas construções morais e o legado da tradição.

Uma forma de trabalho que se sobressai em Marajó é o comércio ilegal/informal de óleo diesel proveniente das balsas que transportam riquezas na Amazônia. A partir desse comércio informal, foram deflagradas diversas formas de sociabilidades entre tripulantes de balsas e ribeirinhos, tanto homens quanto mulheres, ensejando o surgimento de relacionamentos de ordens diversas marcados pela ambiguidade.

4.1 ECONOMIAS INFORMAIS E MERCADOS ILEGAIS NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

A partir da década de 1980, o mundo assistiu ao desmanche de direitos e garantias sociais. O mundo do trabalho sofreu com a precarização de suas relações, acelerando o trânsito das pessoas entre o emprego, o desemprego, a subcontratação, formas diversas de trabalho precário e luta pela sobrevivência através de novos expedientes, o que levou a uma redefinição dos mercados urbanos (Telles 2009).

Essas mudanças tem implicado na separação entre trabalho e emprego/empresa, o que tem empurrado o trabalhador para formas variadas de trabalho precário, intermitente e descontínuo, gerando uma desalentadora situação entre emprego temporário e desemprego quase estável, com a iminência de redução salarial.

Na busca por expedientes de sobrevivência, o trabalhador é forçado a participar dos circuitos informais por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor (Telles 2006). A economia informal, desde sempre presente na cidade (e no país), expandiu-se por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais, que se espalham pelas regiões, mesmo as mais distantes da cidade, e os circuitos globalizados da economia.

Trata-se aqui de novas conexões (...) que chegam aos pontos extremos das periferias pelas vias de uma meada inextricável de intermediários e intermediações que reativam o trabalho a domicílio e redefinem o chamado trabalho autônomo, ao mesmo tempo em que os mercados locais são, também eles, redefinidos na junção das circunstâncias da chamada economia popular com máfias locais e comércio clandestino de bens lícitos ou ilícitos de procedência variada (Telles 2013:1).

As novas configurações do mundo do trabalho ganham forma e pulsam nas redes de subcontratação e seus intermediários, mobilizando de forma frenética o trabalho na rua e em domicílios, onde se efetiva com base em relações de proximidade entre familiares e vizinhança (Telles 2006), contando com a propulsão das redes sociais, especialmente o WhatsApp, que expande os negócios também para os desconhecidos (“interessados no PV, com entrega a domicílio”).

Além do mais, vivemos em um “economia de serviços”, marcada por uma trama de relações materiais e imateriais entre produção e consumo, constituída por:

Publicidade, efeitos de marca, ações de *marketing*, cartões de fidelidade, e tudo o mais que acompanha o produto ou o serviço vendido/consumido, de tal forma que os consumidores terminam por participar da formação do valor apesar de não serem contabilizados como tal (Telles 2006:174).

As mutações no mundo do trabalho implodiram as regularidades e os disciplinamentos impostos pelas formas de emprego, desfazendo as diferenças entre o formal e o informal.

Como o trabalho e o sindicalismo não oferecem mais os lugares de integração que ofereciam, a rede familiar, as redes locais, as associações e as ONGs os tem substituído no que diz respeito ao acesso ao emprego/trabalho/renda, de modo mais ou menos exitoso (Cabanes 2006).

Desse modo, grande parte da população já abandonou há muito tempo as certezas das dicotomias trabalho e família, trabalho e não-trabalho, alterando, por conseguinte, as referências que pautavam a vida social. “As circunstâncias variadas do trabalho precário e intermitente redefinem tempos e espaços da experiência social” (Telles 2006:175).

A família é interpelada, atravessada e desestabilizada pelas mudanças, sendo incitada a buscar um novo equilíbrio, que, por vezes, não chega a encontrar (Cabanes 2006).

Os impactos das mutações no mundo do trabalho (desemprego e formas variadas de trabalho precário) são sentidos principalmente pelos jovens e mulheres a partir da década de 1990, especialmente as novas gerações populares que precisam conquistar o necessário suporte financeiro para construir as condições para sua vida adulta. As gerações das décadas precedentes (pais e avós), ainda tiveram a esperança de alicerçar seus projetos de vida na segurança de um emprego fixo em uma empresa, com as necessárias garantias trabalhistas (Telles 2006).

Esse novo cenário construído e em permanente construção exige considerar novas categoriais que permitam entender o mundo do trabalho em tempos de capitalismo financeiro e monopolista. Dessa forma, considerar as situações de trabalho exclusivamente pela chave do formal-informal restringe muito novas possibilidades de análise e compreensão das mutações trabalhistas vivenciadas:

Esses personagens [jovens de hoje] escapam às categorias habituais que pautam os debates recentes [vidas marcadas por trabalho intermitente e contrato provisório como motoboy, caixa de supermercado, etc.]. Não correspondem às figuras canônicas do trabalhador regular, tampouco às do mercado informal, e muito menos às tipificações correntes dos “pobres” e “excluídos”, público-alvo dos programas ditos de inserção social. No entanto, seus percursos fazem ver a teia de relações e campos de força que se estruturam em torno do trabalho, mas que se esvanecem sob os termos correntes do debate atual (Telles 2006:192).

Embora a maioria dos jovens das classes populares procure alternativas no mercado de trabalho lícito, a invisibilidade pública dos mesmos e as oportunidades oferecidas facilitam seu ingresso em atividades ilícitas (Malvasi 2012). Inclusive, o mundo do crime é um domínio com

o qual, inexoravelmente, muitos jovens precisam lidar, por meio de diversos expedientes, tais como se afastar dele ou combatê-lo, entrar provisoriamente ou imergir (Rui 2017).

Quando as famílias conseguem sustentar o modelo de inserção social típico da “família operária” [educação formal e emprego], as eventuais aproximações dos filhos com o “mundo do crime” conseguem ser contidas e revertidas. Quando, em vez disso, não há possibilidade de cumprir com as condições que sustentam esse modelo, as trajetórias dos jovens/adolescentes levam a um envolvimento radical no “mundo do crime” e a violência irrompe na vida familiar de forma destrutiva (Tommasi 2012:710-711).

Embora essa entrada no mundo do crime ocorra, um mito que precisa ser desvelado refere-se à situação de adolescentes e jovens em conflito com a lei, pois muitos possuem família, moradia, frequentam a escola, são trabalhadores, mesmo no setor informal. Para muitos deles, é possível transitar entre os projetos sociais, as atividades culturais, o trabalho em empregos formais e o envolvimento eventual em atividades ilegais. Assim, o crime não é definidor da identidade social deles. Nessa perspectiva, se questiona justamente a ideia de mundos separados entre “crime” e “ordem”, pois a rigor, “mundos da ordem” e “mundos bandidos” são um mesmo mundo social (Tommasi 2012).

Por outro lado, a análise das trajetórias individuais dos jovens não pode ser aprisionada no marco das trajetórias familiares, pois não permite avançar na compreensão das dinâmicas inter e intrageracionais, uma vez que a juventude é caracterizada justamente pela busca de autonomia com relação à família de origem, pela busca de outros referenciais para a construção de sua identidade; necessitam falar de si no plural para recriar “famílias” (como construção de “nós”), através dos vários grupos de pares (Sarti 2004). Talvez por isso, o envolvimento em “comportamentos de risco” pode ser entendido como uma demanda por autonomia e assunção de responsabilidade (Tommasi 2012).

O trânsito permanente e intenso entre o legal-ilegal/ formal-informal/ lícito-ilícito na vida social e na economia atuais não podem ser compreendidos se tivermos como base de nossa análise as famigeradas “mazelas de uma modernidade incompleta” e as “consequências das situações de pobreza”. Ao invés disso urge que se apreenda:

os perfis de um mundo urbano alterado e redefinido pelas formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da dita economia informal, que mobilizam o ‘trabalho sem forma’ (...) nas fronteiras incertas do informal, do ilegal e também do ilícito (Telles 2009:156).

Ruggiero e South sugeriram que as intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos, a partir da década de 1980, podem ser compreendidas com a utilização da metáfora do bazar ou a cidade como bazar, na qual se compara a economia

global atual como um mercado em que prevalece a diversidade de mercadorias, inclusive objetos “inusitados ou exóticos” considerando os avanços da tecnologia, a preços bastante competitivos por diversos fatores, com uma gama cada vez mais ampla de negociadores e consumidores (Telles 2009).

De acordo com Telles (2009:157), “a metáfora evoca a alteridade nos traços de ‘orientalismo’ associados ao bazar, para chamar a atenção que [este], agora, se encontra incrustado no núcleo das modernas (e ocidentais) economias urbanas” de forma cada vez mais capilarizada.

Com efeito, o que caracteriza o bazar metropolitano é a intersecção entre os mercados legais, irregulares e ilegais, com um processo permanente de deslocamento de fronteiras desses mercados. Nessas fronteiras, encontramos o trabalhador urbano, transitando entre oportunidades descontínuas e intermitentes, entre empregos mal pagos e em condições precárias, desemprego e atividades ilícitas, negociando a cada situação os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas (Telles 2009).

É nesse sentido que Peraldi faz uso da noção de “economia de bazar”: um dispositivo comercial que coloca em cena comerciantes estabelecidos em seus postos, vendedores ambulantes, “sacoleiros”, consumidores e mais a trama de relações que passam por essa teia de intermediários e mediações, pelas quais os agenciamentos são feitos nas dobras do legal e ilegal, do formal e informal (Telles 2009:163).

Bicos, tais como venda de CD pirata, transportar pequenas quantidades de droga entre pontos da cidade, não são considerados como crime por muitas pessoas envolvidas na economia de bazar, mas como expediente que lançam mão para lidar com as urgências da vida. Apesar de serem poucos ganhos obtidos com as atividades realizadas, fazem toda a diferença no orçamento familiar diário. Para algumas dessas pessoas, a situação de “crime” é de outro tipo, referindo-se a roubo, homicídio, por exemplo.

Dessa maneira, a economia informal instalou-se no núcleo dinâmico dos processos produtivos e se expandiu, independente da classe social, nos limites imprecisos entre o legal e o ilegal, como também entre o ilícito e delituoso:

O fato é que, hoje, a vida social parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas. (...) Esse personagem urbano [comerciante informal], cada vez mais comum em nossas cidades, (...) transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias (Telles 2009:156).

Nesse novo e atual cenário, multiplicaram-se as atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, bem como a circulação de bens e produtos de origem incerta nos expansivos mercados irregulares (Telles 2009).

Os mercados informais sempre existiram no Brasil, e constituíram uma fonte de renda importante para pessoas com pouca qualificação ou desempregadas. (...) Entretanto, nas últimas décadas, estas ruas foram ocupadas pelos vendedores ambulantes de objetos roubados de caminhões, de residências e de passantes. O comércio informal, tradicionalmente uma saída para o desemprego e o trabalho subalterno, tornou-se misturado com empreendimentos econômicos criminosos (Zaluar 2007:14).

Entre a expansão do mercado informal e o crescimento substantivo dos chamados mercados ilegais, informais e ilícitos, “uma parcela enorme da população que vive nas periferias (...) tenta sobreviver, em um trânsito contínuo entre a defesa da vida e a busca de oportunidades de trabalho (...) nos interstícios da legalidade e ilegalidade e o perigo da morte” (Hirata 2010:136-137).

Nas esferas informais e formais da economia, a separação entre o legal e o ilegal é uma representação social normalizadora já que as fronteiras dos mercados legais e regulados são basicamente tênues e negociáveis (Hirata 2010), ou seja, nessas “fronteiras” tudo é passível de ser negociado, sem que as pessoas envolvidas se concebiam como criminosas:

A metáfora [do bazar] é precisa e nomeia certa superposição de produtos e relações sociais tendendo a uma fluidez destes bens e interações. Tudo que faz parte do bazar parece seguir o imperativo da conversibilidade, ou seja, tudo pode ser passível de ser negociado, sendo esta a lógica particular que comanda, organiza, mobiliza e transforma as relações de troca entre as pessoas e seus produtos (...). É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de circulação, as “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem necessariamente a se engajar em “carreiras delinquentes” (Hirata 2010:101).

A economia informal é dependente do ‘mercado parasita’ das mercadorias políticas (corrupção, chantagens, ameaças, extorsão praticados por diversos agentes, inclusive do estado), e o mercado ilícito é ainda mais dependente pela criminalização dos produtos que são comercializados. No entanto, o ponto central do interesse é que estas posições se fazem a partir do jogo de forças que se produz dentro e fora das regulações oficiais (não a partir do que deveria ser idealmente o Estado e a sociedade). Assim, abandona-se definitivamente a perspectiva de “normalização”, ou seja, as interdições que são arbitradas pelo aparelho jurídico, por exemplo, são vistas pelos agentes do estado apenas como efeito de poder, não como mecânica da gestão do estado em si (Hirata 2010).

Nesse sentido, as economias subterrâneas ou “economias traficantes” se espalham também por todos os lados (redes políticas, econômicas, nacionais e transnacionais) nas sendas

abertas pela liberalização financeira, pela abertura dos mercados e pelo encolhimento dos controles estatais num tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, que essas polaridades perdem qualquer sentido e tornam obsoletas as controvérsias em torno do formal e do informal (Telles 2013).

Como sobreviver nos interstícios da legalidade e ilegalidade, considerando o constante perigo da morte? Hirata (2010) chama a essa busca de “sobreviver na adversidade”, identificando-a com a construção de dignidade e respeito no jogo de forças que pode levar à morte.

“Sobreviver na adversidade” (...) é uma expressão que circula no “mundo bandido”, que significa: saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida (Telles 2013:17).

Para Hirata (2010), os “ilegalismos” populares não são resultado:

da pobreza como miséria, do pauperismo como ausência de possibilidades, ou da necessidade da ajuda como motor da experiência urbana. (...) Não acredito que a participação das pessoas nas perigosas formas em que estão inscritos os ilegalismos populares seja condicionada exclusivamente pelo impulso adaptativo em relação a estes mercados ou de interesses que tenham em vista apenas a prosperidade econômica e o desejo de consumo. (...) Não me pareçam nem máquinas calculistas dos custos e benefícios de suas escolhas, nem hedonistas irracionais movidos por desejos de consumo orgásticos (Hirata 2010:19-20).

Segundo ele, os “ilegalismos” populares correspondem a:

Uma experiência de enfrentamento das dificuldades imanentes às complexas e desiguais formas de distribuição da riqueza não formalizada que circulam na cidade, [que] diz respeito à construção de formas de respeito e dignidade relacionada a um jogo de forças que pode conduzir a morte, visto como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder nas suas formas de conduta correspondentes. (...) Uma das lições que [essas pessoas] a todo o momento ensinavam aos sociólogos que realizavam a pesquisa é que a decisão de participar destes mercados passava, em primeiro lugar, por uma reflexão moral e não por um cálculo instrumental ou uma escolha irrefletida e irracional (Hirata 2010:19-20).

Os deslocamentos das relações entre o informal, o ilegal e o ilícito estão na dependência das relações de poder e as oportunidades de mediar a circulação de riquezas. Nesse sentido, a economia informal deve ser analisada e reconstituída em seus processos de territorialização, considerando as contingências locais, a história e as tradições herdadas, assimetrias e desigualdades inerentes aos sujeitos envolvidos:

O fato é que indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e do ilegal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados, sabem jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Sabem, sobretudo, exercitar essa especial “arte do

contornamento” para evitar os riscos alojados justamente nas dobras dessas fronteiras porosas: a violência da polícia, sempre presente nesses percursos, e também a eventualidade de algum desarranjo nos acertos instáveis com os empresários do ilícito, e não apenas o tráfico de drogas (Telles 2009:170).

Da economia informal, participam ativamente diversos sujeitos, com e sem poder econômico, cada um com uma função específica. Nesses relacionamentos, são requeridas confiança, vínculos de proximidade e/ou familiar entre os participantes da economia informal e ilegal para que o negócio se efetive. Nesses círculos de sociabilidade comercial, obviamente não são toleradas traições, disputas e deslealdades (Telles 2009).

Nesse processo de construção social de confiança, quem participa ativamente de economias informais, ilegais ou ilícitas, tende a administrar as rotinas de sua atividade em relação às circunstâncias da sociabilidade local, respeitando as regras de reciprocidade da vida cotidiana (alguém que nasce e cresce em uma comunidade, tende a construir laços de amizade e solidariedade com as pessoas aí residentes), visando a garantir a cumplicidade dos moradores contra as investidas da repressão policial (Telles e Hirata 2007).

Por fim, como são as pessoas das camadas populares que participam na linha de frente das economias informais, nos limites imprecisos entre o legal e o ilegal, o lícito e ilícito, estes tem sido alvos de estigmas, associando-os ao crime e à violência simplesmente devido sua situação de pobreza material.

A associação entre “crime” e pobreza é efetivamente espúria e socialmente perversa, tanto como estereótipo, ou como correlação estatística, quanto como “adequação causal de sentido” (Misse 1993:10). Não se pode conceber o comportamento das classes populares como determinado inexoravelmente por processos e/ou estruturas exteriores a suas próprias práticas:

Porque tudo se passa como se a atividade prática dos sujeitos nada mais fosse do que a execução da estrutura subjacente, implícita ou inconsciente, não havendo lugar para a reflexão sobre a prática, a reinterpretação de antigos significados nem a invenção de novos (Silva 1985:306).

Ademais, a noção de “classes populares” é ambígua, considerando que estas referem-se sempre a um “coletivo socialmente heterogêneo” (Silva 1985:306). Portanto, não podemos generalizar a percepção da condição de pobreza.

Por outro lado, a economia de mercado forjou uma ficção na qual a pobreza existe porque as pessoas das camadas populares, como indivíduos, não querem ou não buscam trabalhar, pois são indolentes ou querem uma vida “fácil”. Essa ficção embaça o entendimento da pobreza secular no Brasil como resultado de condicionantes de raças, classes ou gêneros (Souza 2003). De acordo com Telles (1993), a pobreza é antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade.

Os direitos civis, que são considerados o componente básico da cidadania relacionado com a justiça e sustentação dos direitos sociais, estão numa profunda falta de legitimação no Brasil, motivados pela omissão do Estado na efetivação desses direitos, situação que possibilita um cenário social marcado por diversas formas de violências (Soares 2014).

O Estado jamais exerceu autoridade moral suficiente para denunciar a ilegitimidade das favelas ou, menos ainda, para fazer reinar em seu seio a legalidade; na medida em que age, não pode ter como base um registro ético; o registro do Estado se funda, assim, mais na força ou no direito, ou em uma combinação dos dois. Essa espécie de incapacidade de longa duração define, mesmo que em negativo, a unidade das classes populares (Cabanis 2006:423).

Com efeito, não é exatamente a pobreza que leva ao crime, mas pode ser a “revolta”, a qual pode ser comparada àquela que o crime produz em todos nós (Misse 1993; Zaluar 2005). Para Zaluar (2007), os pobres continuam a sofrer violações graves de seus direitos civis no que diz respeito às relações com policiais violentos e corruptos. Por isso, os casos de “revolta”, isto é, a decisão de “pegar em armas” e seguir uma carreira criminal, podem estar ligados ao encontros inevitáveis com esses policiais:

Isso não quer dizer que se deva ignorar o fato de que no Brasil a polícia tem uma dupla face: o seu caráter autoritário, repressivo e violento “nunca hesitante em usar o chicote” para os pobres, destituídos ou excluídos (a “polícia de moleque”); a sua face prestimosa, condescendente e dócil em relação aos privilégios de classe e *status* (“a polícia de gente”) (Zaluar 2005:12).

No entanto, a mídia e a percepção social tem vinculado o crime com os territórios periféricos da cidade e seus moradores, representando-os como o principal componente da “violência urbana” que “precisa ser combatida”. A imprensa, sobretudo a sensacionalista, tem dado subsídios para que a “vingança” contra os “bandidos” seja consumada (Malvasi 2012).

Cotidianamente, a “criminalidade pobre” tem sido concebida de forma distinta daquele do “crime de colarinho branco” e dos crimes de corrupção, inclusive de policiais. Nesse sentido, a percepção social produz demandas de políticas de segurança distintas, pois os crimes de ricos e de pobres não são igualados pela percepção social e pela reação moral, o que tem implicado em injusta distribuição e aplicação das penas. Reconhecer essa distinção é fundamental para se compreender a constituição da “autonomia de sentido” e da “cultura do medo” que tem seguido a “criminalidade pobre” com o nome de “violência urbana” (Misse 1993).

A violência social dirigida aos “bandidos” se expandiu para todos os cidadãos da periferia e, associando-a à violência político-ideológica, também expandiu o ódio e a estigmatização ao seu mundo público (Malvasi 2012). Por isso, urge questionar a visão

dicotômica que divide a sociedade entre “trabalhadores” e “bandidos”, o que implica em questionar o ordenamento moral que separa o “bem” e o “mal” (Tommasi 2012).

No entanto, são as pessoas das camadas populares, nas situações do comércio informal, quiçá ilegal e ilícito, que ficam expostas à repressão e à violência policial. Assim, a forma de gestão da pobreza envolvida em situações ilícitas, ilegais e criminosas tem correspondido ao encarceramento (Wacquant 2008). Nesse caso, os empresários do ilícito/ilegal ficam livres, impunes, porque poderosos economicamente, são considerados intocáveis:

Os empresários dos negócios ilegais [quem financia ou compra produtos ilegais], sobretudo do contrabando e da pirataria, acobertados nas fachadas legais de seus empreendimentos incrustados nas lojas estabelecidas nas galerias, acionam dispositivos variados para neutralizar as possibilidades de responsabilização criminal desse comércio ilegal. (...) Os riscos do contrabando e outras ilicitudes no percurso dessas mercadorias são todos eles transferidos para os vendedores de rua distribuídos nas miríades de pontos de venda espalhados pela cidade e sobre os quais incidem as formas mais ostensivas de controle e repressão (Telles 2010:193).

De nada adianta a prisão de pequenos ou médios intermediários nos vultosos negócios ilegais, pois são facilmente substituíveis no exército de jovens pobres disponíveis em qualquer cidade brasileira (Zaluar s/d:11).

Contudo, devemos combater a reificação do crime e da violência, inserindo-os nas inter-relações sociais complexas que constituem o espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras, construídas sobre uma miséria industrial e moderna sem paralelo na história (Misse 1993).

Em suma, o mundo urbano se organiza e se reatualiza sob a égide das mudanças na economia que alteram e modificam a paisagem da cidade, com nítidos bolsões formados a partir da atuação do poder do capital, delimitando espaços denominados de “centro”, “periferia” e “favela”. Nessa perspectiva, uma parte do meio rural de Marajó passa a ter contato permanente com uma economia efervescente somente através da movimentação frenética de balsas utilizadas no transporte de mercadorias diversas. Essa zona de contato possibilitada pelo rio entre ribeirinhos e tripulantes de balsas tem levado ao surgimento e manutenção de um comércio informal que tem levado a mudanças nos modos de vida de famílias ribeirinhas através da produção de novas formas de sociabilidades. É o que discutimos a seguir.

4.2 ÓLEO DIESEL E CARGAS GERAIS DAS BALSAS: ENTRE DESVIOS E ROUBOS

Cargas gerais e graneis (cargas líquidas) são transportados em balsas em viagens diárias no percurso Manaus-Belém, Santarém-Barcarena, Miritituba-Barcarena, e de regresso, a uma

distância aproximada de 1,6 mil quilômetros. As cargas sólidas são transportadas no convés das balsas. Os motores dessas embarcações são movidos a óleo diesel, que são armazenados no porão-tanque. Cada embarcação, ou comboio com até 25 balsas, dependendo da velocidade, da maré, do trajeto, do volume da carga transportada, da potência do motor (de 1200 a 6400 HP para empurrar até 25 balsas graneleiras) e a quantidade de motores, pode armazenar de 10 mil até 40 mil litros de óleo diesel.

Durante as viagens, pequenas quantidades de óleo diesel das balsas podem ser desviados pelos tripulantes para venda a embarcações menores (apropriação indébita), ou trocados com ribeirinhos por cerveja, outras bebidas e produtos alimentícios, ou podem ser repassados a prostitutas como pagamento de programas, ou mesmo grandes quantidades podem ser roubadas por criminosos que utilizam lanchas, rabetas e barcos de pequeno ou grande portes.

Da mesma forma, as cargas gerais podem ser desviadas pelos tripulantes ou roubadas. Os casos relatos a seguir foram obtidos de noticiários veiculados pela internet, imprensa escrita e vídeos do site YouTube, ou pelo noticiário da TV local da cidade de Breves-PA.

Primeiramente apresentamos as ilegalidades relacionados ao transporte de carga sem nota fiscal e comprovantes de recolhimento de impostos. Posteriormente, relatamos os casos de desvio de óleo diesel de balsas e produtos eletroeletrônicos. Em seguida, relatamos um caso de assalto possivelmente contratado por um empresário, que contou com o fornecimento de informações pelo comandante da própria balsa. Por fim, apresentamos os casos ocorridos de 2015 a 2017, os quais foram caracterizados pelo roubo realizado por quadrilhas especializadas.

Notamos que esses casos não correspondem a uma espécie de realidade generalizada de ilegalidades nos transportes pelo rio Amazonas e seus afluentes. São os poucos casos de conhecimento das autoridades policiais e que foram compartilhados pelos meios de comunicação. Foram selecionados como os casos que podem evidenciar uma diversidade de aspectos presentes no transporte de cargas no modal fluvial que atravessam o arquipélago de Marajó, no intuito de explicar: não são apenas assaltantes que roubam óleo diesel; há situações em que tripulantes das balsas participam do desvio de produtos e óleo diesel; o óleo diesel não é apenas vendido, podendo ser trocado com outros produtos ou favores sexuais.

Em 2017, uma balsa que transportava 362 mil litros de óleo diesel e óleo marítimo foi apreendida por fiscais da Secretaria da Fazenda (SEFA) no trecho entre o Pará e o Amazonas, pois, apesar de ter nota fiscal, a empresa transportadora não tinha recolhido o imposto sobre o frete referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (Diário On Line 2017a).

A fiscalização estadual da SEFA também apreendeu, em Óbidos-PA, uma balsa vinda de Manaus-AM com destino ao município de Santarém-PA, que transportava 8300 garrafas pet de refrigerante. A embarcação tinha nota fiscal de uma parte da carga. No entanto, não tinha sido recolhido o ICMS destacado na Guia Nacional de Recolhimento Estadual, no valor de R\$13,9 mil (Diário On Line 2017a).

Também em 2017, setecentos metros cúbicos de madeira em toras, que estavam sendo transportados em uma balsa, foram apreendidos próximo ao município de Currálinho, no Marajó-PA, por servidores da Carreira da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda (SEFA), os quais identificaram que a mercadoria estava viajando sem nota fiscal, sem o recolhimento de imposto estadual (ICMS) e sem guia florestal, que é um documento de controle ambiental. Na apreensão foi lavrado um Termo de Apreensão e Depósito no valor de R\$ 44,4 mil, referente ao ICMS, mais multa pelo transporte de mercadoria sem nota fiscal (Diário On Line 2017b).

Em 2012, a polícia civil do Pará prendeu em flagrante quatro funcionários de uma balsa por apropriação indébita (Art. 168 do Código Penal) motivada pelo desvio e venda ilegal / irregular de óleo diesel em Soure, no Marajó-PA. Nessa operação, apuraram que as embarcações menores compravam 950 litros de óleo diesel na balsa por um valor de R\$ 1,50 o litro. Os donos dessas embarcações foram presos por receptação de produto oriundo de prática criminosa (Art. 180 do Código Penal). A apreensão foi possível mediante o recebimento de denúncias anônimas, o que culminou com a prisão de criminosos (Santos 2012).

Em 2013, na cidade de Belém-PA, foram presos sete tripulantes e dois vigilantes de empresas de segurança, os quais trabalhavam em balsas. Eles estavam envolvidos com o desvio de produtos eletroeletrônicos, óleo diesel e gasolina de embarcações. No furo do Jararaca, município de São Sebastião da Boa Vista-PA, foram presas mais três pessoas da região, por receptação e comércio ilegal de combustível (Diário On Line 2013).

As viagens percorriam as regiões das ilhas do Arquipélago de Marajó e de Belém. O esquema funcionava da seguinte maneira: os tripulantes da balsa atrasavam a viagem do comboio para passar à noite na região entre os municípios de Muaná e Currálinho, no Marajó-PA. Os tripulantes violavam os lacres das carretas transportadas pelas balsas. Posteriormente, outra embarcação menor encostava nas balsas para receber os televisores. Em seguida, barqueiros faziam o transporte dos televisores para as cidades paraenses de Abaetetuba, Cameté, Limoeiro do Ajuru, Breves e Afuá, onde eram vendidos em lojas (idem).

A Companhia Independente de Polícia Fluvial localizou nas matas da vila Jararaca 67 televisores de LED ou plasma, de 48 a 50 polegadas. Ainda foram apreendidos 6,6 mil litros de

óleo diesel desviados de balsas. As empresas responsáveis pelo transporte das cargas e combustível foram as vítimas dos crimes (Diário On Line 2013).

A Delegacia de Polícia Fluvial de Abaetetuba investigou o desvio de cerca de 2,5 mil televisores. Somente em 2013, foram apreendidos 25 mil litros de óleo diesel e de gasolina ilegais (idem).

Outro caso ocorreu em outubro 2017, na região do Tapará, em Santarém-PA. Uma embarcação pequena encostou em uma balsa. Três homens armados renderam os tripulantes e os caminhoneiros. O grupo assaltou a balsa que transportava aparelhos eletrônicos de Manaus-AM, com destino a Belém-PA (G1 2017a).

Mais de 100 TVs e 50 aparelhos de som foram saqueados na ação. Após o assalto, a embarcação com os criminosos e com toda a carga saqueada atracou em um porto no bairro Prainha, município de Santarém-PA. Na chegada, os bandidos foram abordados pela polícia.

Ao todo, 10 homens foram presos, sendo que um deles morreu em troca de tiros com os policiais. Um empresário de Santarém foi preso, pois havia contratado a embarcação e pagaria cerca de R\$ 3,5 mil a cada integrante da quadrilha, inclusive ao comandante da balsa. A Capitania Fluvial de Santarém prendeu o comandante da balsa, acusado de repassar informações sobre a carga e o destino da balsa aos bandidos. Toda a carga foi recuperada. Os envolvidos foram enquadrados por crime de furto qualificado, Art. 155, § 4º do Código Penal, e associação criminosa, Art. 288 do Código Penal (G1 2017b).

A quadrilha estava sendo monitorada pela polícia desde janeiro de 2017. O delegado recebeu informações sobre outro crime que foi realizado no final de setembro de 2017. No entanto, esse roubo não ocorreu, pois havia uma escolta armada na embarcação visada. Os homens agiam pelos rios da região, sempre em locais sem cobertura de telefonia celular, para ganhar mais tempo para fugir. Ao entrar nas balsas, os assaltantes usavam machados para violar os caminhões baú e pegar a mercadoria (G1 2017b).

Outra balsa foi invadida por dois assaltantes no dia 15 de abril 2017, no trecho conhecido como Ponta do Arutai, entre Breves a Gurupá, no estado do Pará. Eles renderam a tripulação. Depois, chamaram outros assaltantes através do rádio VHF, que encostaram com uma embarcação de grande porte na balsa para executar o saque. Os assaltantes trancaram toda a tripulação no camarote do empurrador, tomando o controle do rebocador e balsas, ficando apenas um funcionário, que foi obrigado a conduzir a embarcação (Garcia 2017).

A embarcação ficou em posse dos piratas, desde o início do ataque, às 18h, até as 9h da manhã do dia seguinte. Roubaram objetos pessoais da tripulação, bem como equipamentos eletroeletrônicos e 11 mil litros de óleo diesel. Os assaltantes deixaram os tripulantes sem comunicação e com pouco

combustível. Pelas contingências, os tripulantes foram obrigados a abandonar as balsas para chegar até a cidade mais próxima de Almeirim-PA (Garcia 2017).

Em assaltos realizados em dezembro de 2015 e em 2016, nos rios do Marajó-PA, os quais tiveram a cobertura da imprensa televisiva local e estadual (RBA TV – Breves e Belém), foram roubados de balsas 30 mil litros de óleo diesel. Os criminosos, em número de sete até vinte, utilizam-se da agilidade e velocidade nos rios conferida pela utilização de rabetas com motores potentes e geralmente com armas de grosso calibre.

O roubo do combustível utilizava outra(s) embarcação(ões), provida com tambores. A seguir, a balsa tinha sua velocidade reduzida para o bombeamento do óleo diesel. Além do roubo do combustível, os pertences dos tripulantes também foram levados.



Figura 44 – Abordagem de uma balsa por assaltantes em um rio (30/12/2015)

Fonte: YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=bDwH6s8I_t4>

No assalto de novembro de 2014, próximo à Abaetetuba (rio Tocantins), foram roubados 5 mil aparelhos de TV. Essa balsa estava carregada com 40 carretas, tendo a parte superior cortada para a retirada das TVs. A ação ainda contou com a participação de alguns ribeirinhos que moravam próximo da localidade, que saquearam parte da carga restante na balsa, que estava

à deriva (Art. 169 do Código Penal, crime referente a apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza).



Figura 45 – Assalto a balsa com 40 carretas carregadas de aparelhos de TV (novembro de 2014)

Fonte: YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=bDwH6s8I_t4>

Outro assalto à balsa foi registrado no rio Santa Maria, próxima à região dos Furos de Breves, em 2015. Dois homens pegaram carona no lado da balsa às 17h e se passavam por vendedores de camarão (eles tinham pequenos pacotes com camarão para venda). Às 20h, a balsa foi abordada por duas rabetas velozes com homens armados com escopeta (a velocidade média de uma balsa é de 10 nós, o que equivale a 18,52 km/h). Posteriormente, após renderem a tripulação formada por quatro homens e uma mulher (cozinheira), os quais foram trancados no camarote, duas embarcações de médio porte encostaram ao lado do empurrador para a retirada do óleo diesel do porão-tanque da balsa com a utilização de um motor-bomba. Foram retirados 15 mil litros de óleo diesel. Houve a participação de 02 (duas) mulheres dentre os 20 piratas. O piloto da balsa foi amarrado em um mastro da estrutura do empurrador e espancado, inclusive pelas duas mulheres. A ação dos bandidos terminou às duas horas da madrugada.



Figura 46 – Porão-tanque de balsa onde se depositava 15 mil litros de óleo diesel (à esq. visão externa de cima; à dir. visão horizontal do interior do porão)

Fonte: YouTube <<https://www.youtube.com/watch?v=SCui58feXVs>>

Esmeralda relatou assim um assalto a uma balsa em que seu “genro” Fernando trabalhava:

Teve um fato novo com o rapaz que mora com ela [Jade]. O óleo da balsa secou aí no rio de baixo, e os piratas saquearam a balsa. Foram duas balsas. Uma no lado da outra. Ele disse que bateram nele. Ele ligou para cá desesperado. Era umas 11 horas da noite. “Minha *sogra*, assaltaram a balsa em que nós estamos. Ainda me deram umas porradas pelas costelas”. Mandaram tirar o empurrador da balsa; é na balsa que vai a mercadoria; para empurrar para fora. Levaram uma balsa lá para baixo [oeste]. Era muita mercadoria. Ele disse que foi até a população que levou. Ele disse que tinha até criança. Levaram dessa balsa mil e pouco botijões. Abriam as carretas. Carregavam aquelas porrudas televisões. Ele não podia fazer nada. Estavam [os assaltantes] todos armados. Os piratas entraram, mas levaram a população junto para saquear a balsa (Esmeralda).

Em função dos constantes roubos ocorridos, as empresas transportadoras tem contratado empresas de segurança (escolta armada). É um serviço oneroso que as empresas que contratam repassam ao preço final dos produtos.

A empresa Transportes Bertolini Ltda. (TBL) gasta cerca de R\$ 4 milhões por ano com o serviço para proteger as cargas. Dois profissionais fardados e armados viajam a bordo nos comboios e trabalham em regime de revezamento, fazendo rondas nas embarcações. Nos trechos de maior incidência de ataques, ambos ficam em alerta. Em 2016, após a empresa contratar os serviços de escolta armada, os ataques cessaram (Mendes 2017).

Por outro lado, na perspectiva de aumentar a segurança nas viagens das balsas, tem-se investido na instalação de câmeras de vigilância nos empurradores. Nesse sentido, é preciso considerar que uma balsa é formada de duas partes, quais sejam, o empurrador, provido da sala de máquinas, motores, cabine de comando, camarote para a tripulação, cozinha e banheiros; e a balsa propriamente dita, que leva as mercadorias na parte de cima, tais como automóveis e

outros veículos, carretas e contêineres; é no porão-tanque das balsas que é transportado o óleo diesel. Não há câmeras instaladas nas balsas.

Devido à atuação de piratas e, por conseguinte a preocupação com a segurança no transporte de cargas, o que culminou com a contratação de profissionais de segurança para algumas balsas e/ou a instalação de câmeras de vigilância em outras, nem vendedores(as) de cerveja e alimentos frescos da região, nem prostitutas tem conseguido subir em algumas balsas. Essas medidas visam evitar a ação de criminosos. Nesse caso, ainda sobem apenas aqueles(as) que geralmente recebem as ligações telefônicas dos tripulantes das balsas, os quais tem a confiança destes:

Na maioria dessas balsas, não está subindo ninguém, porque os donos já estão colocando câmera no empurrador. Não são todas que tem, mas já tem. É por isso que já está acabando esse negócio das mulheradas. Elas iam para lá fazer as paradas delas. Para onde elas iam? Para o empurrador, claro. Agora, não pode ir mais, porque tem câmera. Os vendedores de cerveja, não, porque agarram nas balsas. [Não sobem no empurrador, mas sobem na balsa.] As câmeras estão apenas no empurrador (Esmeralda).

Esmeralda afirmou que em um dos assaltos que chegou a seu conhecimento, foi uma mulher que contribuiu para a ação de piratas no rio. Enquanto ela distraiu o comandante no camarote, os assaltantes abordaram a balsa, renderam os tripulantes e “meteram ficha”. Segundo Esmeralda, com esse novo fato, ficou mais difícil para as mulheres subirem nas balsas: “acho que é por isso que está acabando esse negócio das *meninas* nas balsas, porque está dando pirata. Arriscar a vida. No bem que vai lá, assaltam”.

Os assaltos ocorrem na maioria dos casos em balsas e alguns navios de passageiros. No entanto, esporadicamente também há notícias de que houve em menor quantidade assaltos a casas ribeirinhas e mesmo assaltos em furos com pouco movimento em épocas de pagamento de benefícios sociais (aposentadoria, por exemplo).

A casa ribeirinha próxima à escola, do outro lado do rio, no mês de junho de 2017, por volta de 23h, foi assaltada. Uma aluna da escola morava nessa casa. O senhor, dono da propriedade rural constituída por grande açaiçal, foi espancado por três assaltantes, que chegaram a levar três botijões de gás, dois aparelhos de TV, um motor rabeta, dois aparelhos celular. Os criminosos não foram identificados.

Gustavo, uma criança de 08 anos, aluno da escola onde foi realizado parte do trabalho de campo, relatou sobre assaltantes de balsas conhecidos na localidade. Mencionou os apelidos (nomes vulgares) de dois deles, destacando que quem assalta mais é um deles, inclusive casas de ribeirinhos.

No início de setembro de 2017, uma adolescente foi assaltada e estuprada no rio, crimes cometidos por três homens. Um adolescente da escola foi acusado, detido pela polícia (espancado segundo relatos), mas como ninguém o reconheceu como um dos criminosos, ele foi liberado. De acordo com as professoras da escola, aquele adolescente não demonstrava comportamento que pudesse ser associado a de um criminoso.

Em resposta à ação de assaltantes em um rio do Marajó, o Grupamento Fluvial de Segurança Pública no Pará, formado pelas polícias civil e militar e pelo Corpo de Bombeiros, tem realizado a repressão (Mendes 2017). A Polícia também tem reprimido os postos/vendedores clandestinos de óleo diesel, e adolescentes que sobem em balsas para comércio de produtos regionais, assim como para a prostituição.



Figura 47 – Repressão policial a assaltantes no rio (2016)

Fonte: Youtube / TV RBA Breves <<https://www.youtube.com/watch?v=I1vNeS7O2uU>>

As operações da polícia ocorrem mediante denúncias ou após a ocorrência de assaltos. Dessa maneira, no meu período de trabalho de campo, no início do mês de outubro de 2017, foi observada a passagem na frente da escola de uma lancha com quatro policiais civis. Essa foi a única vez que foi observado que a polícia passou durante o dia pela localidade, no segundo semestre daquele ano.

Um policial militar me relatou sobre as dificuldades encontradas em seu trabalho, principalmente combatendo assaltos nos rios. Disse-me que só disponibilizam de uma lancha, o que levava a polícia a solicitar o apoio da prefeitura para a obtenção de outra lancha para

ampliar sua atuação, o que nem sempre era atendido. Também falou do longo tempo que permanecem em viagem pelos rios, com uma alimentação precária a base de enlatados.

Eu também perguntei por que uma balsa carregada de soja precisa de escolta armada, composta de empurrador na frente, com um segurança, e lancha atrás, com dois seguranças armados. Ele afirmou que o alvo do assalto não é a soja, mais cerca de 40 mil litros de óleo diesel, combustível da balsa para o trajeto Santarém – Barcarena, ao Porto Vila de Conde.

Ele também me falou da apreensão de óleo diesel feita pela polícia militar em novembro de 2017, o qual estava escondido na mata. Cerca de 150 mil litros de óleo diesel, guardados em 750 toneis de ferro ou plástico com capacidade para 200 litros cada um.

4.3 AS SOCIABILIDADES NO COMÉRCIO INFORMAL DE ÓLEO DIESEL, DE CERVEJA E AÇAÍ NAS BALSAS QUE TRANSPORTAM RIQUEZAS NA AMAZÔNIA

As balsas que atravessam o arquipélago de Marajó geralmente fazem o seguinte trajeto: Belém-PA, Barcarena-PA, Santarém-PA, Miritituba-PA e Manaus-AM, bem como Macapá-AP. São dezenas de balsas de diversas empresas de transporte que passam todos os dias pela região, navegando pelos rios Pará (ou Santa Maria), Buiucu e Tajapurú. O trânsito é tão intenso que a imagem dessas balsas foi captada pelo *Google Earth*:



Figura 48 – Balsas navegando pelo rio do Marajó em imagem de satélite

Fonte: Google Earth

O dia da semana que passa menos balsas é na segunda-feira. Quando as balsas se aproximam de determinada localidade no rio, que faz a divisa entre Breves e Melgaço, onde há sinal de telefonia celular da empresa Vivo (sinal que vem da cidade de Breves, mas que é melhor do lado do município de Melgaço, porque “pega de frente”; o celular que tem um melhor desempenho nesse local é o da marca LG), os tripulantes das balsas ligam para ribeirinhos para encomendar caixinhas de cerveja e litros de açaí gelados, bem como para lhes vender óleo diesel (Esmeralda em entrevista de 2016; cf. Moraes 2011).

Os ribeirinhos que fazem a venda de produtos nas balsas, tais como açaí, cerveja, refrigerante, camarão, palmito, limão, frutas (“agora, o açaí é o mais procurado, e a cerveja”), são: Miguel, Joaquim e Jade, dentre outros, sendo que Miguel é tio de Jade e Joaquim é seu cunhado.

É o pessoal da balsa que liga para pedir cerveja. “Nós vamos entrar em tal paragem. Dá para ti levar cerveja lá?” Teve um tempo desses que ligou um desses aqui para casa, querendo açaí. Porque ela [Jade] estava para lá. “É a Jade que tá falando?” “Não. É a mãe dela.” “Não senhora, é um açaí que a gente encomendou para a irmã dela [Rosa]. É o marido [Joaquim] dela que leva” (Esmeralda).

Podemos perceber nesse relato que o celular que é utilizado para fazer a mediação entre tripulantes de balsas e Jade ou Rosa pertence à mãe de Jade, que é a própria Esmeralda, figura que tem o domínio de muitas informações relevantes nesse contexto de trocas intensas.

Como as balsas não fazem parada, após a ligação dos tripulantes das balsas encomendando os produtos locais de seu interesse, ou convidando as mulheres para um encontro, os(as) ribeirinhos(as) “vão de rabeta e colam do lado; eles vão embora; quando eles param de vender as coisas deles, eles só fazem voltar; eles pegam a rabetinha e vem embora de novo” (Esmeralda).

A cerveja é levada em caixas térmicas de isopor, envoltas em gelo, que é produzido no congelador *freezer* do próprio Miguel, o único da localidade a ter esse eletrodoméstico. Miguel e Joaquim não vendem cerveja na beira do rio, só nas balsas, para os clientes certos: “eles vendem, porque já tem as pessoas *certas* que ligam para eles. ‘Olha, traz tantas caixinhas aqui’. Aí eles vendem”, ou melhor, trocam por óleo diesel.

A descrição de um dia de trabalho no comércio informal de uma mulher ribeirinha foi descrito da seguinte maneira por Moraes (2011):

Houve ocasião em que, junto aos “baldes”, vi também embalagens com latas de cerveja e garrafas de refrigerante que seriam vendidas. (...) Algumas vezes observei sua saída para o trabalho, o casco sendo desamarrado da ponte em frente sua casa. A saída para marretar ocorreu por volta de nove horas e cheguei a presenciar seu retorno, no final da tarde. Violeta é muito vaidosa, se arruma de forma especial para a atividade nas balsas, usa anéis e colares, um short curto e blusa justa. Contou-me que para trabalhar passa perfume de uma marca melhor que o usado em casa; nos cabelos o

tratamento é especial, com todo um arsenal de cremes que, inclusive, me foram gentilmente oferecidos (Moraes 2011:96-97).

Portanto, o relato apresenta a organização das atividades e dos materiais inerentes ao trabalho diário de Violeta no contexto ribeirinho. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para os cuidados com o corpo dispensados por ela, sendo um tipo de vestimenta e cuidados também dispensados com bastante regularidade entre outras jovens e mulheres, tanto do meio rural quanto urbano do Marajó, principalmente quando o assunto é o trabalho informal em espaços públicos, como um rio da Amazônia.

Arelado à venda de cerveja e açaí pelos ribeirinhos está a troca com o óleo diesel das balsas, o qual é vendido na cidade de Breves, geralmente para os proprietários de pequenas embarcações movidas a motor a diesel que aportam diariamente nos trapiches e portos localizados na frente da cidade, às margens do rio Parauaú. O óleo diesel é depositado em tambores com capacidade para 20 litros e transportado em rabetas, os quais são cobertos com lona ou encerado. É vendido às escondidas para embarcações conhecidas, sendo que a transação pode ocorrer do outro lado do rio Parauaú, longe dos olhos das pessoas comuns e policiais que possam transitar pela orla da cidade.

Ao passar de barco pelas margens do rio, podemos visualizar placas pequenas e rústicas com o anúncio “vende-se gasolina” na frente de muitas casas de ribeirinhos. Esse combustível pode ser proveniente de balsas, bem como também é adquirido nos postos autorizados de combustíveis que se encontram na frente da cidade de Breves-PA, sendo revendida com o acréscimo que R\$ 1,00 ou mais (aproximadamente) para a obtenção de certo lucro (o valor acrescentado depende das distâncias em relação à cidade, ou seja, quanto mais distante, maior é o acréscimo).

O comércio e a troca de mercadorias era intenso em 2011 entre ribeirinhos (inclusive alunos de uma escola – crianças, adolescentes e jovens, com predominância de adolescentes e jovens) e tripulantes ou passageiros das embarcações (balsas ou navios). Aqueles se voltavam para o comércio dos produtos que obtinham (peixes, açaí, frutas em geral, palmito, tapioca, etc.) nas inúmeras embarcações que passam em frente às suas casas, como relata Rosália, de dezoito anos:

A maioria dos alunos agarra durante o dia, quando eles não tem...quando eles estudam de manhã eles agarram a tarde, quando estudam de tarde, agarram de manhã prá vender o que eles conseguem né, sobre o camarão, o peixe, o açaí, eles vendem na balsa porque sai mais caro se fosse vender na cidade. (...) Porque é rio que só por aqui que passa a maioria das balsas que vem de Manaus, que vem de Belém, só por aqui que passa [é o trajeto das balsas] (Vieira 2011:119-120).

Com efeito, adolescentes e jovens eram ou são os principais responsáveis em realizar o comércio informal nas embarcações. Assim, a sociabilidade entre adolescentes ribeirinhos e tripulantes acontece mediante o interesse dos ribeirinhos em conhecer pessoas diferentes e se divertir na prática do comércio informal, e mesmo como ponto de acesso a mercadorias (produtos / objetos) não encontrados nas comunidades:

Muitos jovens também manifestaram que **gostam de olhar as embarcações e conversar com os tripulantes e passageiros** nos momentos em que estão **vendendo os produtos** ali comercializados. Dentre outras situações, também nos chamou atenção uma das visitas que fizemos à casa de moradores da comunidade. **A criança brincava com diversos objetos de doações feitas pelas embarcações.** Ao longo de nossas visitas e nas mais diferentes manifestações, percebemos que **“agarrar nas balsas” ou “atracar nas balsas” faz parte das vivências dos moradores**, sobretudo dos **jovens, principais responsáveis para realizar a venda nas embarcações.** (...) **Além de ser um meio de conseguir vender** os produtos resultantes da pesca, coleta e extrativismo, **é também um lugar para diversão** (Vieira 2011:120; grifos nossos).

Os interlocutores de Vieira (2011) não afirmaram interagir com as balsas porque eles(as) são pobres, ou por não ter nenhuma fonte de renda ou meios de extrair os recursos das florestas e rios. Ademais, o trabalho dos ribeirinhos (pesca e extrativismo) juntamente com a complementação da renda oriunda do Programa Bolsa Família é suficiente para que os ribeirinhos não vejam a prostituição em balsas como algo compulsório devido à pobreza, como se pode perceber no relato de uma ribeirinha:

Olha mana o que... aqui só é ruim é esse negócio de navio, balsa que passa aí né... acho ruim porque tem muitas... muitas *meninas* que tão se prostituindo aí nessas coisas... aí fica pegando em balsa... que essa aqui de casa graças a Deus nem... Quando o pai manda, porque eles ficam jogando roupa que minha filha vai e pega, mas ela fica do lado daqui que o navio passa devagar... aí eles ficam jogando roupa aí eles vão pegar... mas pra dizer assim que minhas filhas pegam balsa e ficam assim... não, meus filhos não. Eu só velha doente, mas... e nós vive assim, nossa vida é só esse camarãozinho, nós não tem outro ganho mas não dá pras minhas filhas fazer isso. Minha filha, essa uma que tem o bebê, ela ganha bolsa família... ela com a bebezinha dela... aí então eu digo pra ela: “minha filha, esse dinheiro que tu ganha dá pra tu comprar tua roupa... aí tem vez assim que... eu não passo nem perto disso aí, nem perto (Vieira 2011:123-124).

É necessário elucidar que os ribeirinhos adultos utilizam o termo “menina” não com o intuito de se referir exclusivamente a uma criança, mas geralmente a uma adolescente ou (jovem) mulher.

Não obstante, na consciência das adolescentes, há um *compromisso* em querer ajudar na manutenção de sua família, para além da obtenção da porção alimentar diária, como vemos no relato de Hilda, quinze anos: “Não tem como ajudar a família a ganhar dinheiro, né, aí elas se sentem *obrigadas* a fazer isso” (Vieira 2011:129-130). Esse compromisso não tem vinculação

direta com obrigação, opressão ou aliciamento. Antes, tem a ver com o que Montgomery (2001) chama de reciprocidade.

Os conhecimentos necessários para comercializar nas balsas envolvem destreza em remar (dado de Vieira 2011; atualmente é saber pilotar rabeta), ter conhecimento prévio sobre a periodicidade de viagens das balsas (dias e horários que passarão em determinado trecho do rio), conhecer os tripulantes, bem como ter permissão do comandante para embarcar:

Perguntamos aos alunos o que é preciso saber para ir às balsas. Do total de dezesseis tivemos as seguintes respostas: é preciso saber remar (42%, 08 respostas); conhecer a tripulação (26%, 05 respostas); saber os horários e dias certos, ter autorização e saber qual embarcação deve ir, *todas* como o mesmo número de respostas (5%, 02 respostas) (Vieira 2011:120).

A interação ribeirinhos-tripulantes é marcada por conhecimento mútuo, comunicação clara, reciprocidade no atendimento, respeito às normas da embarcação, reconhecimento dos trajetos e da periodicidade das embarcações, inclusive respeito.

É nesse contexto que fica claro entender que nas redes de solidariedade local, os irmãos estão dispostos a ajudar suas irmãs na interação com os tripulantes, pois “atracar” em balsa exige um trabalho em dupla, que implica em saber manejar o motor da rabeta e saber laçar a balsa em movimento (Moraes 2011; Vieira 2011). Ormilda, de dezesseis anos, afirmou: “Tem dois irmãos que vão levar a irmã dele prá balsa, eles ficam só esperando ela. Ela vem, desce e vai embora” (Vieira 2011:129). Essa forma de abordagem das embarcações também foi noticiado pela TV Aljazeera em 2011 e confirmado por Jade, minha interlocutora.

Como o comércio nas embarcações (navios e principalmente balsas) é viável/certo devido ao intenso trânsito e pouca concorrência entre vendedores, tem soado como justificativa/desculpa a afirmação de que a venda na cidade de Breves é inviabilizada devido às distâncias, uma vez que há ribeirinhos que quase todos os dias do segundo semestre (período de verão) do ano se dirigem para a cidade para a comercialização do fruto do açaí em viagens que duram aproximadamente trinta minutos. Talvez em Breves-PA, cidade com maior estrutura do Marajó, com uma população de quase 100 mil habitantes, a venda de produtos ribeirinhos apresente uma maior concorrência e uma desvantagem para quem não pode estar todos os dias na cidade comercializando produtos de pequeno valor, tais como palmito, frutas, tapioca, camarão, cerveja, etc. (Vieira 2011).

Para Esmeralda, alguns homens da comunidade preferem não trabalhar com o extrativismo do palmito ou a pesca, pois não tem “paciência”, mas eles tem optado pela venda de cerveja nas balsas e compra de óleo diesel. Segundo ela, essa venda corresponde a um trabalho “fácil e lucrativo”. Nas famílias de Verônica e Esmeralda, o trabalho “pesado” e

demorado do extrativismo e pesca acaba ficando para as mulheres e crianças. Ainda segundo nossa interlocutora, esse comércio informal nas balsas, incluindo a prostituição, é considerado por ela como *indigno*, pois ela afirmou que “quem trabalha com palmito mesmo é a família do papai; lá eles não tem esse negócio de ir para a balsa; *graças a Deus, nosso pai nos criou fora disso*”.

Os homens não tem paciência. Os homens querem saber de vender esse negócio nas balsas. Cerveja. Porque é mais fácil. O marido dela [de Rosa] está parado, mas o tio dela [Miguel], por parte da avó, que no caso é marido da tia dela [que também chegou a fazer venda em balsa], está vendendo cerveja. Refrigerante eles vendem. Eu falo para ela: “sim, é isso mesmo. Os homens não querem trabalhar, as mulheres trabalham”. Eu falo para ela. (...) Eu falo assim: “hoje em dia o pessoal só quer serviço fácil”. Esse serviço é fácil para eles, e eles fazem (Esmeralda).

O ponto de vista de Esmeralda foi corroborado por um interlocutor masculino de Moraes (2011), o qual mostrou sua interpretação da situação como “exclusivamente” de prostituição que produz “muito dinheiro”, porque as canoas passam carregadas de óleo diesel, podendo ser classificada como atividade que não exige esforços. Por outro lado, ele destaca que as atividades de pesca e extrativismo do açaí são árduas, dando a entender que a opção pelo comércio informal e prostituição se deve apenas em função da “facilidade” da prática:

Quando pergunto sua opinião sobre o porquê de tal situação ocorrer com tamanha aparente “naturalidade” escuto que “a prostituição **dá muito dinheiro**, elas costumam voltar com as canoas carregadas dos recipientes cheios de óleo” (...) Existem na região os recursos naturais que podem ser revertidos em renda familiar, mas, segundo Nino dá muito trabalho à lida da retirada do açaí para a venda, a construção dos matapis para a pesca do camarão. “**Tudo isso é muito trabalhoso**” (Moraes 2011:25; grifos nossos).

A ilegalidade do trabalho nas balsas deixa transparecer a facilidade de obtenção de dinheiro, mas ao mesmo tempo evidencia a lida diária árdua no extrativismo e na pesca, configurando-se como um novo dilema para muitas famílias ribeirinhas em Marajó:

É o trabalho [nas balsas] mais desejado e ao mesmo tempo mais estigmatizado justamente porque rompe fronteiras, produz encontros entre mundos diferentes, relações afetivas e sexuais que transformam as comunidades ribeirinhas, e as conectam a muitos lugares, muitas outras culturas (Nascimento 2018)²⁴.

Outra justificativa para o comércio nas balsas e prostituição corresponde a uma afirmação recorrente: não há trabalho remunerado nas comunidades ribeirinhas. No entanto, a necessidade de um vestuário novo / melhor também aparece nos relatos, mas não são apresentados com a mesma convicção (Vieira 2011), talvez porque saibam que nos estereótipos da “exploração sexual” não é muito bem aceito/visto justificar a participação na prostituição

²⁴ Reflexão da doutora Silvana de Souza Nascimento proferida durante a arguição no momento da defesa pública deste trabalho.

para preencher uma necessidade de consumo, pois só referir-se a prostituição devido à situação de miséria extrema e penúria seria “digno” do ponto de vista da sociedade moralmente hipócrita, atraindo arroubos de compaixão e misericórdia que se indigna e se comove sem nada mais fazer, como disse Ormilda, dezesseis anos: “não tem jeito...é, não tem trabalho, aí o jeito é pegar a balsa, fazer essas coisas aí, ele vai ver o dinheiro dele lá, comprar a roupinha que precisa, as meninas também” (Vieira 2011:129).

Por outro lado, há adolescentes e mulheres que preferem não pescar (o extrativismo para a comercialização é uma atividade predominantemente masculina), mas se prostituir, assim como há aquelas que estão nos trabalhos domésticos ou na pesca. Se são adolescentes, elas agarravam balsas no período em que não estão estudando na escola (Vieira 2011), o que contraria o falso argumento de que as adolescentes abandonavam a escola para dedicar-se integralmente à prostituição, como relata Rosália, dezoito anos:

Porque o rio aqui é difícil o trabalho, **só tem a pescaria mais. Mas muitas mulheres, meninas, não querem pescar, né, e nem vão pescar**, muitos se prostituem, né, na balsa. Aí o tempo que elas tem de estudar aí ela não pode agarrar porque **elas estão estudando**. Aí essas alunas agarram sempre, aí o tempo que elas tem [livre] é para agarrar... (Vieira 2011:129; grifos nossos).

Em 2015, Miguel transportava em uma rabeta, para a cidade de Breves, trinta vasilhames de 20 litros com óleo diesel, os quais estavam cobertos por um encerado. Ele estava com sua embarcação no Porto dos Taxistas. Como ele foi denunciado, a polícia fez a apreensão de sua carga de origem ilegal. Miguel foi preso e conduzido à delegacia. Como vimos na Introdução deste trabalho, esta é a segunda vez que Miguel foi preso pela polícia. “A polícia tomou todo o óleo dele. É um prejuízo mesmo, porque depois que levam o capital dele, eles vão à falência, no caso. Leva um tempão até eles levantarem de novo” (Esmeralda). No entanto, pouco tempo depois, ele foi liberado.

A mulher que se envolve com o comércio informal nas balsas pode se envolver com a prostituição. Entretanto, essa relação não é de determinação absoluta:

A expressão balseira carrega um estigma que lhe é atribuído, e neste sentido uma possibilidade ronda a marreteira, em alguns casos o desdobramento da prática é de conhecimento público [prostituição?], **mas nem sempre**. Por um lado, a renda do óleo diesel provindo das embarcações é bem vinda no meio familiar (Moraes 2011:99; grifos nossos).

Com efeito, não são todas as mulheres ribeirinhas que comercializam em balsas que são prostitutas. Nesse caso é importante notar que os homens das balsas conhecem as jovens mulheres que sobem na embarcação com o objetivo de se prostituir. Assim como há homens

que se tornam clientes das prostitutas, há outros que não se envolvem com o comércio de sexo, como disse Rosália, dezoito anos:

Muitos homens das balsas já estão acostumados com isso, já conhecem elas por esse nome mesmo de *balseiras*. **Já chamam, e quando elas agarram nas balsas já sabem que é prá isso**, né? que elas estão agarrando, aí eles já sabem. **Tem muitos que não, homens mais velhos mesmo que respeitam**, tem uns que respeitam, tem outros que não, né? (Vieira 2011:123; grifos nossos).

Vieira (2011) considerou que o exercício da prostituição é feito mediante uma “escolha das jovens”, o que denota a possibilidade de agência, mesmo que em um cenário com poucas escolhas à disposição.

No ano de 2011, uma professora que atuava em uma escola do campo me contava sobre a animação/euforia de suas alunas quando uma balsa de aproximava de suas casas, pois as mesmas se dirigiam remando em suas canoas em direção às embarcações. Porém, não me foi relatado o que essas jovens faziam especificamente em uma atividade coletiva e tão explícita para a escola e a comunidade. Não acredito que fosse unicamente para a prostituição.

Assim, a relação entre alguns tripulantes das balsas e algumas mulheres ribeirinhas pode ser uma relação de afeto que inclui uma espécie de generosidade na oferta de presentes do agrado feminino, bem como na oferta de ajuda material diversa, o que pode configurar um tipo de prostituição, ou sexo transacional, ou a efetividade em um relacionamento afetivo:

Um tripulante que, com frequência passava pela localidade, demonstrou interesse em se casar com Violeta, um homem chamado por ela de: “o velho”. Eles sempre se encontravam a bordo da balsa e conforme palavras dela “era Deus no céu e o velho na terra” (...). Ele fazia tudo por Violeta que, chegou a me mostrar uma joia no pescoço que havia sido presente dele; sua filha também possui uma joia dada pelo velho. Alimentos e ajuda para melhorar a casa estavam dentre os “agradados” provindos da relação (Moraes 2011:109).

Em sua justificativa para o trabalho de venda em balsas, Violeta afirmava trabalhar somente porque não havia no rio trabalho remunerado para seu atual marido, bem como ela não tinha uma formação escolar (justificativas que também foram ouvidas no trabalho de campo em relação à realidade social ribeirinha). No entanto, fica implícito que ela está “casada” com ele por livre escolha dela, não porque dependa dele:

Conforme Violeta, **se ele assumir a contento o papel de provedor ela sairá do trabalho nos rios**, um trabalho cansativo que estraga a pele e os cabelos, contudo como “não tem trabalho aqui e **a gente não tem estudo...**” (...) Antes da chegada do atual marido, Violeta era a provedora da casa. Mariazinha, que não vê com bons olhos sua atual relação comentou que: “é um desperdício, tanto homem nas balsas é louco por ela, ela é bonita, pra tá agora metida com esse aí que não tem nem trabalho, ela nem precisa disso” (Moraes 2011:99; grifos nossos).

As mulheres necessitam de afeto, proteção e segurança. No entanto, isso não impede as mulheres ribeirinhas de irem à luta diária pela sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho de venda nas balsas e a prostituição (possivelmente atrelada a ele) não se configuram como transgressão da lei:

Mas, afinal, o que elas querem? Violeta disse que quer um homem para ser companheiro, alguém que cuide dela. O afeto e o cuidado têm um lugar certo, como quando a ouvi sorridente elogiar o companheiro que havia lhe trazido algumas tapioquinhas para o café da manhã; o agrado é então um mimo, um carinho bem aceito e esperado. (...) Ela continuará provendo: através do trabalho nas balsas, mal visto ou não. Este é para elas – conforme escutei de uma conselheira tutelar de um município marajoara – um meio de vida, não uma transgressão (Moraes 2011:100).

Embora reconhecendo que há “jovens mulheres” na prostituição, os pais ribeirinhos afirmam que suas filhas não se envolvem com tais práticas. De fato, nem toda mulher ribeirinha do comércio informal exerce a prostituição. Por outro lado, o estigma da prostituição não permitiria que a mesma fosse declarada em relação a um membro da família para não atrair as consequências inerentes do ponto de vista do julgamento moral e social (Vieira 2011).

Mediante o esforço de jornalistas de criminalizar a prostituição, as respostas que estes obtêm de ribeirinhos não revelam convicções, mas muito mais incertezas, dúvidas e estranhezas ao tentar fornecer a resposta que o inquiridor queira ouvir, como disse Ramiro, dezesseis anos: “Eu não sei. Porque tão precisando de dinheiro, né? Deve ser isso. Olha, tem uns pais até que incentivam, tem uns que não. Tem umas que vai sem querer, outras até o pai mesmo que incentiva elas prá ir” (Vieira 2011:129).

O trabalho de Violeta é aceito pelo esposo, mas não sem uma certa desconfiança e ciúme:

...[Em] Santa Clara, aonde reside na companhia de um homem mais jovem. **Seu atual companheiro é separado de uma “balseira”.** **O rapaz tem demonstrado ciúme de Violeta e a pediu que deixe as balsas;** ela me disse: “Se eu sair das balsas ele vai ter que botar tudo pra dentro de casa” (Moraes 2011:98; grifos nossos).

Esmeralda e João concordam que houve um tempo em que adolescentes e mulheres subiam em balsas em maior quantidade e com maior frequência, tanto para a venda de produtos como para a prostituição. No entanto, na atualidade esse movimento tem diminuído em função das denúncias e da atuação da polícia. Porém, o comércio informal nas balsas e a prostituição ainda são praticados / estabelecidos:

As balsas antigamente passavam cheias de mulher. Mas depois que a polícia começou a proibir, parou mais. Agora quem sobe em balsas são pessoas que fazem venda de açaí, camarão, cerveja. São mulheres que vendem mais. Só deixam encostar na balsa quem eles já conhecem. A balsa que mais compra cerveja é aquela em que vai carreteiro [caminhoneiro]. Tem balsa que vai muito. A mulher do Benjamin com as filhas vendem cerveja nas balsas. Vão em uma balsa, voltam em outra. Seu Benjamin não faz venda em balsa. De duas pessoas que fazem venda, eles [tripulantes] deixam

encostar. Quando vai cinco homens na rabeta, eles não deixam encostar. Se encostar, eles metem bala (João).

Neste capítulo, vimos que o comércio informal é uma realidade cada vez mais presente no cenário urbano, e que tem se tornado ambíguo quando pode ser associado a atividades ilegais e ilícitas. No meio rural, como em hidrovias altamente movimentadas como as do Marajó, esse comércio informal envolveu tanto produtos locais assim como o óleo diesel transportados nas balsas. Esse comércio informal também foi incrementado com a compra pelos tripulantes das balsas de produtos dos ribeirinhos.

A regularidade das viagens, dos contatos e das trocas comerciais criou as condições necessárias para demanda e oferta de afetos e sexo em um contexto de negociações, amizades, sociabilidades e até romances (na visão de algumas mulheres ribeirinhas). A prostituição passou a ocorrer mas não sem ambiguidades, de forma que não é possível afirmar que toda mulher ribeirinha que participa do comércio informal nas balsas também participe de prostituição; algumas afirmam mesmo que tiveram relacionamentos afetivos e amorosos com tripulantes de balsas, chegando a “constituir família”, tendo filhos, na comunidade ribeirinha ou que viajaram com seu “marido”, indo embora. De fato, a prostituição, ou sexo transacional, ou namoro, passaram a ser lidos na chave da moral da família ribeirinha, incluindo ajudas, obrigações morais, confiança e fidelidade. É o que veremos no capítulo a seguir.

5 SOCIABILIDADE DE MULHERES RIBEIRINHAS: ENTRE MORALIDADE E RECIPROCIDADE

Este capítulo objetivou discutir sobre as sociabilidades e as afetividades que ocorrem em realidades rurais, as quais são marcadas pelas preocupações com a rígida moral dos grupos familiares dessas regiões, bem como pelas construções simbólicas das relações entre as mulheres e clientes em uma perspectiva de afirmação e manutenção de laços de reciprocidade.

Os dados antropológicos da literatura disponível são originários de trabalhos que focalizam a prostituição e sociabilidades/afetividades no contexto de famílias pobres, considerando momentos específicos da realidade social brasileira e tailandesa. Não comparamos essas realidades distintas. No entanto, elas se aproximam em nossas análises quanto aos relacionamentos afetivos assentados em reciprocidade em uma perspectiva moral, sendo que as interlocutoras não consideram sua relação como de prostituição, mas como de ordem diversa, apesar do olhar discriminatório dos que estão de fora dessa relação.

Posteriormente, os relacionamentos afetivos foram relatados por mulheres, as quais são ribeirinhas que vivem às margens de um rio do Arquipélago de Marajó, estado do Pará. Nesse caso, as sociabilidades ocorrem nas balsas enquanto seguem viagem para seus destinos comerciais.

Em nenhum momento a prostituição é afirmada pelas interlocutoras, mas é tornada ambígua quando a ordem simbólica da família é acionada para significar as sociabilidades que envolvem afetos, dinheiro, óleo diesel e agência feminina.

5.1 A AMBIGUIDADE DA PROSTITUIÇÃO NO CONTEXTO MORAL DA RECIPROCIDADE DE FAMÍLIAS POBRES

Para as pessoas de famílias pobres, sem escolaridade e sem qualificação profissional, as oportunidades de trabalho são muito limitadas, e as que estão disponíveis rendem uma quantia ínfima de recursos que reforçam uma vida de extremas dificuldades materiais. Essas pessoas tem se esforçado na busca por um trabalho ou emprego em suas localidades, cidades ou região.

Além de os trabalhos disponíveis para os pobres pagarem mal, o trabalho doméstico é o que se apresenta com maior frequência para mulheres, adolescentes e crianças. Talvez as últimas opções de atividades “disponíveis” para famílias pobres sejam a venda de alimentos, coleta de lixo e mendicância (Montgomery 2001).

Vender alimentos exige uma poupança mínima para a compra de produtos para revenda ou para o preparo de alimentos para lanches ou refeições rápidas. No entanto, dificilmente a família pode poupar para ter sempre disponível um capital de giro para custear a compra de produtos de base de sua atividade escolhida. Por isso, essas vendas tendem a gerar poucos lucros.

Para quem mora em favelas ou periferias, outra “opção” de sobrevivência pode estar no lixo produzido pelas cidades, no qual se buscam materiais, que podem ser reciclados, para venda a intermediários instalados em bairros distantes, ou buscam outros materiais eventualmente descartados que podem ter ainda algum valor comercial ou de uso, bem como buscam alimentos ou restos alimentares que ainda podem ser aproveitados.

Por fim, talvez como última medida, as famílias pobres podem buscar a mendicância. No entanto, não é uma boa “opção”, pois os ganhos flutuam muito (Montgomery 2001), e nem sempre é adequado para qualquer tipo de pessoa, sendo “valorizada” nessa atividade a imagem da inocência, incapacidade física ou mental, assumida geralmente por crianças, pessoas idosas e deficientes físicos. Contudo, essa opção é passível de criminalização no Brasil, se envolver crianças (Código Penal, Artigo 247, inciso IV).

Quando há programas de capacitação para pessoas de famílias pobres, as atividades ofertadas giram em torno de trabalhos manuais que acabam reforçando um status social de inferioridade dessas pessoas pobres e especialmente de mulheres, tais como cabeleireiro, manicure e pedicuro, cuidador, corte e costura, tricô e crochê e atividades domésticas. Todos esses são empregos que reforçam seu sentimento de inferioridade e sua posição na sociedade como aqueles que estão sempre a serviço dos outros (Montgomery 2001).

No mercado atual de empregos e atividades laborais autônomas, as alternativas disponíveis para mulheres de famílias pobres e com baixa (ou sem) escolaridade são muito limitadas. Nesse sentido, a prostituição surge como uma “opção nada desprezível”, não sendo considerada como uma violação da retidão moral, mas sobretudo como um elemento indispensável da economia familiar (Fonseca 1996). A prostituição como opção é potencializada pela demanda por sexo comercial que exerce pressões no mercado em geral, atraindo jovens mulheres (Montgomery 2001).

Como a prostituição requer beleza, geralmente atrelada à juventude, a demanda por adolescentes e jovens mulheres será elevada. Para Montgomery (2001), a demanda maior é por mulheres na faixa etária de 15 a 20 anos, sendo que a distinção entre adolescentes e mulheres é, muitas vezes, deliberadamente borrada na prostituição. Para Silva e Blanchette (2005), a maior demanda por prostitutas jovens implica que a vida profissional útil de uma prostituta

geralmente chegue até os 30 anos, pois depois desta idade, estas não estão mais em condições de competir com aquelas. “Certamente, ninguém negaria a realidade de um mercado sexual que privilegia juventude e beleza” (Fonseca 1996:32).

Com tão poucas oportunidades disponíveis de mudar suas trajetórias de vida, não é surpreendente que adolescentes e jovens mulheres afirmem escolher a prostituição em vez de outras alternativas mais limitadas ainda. Assim, vender sexo muitas vezes é visto por elas como outro risco a ser negociado numa vida de pobreza e cheia de dificuldades (Montgomery 2001).

Mesmo em situação de pobreza material, a prostituta não perde seu poder de agência (escolha), que implica tomada de posição face à realidade vivenciada/ enfrentada. Ter agência não significa estar livre que qualquer tipo de determinação ou injunções sociais, mas escolher agir a partir dessas limitações. A prostituição poder ser uma escolha economicamente racional, para além do “querer” ou “necessitar” (Blanchette e Silva 2011).

A prostituição torna-se a maneira mais acessível de sair das dificuldades a curto prazo, pois, em comparação com os empregos disponíveis para mulheres pobres, é bem paga (Montgomery 2001). Ademais, pode ser vista como a melhor opção de trabalho feminino face a outras disponíveis socialmente para mulheres, podendo representar mesmo certa independência financeira:

Como temos visto, então, o trabalho sexual tem uma série de características que o torna uma opção econômica bastante atrativa. Em primeiro lugar, é relativamente rentável. Segundo, é um ofício que exige pouca preparação profissional, sendo aberto a quase qualquer pessoa. Frise-se aqui que ele é particularmente aberto aos jovens, fração etária da sociedade com maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, dado a sua falta de currículo. Finalmente, é um trabalho que, muitas vezes, é altamente flexível. O trabalhador sexual frequentemente pode exercer o ofício de vender sexo e também se dedicar a outras atividades ou trabalhos com mais facilidade. Ironicamente, as próprias revoluções femininas e dos costumes sexuais no Brasil não parece ter diminuído o número de prostitutas. Apesar do fechamento da grande maioria dos bordéis tradicionais que, antigamente, marcaram nossa paisagem urbana, a crescente mobilidade espacial feminina tem criada mais flexibilidade na venda e procura do sexo (Blanchette e Silva 2011:208-209).

De acordo com Blanchette e Silva (2011), o sexo não pode ser visto fora das relações socioeconômicas capitalistas, pois pode ser vendido como qualquer outro serviço que atende às necessidades estritamente humanas, tais como comer, beber, vestir, abrigar-se. Nesse sentido, a prostituição pode ser compreendida como serviço ou trabalho, e que pode ser realizada em uma região moral ou de maneira mais autônoma.

Por um lado, a prostituição ocorre em regiões morais, onde prevalece a formação de um coletivo imbuído de um mesmo código moral definido a partir de interesses pessoais, nas quais

os clientes sabem que encontrarão sexo à venda e que terão sua intimidade resguardada (Blanchette e Silva 2011).

Por outro lado, a prostituição pode ser oferecida como “serviço delivery”, no qual a prostituta vai até o local escolhido pelo cliente, que pode ser um hotel, motel, casa alugada, ou camarote de uma balsa / barcaça. Olivar (2017) mencionou que a moto era um importante agente econômico e sexual utilizado por prostitutas para transitar em regiões de fronteira. No caso de Marajó, a rabeta é utilizada pela mulher ribeirinha para chegar até seu cliente nas balsas.

Entrementes, a discussão sobre prostituição não pode se limitar a uma preocupação excessiva com uma ordem prática / econômica, que por si só seria capaz de mobilizar as pessoas para construir suas trajetórias de vida. Há outras motivações e sentidos igualmente importantes atribuídos por quem participa das trocas sexuais. Não seríamos pesquisadores lúcidos (e justos com as mulheres) se continuássemos a enfatizar a prostituição como histórias marcadas pela pobreza e violências sofridas:

Será que quando abordamos um tema como prostituição não continuamos a privilegiar os lugares de refúgio (arquivos policiais, hospitais, abrigos), povoados por pessoas vencidas e arrependidas que não têm outra alternativa senão enfatizar o fracasso, a miséria, a infelicidade? (Fonseca 1996:8).

As prostitutas de famílias pobres vivem seus relacionamentos com os familiares na base de relações mútuas, de reciprocidade e de obrigações morais como ordem simbólica. Tanto os membros que moram em sua unidade doméstica como os de sua rede familiar, dependem uns dos outros para obter ajudas durante os períodos mais difíceis.

Assim, nas famílias pobres, a relação entre pais e filhos se baseia em relações de reciprocidade. Como os pais deram a vida aos filhos, sustentando-os e amparando-os, eles devem em troca ser atendidos quando precisarem ou quando forem idosos. Num plano mais imediato da vida cotidiana, os pais esperam que os filhos também possam exercer algum trabalho para contribuir na economia doméstica (Montgomery 2001).

Com efeito, os filhos consideram, a partir de uma obrigação moral, que devem apoiar seus pais também financeiramente, na medida de suas possibilidades. Como existiam poucas maneiras de obter renda, adolescentes de famílias pobres da Tailândia viam a prostituição como o único trabalho capaz de trazer dinheiro suficiente para suas casas, pois consideravam que dessa forma cumpririam suas obrigações morais para com suas famílias (Montgomery 2001).

Na Tailândia, as adolescentes afirmaram que se tornaram prostitutas sem serem forçadas por seus pais, e que os amam, que elas tem uma dívida moral / de gratidão para com eles por terem sido sustentadas e criadas; é uma dívida por sua existência, especialmente para com suas

mães. Assim, os deveres de parentesco de uns para com os outros são usados como uma maneira de explicar e tolerar o que fazem, e para tornar a prostituição como uma valor moral particular de apoio à família (Montgomery 2001).

Como as adolescentes continuam a viver com seus pais, e estes continuam a usar o dinheiro que elas ganham para a manutenção da família, Montgomery (2001) considerou que a prostituição ocorria com o conhecimento e o consentimento dos pais. Dentre as cinco principais interlocutoras dessa antropóloga, um dos relatos sintetiza essa percepção da prostituição como uma obrigação moral:

Aos doze anos, Saew [mãe] se casou com Siphon [pai], com quem ainda é casada [aos 40 anos], e deu à luz treze filhos dos quais sete sobreviveram na infância, e apenas quatro ainda estavam vivos quando a conheci. A terra em que ela se criou no Isan, a região mais pobre da Tailândia, tornou-se cada vez mais inadequada para sustentar sua família, e assim seus dois filhos mais velhos deixaram Buriram e foram a um resort turístico para vender gomas de mascar e outros doces nas ruas. Ela [Saew] não podia andar ou empurrar o carrinho dela, e então desistiu desse trabalho. Seus filhos tentaram continuar a venda ambulante, mas quando não trouxeram dinheiro suficiente, a família começou a confiar cada vez mais nos ganhos de sua filha mais nova, Lek [12 anos], que estava trabalhando como prostituta. (...) Lek afirma que em nenhum momento sua mãe exigia que ela se tornasse uma prostituta, pois só queria que ela tivesse que ajudar. Saew também rejeita especificamente a ideia de que ela pediu a sua filha para fazer isso. Ela diz que não sabia nada sobre isso. (...) Seu senso de obrigação e dever filial [de Lek] são particularmente fortes e todo o dinheiro que ela gera é imediatamente entregue a sua mãe. Lek insiste que o trabalho que ela faz ajuda em suas obrigações, sentindo que precisa apoiar sua família. (...) Lek é a única que tem renda confiável na família e seu dinheiro sustenta seis pessoas: seus pais, seu irmão, ela e Oy, e seu sobrinho Bok. Quando perguntei se ela ficava ressentida dessa situação, ela simplesmente encolheu os ombros e disse: “É só meu corpo; mas esta é a minha família!” (Montgomery 2001, Capítulo 3²⁵).

A reciprocidade tem sido efetivada nos relacionamentos familiares, bem como pode também ocorrer nos relacionamentos com os clientes, ou seja, são relações que envolvem um contexto social mais amplo de relações, mas que permanecem ligadas à reciprocidade da família, à qual lhe fornece a significação.

Os clientes das interlocutoras de Montgomery (2001) foram encontrados mediante recomendação de amigos que conheciam a favela, as adolescentes e suas famílias. Nesse caso, o encontro com as adolescentes era mediado por pessoas com as quais se construíam laços de sociabilidade marcados por confiança. Portanto, a relação de “prostituição” não correspondia a uma relação estritamente mercantilizada.

Os laços de sociabilidade eram firmados a partir do poder financeiro dos clientes, que atuavam no sentido de construir uma série de relacionamentos na favela que conferiam

²⁵ A edição desta obra é digital e originária da empresa Kindle. Como não estava paginada, foi referenciado apenas o capítulo de onde a citação foi retirada.

obrigações mútuas a ambos os lados. Os clientes visitavam frequentemente as famílias das adolescentes na favela (cada cliente visitava uma ou mais famílias), disponibilizando dinheiro regularmente e sempre que precisavam (ajudas), apoiando as adolescentes quando engravidavam, custeando inclusive despesas médicas, sem haver uma cobrança imediata das dívidas, o que caracteriza a efetividade da dádiva (Bourdieu 1996). O relacionamento sexual ocorria ao longo do tempo de sociabilidade. Assim, os clientes eram vistos como pessoas que ajudavam a comunidade, estando disponíveis para criar laços de reciprocidade.

Segundo Montgomery (2001), esses laços de reciprocidade eram construídos não segundo a intencionalidade dos clientes, mas mediante a atuação das adolescentes, que conseguiam manipular esses homens de tal forma que eles foram levados a entrar em algum tipo de acordo recíproco com a comunidade, com responsabilidades e obrigações. Com efeito, havia lealdade entre as adolescentes, suas famílias e os clientes.

Os clientes não eram chamados “clientes” pelas adolescentes e suas famílias. Enquanto os familiares consideravam os clientes como “amigos” e até como “parentes” com responsabilidades e vínculos com eles, pois tinham entre si obrigações morais motivadas por ajudas necessitadas, dadas e recebidas; as adolescentes os consideravam como “amigos” e até mesmo como “namorados”. Em função da ambiguidade dos relacionamentos, nenhuma das famílias se referia ao fato de que os clientes tinham relações sexuais com as adolescentes, pelos menos não consideravam como algo que fugisse dos padrões morais de normalidade da família.

Uma das famílias enfatizava o fato de receber dinheiro do cliente através de sua filha adolescente para ajudar na manutenção das despesas da casa. Esses familiares nutriam a expectativa de que o cliente se casasse com sua filha, o que poderia implicar em melhorias para todos os seus membros:

A mãe de Kob, Sai, frequentemente envia pedidos de dinheiro, e o fato de ele [Julio, cliente] ter respondido, sempre lhe permite vê-lo como amigo ou mesmo como parente. Seu papel social na vida de sua família, e o dinheiro que ele envia, lhes permite sobreviver, permitindo que ela veja o cliente da filha como um tipo de parente. Ela acredita que um dia Julio vai se casar com Kob e instalá-la e sua família em uma casa grande, assim como fazem os “bons parentes”, se forem bem-sucedidos. Sai realmente acredita que este é o plano dele, e, portanto, justifica enviar Kob para ele, dizendo: “quando formos ricos, ela não se lembrará de nada. Agora, as coisas não são tão boas, mas um dia, elas serão boas para nós”. Na opinião de Sai, ele é como parente porque ele cumpre o papel de reciprocidade do parentesco (Montgomery 2001, Capítulo 3).

Outro cliente (James) foi denunciado à polícia por ter assediado sexualmente uma adolescente. Como entre o cliente e uma das famílias envolvidas havia obrigações morais e

lealdades, houve o testemunho a favor do “cliente” / “amigo” / “parente”, que se livrou das acusações, ou seja, a postura da família foi no sentido de proteger o “cliente” da filha:

Os pais desta criança foram à polícia e denunciaram James e deram o nome de Lek [adolescente prostituta] à polícia. A polícia perguntou a Saew e Siphon [mãe e pai de Lek, respectivamente] pelas acusações, mas eles se recusaram a incriminá-lo. Em vez disso, eles deram uma referência de caráter para ele, dizendo que ele era um bom homem, o quanto ele os ajudara e como ele estava dando a Lek uma bolsa de estudos para colocá-la na escola. Sem testemunhas e com negativas tão firmes, a polícia estava indefesa e não podia pressionar acusações. James foi libertado sem acusação e continuou a viver na cidade (Montgomery 2001, Capítulo 3).

Enquanto as famílias nutriam expectativas de ajudas permanentes e até casamento futuro, protegendo seus “amigos” (clientes) até mesmo da polícia, as adolescentes afirmavam seu carinho e sua admiração por seu “namorado” (cliente):

Durante o período de Natal em 1993, os assisti na escola fazendo cartões de Natal para seus amigos e familiares. Kob, sua irmã de onze anos, Yit e Lek, me perguntaram como escrever em inglês em seus cartões “Obrigado, Julio” e “Nós te amamos, Julio”. Perguntei-lhes por que eles o amavam, pelo qual Kob respondeu: “Ele é jovem, bonito e rico, e um dia ele nos levará para comprar coisas divertidas” (Montgomery 2001).

As adolescentes se recusam a chamar “cliente”, preferindo a expressão “namorado”, da mesma forma que se recusavam a caracterizá-lo como “explorador”, pois ele sempre “ajudava” e nunca demonstrava ser uma pessoa “ruim”. “Ela [Lek] dizia: ele é tão bom para mim, como você pode dizer que ele é ruim?” (Montgomery 2001).

No relacionamento entre o cliente e a adolescente, havia a exigência pelos clientes da fidelidade ou lealdade das adolescentes no que se referia aos relacionamentos sexuais, no sentido de garantir a exclusividade:

Quando conheci Nuk, ela estava com Paul há dois anos e fez um acordo com ele, de modo que concordou em não fazer sexo com outros homens. Ele, em troca, lhe daria uma ajuda. Ela morava com Paul em um apartamento no centro da cidade (Montgomery 2001, Capítulo 3).

A partir do exemplo acima, também mencionamos que a adolescente podia morar com o cliente. Nesse relacionamento, havia um acordo cujas regras eram estipuladas pelo cliente, e se exigia seu cumprimento. Assim, por exemplo, o fim do relacionamento entre um cliente e uma adolescente foi motivada por rompimento de acordos previamente estabelecidos da vida íntima a dois: “Paul [cliente] expulsou Nuk [adolescente] de sua casa, porque ela não desistiu de cheirar cola, e então ela voltou para a favela de Baan Nua [de Bangkok, Tailândia]” (Montgomery 2001, Capítulo 3). No entanto, mesmo sabendo não ser a única parceira, uma adolescente (Lek) continuava a chamar seu cliente (Julio) de “meu namorado”.

Nessas situações de prostituição ambígua, um elemento que se sobressai e precisa ser melhor discutido e analisado, se refere ao papel dos laços de reciprocidade construídos em torno de confiança, visitas, ajudas, dinheiro, proteção mútua e relacionamento sexual, os quais são significados (fazem sentido) no bojo das relações familiares. No entanto, para se compreender a relevância do papel da reciprocidade, é preciso antes entender a ambiguidade que cerca os relacionamentos na prostituição.

Na prostituição, os pagamentos contínuos de um mesmo cliente eram vistos como presentes e ajudas sempre que as crianças ou adolescentes precisassem. Desse modo, a prostituição passava a ser vista pelas adolescentes como “namoro”, denominação possível dada a ambiguidade da relação.

Não havia um valor fixo para o pagamento pelos serviços da prostituição. Os homens efetuavam o pagamento como uma forma de “presente” ou “agrado”. Também, dinheiro era enviado à família da adolescente para ajudar na manutenção da casa. Pelos limites imprecisos entre prostituição, amizade, ajudas e estar disposto a participar de obrigações morais sempre que precisassem, a existência de prostituição passava a ser negada. Com isso, as adolescentes usavam a terminologia do amor e do romance para negar a conexão entre o dinheiro que ganhavam e o que elas faziam para ganhar. Nessa situação, os clientes eram chamados de “namorados”, “amigos” ou “parentes”, pois ajudavam a família, como fazem os bons parentes.

Na Tailândia, as mulheres que ficavam com apenas um homem, mesmo que fossem apenas por algumas semanas, não eram consideradas prostitutas, mas eram chamadas “esposas contratadas”:

A prostituição manteve seu caráter de ambiguidade, na medida em que as mulheres muitas vezes ficavam com um homem por algum tempo. Algumas mulheres se casaram com seus clientes, e era muito comum que um homem visse uma mulher como namorada e não como uma prostituta (Montgomery 2001, Capítulo 1).

Na Tailândia era comum que as mulheres permanecessem com clientes por uma semana ou duas, referindo-se a eles como “namorados”. Por isso, a linha entre romance e sexo pago era fina e flexível, configurando-se como uma situação cheia de tensão e com possibilidade de mal-entendidos.

Se para as mulheres que não são prostitutas os presentes que recebem de seus namorados são uma prova do amor dele e do valor dela (nunca considerado um pagamento pela relação amorosa), para as que são prostitutas, os clientes que voltam regularmente e são generosos, também evidenciam um carinho/estima nutrido por elas. Portanto, “era difícil mesmo para as próprias mulheres separarem clientes de namorados, pois a categoria era bastante ambígua” (Montgomery 2001, Capítulo 5).

Nesse contexto de afetos, trocas sexuais e ajudas, a reciprocidade ganhava destaque nos relacionamentos entre a prostituta e o cliente, subsumindo um caráter estritamente mercadológico. Dessa forma, a prostituição podia ser explicada pelas adolescentes em termos de acordos recíprocos, não mais a partir de uma visão moralista impregnada pela vergonha e estigma da troca pura e simples de sexo por dinheiro (Montgomery 2001).

A partir dessas considerações, estamos em melhores condições de entender porque muitas jovens mulheres na prostituição, em múltiplos contextos, não se reconheciam como prostitutas. Também não consideravam que o que faziam com os “clientes” fosse “trabalho”, pois não buscavam especificamente obter dinheiro dessa maneira para o sustento da família:

Para muitas, inclusive, a prostituição não é entendida como uma forma de trabalho, um emprego que possibilite ganhar o próprio sustento. Ao contrário, é alguma coisa que acontece esporadicamente. O dinheiro ganho é utilizado para comprar bebidas e drogas leves na mesma noite ou para comprar algumas coisas que seus pais não têm condições de propiciar a elas, como roupas e sapatos mais caros (Landini 2006:16).

As adolescentes se recusavam a usar a palavra “prostituição” e “prostituta”, preferindo construir uma visão do mundo onde seus clientes são convidados, namorados ou simplesmente amigos com quem se divertem juntos. Para elas, o que elas “faziam” não tem relação com quem elas “eram”, ou seja, não definia sua identidade (Montgomery 2001).

Segundo Landini (2006), a inserção de adolescentes na “prostituição” ocorria na interação com seus grupos de sociabilidade, mediante ofertas casuais, inesperadas ou previamente negociadas, para acessar dinheiro na utilização em lazer e outras formas de consumo. Muitas de suas interlocutoras adolescentes frequentavam a escola e moravam com os pais. Também não utilizavam a palavra “prostituição”.

Ao não aceitarem o rótulo de “prostituição”, ou muito menos de “exploração sexual”, as adolescentes reivindicavam um poder de agência sobre suas vidas. Na visão delas, os rótulos não representavam o que elas faziam. Outra forma de evidenciar sua agência era afirmar que o que faziam estava amparado em sua livre e espontânea escolha. De fato, seria reducionista afirmar que o que elas faziam fosse apenas prostituição, pois elas buscavam cumprir suas obrigações morais para com a família e tentavam conseguir uma vida melhor para si e para seus familiares. Inclusive, podiam escolher ou rejeitar clientes, bem como demonstravam não aceitar passivamente qualquer situação de exploração (Montgomery 2001).

O ingresso na prostituição é definido principalmente pela capacidade de escolha da mulher em meio a adversidades econômicas pelas quais atravessa permanentemente a família pobre. Entrementes, as motivações para a prostituição ou outras formas de trocas sexuais e simbólicas estão atreladas não apenas à pobreza, mas também podem incorporar outros planos

existenciais, envolvendo outras determinações do que apenas as econômicas (Olivar e Garcia 2017).

Enquanto às mulheres das famílias pobres delega-se o permanente e desgastante trabalho doméstico não remunerado, aos homens tem-se enfatizado o trabalho remunerado fora da unidade doméstica, sendo um forte marcador na definição do poder econômico no âmbito familiar. Assim, o acesso ao dinheiro por parte das mulheres sem escolaridade e sem trabalho remunerado, sempre vem por mãos masculinas através de trocas / dádivas simbólicas (de gênero, morais ou afetivas), físicas e materiais. Por isso, os “esquemas de sentido” que são mobilizados por mulheres na produção de si estão eivados das assimétricas relações de gênero vivenciadas socialmente, que para elas são extremamente significativas, não sendo, portanto, influenciadas de maneira peremptória pelas noções de miséria, dominação e impotência para ingressar na prostituição (Olivar e Garcia 2017).

No caso relatado por Sousa (2012), uma mulher ingressa na prostituição não apenas pela independência econômica de pais ou companheiros, mas como forma de efetivar uma reviravolta nas relações desiguais de gênero instituídas na família:

Já Flávia disse que passou a prestar serviços sexuais para **se vingar de ex-marido**, pois descobriu que ele a traía com mulheres na zona, então ela quis conhecer a zona e passou a exercer trabalho sexual após ser convidada por uma colega que trabalhava em boate. Destarte, o ingresso na prática da prostituição pode ser entendido como uma forma de **obter recursos para conquistar a independência financeira permitindo que essas mulheres obtenham condições para transformar o processo de opressão de gênero a que eram submetidas por parte de pais e/ou companheiros** (Sousa 2012:33; grifos nossos).

Essa perspectiva também é apresentada por Olivar e Garcia (2017), que consideraram uma situação na qual uma mulher que atuava como prostituta também era a responsável por receber o dinheiro do programa Bolsa Família, e tinha o sigilo da mãe para que o marido não soubesse sobre a situação de prostituição.

Com efeito, além da pobreza e das injunções da economia, as situações relacionadas à prostituição devem ser lidas na chave do gênero. Contudo, precisa ir além, e englobar categorias como sexo, afetos, trabalho, dinheiro, cuidados e mesmo a localização cultural/geográfica que influem na constituição dos grupos familiares (Olivar e Garcia 2017).

Assim, a prostituição não se limita a mulheres em cenários urbanos, havendo a participação de adolescentes e também é realizada em regiões rurais (Olivar e Garcia 2017).

Em localidades rurais, pode ser difícil encontrar prostitutas para a participação em pesquisas, pois seus planos de sentido sobre a “prostituição” podem não se restringir às

delimitações da perspectiva de prostituição como uma simples troca pragmática de sexo e dinheiro:

Contudo, o que essas pessoas estavam indicando não eram categorias de práticas claramente definidas ou profissionais, mas formas visíveis de arranjos sociais, econômicos, afetivos e sexuais radicalmente marcados por gênero e por moralidades e amplamente compartilhados (Olivar e Garcia 2017:157-158).

Por conseguinte, um tipo de prostituição a ser compreendido é aquele em que não há evidências de cafetinagem coercitiva, sendo efetivado pelo poder da agência feminina em meio às condições estruturais da vida social. Nesse sentido, é preciso considerar que experiências de prostituição não se realizam sempre como processo de vitimização (Olivar e Garcia 2017).

Segundo Piscitelli (2005), o conceito de mercados sexuais permite a compreensão das relações sexuais cujos limites são imprecisos, havendo uma interpenetração de vida conjugal, sensualidade e economia. O termo “prostituição” não dá conta de abarcar os relacionamentos próprios dos mercados de sexo.

Essa noção de mercados do sexo foi formulada tendo como referência uma ideia ampla de mercado, no sentido a ele atribuído por Bourdieu. (...) Ela remete ao vasto terreno dos intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social. Essa ideia alargada de mercado contribui para considerar que os mercados do sexo envolvem não apenas intercâmbios caracterizados como “comércio”, mas também outras trocas que não são assim concebidas e podem, até, ser pensadas como dádivas (Piscitelli 2016:4).

A ideia ampliada de mercados do sexo situa as trocas que têm lugar no universo muito mais amplo de intercâmbios sexuais e econômicos, materiais e simbólicos (Olivar e Garcia 2017). Para avançarmos no entendimento desses intercâmbios, é preciso considerar que a demanda de sexo/sensualidade fazem parte da sociabilidade de diversos setores sociais em diferentes partes do Brasil, estando vinculada a intercâmbios sociais e econômicos. Não são considerados prostituição pelas pessoas neles envolvidas (Piscitelli 2016:4).

No entanto, para Olivar e Garcia (2017), as relações de troca envolvendo sexo, dinheiro e/ou bens materiais e afetos não podem ser concebidas genericamente como prostituição, nem tampouco como mercado de sexo. Há outra categoria possível, como o sexo transacional. Nesta, não há o pagamento por um “programa”, senão uma “ajuda” com certa regularidade feita por uma homem a uma mulher que estabelece com ele um relacionamento baseado pelo afeto, cuidado e carinho (Olivar e Garcia 2017).

Nessa leitura, o sexo transacional apresenta algumas semelhanças com a prostituição, uma vez que as duas modalidades de intercâmbio envolvem relacionamentos sexuais não maritais, às vezes com múltiplos parceiros, ancorados na oferta de presentes ou dinheiro. Contudo, o sexo transacional apresenta significativas diferenças em relação à prostituição. Nele, os participantes são considerados namorados/as e não prostitutas e clientes e o intercâmbio de presentes por sexo é parte de um conjunto mais amplo

de obrigações. Nesse universo, o sexo transacional assume diferentes formas vinculadas às posições estruturais, mais ou menos vulneráveis, das mulheres. Algumas dessas trocas estão voltadas para a subsistência, quando os presentes envolvem alimentos ou um local onde morar, outras para o consumo, quando elas se materializam em celulares ou roupas da moda. Umhas e outras modalidades, porém, estão permeadas por afetos, em estilos de sentimentos que podem remeter ao “amor do provedor”, vinculado tradicionalmente ao casamento, ao “amor romântico”, no sentido de um individualismo afetivo, ou a combinações entre ambos (Piscitelli 2011:551).

No sexo transacional, a relação envolve afetos, tempos, redes, espaços e economias marcadamente diferentes daquelas do trabalho sexual, materializada através de “uma ‘ajuda’ útil, relativamente calculada e misturada a algum bem-estar afetivo, mais que atos sexuais pontuais” (Olivar e Garcia 2017:149). Em função desse aspecto, há mulheres que não se apresentam como prostitutas, não porque necessitem se tornar aceitáveis socialmente, mas porque seu relacionamento de fato é de outra ordem.

Portanto, a “prostituição” passa a ter um lugar nas configurações morais, sociais, sexuais, econômicas e de gênero de um determinado espaço/tempo (Olivar 2017).

O sexo transacional é diferente do sexo tático. Neste há a utilização do sexo para aliviar as penúrias econômicas, sem eliminar o prazer, o companheirismo e a amizade. No entanto, remete a uma atividade flexível, contingente e temporária. Por isso, Amalia Cabezas questiona a identificação do sexo tático com a noção de trabalho sexual ou prostituição (Piscitelli 2011).

No sexo transacional, os elementos que mais se destacam são as “ajudas” e uma multiplicidade de valores e sentimentos fluídos que se transformam dinamicamente no transcorrer das relações.

No Brasil, há diferentes modalidades de *ajuda*, que tendem a envolver homens e mulheres em posições econômicas desiguais. Uma dessas modalidades refere-se ao amante estável das mulheres de camadas baixas. São homens casados, detentores de maiores recursos econômicos que as amantes, que “ajudam” a sustentar a casa, aliviando a pobreza. “Em troca da *ajuda*, as mulheres oferecem sexo, companhia e, às vezes, cuidados domésticos, providenciando roupa limpa e comidas, atenção e remédios em situações de doença” (Piscitelli 2011:554).

A *ajuda* não se restringe ao intercâmbio de sexo por benefícios econômicos e certo amparo para a mulher, seus filhos e outros integrantes de sua família, mas também envolve um aspecto determinante que se refere à criação de obrigações morais (Piscitelli 2011).

Quando a relação é duradoura, laços afetivos são produzidos. O afeto vinculado a ajuda frequentemente se expressa particularmente em respeito e consideração, ao lado de algo

chamado por algumas de “amor romântico”. No entanto, essas categorias não são excludentes, nem estáticas. Nesse sentido,

Um relacionamento iniciado como *programa* pode, com o tempo, se tornar uma relação de *ajuda*. E uma relação de *ajuda*, iniciada dentro ou fora do âmbito da prostituição, pode tornar-se duradoura e até redundar em casamento, embora, nesse universo, seja pouco usual quando os parceiros são brasileiros de uma classe social superior (Piscitelli 2011:557).

No sexo transacional, o amor romântico se apresenta como uma possibilidade remota, pois em contextos de pobreza, as práticas emocionais e materiais sempre estão entrelaçadas. Como o amor envolve reciprocidade, desigualdades e até mesmo violência, raramente pode ser separado de um mundo de dependências (Piscitelli 2011).

Essas relações entre homem e mulher não são mediadas por referências a “cobrar” pelas relações sexuais, mas o “aceitar” dinheiro no relacionamento que imprime uma conotação moral e afetiva de cuidados e reciprocidade (Olivar e Garcia 2017).

No meio rural, a categoria sexo transacional se ajusta bem aos valores relacionados à moral, que tem um grande significado, pois, mesmo em situação de mudança cultural, certos valores morais continuam sendo valorizados, mas com outra ênfase, como a confiança, a reciprocidade e cuidado (manutenção material e simbólica). De forma especial, além da ajuda, é fundamental a certeza que se terá apoio quando se precisar, fortalecendo os laços.

“Ajudar” não tem o mesmo sentido de “pagar”, pois a ajuda descreve um tipo moral de relação pelo qual a mulher opta em transitar. Assim, para algumas mulheres que tem encontros sexuais que são firmados pela generosidade e disponibilidade masculina, “ajudar” significa ser bancada e gostada (Olivar e Garcia 2017).

Em suma, não podemos generalizar a relação entre necessidade/pobreza e prostituição. Também, nem todos os relacionamentos nos quais há troca de sexo por dinheiro é prostituição, muito menos exploração sexual. Por isso, é necessário enfatizar que prostituição não é exploração sexual. Pode existir a exploração da prostituição quando há extração abusiva por terceiros da mais-valia do trabalho da prostituta. Fora dessas condições, a expressão “exploração sexual” relacionado ao trabalho da prostituta terá sempre uma conotação moral (Blanchette e Silva 2011).

Outros objetivos podem ser considerados como de maior relevância para as jovens mulheres, como a “curtição”, ou o consumo de calçados e roupas que afirma um *status* social, ou até mesmo pela importante sensação de potência ao levar dinheiro para casa.

Se por um lado há formas de prostituição que são marcadas pela troca de sexo por “ajudas” diversas, por outro, o erotismo ou o prazer através de relacionamento “amoroso”

também podem ocorrer: “Ele me tratava muito bem, era um cara muito legal... sempre me ligava e a gente saía... eu gostava muito dele, e sempre que eu precisava de alguma coisa eu ligava para ele... ele dizia ‘quem gosta, apoia’” (Olivar 2014:92).

Assim, no plano social, a partir dessas novas configurações de sociabilidade no contexto da intimidade, novos arranjos familiares podem ser marcados pelas distâncias geográficas entre “marido e mulher”, com a possível manutenção e envio de ajudas para honrar os compromissos com o nascimento de crianças (Olivar 2014).

Convivendo com a prostituição, ou sexo transacional, ou sexo tático, ou receber ajudas (os limites são imprecisos e o trânsito é possível e dinâmico), as mulheres (adolescentes, jovens e adultas) tem sua identidade social borrada por uma moral pretensamente vigente em um plano explícito, pois reduzem sua identidade (quem são – o ideal seria a definição da identidade social a partir de um ponto de vista próprio) às trocas sexuais e dinheiro, não permitindo haver quaisquer outros planos de significação de suas vidas.

A suposição mais comum feita sobre prostitutas é que sua identidade depende da prostituição, como se não houvesse “vida” fora da prostituição (Montgomery 2001).

Nessa visão reducionista da “identidade da prostituta” (o melhor seria referir-se às “identidades” das “prostitutas”), desconsidera-se aspectos relevantes da moral vivida por elas, suas famílias e suas redes de sociabilidades. Elas lidam com a moral a todo instante, em casa, na rua, na comunidade, nas zonas morais, nas intimidades, conformando-se à moral pretensamente vigente, mas, sobretudo, vivenciando mais a moral recebida nos processos de socialização pelos quais passaram ao longo de suas trajetórias de vida, que destoam em alguns aspectos da “outra moral”. Senão vejamos: sua moral envolvem diálogos profícuos com o trabalho, sexo e sexualidade, dinheiro e status, obrigações próprias dos circuitos da reciprocidade nas famílias, e agência nos estritos limites da opressão social, política e econômica.

Nas famílias pobres, o trabalho de homens, mulheres, crianças e adolescentes é uma realidade que constitui os processos de aprendizado e socialização. Através de diversas formas de trabalho disponíveis, buscam produzir sua existência material, simbólica e moral, dando sentido à vida em família. Assim, o trabalho não produz simplesmente a sobrevivência, mas provê os sentidos pelos quais se trabalha, se esforça, se doa: a importância capital das relações entre os familiares e parentes, os quais tem obrigações morais. Pela família, se enfrentam desafios da vida social através do trabalho. Esse é um importante valor que precisa ser considerado quando se procura entender as escolhas feitas por mulheres que precisaram assumir a função de provedora da unidade doméstica.

Assim como o trabalho, o sexo também é apresentado precocemente a crianças e adolescentes. Pela falta de intimidade proporcionada pela arquitetura das habitações populares, bem como pelo costume de dormirem próximos, em um mesmo ambiente que geralmente não prevê quartos individuais, crianças e adolescentes veem seus irmãos/irmãs com amigos/amigas, pais/mães fazendo sexo, como também ouviram crianças mais velhas discutir sobre sexo. O sexo não é um grande mistério para eles (Montgomery 2001).

Com a popularização de aparelhos de televisão nas unidades domésticas, bem como da internet através de smartphones, permitindo o acesso a uma diversidade de vídeos, áudios, textos e imagens que evidenciam conteúdos sensuais, consideramos que crianças e adolescentes constroem precocemente um conhecimento cada vez mais específico sobre sexo, amor, namoro, etc.

Para Nascimento e Garcia (2015), as mulheres que negociam sexo tem sua iniciação sexual geralmente antes dos 15 anos. A vida sexual ativa de adolescentes pode ser delineada pelas estatísticas de gravidez no Brasil, sendo que de cada cinco crianças nascidas (20%), uma é filha de mãe adolescente na faixa etária dos 15 aos 19 anos (ONU Brasil 2017).

Nas famílias pobres, o sexo é aprendido em contextos de socialização cotidiana, não sendo algo separado de sua moral, ou seja, o sexo, o prazer, a gravidez, especialmente a partir da adolescência, não estão fora dos códigos que pautam os relacionamentos afetivos entre eles.

Em qualquer classe social, muitas pessoas buscam acessar aos fluxos de dinheiro por meio do sexo, através de mecanismos denominados de amor, casamento, gravidez, inclusive de prostituição (Olivar 2014). É apenas no Ocidente que se discursa que dinheiro e sexo estão tão distintamente separados. Com efeito, o sexo é trocado por dinheiro e presentes nos relacionamentos estabelecidos ao longo do tempo, cultura e classe social, o que pode configurar a ambiguidade das situações denominadas de prostituição (Montgomery 2001).

Nossa capacidade de descrever e explicar a relação entre dinheiro, poder e sexo é bloqueada pela crença generalizada de que o dinheiro corrompe a intimidade. No entanto, a atividade econômica e a intimidade interagem a todo o tempo, e apenas funcionam bem quando as pessoas fazem boas combinações das duas, no sentido de que o trabalho econômico torna possível a relação e a sustenta:

As pessoas trabalham duro para negociar a combinação certa entre economia e intimidade sexual, procurando arranjos econômicos que confirmem seu entendimento sobre o que define a relação e o que a sustenta. Esta pessoa é um explorador ou um amante real? Esta relação sexual implica em respeito ou em exploração? Quando é aceitável que um homem dê presentes, ao invés de dinheiro, para uma trabalhadora do sexo? E o que significa se uma trabalhadora do sexo não aceitar o pagamento do consumidor? (Zelizer 2009:154).

O processo de combinação de sexo, dinheiro e poder sempre envolve algum exercício de poder pelas pessoas diretamente implicadas nas relações, o que pode apresentar sérios problemas durante nossa vida, mas que todos nós precisaremos resolver (Zelizer 2009).

Embora a prostituição seja um trabalho instável com grandes flutuações nos ganhos, pode pagar mais do que muitos outros empregos disponíveis para mulheres pobres e sem escolarização. Assim, as mulheres que têm dinheiro, tem poder dentro da família e da própria comunidade, o que coloca em desvantagem os homens que dependem delas (Montgomery 2001).

O dinheiro não é simplesmente visto como forma de atender necessidades materiais, mas também como forma de ganhar poder e status. Quem tem dinheiro, pode comprar o que deseja. Também é um meio de atrair os outros para fazer o que se deseja. Por isso, o dinheiro deve ser gasto de forma a ser percebido pelos outros, a fim de que apreciem seu sucesso financeiro (Montgomery 2001).

Por conseguinte, o dinheiro pode conferir autoridade moral a alguém que o possua. Ter dinheiro é uma maneira de provar ao mundo social que se tem mérito, ou seja, que se tem capacidade de obter dinheiro mediante um mérito pessoal, afinal de contas, ninguém ganha dinheiro sem fazer por merecer. Com efeito, o dinheiro é uma afirmação simbólica de mérito de quem o possui.

Desse modo, percebemos o trabalho, o sexo e o dinheiro com as perspectivas morais assumidas pelas famílias pobres. As prostitutas de famílias pobres são educadas nesses contextos, com a assunção da moral inerente. Além dessas situações, a mulher que opta por entrar na prostituição, pode fazê-la com a intenção de afirmar suas obrigações morais para com sua família.

Nos filhos de famílias pobres são inculcados os valores de seus pais, que enfatizam a reciprocidade e a ajuda aos familiares como base da vida familiar e comunitária. No caso de esposas e filhas, seu universo simbólico impõe que elas têm o dever de se dedicar a sua família, seja no ambiente doméstico, seja no trabalho precário em uma fábrica, ou se tornando amante de um homem mais rico ou mais velho, ou trabalhando como prostituta (Montgomery 2001).

No Brasil, o ideal de muitas prostitutas é ter um “velho” que a ajude, isto é, um cliente que se torne freguês, fornecendo, além de pagamento regular, um amplo leque de presentes, que variam de uma cesta básica, viagens e eventualmente casa. O velho nutre a ilusão de ser único ou pelo menos que é privilegiado no que diz respeito aos afetos da mulher. Na visão das prostitutas, o velho é uma figura que não somente deve ser enganado, como também “explorado” (Fonseca 1996).

Com efeito, a prostituição pode ser vista como o dever assumido pela mulher, como membro de sua família, de poder ajudar a mantê-la. No entanto, salientamos que cada um dos membros da família tem suas próprias obrigações, sendo homens e mulheres, pais e filhos.

Tanto os pais como os filhos tem obrigações mútuas, mas para nenhum dos lados essas obrigações são explícitas. Isto é particularmente verdadeiro no caso da “prostituição” em que há a participação de adolescentes, onde a negação do envolvimento é grande. Enquanto a mãe afirma que não manda a filha se prostituir, a filha afirma que vai por iniciativa própria para ajudar a família. Mas se a filha ajuda a família através do dinheiro obtido na prostituição, a mãe não questiona (Montgomery 2001).

Para além da possibilidade de existência de “exploração”, existe uma certa satisfação das adolescentes em poder cumprir as obrigações filiais. Por exemplo, depois que uma adolescente prostituta conseguiu construir uma casa nova para sua mãe, afirmou com orgulho: “Eu construí tudo sozinha” (Montgomery 2001).

Assim, a motivação é considerada mais importante do que a ação. Enquanto a prostituição for inserida para um propósito moral, que corresponde a ajudar a família, a “imoralidade” do ato perde seu significado no âmbito familiar (Montgomery 2001).

Além desse sentimento de desprendimento e doação / sacrifício de mulheres por suas famílias, a família em si é um valor moral de estimável significação para a mulher prostituta. Ademais, seus processos de sociabilidade e estruturação são semelhantes ao padrão das famílias brasileiras, especialmente ao padrão das famílias pobres, posto que a maioria delas faz parte dessa classe social.

Durante a prostituição ou após ela, as mulheres buscam a constituição de famílias através do casamento. As prostitutas tem famílias, tem seus filhos e também podem ter marido.

Montgomery (2001) destacou que algumas prostitutas que moravam em favelas, sendo oriundas do meio rural, deixavam a prostituição e constituíam suas próprias famílias, tinham seus filhos, pois elas não estavam condenadas a uma vida em que a prostituição de alguma forma fosse sua única opção.

Para as interlocutoras de Nascimento e Garcia (2015), prostitutas do meio rural que atuavam nessa região, a prostituição era vista como uma situação de passagem, encarada como um meio para construir projetos futuros, ao menos idealmente, fora da prostituição. Elas não pretendiam ser prostitutas por toda a vida, desejando “formar uma família, ter um marido e, possivelmente, retornar ao modelo inicial do qual tanto lutaram para sair” (:394).

Além da perspectiva de constituir família após o período na prostituição, mesmo durante a prostituição, é possível a constituição de família pela prostituta, tendo marido e filhos

(Fonseca 1996). Com efeito, a prostituta pode ter marido e tem família e vida além da prostituição. Porém, quanto ao mundo social, procuram não evidenciar o trabalho na prostituição, pois no geral as pessoas da sociedade tendem a agir de forma preconceituosa:

Não se fala normalmente de maridos na literatura sobre prostitutas. Prostituta, diz o senso comum, não tem marido, tem gigolô. Parece quase sacrilégio aproximar uma noção a outra. Mas depois de um ano na quadra, tenho minhas dúvidas. O que dizer por exemplo de um casal como Nino e Mariza que vivem junto há mais de dez anos. A festa de aniversário na casa deles revelou um casal bem integrado nas redes familiares. A casa estava cheia de parentes – irmãos e sobrinhos – que se revezavam entre o jogo de dorminhoco na mesa de jantar, um filme de Van Damme no vídeo e futebol na frente de casa. Uma das sobrinhas tinha vindo com seu namorado. O burburinho da festa era indistinguível do de qualquer outra casa, até que uma das convidadas amiga da Associação de Prostitutas falou em distribuição de camisinhas. O silêncio súbito do grupo indicava que aquele assunto estava aí fora de lugar. Explicaram depois que todo mundo da família sabia das atividades profissionais do casal, mas não vazavam a notícia sem preparo a, por exemplo, o namorado da sobrinha (Fonseca 1996:22).

As interlocutoras de Fonseca (1996) viviam com um parceiro que as ajudavam a cuidar de uma maneira ou outra do “negócio” familiar. A maioria das prostitutas tinha um companheiro fixo, que elas denominam “marido”, com quem coabitavam em um arranjo doméstico monogâmico. A história deles era marcada por emprego irregular, com longos períodos sem trabalho, mas fazendo bico durante alguns meses como pedreiro, vigilante, camelô ou pintor. “Na vivência do dia-a-dia, coloca-se em ação uma estrutura performativa em que os valores são reatualizados, onde o companheiro continua sendo um marido, apesar de não se conformar a definição ortodoxa” (Fonseca 1996:26).

Ostentavam grande estabilidade nas suas vidas conjugais, com duração de 12 a 17 anos, pois existiam laços de afeto e respeito mútuos, mas eram pouco submissas aos seus companheiros. Enquanto a relação de marido/mulher era marcada pelo não-pagamento e por uma estabilidade de maior prazo, a relação com o cliente durava enquanto fosse paga, mas era cultivada a fim de estabelecer um laço de afetividade a ponto de ele se tornar freguês (Fonseca 1996).

Em alguns casos, elas afirmavam que seus maridos não sabiam das suas atividades. Contudo, havia casos em que a renda feminina advinda da prostituição era implicitamente aceita, sendo o principal sustento da casa (Fonseca 1996). No mais, a rotina da família era semelhante a tantas outras famílias brasileiras:

A queixa das mulheres contra seus maridos não difere muito da de mulheres descritas na literatura sobre classes populares em geral: “Ele bebe. Ele não bota nada dentro de casa. Ando suspeitando que ele tem outra. (...) Estou com ele só por causa das crianças”. (...) Os maridos são companheiros com os quais assistem a televisão em

casa, fazem churrasco no domingo, organizam festas familiares, planejam o futuro (“Estamos pensando em montar uma venda”) e criam seus filhos (Fonseca 1996:23).

Suas vidas familiares pareciam com a de muitas outras donas-de-casa dos grupos populares. Eram mães, e em boa parte, avós. Enquanto algumas tinham deixado para criar um filho com a avó, geralmente materna, outras estavam vivendo com parte ou toda sua prole, e várias pegaram filhos adotivos para criar (Fonseca 1996).

Montgomery (2001) observou que em boa parte das famílias de suas interlocutoras, a prostituição tinha um caráter transgeracional, alcançando até três gerações de jovens mulheres. Para comprovar sua observação, ela afirmou que os modelos que elas tinham na família eram quase todos relacionados à prostituição.

Em suma, de múltiplas formas, a prostituição pode ser situada pelas prostitutas em contextos de afirmação de seu engajamento em um plano da moral. Mesmo em contextos de repressão da prostituição, as atitudes das pessoas envolvidas tende a afirmar seu caráter moral, com uma ênfase em certos valores, tais como a confiança, a fidelidade e a afirmação de poder de agência sobre os rumos de sua vida e de sua família.

Assim, a prostituição de crianças e adolescentes passou a ser reprimida em muitos países, como a Tailândia e o Brasil, a partir da década de 1990. A repressão policial teve o apoio maciço da mídia, especialmente jornais impressos. Com a repressão e a intensificação das penalidades no plano jurídico para crimes dessa natureza, as pessoas envolvidas com exploração sexual e com a prostituição na qual havia a participação de adolescentes, passaram a ser discretos e não estavam dispostos a conversar sobre o assunto, pois eles estavam conscientes de que a prostituição era vista negativamente pelas pessoas que estavam fora dessa situação (Montgomery 2001). A prostituição com a participação de adolescentes passou a não ser realizada em espaços que pairassem o olhar de “denunciantes”, e as pessoas envolvidas (especificamente adolescentes e seus pais) ficaram muito desconfiados dos “estranhos” e com medo da repressão.

De acordo com Montgomery (2001), no contexto de denúncias de “exploração sexual” ou “prostituição com a participação de adolescentes”, são criadas duas imagens da adolescente prostituta: “vítimas” ou “agentes”.

A imagem de “vítima” da adolescente prostituta consiste naquela que a sociedade foi preparada para receber a partir de um olhar moral que privilegia o desamparo, a tragédia, a violência, a coerção. Estas não receberiam dinheiro (pois o dinheiro corrompe a inocência), mas apenas alimentos, com nítida ênfase na calamidade motivada principalmente pela fome e pelo abandono. Mesmo nesse caso, a preocupação focaliza o ínfimo valor pago, não a pessoa em si

(criança ou adolescente). Essas “vítimas” seriam enganadas, impotentes e controladas por adultos. Algumas esperariam ser resgatadas de uma maneira triunfal, evidenciando a vitória do bem sobre o mal. A ênfase contínua recai sobre o sofrimento e degradação das prostitutas infanto-juvenis. Estas devem permanecer vitimadas e lamentáveis:

A imagem de uma criança violada como símbolo de sofrimento social é extremamente poderosa, mas essa imagem deve ser inequívoca, e a criança deve ser totalmente inocente, em todos os sentidos da palavra, para que este símbolo mantenha seu poder (Montgomery 2001, Capítulo 6).

A imagem de “agente” da adolescente prostituta consiste naquela diametralmente oposta à figura de vítima. As que tem agência não são coagidas a entrar na prostituição, não são impotentes, não recebem alimentos como pagamento, não são escravizadas, não estão em cárcere. Antes, são consideradas como degeneradas que vendem sexo e cujos pais devem ser punidos severamente se não impedirem a prostituição. Ademais, um processo indireto de vitimização pode ser imputado, de maneira que sobre elas se alegue: são pobres; seus pais incentivam a prostituição; chega-se ao cúmulo de afirmar que seriam os pais que as levariam para os clientes. Visam tirar delas qualquer margem de agência, repetindo o texto da lei: “são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” o que implicaria dizer que seriam integral e permanentemente dependentes dos adultos para falar, pensar, viver, amar, sonhar, se divertir, etc., o que contrariaria o mesmo texto da lei que afirma sua condição de “sujeito” de direitos (Lei nº 8069/1990).

Como não poderiam se enquadrar na condição de “vítimas”, a elas só restaria serem rejeitadas:

As crianças de Baan Nua [favela de Bangkok, Tailândia] não têm essa tragédia sobre eles porque, para sobreviverem, abandonaram suas pretensões de serem crianças. Elas não têm nenhum dos atributos e, portanto, recurso das vítimas. Elas são colocadas em uma posição ambígua: são crianças que sabem o que é agir como adultos, apesar da idade, mas, ao fazê-lo, sacrificaram a simpatia que a infância confere a elas (Montgomery 2001, Capítulo 6).

As prostitutas adolescentes que reivindicam agência são ignoradas, não recebem ajuda de sua própria sociedade e não há para elas o atendimento de uma rede de proteção fornecida pelo estado. A mensagem implícita é que os pobres devem desistir de suas aspirações de melhorar de vida e aceitar seu lugar de expropriados e subalternizados na sociedade (Montgomery 2001).

A invés de proteção das adolescentes e suas famílias, investindo em condições e qualidade de vida, o estado, a sociedade, emissoras de TV, os ativistas, os grupos religiosos preferiram optar pela denúncia, perseguição policial, prisão ou ameaça de encarceramento.

Por isso, as pessoas envolvidas com prostituição (adolescentes, pais, clientes) tinham consciência de seu estigma e de suas pesadas consequências legais. Elas reconheciam que seriam frequentemente desprezadas e raramente teriam piedade (Montgomery 2001).

Esse cenário de perseguição tem contribuído para dificultar a realização de pesquisas acadêmicas sobre prostituição:

As crianças/adolescentes tornaram-se cada vez mais cautelosas em falar sobre a prostituição no final do meu tempo [trabalho de campo] com elas. Durante o meu último mês na Tailândia, eles pararam de falar sobre isso, chamando isso de uma coisa feia (nokliat) que elas não queriam discutir (Montgomery 2001, Capítulo 5).

As pessoas estavam conscientes da vergonha que sofreriam se suas imagens e vidas privadas fossem expostas publicamente. O medo era constante:

Um dia eu fui à favela com um amigo estrangeiro, como fiz em outras ocasiões, e fui saudada por Malee me perguntando: “Você já nos traiu?” Ela acreditava que qualquer estranho estaria lá para puni-los. Neste momento, o medo da exposição era certamente mais forte do que quando cheguei. O medo foi, menos de ser processado [civil ou penalmente], mas de ser alvo da censura pública. Sempre que as prostitutas são “resgatadas” dos bordéis, imagens delas, geralmente tentando desesperadamente esconder seus rostos, estão nas primeiras páginas de todos os jornais. Mesmo dentro das favelas mais pobres, e talvez especialmente lá, a importância de não perder a dignidade e “preserva a imagem” era primordial, e cogitar na possibilidade de exposição pública era difícil de suportar (Montgomery 2001, Capítulo 5).

Certamente, as pessoas envolvidas não gostavam da prostituição, pois era um trabalho que trazia um imenso estigma social e apresentava sérios riscos. “Às vezes, me censuravam quando eu perguntava sobre isso; diziam: ‘por que você quer falar sobre coisas tão feias?’” (Montgomery 2001, Capítulo 4). No entanto, a prostituição era vista como um meio para atingir um fim: melhorar de vida, ou seja, tornar a vida aceitável materialmente e no plano simbólico da socialização familiar.

Mesmo com a repressão da prostituição, as adolescentes reivindicavam o direito de agência nas situações sociais nas quais se encontravam, não permitindo que fossem vistas apenas como manipuladas por terceiros, quais sejam, clientes e pais. Assim, elas afirmavam escolher a prostituição, mesmo em meio a situações problemáticas das famílias pobres. Portanto, reivindicavam agência. Elas também afirmavam que estavam na prostituição para ajudar suas famílias, pois estas são merecedoras e precisavam de apoio naquele momento. Não afirmavam ser obrigadas por seus pais a “se prostituir”. Mais uma vez, reivindicavam agência.

Com efeito, as adolescentes podem reivindicar um controle sobre suas vidas, podem fazer escolhas informadas/conscientes, mesmo que isso possa parecer ilusório para os outros (Montgomery 2001).

No entanto, algumas também afirmavam estar na prostituição porque eram pobres, não conseguiram empregos ou outros trabalhos remunerados e que precisavam de ajuda financeira.

Segundo Montgomery (2001), é mais fácil dizer que elas tentaram outros empregos e os descartaram, ou não conseguiram, do que admitir que não podem trabalhar na condição de empregados com direitos e vantagens trabalhistas.

Nesse caso, suas justificativas podem ser utilizadas com a intenção de atingir os valores morais de clientes e agentes da repressão relacionados a ajuda financeira (receber mais, valorizando seus serviços) e a proteção (a não criminalização de sua prática).

Assim, uma história construída dramaticamente na situação de prostituição (ser pobre, não ter emprego, etc.), que transmite uma mensagem moral de necessidade econômica e de proteção, pode tornar-se um elemento fundamental na interação com o cliente e agentes da repressão, para explicar as motivações para a entrada no ramo, especialmente para indivíduos mais conservadores (Blanchette e Silva 2011).

Enfim, suas racionalizações e suas motivações sobre a entrada na prostituição tornaram a vida possível para elas em um plano moral/simbólico próprio e as ajudavam a lidar com os aspectos peculiares de seu trabalho (Montgomery 2001). Reivindicar agência, afirmar que se escolheu a prostituição em face das adversidades, enaltece a moral daquelas que lutam por uma vida melhor. Esse fato precisa ser considerado quando se busca compreender mais amplamente a prostituição, livre das interferências de pontos de vista morais externos / etnocêntricos.

Contudo, minhas interlocutoras marajoaras afirmaram sua agência não pela prostituição, mas como decorrência do comércio informal nas balsas, incluindo o óleo diesel e tantos outros bens materiais e simbólicos. Afirmaram a relevância do trabalho que desenvolviam, bem como a importância das relações recíprocas na família e com os tripulantes de balsas. Também enfatizaram os relacionamentos afetivos como decorrência de sua escolha, de suas expectativas de casamento e de seus projetos de melhorar de vida, considerando seu zelo com os valores morais da família, tais como confiança, fidelidade e respeito. É o que se discute a seguir.

5.2 BREVE HISTÓRIA DAS FILHAS E NETAS DA SENHORA VERÔNICA: RELACIONAMENTOS COM TRIPULANTES DE BALSAS EM UM RIO DE MARAJÓ

As mulheres que trabalham no comércio informal nas balsas, que tem relacionamentos amorosos com tripulantes ou se prostituem são chamadas por outras pessoas de “balseiras”²⁶

²⁶ Balseira é uma designação pejorativa forjada por uma mídia para se referir às mulheres que se prostituem em balsas que atravessam periodicamente os rios de Marajó. Em nenhum momento de interação com minhas

ou “prostitutas”. O termo “balseira” não é utilizado na comunicação cotidiana dessas mulheres; é sempre um rótulo atribuído por outros(as). No entanto, nenhuma das mulheres ribeirinhas se identifica ou aceita que lhe chamem utilizando esses rótulos, pois estes funcionam como ofensa. Desse modo, “balseira” é um estereótipo que deprecia e ofende as mulheres ribeirinhas (Moraes 2011).

A senhora Verônica é uma ribeirinha que reside às margens de um rio, que estabelece as fronteiras naturais entre os municípios de Breves e Melgaço. Ela teve sete filhas e alguns filhos. No início dos anos 1990, suas filhas começaram a procurar as balsas que passavam pelo rio em frente a sua casa em suas canoas movidas a remo para vender açaí. Esse açaí era amassado no alguidar por Verônica e Esmeralda, sua nora de 17 anos. Nessa atividade, Verônica recomendava: “Olha, Esmeralda, amassa o açaí bem grosso para as meninas venderem nas balsas, trocar com comida”.

Ágata era a filha mais velha de Verônica. Era adolescente na época. Foi uma das primeiras filhas a ir até as balsas para vender açaí. Passado algum tempo de interações, ela começou a chegar em sua casa com dinheiro e roupas. Sua mãe a questionava acerca dos presentes, mas Ágata afirmava que era uma doação de mulheres que trabalhavam nas balsas. No entanto, ela confidenciou a sua cunhada e grande amiga Esmeralda, o que estava acontecendo:

Ágata: “Cunhada, eu conheci um cara lá na balsa”.
 Esmeralda: “Na balsa? Tu estás doida, Ágata?”
 Ágata: “Foi. Ele falou que vai me dar de tudo”.
 Esmeralda: “Mas tu és adolescente!”
 Ágata: “Não, mas se eu ficar com ele, ele vai me dar de tudo”.
 Esmeralda: “Eu vou falar para tua mãe”.
 Ágata: “Não, cunhada. Se não a mamãe não vai deixar eu ir lá na balsa”.
 Esmeralda: “Tá”.

Após essa confidência, Esmeralda relatou o caso para a sogra (Verônica), que proibiu suas filhas de irem fazer venda nas balsas. No entanto, a medida não surtiu o efeito desejado, pois “elas já estavam com costume. Quando a mãe delas saía para o mato, elas iam embora na balsa” (Esmeralda). Mediante esse ponto de vista, sem o consentimento da mãe, por iniciativa / agência da adolescente, podemos afirmar que nesse caso não houve indução / aliciamento para a prostituição ou outra forma de relacionamento amoroso.

interlocutoras Esmeralda e Jade há referência a esse termo. A palavra que Jade utiliza é “ficar” utilizada na perspectiva de namoro passageiro quando fala sobre si mesma e um “marítimo”, ou o termo “prostituta” utilizado por elas para se referir às mulheres que fazem sexo mediante obtenção de compensação financeira ou através de óleo diesel, sem que se deixe de se referir a importância da relação de “fidelidade” prostituta-cliente, com o acréscimo do relato sobre “foi embora porque casou (com tripulante de balsa ou não)” ou “voltou porque não se acostumou com a vida de casada”.

Ágata teve dois filhos de tripulantes de balsa, um menino e uma menina. Enquanto as crianças eram pequenas / bebês, os homens ajudavam. Mas quando as crianças ficaram maiores, os pais não ajudaram com mais nada. Ágata esperava que seu amante/namorado assumisse a paternidade das crianças. No entanto, estas foram registradas apenas no nome da mãe. De acordo com Esmeralda, os homens só não registravam as crianças porque não poderiam deixar seu trabalho / empresa para ir ao cartório fazer o registro. Como eles não assumiram a paternidade, Ágata se casou com outro homem e foi morar em Macapá-AP.

A partir dessa história, afirmamos que o destino da adolescente e jovem mulher não está determinado por seu relacionamento afetivo em balsas, mas, mediante a ação da jovem, permite nova construção dentro dos padrões convencionais de uma moralidade com o “casamento” (ou união estável) como ideal, que geralmente se refere à coabitação. Seu filho mais velho hoje é policial na capital do Amapá. Foi criado pela avó, Verônica, até a idade de 14 anos em uma comunidade ribeirinha.

Quando as irmãs de Ágata iam crescendo, chegando à adolescência, também seguiram os passos da irmã mais velha, e passaram a fazer vendas nas balsas e a se relacionar com os tripulantes. Em nenhum momento é afirmado que crianças iam fazer vendas em balsas, mas apenas quando “iam crescendo”.

Pérola, a segunda filha de Verônica, também teve relacionamentos com marítimos, através dos quais também teve dois filhos. Ela também esperava que o tripulante de balsa assumisse a paternidade das crianças. Como este não assumiu, ela desistiu de esperar, conseguiu um “casamento” e atualmente mora no município de São Sebastião da Boa Vista-PA, localizado no próprio arquipélago de Marajó.

Safira foi a terceira adolescente a tentar a vida nas balsas. Nessas idas e vindas, teve um filho só. No entanto, como conheceu um professor que foi exercer o magistério em uma escola próxima à vila onde morava, se “engraçou” dele, casaram-se e hoje moram no município de Ferreira Gomes-AP. Dessa vez, o sonho de sair de sua localidade casada aconteceu, não com um tripulante de balsa (como talvez pretendesse), mas com um professor.

Magnólia foi a quarta adolescente a aventurar-se nos relacionamentos amorosos nos rios. Ela se “embelezou” de um homem maduro que trabalhava no comando do empurrador de uma balsa. Ele lhe propôs “casamento” e uma casa em Belém-PA. Ela aceitou e ele a levou para a capital do estado. Esse homem foi muito generoso para Magnólia, lhe “dando de um tudo”. Hoje ela é adulta. No entanto, ela não se acostumou com esse tipo de vida doméstica, porque “já estava acostumada na vida”, e estava resolvida a voltar para os rios do Marajó. Como o “marido” gostava muito de Magnólia, para impedir sua decisão de voltar para o interior (meio

rural ribeirinho), ele a levou para morar em Manaus, lugar onde também trabalhava no transporte de mercadorias e produtos da indústria (ele também tem uma casa nessa cidade). Ele insistiu, “deu de tudo para ela viver bem em Manaus”:

Mas aí ela fica na sacanagem. Ele é coroa. Ele fica em Manaus, e ela fica aqui com outro. Ela está aqui no rio. Ela sobe na balsa. Ela é de maior. Já ligaram várias vezes para ele, dizendo que ela tem um companheiro. Eu não sei que diacho que ela tem para ele, sabe. Ele é muito agarrado com ela. Ele tem real. Ela diz que está precisando de 3 mil, 5 mil [reais] para fazer uma coisa, e ele deposita na hora. Aí ela tirou a sorte grande, mas não sabe aproveitar (Esmeralda).

Margarida foi a quinta adolescente a “subir” em balsa. Ele teve dois ou três filhos. Na atualidade, ela ainda está “subindo”, mas agora como prostituta adulta.

Não foram relatadas as histórias da sexta e sétima filhas de Verônica, talvez porque nenhum elemento novo pudesse ser acrescentado além dos já conhecidos: venda de produtos nas balsas, relacionamento amoroso, filhos, busca de um “casamento” e mudança para outras cidades.

Em suma, todas as filhas, tão logo chegassem à adolescência, também foram buscar nas balsas relacionamentos amorosos, mas também o óleo diesel. O negócio foi de certa forma lucrativo que a casa de Verônica se transformou em posto de venda de óleo diesel em uma determinada época. Foi nesse período, meados da década de 1990, que começaram os primeiros rumores de “exploração sexual” de adolescentes nos rios de Marajó, mas que não tiveram repercussão para além do local.

Ademais, todas as filhas de Verônica buscaram nas balsas: amores, uma vida melhor ou mesmo apenas dinheiro ou óleo diesel. Suas filhas não recebiam presentes ou outra coisa de maior valor, mas recebiam dinheiro e/ou óleo diesel, como também peças de roupas. Com esse dinheiro, as jovens mulheres mandavam construir “casas bonitas”.

Para minha interlocutora Esmeralda, “os caras queriam viver com elas”. Por isso, passaram a exigir delas fidelidade, ou seja, “não podiam ir para outras balsas, porque já tinha o cara certo; tinham que ser fiel”.

Após as filhas de Verônica “subirem” nas balsas, também chegou a vez de suas netas, filhas de suas filhas e filhos, o que pode mostrar a transgeracionalidade dessa prática. Chegamos a ter conhecimento das histórias de quatro de suas netas, quais sejam, Cris, Rosa, Jade e Dália.

Cris é neta de Verônica e tem uma filha com um tripulante de balsa. Ela também fazia venda nas balsas. Contudo, sua história com esse homem começa com um pacote de bolacha jogado ao rio, juntamente com um número de celular. Lembremos que ao passar as balsas ou mesmo navios de passageiros da rota Manaus-Belém, é prática costumeira jogar/deixar comidas

ou roupas envoltas em sacos plásticos nas águas dos rios como dádiva; são as crianças e adolescentes que, remando em suas canoas, fazem a coleta do pacote, voltando imediatamente para suas casas na margem do rio. Cris pegou seu casquinho e foi recolher o pacote. Tempos depois ela ligou para o tripulante da balsa e se conheceram. Para Esmeralda, a mãe de Cris não a soltava para nada, mas quando “pensou que era uma coisa (comércio informal em balsa tão somente), já era outra; já estava grávida”. Ela já sabia que o filho era do marítimo, porque ela só *saía* com ele. Por isso, o homem foi até a casa da mãe dela pedir permissão para o namoro/casamento. Então eles ficaram “juntos”:

Ela tem um bebê bonitinho. Um dia desses, ela veio aqui [em Breves]. Ela queria um anda-já. “Titia, fulano ligou para mim. Disse para comprar um anda-já para a neném”. Ah, minha filha. Vem aqui em Breves que eu vou te levar na loja. Ela veio um dia desses aí (Esmeralda).

Esse é o único registro de um tripulante de balsa ir até a casa de uma jovem ribeirinha pedir consentimento para um relacionamento amoroso sério, fixo, embora marcado pelo longo tempo distante em função do trabalho na embarcação.

Rosa e Jade são irmãs, netas de Verônica e filhas de Esmeralda e Raimundo (este é um dos filhos de Verônica). Tanto Rosa quanto Jade fazem ou já fizeram vendas de produtos nas balsas, e já tiveram relacionamentos amorosos com tripulantes de balsas.

Rosa tem 24 anos e mora às margens de um rio com seu marido e dois filhos. Seu marido já trabalhou com venda de cerveja nas balsas. Ele também contratava peconheiros para extrair açaí, que posteriormente é negociado com barcos-geleiras na ponte de sua casa. No entanto, ele não trabalha com pesca de camarão com matapi, apenas sua esposa (ele só ia pescar camarão quando Rosa estava grávida). Rosa já se separou dele uma vez, mas voltaram a viver juntos. Um relato de Esmeralda de dezembro de 2016 foi intrigante para Esmeralda. Rosa estava grávida, quase para dar à luz a seu segundo filho. Seu marido a trouxe para a cidade de Rabeta, a deixou em um igarapé próximo à casa de Esmeralda e foi-se embora para sua casa, sem demonstrar nenhuma preocupação com o estado de sua esposa, sem uma justificativa apresentada para o retorno imediato.

Rosa pescava camarão com matapi. Ela tinha uma quantidade aproximada de cinquenta desses instrumentos, o que para Esmeralda era motivo de “caçoada” ou “brincadeira”, revelando uma depreciação dessa prática tradicional ribeirinha. Após pescar o camarão, ela descascava, escaldava e colocava em uma salmoura (preparo líquido com sal para conservação e dar sabor ao alimento). Posteriormente, ela vendia esse camarão a R\$ 14 o quilo (preço de 2016) para um tripulante de balsa. De acordo com Esmeralda, Rosa tinha um “comprador certo” (cliente) que

“era de fora”. Esmeralda não falou explicitamente que ele era tripulante de balsa, mas deixou a entender que era. Com o dinheiro obtido com essa venda, Rosa estava pagando as prestações de uma máquina de lavar roupa.

Esmeralda comentou que os homens não se dedicavam à pesca, como a do camarão. Eles delegavam essas atividades para as mulheres. Também comentou que o rio passa por uma escassez de camarão: “só que agora não tem camarão; ela [Rosa] vai lá para o igarapé; a água cresce [maré alta] e eles vão embora; ela pega pouco, ela disse; ela já pescou muito, e a avó [materna] dela também; para lá [onde vivem seus familiares] é mais mulher que trabalha com os matapis”, muito embora haja meninos e homens adultos que também pescavam com esse instrumento. Acredito ser uma atividade prioritariamente feminina.

Rosa tem uma personalidade forte. Não visita a casa de sua mãe com frequência. A única vez que a vi em casa de Esmeralda foi em junho de 2016. Mas após ter se embriagado na festa de aniversário da filha de Jade, discuti com a mãe e foi embora no dia seguinte. Outra vez que ela foi à casa de Esmeralda foi em dezembro de 2016, quando estava para dar à luz a seu segundo filho.

Jade até recentemente morava no rio, na casa de sua avó, trabalhando em atividades domésticas. Depois, estava morando com sua mãe, padrasto, irmão, três filhas e atual marido (pai da filha caçula) na cidade de Breves. Ela foi minha principal interlocutora, e me possibilitou informações muito valiosas sobre os trabalhos nas balsas que atravessam o Marajó.

Jade foi “casada” com um homem que trabalhava em balsa e morara em Belém. Seu nome era Fernando e tinha mais de 40 anos. Ele chegou a passar um mês no interior com Jade, pois estava de férias (relato de Jade). Esmeralda assim se referiu ao relacionamento de sua filha: “É a Jade que tem um *marido* que mora em Belém; ele trabalha em balsa”. De acordo com Esmeralda, mãe de Jade, Fernando queria levar Jade para morar em Belém. No entanto, só poderia ir se deixasse suas filhas em Breves com Esmeralda. As filhas de Jade são criadas por Esmeralda, que se considerava como mãe de uma das meninas, pois foi “doação” de Jade.

Como Jade não se “casou”²⁷ com Fernando, ela não foi embora com ele para Belém, porque Esmeralda não autorizou, mesmo que Jade tenha a maioridade, pois Esmeralda estava com medo do que poderia acontecer com sua filha em uma cidade distante. Além disso, Esmeralda afirmou não conhecer “direito” Fernando:

Até porque eu não quero que vá embora. Eu tenho medo. Não conhece a pessoa direito. Não conhece a família. Vá que pegue [ocorra algum problema]! Ele disse que ela vai ficar com ele uma semana em Belém. Eu disse que a neném não vai [a segunda

²⁷ Neste contexto, “casar” significa “morar junto” ou coabitar.

filha]. Vai só ela. Porque se de repente dá ruim para o lado dela, ela sabe se virar sozinha (Esmeralda).

Jade não foi nessa viagem, pois se desentendeu com Fernando no primeiro semestre do ano de 2016, terminando com ele seu relacionamento de alguns meses. Quanto a isso, Jade afirmou que “ia casar com esse moço [marítimo], só que não quis, porque ele era muito safado”.

Como a história de Jade é de grande relevância no âmbito deste trabalho, temos a seguir um tópico específico com uma descrição detalhada de sua história, de seu trabalho e de seu relacionamento com o tripulante de balsa.

Por ora, sabemos que Jade é mãe de terceira filha que nasceu em maio de 2017, momento em que ela tinha 20 anos. O marido de Jade (que não trabalha em balsa) morou com ela na casa da mãe dele, que fica em frente à casa de Esmeralda.

É importante notar que, segundo Esmeralda, quando o rapaz soube que Jade estava grávida, foi “devolvê-la” imediatamente. No entanto, no início de 2018, Jade estava na casa de sua mãe com suas três filhas e com o marido, que estava desempregado. Posteriormente, se desentendeu com ele e se separaram novamente.

Em julho de 2017, na festividade religiosa de Santana, Jade conseguiu um emprego temporário de cozinheira. O restaurante ficava no centro da cidade. Ela me pediu uma carona de carro até lá. Eu a levei até lá e a trouxe de volta para casa. No caminho, ela me confidenciava sobre a importância da fidelidade em um relacionamento amoroso ao falar de Fernando.

Jade não teve filhos de tripulantes de balsas, apesar de ela trabalhar com comércio informal nas balsas dos 16 aos 19 anos de idade. Em uma conversa com Esmeralda, ela me falava que orientava sua filha quanto à utilização de pílulas anticoncepcionais, afirmando que Jade teve a terceira filha por opção dela, não por falta de orientação.

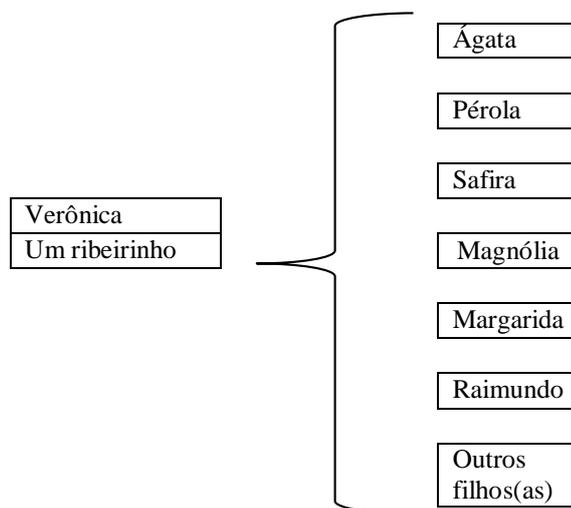
Esmeralda tem mais duas sobrinhas, filhas de um de seus irmãos, que moram às margens de um rio. De acordo com Esmeralda, elas não “sobem” em balsas, pois estão na escola. Não obstante, é interessante notar que quando há denúncias de adolescentes que estão “agarrando” balsas no rio, a polícia civil geralmente vai até a casa delas apurar a suspeita.

Outra mulher ribeirinha “casada” com tripulante de balsa era Dália. O “marido” dela “andava embarcado” ou seja, era tripulante de balsa (relato de Jade). Nesse caso, “marido” não é aquele que mora junto da esposa, mas aquele que, na passagem de sua balsa, deixa as coisas para a mulher, tais como dinheiro, mercadorias. Quando tem filho com a mulher ribeirinha, ele também traz roupas. De acordo com Esmeralda, os tripulantes de balsas não ficavam por causa do trabalho que eles tinham, da carteira assinada. Contudo, “eles bancam de tudo”, evidenciando a postura de um marido mesmo, provedor nos padrões tradicionais.

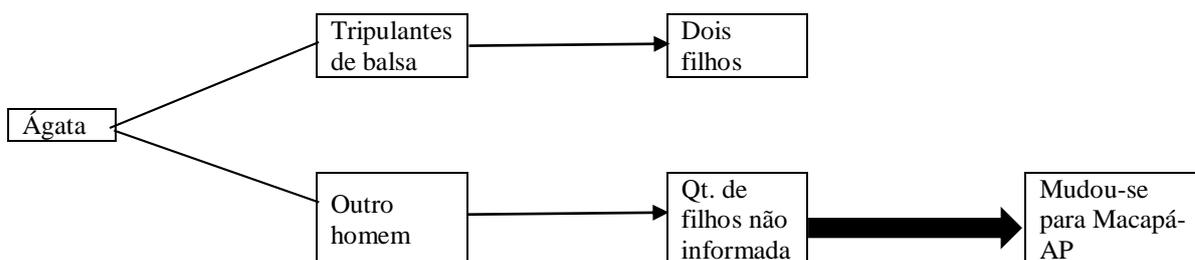
Uma tragédia ocorreu com os familiares e a casa onde Dália morava. Na madrugada do dia 04 de novembro de 2015, um comboio de balsas que transportavam caminhões invadiu as margens do rio, destruindo sua casa. Esse trecho é caracterizado pela presença de uma curva bastante fechada e próximo da entrada de outro rio menor; por conta da sinuosidade do rio nesse trecho, com curvas fechadas que parecem de longe que o rio vai terminar na mata. Dália, sua mãe e uma irmã ficaram feridas. No entanto, seus dois irmãos (a irmã e o irmão mais novos) morreram nesse acidente. “Dália é irmã de minha finada irmã por parte de pai, que tinha 11 anos. A balsa passou por cima da casa dela” (Jade). Além de transportar riquezas pela Amazônia, as balsas também podem destruir famílias ribeirinhas por completo quando acidentes são provocados por imperícia e descaso com a segurança de vidas tão preciosas.

A seguir apresentamos de forma esquemática as relações de parentesco e os relacionamentos amorosos (com ribeirinhos, tripulantes de balsas e outros membros externos) vinculados à mulher ribeirinha Verônica. Também registramos as mobilidades de alguns de seus descendentes entre os estados do Pará, Amapá e Amazonas.

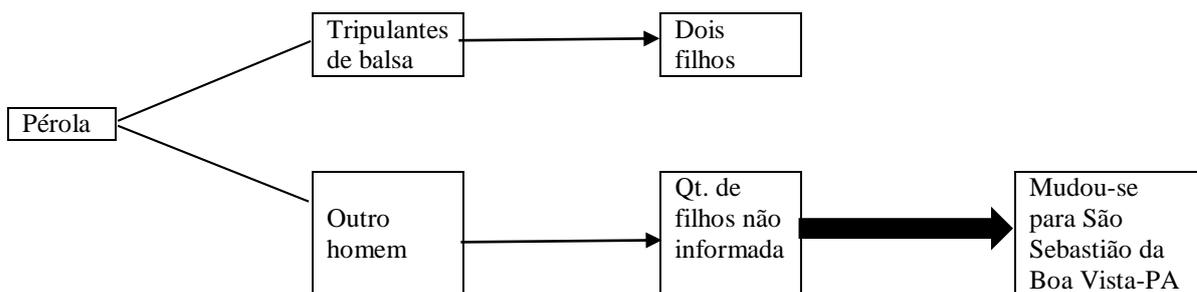
Filhas(os) de Verônica:



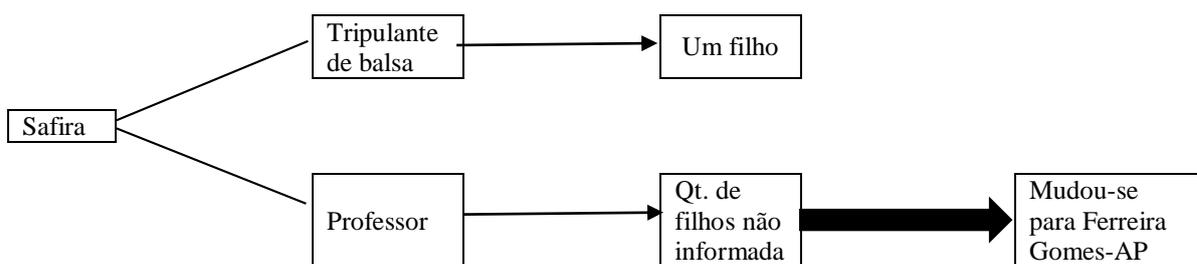
Relacionamentos de Ágata e mobilidade:



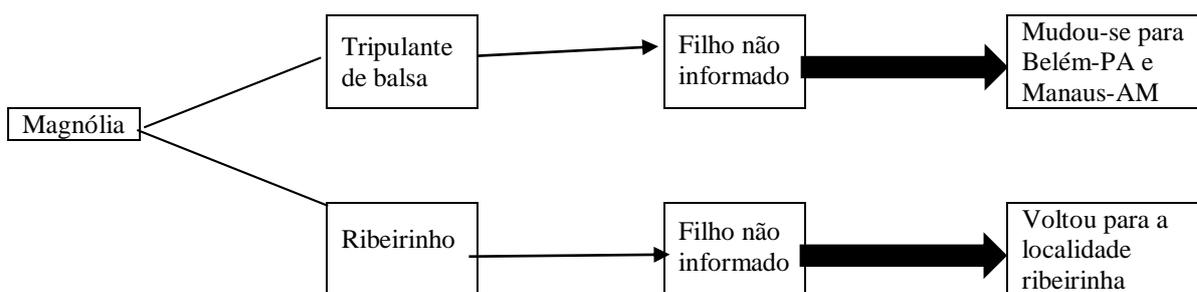
Relacionamentos de Pérola e mobilidade:



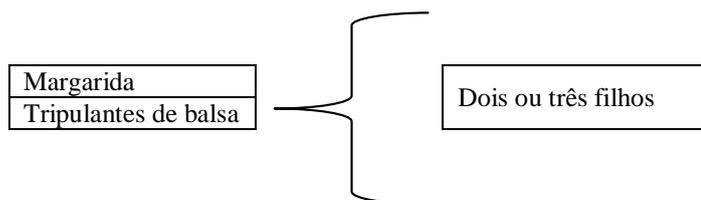
Relacionamentos de Safira e mobilidade:



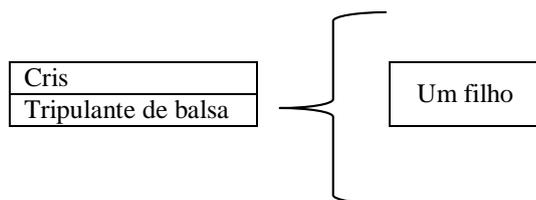
Relacionamentos de Magnólia e mobilidade:



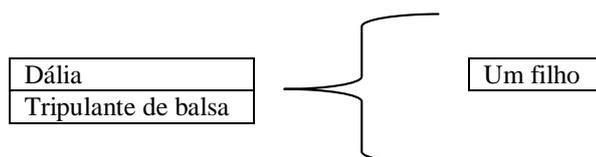
Relacionamentos de Margarida:



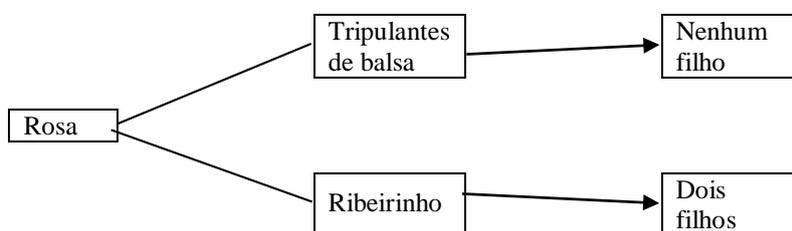
Relacionamentos de Cris, que é neta de Verônica (filha de uma de suas filhas):



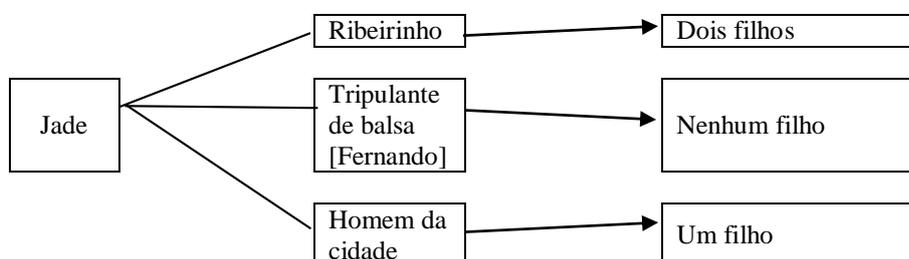
Relacionamentos de Dália, que é neta de Verônica (filha de Raimundo e uma mulher ribeirinha):



Relacionamentos de Rosa (filha de Raimundo e Esmeralda):



Relacionamentos de Jade (filha de Raimundo e Esmeralda):



Havia duas mulheres que não eram familiares de Verônica, mas vendiam cervejas nas balsas e tinham seus amantes também. Eram Acácia e Amarílis, mulheres na faixa etária de 25 a 30 anos que tinham filhos. “Acácia começou a se vender, começou a se prostituir com 14 anos aproximadamente. Tem uma filha de 07 anos. Amarílis, a irmã dela, também tem filhos. Até hoje elas trabalham com isso [prostituição]” (relato de Jade).

Elas tem casas consideradas bonitas por Esmeralda. São três casas: uma da mãe delas e duas delas. Contíguas a essas casas, há uma “casa grande de fazer festa”. A inauguração dessa casa de festas ocorreu no mês de novembro de 2015, contando com a presença de muitos ribeirinhos da localidade. Esmeralda também não perdeu essa inauguração, que foi animada. Em festas desse tipo, geralmente há torneio de futebol, bingo com porco “capado” como prêmio e muito brega (estilo de música regional apreciado pelas gerações mais velhas) para dançar.

Há mulheres adultas, inclusive duas ex-cunhadas de Esmeralda, que se prostituem em balsas. Elas não vendem cerveja. Nenhum detalhe foi fornecido sobre elas, nem os nomes. Apenas Jade se disponibilizou a esclarecer melhor a situação dessas mulheres.

Segundo Jade, no meio rural, as adolescentes começam a namorar e até “casar” com 13 ou 14 anos “para cima”. Dentre essas adolescentes, há aquelas que começam a subir em balsa para se prostituir entre 13 e 14 anos: “Minha irmã [Rosa] começou a subir em balsa aos 14 anos aproximadamente. Acácia começou a subir em balsa com 14 anos também. Minhas tias Magnólia e ‘uma outra’ começaram com 15 anos” (Jade).

Os tripulantes das balsas, fregueses do comércio informal de cerveja de Jade, em sua maioria foram descritos por ela como idosos e velhos. Outrossim, ela chamou a atenção para uma mulher não se envolver com aqueles que fingem ser bem sucedidos materialmente:

Quem são esses homens? São marítimos. São bem de vida? Muitos são; muitos se fingem. Porque naquele estreito tu não conheces. ‘Ah vou ficar com ele só um pouquinho!’ Se tiver aparência, não te baseia. Eles tem cordão, brinco. Não te baseia nisso que esses não tem nada. São bonitos? São boas pintas. Não te baseia! (Jade).

Jade afirmou que não se prostituiu, mas “ficou” oito meses com Fernando, um tripulante de balsa. “Em 2015, ele foi para a vila e passou um mês lá, pois estava de férias”. Sua irmã Rosa também já tinha tido um caso com ele.

Atualmente, ambas as irmãs estão casadas com um ribeirinho (Rosa) e um jovem homem da cidade (Jade).

As mulheres ribeirinhas que se prostituem ou tem relacionamentos afetivos em balsas são rivais, situação motivada pela disputa de certos “homens” (clientes ou namorados). Enquanto Dália e Acácia são rivais, Jade e sua tia não se suportam. “Ela falou que ia me dar um tiro. Um dia eu puxei a faca para ela, só para amedrontar. (...) Ela fala merda, gosta de xingar o cara” (Jade).

No entanto, as histórias de casamento com tripulantes de balsas são contadas e pessoas conhecidas são listadas como exemplo a fim de evidenciar sua veracidade:

As mulheres que casaram com homens da balsa foram Jaque, Maria, minha prima Carla, que mora para Macapá. Minha tia Magnólia casou quando tinha 15 anos. O homem tinha mais de 40 anos. Agora estão divorciados. Ela voltou para a vida que era dela (Jade).

Inclusive, Jade afirmou que se casaria com um “marítimo”, mas desistiu da ideia. Esse momento de sua vida e outros são melhor descritos a seguir.

5.3 A HISTÓRIA DE JADE

Jade tem 21 anos de idade. É filha de Esmeralda e Raimundo, filho de Verônica (seu pai mora em Macapá). É irmã de Rosa e mais três irmãos. Ela mora com a mãe, o padrasto, o irmão caçula e suas três filhas em uma casa de madeira na cidade de Breves-PA, após passar boa parte de sua infância e adolescência no meio rural.

Jade estudou na escola do campo até o segundo ano. Na escola da cidade, ela estudou até o 5º ano. Ela sabe tirar açai, colocar matapi e pescar. Não tira palmito, apesar de conhecer os procedimentos necessários para o desempenho dessa atividade.

Atualmente, Jade vende produtos da Avon na casa de ribeirinhos, juntamente com sua mãe Esmeralda. Jade é quem vai pilotando a rabeta.

Durante três anos, dos 16 aos 19 anos de idade, Jade vendeu cerveja, cigarro, bebidas, açai, palmito e frutas nas balsas. Em linhas gerais, essa atividade era considerada por ela como “muito divertida”.

A maior parte dos produtos era comprada na cidade de Breves e era vendida nas balsas. O gelo, por exemplo, era comprado em isopor na fábrica de gelo localizada na frente da cidade de Breves, que fica à margem do rio Parauaú. O gelo também era produzido na casa de Miguel, tio de Jade. Era só ele que tinha freezer nessa localidade, bem como também promovia “festas”, ao estilo de danceterias com aparelhagens.

O açai, por sua vez, era “apanhado e batido” na comunidade ribeirinha. A conserva do palmito também era fabricada no meio rural. “A maioria das pessoas faz assim”.

A maior parte das pessoas que participavam do comércio informal nas balsas eram familiares de Jade: tios, tias, primas e sobrinhas. Jade aprendeu a comercializar cerveja nas balsas com seu tio Miguel. No entanto, deixou de trabalhar com ele em função da divisão desigual do lucro obtido nas vendas: “Eu trabalhava com ele, só que ele rouba muito na hora de dividir”. Miguel trabalhava com o comércio informal desde 2009; uma das tias de Jade aproximadamente desde 2000.

Jade acompanhava as familiares no comércio informal, embarcada em canoa ou rabeta, onde ela permanecia. Ela não participava ativamente da atividade, nem era forçada a subir nas balsas, mas acompanhava ao longe (socialização). Com o tempo, ela começou a subir na balsa, onde ficavam as cargas, mas sem entrar em camarote da tripulação, e foi se sentindo motivada para atuar no comércio informal.

Entretanto, Esmeralda com sua família (um filho caçula, marido, Jade e suas *duas* filhas – à época) saíram do meio rural e foram morar na cidade após uma discussão com familiares, a qual foi motivada por desentendimentos quanto à posse de um terreno.

Mediante a mudança para a cidade, para continuar a atividade, Jade convidou seu padrasto para trabalharem juntos. Ele atuaria como piloto da rabeta. Assim, após sair do meio rural e ir morar na cidade de Breves, ela e seu padrasto compravam alguns produtos na cidade, obtinham outros no meio rural²⁸, e se dirigiam para o rio, para comercializá-los nas balsas. Na maior parte das vezes, eles trabalhavam de segunda-feira a sexta-feira, retornando para a casa de Esmeralda no sábado.

A comunicação com os tripulantes das balsas era feita com a utilização de aparelho celular. Na casa de Jade, o celular pertencia a sua mãe, a qual atendia as ligações que encomendavam açaí e cerveja: “o celular estava sempre na mesa, ligado, 24 horas. Quando eu estava aqui [na cidade] no sábado, passavam, ligavam. Eram 10 ou 15 ligações por dia. Agora não, que eu parei”. A divulgação do número do telefone era feito por Jade quando trabalhava no comércio informal. Os tripulantes das balsas anotavam e periodicamente ligavam: “Tal hora eu vou passar... Tal hora traz a cerveja, o cigarro. Dá para trazer tal coisa? Traz aqui. Tal horário... A gente pergunta qual ele queria para a gente levar”.

Após a ligação recebida, durante o dia, Jade e seu padrasto iam fazer a entrega do pedido. À noite as entregas não eram feitas, pois era arriscado devido à falta de iluminação nos rios relativamente estreitos e o trânsito de balsas com apenas as lâmpadas de alerta (vermelha e verde) posicionadas em duas hastes metálicas, uma em cada extremidade da parte fronteira da balsa. No entanto, também havia ligações telefônicas noturnas com a solicitação de encomendas pelos tripulantes.

Antes do celular, era utilizado o rádio, mas seu uso não foi descrito. Ao que parece, sua utilização não chegou a ser frequente. Nesse sentido, cumpre notar que o acesso a aparelhos

²⁸ O destaque feito à localização geográfica entre os meios rural e urbano objetivou apenas evidenciar os trânsitos feitos regularmente pelas mulheres ribeirinhas, interlocutoras deste trabalho. Com efeito, a mera separação entre o rural e o urbano não se configura como um elemento que restringe a mobilidade das pessoas, pois de maneira dinâmica elas podem estar regularmente tanto em um lugar (cenário rural/ribeirinho) quanto em outro (cenário urbano).

celulares analógicos pelas classes populares no Marajó só ocorreu a partir do início da década de 2000, principalmente a partir de 2003 com a melhoria significativa da economia no Brasil e o aumento do consumo pelas classes populares.

Para a abordagem de uma balsa, geralmente são necessárias duas pessoas em uma rabeta. Enquanto uma pessoa manobra a rabeta e opera o motor, a outra cuida de lançar a corda para prender na embarcação:

Pra fazer a venda nas balsas, sempre vão de duas pessoas? É. Tem que ir de duas. Tem muita gente que vai de um [sozinha]. Só que é ruim para laçar, para pegar é muito ruim. Para um é ruim, para subir, para descer, toda hora, é ruim. Quando alguém está amarrando lá na frente, tem que ir um controlando o motor da rabeta. São no máximo duas pessoas? É. Quando tu fores lá para o interior, tu vais ver. O papai vai te mostrar (Jade).

Jade chamou a atenção para abordagem de uma balsa, sempre feito pela frente dela, enfatizando que não é permitido encostar no empurrador.

A gasolina para rabeta era comprada na cidade. Para a viagem de ida e volta eram necessários 10 litros do combustível. Para abordar as balsas no comércio informal eram necessários mais 10 litros. Assim, em uma semana de trabalho no rio, um ribeirinho poderia utilizar o total de 20 litros de gasolina. Antes da velocidade proporcionada pela rabeta (mais presente no cenário ribeirinho marajoara na década de 2010), as balsas eram abordadas com a utilização de canoas a remo: “só remava, remava e jogava o laço”.

Os ribeirinhos são peritos nos manuseio do motor da rabeta. No entanto, imperícia ou imprudência pode levar a ocorrência de acidentes, como foi relato por Jade, em um dia de trabalho:

Nessa arrumação, eu com o meu padrasto, a gente... Ele não sabe bem pilotar [rabeta]. Aí ele laçou o empurrador, aí quando ele foi pegar, e pegou de frente, aí entrou o bico da rabeta para debaixo do pneu [que fica no lado da balsa, não do empurrador]; aí a gente foi para o fundo. Perdemos todos os nossos produtos. Tudo! [risos] Prejuízo tivemos nesse dia. Sete caixinhas de cerveja, gelo, açai, camarão. Perdemos tudo! (Jade).

Em um dia de trabalho, Jade e seu padrasto chegaram a vender para o máximo de 25 balsas. O número médio girou em torno de 15 embarcações. A quantidade mínima podia chegar até 03. Os melhores dias da semana para venda em balsas correspondiam aos períodos de quarta e quinta-feira, sábado e domingo, que são dias de maior circulação de embarcações. Geralmente, o trajeto das balsas em que há maior demanda por cerveja é Manaus – Belém.

O dia em que Jade e seu padrasto não trabalhavam, além do final de semana, era quando havia repressão policial para averiguar denúncias recebidas de “exploração sexual de crianças e adolescentes”. Nessa situação, “a polícia fica no rio 24 horas”. Jade afirmou que “nenhum

ribeirinho ‘agarra’ balsa quando há ação da polícia”. Ela disse que não comercializava seus produtos em balsas nessas circunstâncias porque os policiais achariam que ela era adolescente:

Quando a polícia vai lá, o que ela faz? Estrago na casa da pessoa. Quando a polícia vai? Só quando tem denúncia. Quando não há denúncia, dá para trabalhar tranquilo? Dá. Quando a polícia chega, porque proíbe o trabalho? Porque acham que eu sou de menor. Porque denunciam. Quando tem uma denúncia, eles ficam 24 horas. Quando a polícia está, ninguém agarra [a balsa], porque não deixam. Ninguém? Não. Mas se você tinha 19 anos, você não podia vender? Posso sim, mas eu chego lá, aí pensam que eu tenho 15 ou 17 anos. Depois quando eu ia, já levava a identidade [risos]. Por que você tem uma cara de novinha? É [risos] (Jade).

Acerca das denúncias protagonizadas por José Luiz Azcona, à época bispo do Marajó, Jade mencionou apenas que “ele fala que é assim, e assim, só que nunca ele foi lá. Ele não sabe de nada”.

O tempo em que os(as) vendedores(as) acompanham a viagem de uma balsa depende do consumo da cerveja, que pode durar em média 01 hora, isso se não houver imprevistos, como problemas no motor do empurrador: “Uma vez pegamos uma balsa. A gente subiu, foi bem longe. A gente, eu e meu padrasto, tinha 15 caixinhas de cerveja. Fomos muito longe. Aí a balsa quebrou. Tivemos que voltar de rabeta. Chegamos às duas horas da madrugada. Mas vendemos tudo”. Outras vezes, a venda é mais rápida: “Só chegar lá, entregar, e para trás. Só vendia na hora ali. Pronto”.

O pagamento recebido pela venda de cerveja podia ser feito em dinheiro, gasolina ou óleo diesel: “Se ele pegar uma caixinha de cerveja, ele dá um balde de óleo, meio tambor [20 litros]. Se for gasolina, ele tem que dar 10 litros. Depois de pegar o óleo, vende na cidade. Tem padrão certo. É só entregar e... para trás”.

Na venda de cerveja em balsas, a honestidade era um valor primado por Jade. No entanto, outros(as) vendedores(as) não tinham o mesmo ponto de vista:

Porque quando eu trabalhava lá, muita gente me dizia: ‘olha, você é a primeira pessoa que é honesta’. Um dia eu estava lá, e eu falei: ‘olha, eu não tenho troco para te dar’. Ele disse bem assim: ‘na baixada [viagem de retorno] tu me devolves’. Ele baixou [voltou] e comprou mais uma quantia de cerveja. Ele falou: ‘toma os 30 reais’. Eu falei: ‘Não. Te lembrás que tu me deixou 20 no final de semana passada?’ Ele disse: ‘Ah, pior! Se fosse outro, eu nem me lembrava’ (Jade).

O comércio informal nas balsas foi apontado por Jade como “lucrativo”, pois produzia um “dinheiro fácil”, pois vendiam bastante: “o que comprava aqui [cidade], vendia lá [na balsa]; tirava lucro. (...) Dava para nos manter”. Como Jade tinha muitos fregueses, ela afirmou que chegou a “prosperar”, pois conseguiu comprar tábuas para a casa de sua mãe e, juntamente com seu padrasto, começaram a “ajeitar” a casa. Além de ser “lucrativo” o trabalho, Jade considerava que o comércio informal nas balsas também era “divertido”.

Para além do comércio informal nas balsas, nos relacionamentos entre mulheres ribeirinhas e tripulantes, Jade identificou três formas principais: “ficar” (namorar, paquerar), casar ou prostituição. Além dessas formas de sociabilidade e relacionamento afetivo, situações de assédio também foram relatadas por Jade. Nenhuma situação de exploração sexual ou estupro, ou a presença de crianças apareceram em seus relatos.

Jade afirmou que tinha raiva de muitos homens que trabalhavam em balsa. Entender essa raiva somente é possível através de seu relato, que iniciou com ela sendo apresentada por uma amiga a um homem. Após essa apresentação, ela foi convidada a receber um presente no camarote, localizado no empurrador. Ao entrar, a porta foi trancada pelo homem. Para sair, foi preciso ela brigar com aquele homem. A partir daí, ela ficou com raiva e medo:

Você disse que tem raiva de homem que trabalha em balsa. Por quê?

Porque quando eu comecei a trabalhar com venda, uma pessoa me apresentou um rapaz. Aí ele falou: ‘vem aqui no meu camarote, eu quero te dar um negócio’. Quando eu entrei, ele trancou na chave. Ele não queria deixar eu sair de dentro. Aí a gente começou a brigar lá dentro. Ele me segurava com força... Desde isso, eu peguei a maior raiva. (...) Aí passou uns 3 ou 4 meses para eu poder *varar* [voltar] para lá de novo, porque eu estava com medo [de ser agarrada contra a vontade no camarote do empurrador] (Jade).

Apesar do assédio, Jade não falou que fora forçada a fazer sexo com o recém-conhecido. Disse apenas que conseguiu sair daquela situação mediante sua postura de mulher decidida. Em função dessa situação, ela resolveu parar de vender nos rios por um tempo.

Nesse período, seu padrasto também não foi para o comércio informal nas balsas, porque era Jade quem “conhecia os caras”, o que corrobora os relatos de outras pessoas de que há um processo de “fidelização” entre clientes/tripulantes e vendedoras/prostitutas, ou seja, não é qualquer um que queira fazer venda em balsa que vai conseguir, pois precisará conhecer os tripulantes mediante indicação de algum(a) outro(a) conhecido(a), receber os contatos telefônicos e aguardar a ligação para poder estar autorizado/convidado a comercializar. Ao que tudo indica, precisa ser do sexo feminino (adolescente acima de 16 anos ou jovem mulher).

Após a situação de assédio, Jade falou que passou três meses sem trabalhar no comércio informal em balsa. Nesse espaço de tempo, ela trabalhou na cidade de Breves em serviços domésticos na casa de uma professora, em um bairro vizinho. O contrato foi interrompido porque a professora passou a viajar muito para Belém, para onde seu filho foi morar e estudar. Assim, Jade perdeu o contato com ela e, por conseguinte, o emprego. Eu tive a oportunidade de conversar com essa professora em um navio numa de suas viagens para Belém. No entanto, não fiz qualquer referência ao nome de Jade, para não expô-la de alguma forma.

Jade também afirmou que havia o inconveniente de muitos homens que viajavam na balsa que a assediavam, mas sua decisão quanto a aceitar ou recusar o assédio era respeitada, evidenciando que ela teve a oportunidade de permanecer fora da prostituição por sua escolha / agência:

Vende bem lá? Vende bastante. Vende bem, mas só que tem um caso. Muitos homens lá são muito enxeridos. Se a pessoa não souber se controlar, cai num mundo que é só destruição [prostituição]. Tem que saber controlar. (...) A maioria das “meninas” de lá trabalhavam com essas vendas. Aí começaram a cair [fazem programa, pois], era dinheiro fácil. A maioria era minhas primas... [pertencentes à família paterna] (Jade).

Jade contou que era incentivada a participar da prostituição por algumas “colegas” e familiares do sexo feminino, tais como a irmã (Rosa), tias e primas, pois elas já trabalhavam nesse tipo de atividade no rio. Para reforçar seu argumento, ela afirmou não existir trabalho remunerado no meio rural:

Você começou por influência dos outros? A minha irmã falava para mim que era grana. Ela começou com 14 anos então. (...) Aí elas falavam ‘vumbora não sei quê [fazer programa]. Vumbora...’ Eu era uma “menina” muito tímida mesmo [em torno de 16 anos], eu não subia lá para cima na balsa. Eu ficava só na canoa. (...) Chegava perto da balsa com elas. Só que entrar no camarote, eu nunca tinha entrado. (...) Foi até que eu comecei a trabalhar (Jade).

Ainda em relação à prostituição, a irmã de Jade (Rosa) e uma de suas tias em um dia de trabalho no rio chegaram a apostar sobre quem conseguiria obter mais dinheiro. Em 2016, um programa de sua irmã, tia ou primas poderia chegar a R\$ 100 no mínimo. Face aos montantes adquiridos mediante o trabalho sexual autônomo, suas familiares a orientaram a deixar o comércio informal nas balsas e a optar pela prostituição:

No tempo que a gente trabalhou lá, minha irmã e minha outra tia apostaram se prostituir, quanto em real elas ganhavam por dia. Passou nesse dia umas 15 balsas. A minha tia fez 500 reais por dia. A minha irmã fez 800 reais. Ela me disse no caso: ‘Olha, deixa essa vida [de só vender em balsas]. Faz o mesmo [prostituir-se]’. ‘Eu não’. Eu disse ‘Não. Se já tem duas, para quê mais uma? Não. Isso [só venda em balsa] não impede ninguém de ficar comigo, não’ (Jade).

Os relatos mostraram que a prostituição pode ser aprendida nas situações de socialização com as amigas. Em um ambiente ou região moral em que não há a concorrência por clientes, a socialização de jovens prostitutas se caracteriza pela colaboração entre mulheres como regra, não como exceção.

No entanto, não há evidências que levem à conclusão de que a presença de prostitutas adultas implique em um aumento do número de adolescentes na prostituição (Montgomery 2001). Ao contrário, as adultas não estimulariam a entrada das jovens, pois estas seriam uma ameaça ao predomínio na oferta de serviços sexuais em dada região. Assim, em espaços de

disputa por clientes, as prostitutas mais velhas não transmitem seus conhecimentos às mais novas ou transmitem de forma parcial:

Nas boates, assim como nas ruas, a socialização é mais complicada, uma vez que as prostitutas mais experientes não veem com bons olhos as novatas que chegam. Em geral as veteranas consideram-nas como concorrentes que, rapidamente (se forem bem socializadas), podem colocar seu domínio em xeque. Portanto, geralmente, as mais experientes se negam a transmitir seus conhecimentos às mais novas ou os transmitem de maneira parcial, evitando “abrir o jogo” com essas novas mulheres, de modo que, em caso de disputa ou de perigo, possam ainda ter alguma vantagem sobre as novatas (Costa 2014:15).

As histórias de “casamentos” entre ribeirinhas e tripulantes de balsas também circulam nos relatos delas. E não são histórias vagas, de pessoas distantes, mas envolvem as próprias familiares de Jade. Assim, elas “casavam”; eles as levavam para suas cidades para morarem juntos, tais como Belém-PA, Macapá-AP, Santarém-PA e Manaus-AM:

Depois que casa com um deles, mora com ele. Se quiser visitar a mãe ou parente, aí ele traz ela. (...) *Você conhece a história de uma mulher que trabalhava lá no interior, fazia venda, conheceu um cara na balsa, casou e foi embora com ele?* Várias. Minha tia era casada com um cara de Macapá. O nome dele era Marcos. Eles estão morando em Macapá. Minha outra tia mora em Santarém. A outra morava com outro em Belém, com o Ricardo, como falavam o nome dele (Jade).

Um dos ex-maridos de uma de suas tias é descrito como pródigo ao lhe enviar dinheiro através de conta em banco. No entanto, nesse único relato descrito, o “casamento” é interrompido por traição da mulher, livre para amar e decidir sobre os rumos de sua vida, o que culminou com sua volta para a casa ribeirinha:

Ela era *casada*. Ele dava de tudo para ela. Tudo, tudo. Quase toda semana ela estava aqui em Breves. “Amor, deposita 10 mil... 5 mil para mim”. Ela estava com ele e estava com o amante dentro da casa dele. Aí ele soube e botou ela fora de casa. Eles se divorciaram. Agora ela está morando no interior. *Quer dizer que ela levou o amante para morar junto?* Foi. A minha tia que voltou para o interior, ela voltou para a vida que era dela. Essa senhora que veio aqui [minha avó Verônica] é mãe dela. *Quem era o amante? De outra balsa?* Não, do interior mesmo (Jade).

Na lida diária de trabalho no comércio informal nas balsas, apesar dos incentivos à prostituição por suas familiares, apesar dos assédios sexuais dos tripulantes, como também conhecendo as histórias de romance e “casamento” de suas tias, Jade afirmou ter “ficado” com Fernando, um tripulante de balsa de 44 anos.

É interessante notar que nossa interlocutora anteriormente se referiu ao relacionamento de sua irmã e de sua tia com tripulantes de balsas como “prostituição”. Ao se referir a sua própria história, ela afirmou que “namorou” com um dos tripulantes. Situação semelhante também foi destacada por outros pesquisadores acerca da presença de “romance” na prostituição:

Todas as nossas informantes femininas que tocaram nessa questão classificaram “seus” amores como verdadeiros e os amores das “outras” como falsos. Várias admitem ter manipulado a ilusão de amor para fins lucrativos. Todavia, é mister lembrar que atuar como prostituta não proíbe a possibilidade de amar (Silva e Blanchette 2005:275).

Esmeralda se referia a Fernando como “marido de minha filha”. Jade afirmou que conheceu Fernando em uma festa no interior e começaram a namorar. Só depois de um tempo que ela “soube”, por outros e pela própria irmã, que ele trabalhava em balsa. Mas aí, ela tinha criado vínculos afetivos. Com efeito, ela afirmou que, se soubesse no início que ele trabalhava em balsa, não teria havido a aproximação, face a sua raiva por homem de balsa:

Aí eu conheci ele [Fernando]. *Como você conheceu ele?* Eu conheci ele no dia 21 de maio [2015]. A gente estava numa festa [no interior]. Eu não sabia que ele trabalhava em empurrador. Quando eu soube que ele andava em empurrador, eu já soube pela boca dos outros. Aí falaram que ele viajava em balsa. Eu tinha a maior raiva de homem de balsa. Aí ele se apresentou, dizendo que morava em Belém. Aí a minha irmã [Rosa] disse para mim: “vumbora ali em tal empurrador. Eu vou te mostrar uma pessoa que vai cair o queixo!”. Eu já estava [namorava] com ele. Quando a gente foi para lá, quando a gente subiu [na balsa], eu vi que era ele. ‘Olha quem está aí’. ‘Tá. Tá bom’. ‘Sai de perto de mim’. Comecei a dar porrada nele. Ele disse: ‘o que foi?’ ‘Se eu soubesse que tu trabalhavas nisso, eu não tinha nem me aproximado. Agora, mal falada sou eu’ (Jade).

Rosa, irmã de Jade, conhecia Fernando do trabalho nas balsas. Ela disse que ele era uma pessoa legal, boa. Inclusive, “ela já tinha conseguido ficar com ele há muito tempo”. Mediante contatos/interação sistemática nas balsas, Jade foi se envolvendo com ele: “foi se aproximando. Deixamos rolar. *O que foi que você gostou mais nele?* Ele parecia direito. Namoramos 08 meses. (...) *Ele era bonito?* Era boa pinta. Mas só era pinta mesmo [risos]”.

Namorar um tripulante de balsa foi descrito assim por Jade: “Ele liga. No dia em que ele passa, a gente vai lá. É rápido. Ele passava aqui na segunda-feira para Santarém; na volta, ele passava de novo na segunda-feira. Era uma semana”. Fernando lhe deu alguns presentes, tais como um anel folheado a ouro, um cordão e uma bermuda.

No entanto, conflitos na relação amorosa foram surgindo, mediante o assédio de Rosa sobre Fernando (lembramos que eles tiveram um caso):

Seu namorado chegou a passar um tempo na vila? Ele passou o Natal e o Ano [de 2015]. Foi o Natal e o Ano piores da minha vida. *Por que foi o pior?* Por causa dessa coisa... Minha irmã já tinha namorado com ele. Ela implicou com o cara. Não teve sossego. Ela falou que queria ficar com ele. Ela já tinha conseguido ficar com ele há muito tempo (Jade).

Posteriormente, Jade presenciou a traição de Fernando com uma sobrinha dela, uma situação que foi paga com a posterior traição de Jade:

Qual foi a causa do fim do relacionamento com seu ex-namorado? Traição. Pela frente era uma coisa, por trás, outra. *Com quem ele te traiu?* Com a minha sobrinha.

Eu vi. Foi no Natal [2015]. Foi na vila. Meu primo filmou, me mostrou e eu não acreditei. Aí eu fui lá e vi com os meus próprios olhos. ‘Ah, tu queres?’ Eu fiquei com outro *menino* naquele mesmo dia. Aí ele queria bater no *menino*. ‘Não, fica aí que eu vou me embora’. Aí eu me saí. Ele ficou lá. Ele foi para a casa do meu primo. Aí ele soube que era meu primo. Aí queria bater nele. (...) Quando a gente se deixou, eu dei tudinho para mamãe, o anel e o cordão; e a bermuda, eu toquei fogo (Jade).

Jade namorou Fernando 08 meses (o período é impreciso). Após o fim do relacionamento, Fernando foi até a casa de Esmeralda (onde Jade mora), tentar reatar a relação. Ela não o aceitou mais. Ele perguntou se Jade estava namorando outra pessoa. “Se eu estava namorando ou não, não interessava a ele” (Jade). Fernando pediu para Jade deixar o atual namorado, mas não teve volta, pois Jade estava firme em outra relação: “a gente já passou muita coisa. Meu namoro com o *menino* daqui é antigo. Minha mãe não suporta ele, porque a gente namora e se separa (atualmente, este é marido de Jade e pai da terceira filha dela)”.

Contudo, Fernando não desistiu e passou a insistir através de ligações telefônicas. Jade não cedeu e pôs um fim à relação:

Esse rapaz [Fernando] que eu fiquei com ele, ficava ligando para a casa da mamãe. Só me perseguindo. Ele estava doido, doido. Quando foi um dia, peguei raiva na cabeça e falei um bocado de coisa para ele. Esse meu marido [atual, que mora com ela na cidade] estava do lado, pegou e falou umas coisas lá. Aí pronto. Ele [Fernando] não ligou mais (Jade).

Ela começou a namorar com 15 anos em Macapá, com seu primeiro ex-marido, que trabalhava como pedreiro. Ela o conheceu no meio rural (interior) por intermédio da esposa de seu tio, que era irmã dele. Com 15 anos, ela engravidou da primeira filha, que nasceu quando Jade tinha 16 anos. Ela teve mais uma filha com ele.

Essa primeira relação terminou porque ele era ciumento: “*Por que vocês se separaram? Porque ele tinha muito ciúme. Muito ciúme mesmo, 24 horas por dia. Ele não queria que você fizesse venda? É. Tinha outra coisa mais? Não*”. Atualmente, o primeiro marido mora em Macapá-AP com outra esposa, mas fica “perturbando” Jade para entregar para ele a filha primogênita. A segunda filha foi doada por Jade para Esmeralda. No entanto, mãe, filha e netas moram na mesma casa.

Jade reconheceu que ter um relacionamento amoroso com um tripulante de balsa significava assumir o estigma da prostituta. Talvez em função disso, ela tenha reservas quanto a falar sobre namorar Fernando. Mediante esse namoro, Jade afirmou que ficou sendo apontada pela vizinhança da casa de sua mãe na cidade como prostituta.

Com efeito, ela afirmou que também era apontada como prostituta pela mesma vizinhança toda vez que ela e seu padrasto chegavam do meio rural no sábado, após uma semana

de comércio informal no rio. Jade foi categórica ao afirmar que não se prostituía em balsas, mas apenas trabalhava no comércio informal, mesmo tendo um namorado que trabalhava em balsa:

[Em função de namorar Fernando] Agora mal falada sou eu, até hoje. Eles me chamam de prostituta, tudo enquanto. As pessoas dizem que eu estava me prostituindo. Isso eu nunca fiz. (...) Quando eu cheguei aqui, do trabalho, da viagem com meu pai [padrasto], eles [vizinhos] diziam ‘lá vem a prostituta’. *Quem falava?* Todo mundo. Ficavam todos olhando. A gente só estava trabalhando! (Jade).

Negar o estigma de prostituta é uma forma de se defender do julgamento moral das pessoas próximas da comunidade, o qual deprecia, oprime e tem o poder de segregar. Por isso, Jade afirmou que no *interior* (meio rural) é melhor para morar, pois não tem fofocaria.

Talvez a razão principal para Jade desistir do comércio informal no rio tenha se originado de um desentendimento dela com seu tio Miguel e uma sobrinha, motivada pelo repasse de produtos a serem vendidos em balsas a estes, a crédito, pois uma das filhas de Jade adoeceu (o que a impedia de trabalhar), sendo que não houve o pagamento devido, gerando um conflito na família extensa:

Eu voltei [para a cidade] porque minha filha adoeceu. Ela estava com 02 anos e pouco. Como eu tinha que ficar com ela, eu larguei o *trabalho*. Aí a minha mãe me liga: ‘Tua filha está muito mal’. A doença era pneumonia. Ela estava muito mal. Eu larguei tudo e voltei. No mesmo dia que eu voltei, uma outra sobrinha se apresentou para ficar com a mercadoria para vender. Depois não me apresentou dinheiro, ficou com tudo. Desde isso, eu fiquei com raiva de todos eles lá. Era muito dinheiro. Era 2 mil reais. Embolsaram esse dinheiro... Até hoje. Esse dinheiro era da conta da gente. Eu entreguei tudo fiado. Ele [Miguel] já estava devendo um dinheiro de uma conta retrasada. *Entregaram para quem?* Para esse mesmo, meu tio [Miguel]. Ele falou que pagou para ela [minha sobrinha], e ela falou que não pagou. Aí ficaram nessa uma. (...) Aí ele gastou o dinheiro e falou que não gastou. Ele falou que pagou e não pagou. Aí está assim. Eu larguei de mão. Por isso, brigamos. Eu precisava de dinheiro, porque minha filha estava doente (Jade).

A preocupação de Jade com a saúde de sua filha a levou a um negócio que não logrou êxito. Entrementes, ressaltamos que a preocupação da jovem mãe com os membros de sua família foi decisiva em um contexto de escolhas bastante limitadas.

Por outro lado, outro agravante se interpôs para a continuação do comércio informal nas balsas: mediante a fofoca (comentários e estigmatização sobre a situação de Jade referente à prostituição em balsas) seu padrasto começou a ficar com “vergonha” e depois a “acreditar” que ela se prostituía para os tripulantes das balsas. Ao tentar se defender das acusações de vizinhos, Jade afirmou que trabalhava em serviços domésticos na casa da avó Verônica (não em comércio informal nas balsas).

Assim, a postura do padrasto foi mais um fator para que Jade abandonasse o trabalho nas balsas:

Aí ele [padrasto] ficava com vergonha, porque diziam que eu fazia aquilo [prostituição] na balsa, só que eu não fazia. Eles falavam que eu ia para balsa pegar dinheiro. Eu trabalho sim. Trabalho na casa da minha avó [Verônica]. Não tenho porque mentir para ninguém. Eu não devo nada a ninguém. Aí está bom. Ele [padrasto] começou a acreditar [que eu fazia programa] (Jade).

Nessa perspectiva, eu já havia conversado com Edson, o padrasto de Jade, no início de junho de 2016 (uma entrevista com Jade ocorreu no final do mesmo mês). Ao questioná-lo sobre seu conhecimento acerca de alguma “balseira”, ele me respondeu que não conhecia nenhuma, pois não é um termo usado no cotidiano deles. Ele disse que não conheceu nenhum homem que vendia cerveja em balsa, nem quem comprava óleo diesel nas balsas. Assim, não foi possível avançar na descrição/discussão dessa temática com ele.

Quando eu perguntei sobre seus sonhos, Jade me respondeu: “tem muita coisa, só que eu fico na minha; não quero falar sobre isso [risos]”.

Neste capítulo, vimos que a prostituição tem ocorrido em contextos rurais. No entanto, a prostituição em si não tem si afirmada pela maioria das mulheres que participaram desses peculiares relacionamentos afetivos ou sexuais. Minhas interlocutoras utilizaram os valores morais da família para expressar seus relacionamentos “amorosos” e sexuais com tripulantes de balsas, utilizaram termos como “namorar”, “ficar”, “casar” no sentido de estar juntos, “ter marido”, “traição”, “bancar” no sentido de custear ou sustentar (a noção de “presentes” não apareceu nos relatos expostos). Ademais, esses relacionamentos ocorreram no contexto das trocas comerciais estabelecidas em balsas, integrando produtos diversos como cerveja, cigarros, açaí, óleo diesel e gasolina.

Contudo, quanto aos relacionamentos de outras mulheres, uma de minhas interlocutoras também se referiu sobre a ocorrência de prostituição em troca de dinheiro, sendo essa prática considerada bastante lucrativa se comparada ao comércio informal nos rios.

Foi afirmada a agência feminina no sentido de, não querendo mais continuar o relacionamento afetivo com o tripulante de balsa, desfazer os acordos mútuos estabelecidos. A jovem ou a mulher ribeirinhas escolheram viver longe de suas comunidades com seu tripulante de balsa “cheio do dinheiro” porque sua relação era “boa”, ou escolheram voltar e amar um ribeirinho mesmo, na própria comunidade, mas ainda assim continuando com o comércio informal nas balsas ou mesmo se prostituindo. Foi o que aconteceu com uma tia de Jade. Por outro lado, a jovem ou a mulher ribeirinhas escolheram continuar o “namoro” porque o “marítimo” era fiel, ou escolheram deixa-lo por causa de sua “safadeza” com outras mulheres.

A fase da vida para iniciar a prostituição, ou sexo transacional, ou namoro, é a adolescência. A menor idade referida das adolescentes que “namoraram” homens das balsas foi

aos 14 anos aproximadamente. As idades mais comuns para ser mãe referida foi aos 15 e 16 anos. Enquanto poucas mulheres adultas continuaram na prostituição, a maioria casou e passou a viver nas comunidades ribeirinhas, algumas ainda praticando o comércio informal nas balsas; outras casaram e migraram para outras cidades maiores da região, no estado do Pará ou mesmo no estado vizinho, Amapá.

Nenhuma “criança que se prostituísse”, tendo até 12 anos de idade, apareceu nos relatos de minhas interlocutoras ou nas interlocutoras de Moraes (2011) ou Vieira (2011). Nenhum dos relatos indicou a existência de uma rede criminosa organizada, nem de pais exploradores das filhas, nem de pais aliciadores ou incentivadores da prostituição de suas filhas. Nenhum dos relatos apontou a exploração sexual ou a exploração da prostituição de adolescentes ou de jovens mulheres. Nenhum dos relatos indicou a ocorrência de estupro de vulnerável (crianças).

No entanto, a simples presença de adolescentes em balsas, participando de um comércio informal de produtos oriundos do extrativismo ribeirinho, tem levado alguns moradores dos rios que podem atuar como denunciadores, ativistas, repórteres e religiosos a afirmar que há “exploração sexual de crianças e adolescentes” que precisa ser denunciada, reprimida e enfrentada. A intenção desses ativistas é compreensível, no sentido de tentar proteger crianças e adolescentes de abusos e exploração sexual, pelo viés da proibição de sua aproximação ou subida em balsas, ou uma vez “agarrada” a balsa, punir os homens que trabalhavam nas balsas e permitiram esse embarque. Todos esses “ativistas” afirmam a relação da prostituição ou exploração sexual com a pobreza das crianças, adolescentes e suas famílias. No entanto, nenhum deles, de maneira prática propôs ou implementou alguma medida para livrar essas pessoas das garras da pobreza.

A preocupação com o fenômeno da exploração sexual é uma realidade internacional, nacional, regional e mesmo local. No entanto, em que bases ocorre seu enfrentamento? Qual sua eficácia para a proteção de crianças e adolescentes? A luta contra a exploração sexual não seria uma maneira enviesada de combater a prostituição em si, que não é criminalizável no Brasil? É o que veremos no capítulo seguinte.

6 CONSTRUÇÕES MORAIS, EMOTIVAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA PROSTITUIÇÃO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES

Entre mulheres ribeirinhas (adultas ou adolescentes) e tripulantes das balsas podem haver relacionamentos afetivos, sexo transacional ou prostituição. Minhas interlocutoras anteriormente apresentadas relataram sobre relacionamentos afetivos seus e de suas familiares. Dentre tantas histórias ouvidas, foi apenas em um momento específico que consideraram que algumas poucas mulheres começaram a se dedicar também à prostituição no rio. No entanto, o que seus relatos evidenciaram não foi uma ocorrência generalizada de prostituição.

Contudo, sob o olhar de ativistas de direitos humanos (que interagem ao longe com esse cenário, impulsionados por preconceitos e estereótipos, mas de certa forma também com uma preocupação em assegurar alguns direitos infanto-juvenis) sobre os sujeitos que constroem essa realidade, essa situação refletiria a ocorrência exclusiva de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim, seguindo a linha teórico-metodológica de uma análise situacional, método utilizado para a realização deste trabalho, as construções morais, emotivas e políticas do enfrentamento da exploração sexual foram consideradas nesta discussão. Nessa perspectiva, este capítulo iniciou com a apresentação de um breve histórico do enfrentamento moral, emotivo e político da prostituição e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Mesmo considerando que são adolescentes a maioria das pessoas com idade inferior a 18 anos que estão envolvidas com a prostituição (e não crianças de até 12 anos), também registramos o termo “criança” por força do movimento histórico internacional e mesmo nacional que apenas se refere à presença infantil em cenários de exploração sexual. No caso do Brasil, a motivação para essa ênfase está no caráter moral e emotivo que assumiu o enfrentamento da prostituição infanto-juvenil e exploração sexual, marcada por uma diretriz de denúncia.

Em seguida problematizamos as formas assumidas pelas ações priorizadas no movimento de enfrentamento da exploração sexual no Brasil, destacando suas fragilidades, com o objetivo de refletir sobre uma possível melhoria na implementação das ações relacionadas aos eixos estratégicos análise da situação, articulação e mobilização, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

Na sequência, abordamos as principais formas assumidas pelo enfrentamento da exploração sexual e prostituição infanto-juvenil nos rios do Arquipélago de Marajó, estado do Pará. Nesse tópico, destacamos seu caráter mais repressivo, punitivo e proibicionista quanto à interação de ribeirinhas com tripulantes de balsas.

Por fim, abordamos a necessidade de construção de possibilidades mais efetivas que contem com respaldo empírico para a proteção, apoio e ajuda às crianças e adolescentes que poderiam estar na prostituição, incluindo suas famílias como um importante grupo social de inestimável referência moral, afetiva e simbólica para elas/eles.

6.1 BREVE HISTÓRICO DO ENFRENTAMENTO MORAL, POLÍTICO E EMOTIVO DA PROSTITUIÇÃO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes foi uma percepção social tardia no século XX. De um modo geral, o enfrentamento moral, político e emotivo das diversas formas de violência (especialmente maus-tratos) mais contra as crianças do que contra adolescentes, especialmente de classes mais abastadas, iniciou na década de 1960, nos Estados Unidos. Em relação à participação (menor) de crianças e (maior) de adolescentes na prostituição ou através de exploração sexual, a percepção social ganhou contornos de “preocupação válida” somente na década de 1980, acompanhada da maior cobertura dos jornais.

A partir desse cenário, a família passou a ser considerada como um dos principais ambientes de ocorrência de violência infanto-juvenil, os pais foram considerados os principais responsáveis, fosse por ação ou omissão. Foi um momento em que a família começou a perder seu caráter de sacro espaço de proteção, passando a ser vista também como agressora / vitimizadora em potencial, especialmente se referindo às classes ditas populares, as quais se tornaram “desestruturadas” em função de sua pobreza.

A categoria criança vítima de maus-tratos na própria família foi uma categoria elaborada por pediatras norte-americanos em 1961, referindo-se a casos de violência física ocorridos em famílias abastadas contra bebês e crianças pequenas. Posteriormente, a categoria é renomeada de “abuso infantil” e passou a ser vista independentemente de classe social, ganhando notoriedade na imprensa. “A questão tinha um forte apelo político: todas as correntes concordavam sobre a necessidade de formular medidas para proteger crianças vulneráveis” (Lowenkron 2015:84).

Os pais abusadores foram vistos como cruéis e doentes pela medicina, inclusive aqueles que protestavam contra o controle médico. A ideia de ciclo do abuso (crianças abusadas tornam-se adultos abusadores) passou a ser veiculada de forma irrestrita a partir de 1962 (Lowenkron 2015). Nessa ótica, o abuso sexual na infância levaria à prostituição no futuro ou a outras sexualidades “desviantes”.

No entanto, até a metade da década de 1970, o sexo não fazia parte do conceito de abuso infantil intrafamiliar, que se restringia aos maus-tratos físicos e à negligência. O termo “molestamento” era utilizada para se referir “a atos sexuais não violentos entre adultos e crianças, o que não era considerado grave” na época (Lowenkron 2015).

A categoria “abuso sexual infantil” surgiu em 1975, como resultado do encontro da agenda de pediatras norte-americanos, contra os maus-tratos infantis, com a agenda de um grupo de feministas, que consideravam a violência sexual intrafamiliar como estupro, sendo o símbolo máximo do poder machista em uma sociedade patriarcal. Elas reprovavam com veemência o silêncio e a negação da violência, considerando-as como piores do que os próprios atos abusivos. Por isso, a estratégia de libertação sugerida por essas feministas foi a denúncia. Contudo, os reflexos desses movimentos foram sentidos apenas nas décadas seguintes (Lowenkron 2015).

Os grupos tradicionais da sociedade, tais como religiosos, apoiaram em parte a agenda desse grupo de feministas no tocante ao abuso sexual infantil, permanecendo em silêncio quanto a outros temas, tais como família tradicional, direito ao prazer feminino e aborto. Esses grupos viram na luta contra o abuso sexual infantil a chance de reatualizar os temores sobre crimes e perigos sexuais (Lowenkron 2015), tais como uma luta contra as prostitutas e outras “sexualidades desviantes”.

A percepção social do abuso sexual infantil surgiu nos Estados Unidos. Posteriormente, essa percepção foi generalizada para outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

Apesar do caráter originalmente regional do movimento do abuso infantil, a organização do combate declarou-o como um problema internacional. O conceito foi difundido a partir dos Estados Unidos para vários países – inicialmente, para os de língua inglesa e, depois, para europeus e do terceiro mundo – por meio da organização de uma série de encontros e congressos internacionais, da multiplicação de centros de denúncia, da produção de leis específicas e da criação de agências especializadas (Lowenkron 2015:88).

Com efeito, a partir da década de 1970, as feministas radicais argumentavam que a prostituição e a pornografia representavam a subordinação feminina à dominação sexual masculina. Essas feministas consideravam que as mulheres nunca eram livres em relações sexuais comerciais, uma vez que a indústria global do sexo forçava as mulheres à prostituição. Assim, a prostituição era considerada por elas como escravidão sexual (Lowenkron 2015).

Nessa perspectiva, a categoria exploração sexual surgiu de uma vertente feminista influenciada pelo marxismo que era contrária à prostituição, forçada ou voluntária, adulta ou infanto-juvenil. A prostituição era considerada exploração sexual simplesmente porque envolvia a mercantilização do corpo e a alienação da pessoa, uma vez que negavam a agência

das pessoas envolvidas no mercado do sexo. As prostitutas seriam sempre vítimas e estariam em situação de escravidão. Por isso, essas feministas eram contrárias à regulamentação da prostituição. Elas associavam a regulamentação da prostituição ao tráfico de mulheres “como parte de uma mesma cruzada moral civilizatória, legitimando a intervenção política em favor das supostas vítimas” (Lowenkron 2015:93-94).

Se por um lado havia as feministas radicais que defendiam a abolição/proibição da prostituição, por outro havia aquelas que lutavam por sua regulamentação estatal para o exercício em condições adequadas e livres de coerção, violências e exploração. As feministas antipuritanas ou libertárias eram a favor da liberdade sexual e defendiam a liberação de todo sexo consentido:

[No início dos anos 1980] Centradas em grande parte em divergências a respeito dos temas da prostituição e da pornografia, as duas posições feministas confrontavam-se não apenas em torno da maneira de perceber o mercado do sexo, mas também a sexualidade e sua relação com a violência e o prazer (Lowenkron 2015:95).

Na década de 1990, outro grupo de feministas criticaram a perspectiva dicotômica entre repressão e liberação sexual, afirmando que as inserções no mercado do sexo são muito variadas e complexas. Nesse contexto, houve grupos de prostitutas que lutavam por seu reconhecimento como trabalhadoras do sexo, denunciando as violências que cercavam o exercício dessa ocupação em um setor informal sem direitos assegurados oficialmente (Lowenkron 2015).

Como a prostituição adulta não pôde ser criminalizada por setores tradicionais e feministas radicais, o foco passou a ser a infância e a adolescência, vistas como impossibilitadas de escolher autonomamente a prostituição, sendo antes vítimas da pobreza e oprimidas por familiares adultos, sendo sempre “exploradas” e “prostituídas” nessa ótica (Lowenkron 2015). Se a prostituição não pode ser criminalizada, ainda assim a exploração da prostituição adulta e infanto-juvenil foi assegurada no plano legal como forma de criminalizar as atividades que dariam suporte à prostituição, dificultando sua viabilização nesses aspectos:

O modelo mais repressivo é o proibicionista, que considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades a ela vinculadas e todas as partes envolvidas, incluindo as prostitutas, consideradas delinquentes. Já o modelo abolicionista penaliza a todos os que recrutam, organizam e se beneficiam da prostituição. Nele, as prostitutas são consideradas, sobretudo, vítimas. Aspectos deste modelo estão presentes em diversos países, inclusive, até o momento, o Brasil, nos quais a prostituição em si não é crime, mas qualquer tipo de intermediação é penalizada (Piscitelli 2012:5).

Ao longo da década de 1990, a exploração sexual infanto-juvenil foi se institucionalizando como agenda política específica e prioritária, que passou a figurar na legislação nacional e internacional:

Embora as preocupações relacionadas à regulação da prostituição e do tráfico de mulheres e meninas para fins sexuais venham de longa data, foi apenas na década de 1990 que os tratados internacionais de direitos humanos associaram o problema à ideia mais abrangente de exploração sexual e que a exploração sexual de crianças e adolescentes ganhou destaque como um problema com contornos próprios (Lowenkron 2015:92-93).

Em 1988, a expressão “exploração sexual” apareceu pela primeira vez na Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, § 4º: “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. A expressão “exploração sexual” também apareceu na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, em 1989.

Em 1999, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o abuso sexual infantil como problema de saúde pública de proporções mundiais. A linha é tênue na percepção social entre o abuso sexual intrafamiliar e a exploração sexual que ocorre fora da família, sendo reduzidos muitas vezes a apenas abuso, abusadores e abusados. Na declaração da OMS, o controle sobre as famílias foi vista como o meio de prevenção de abusos, com ênfase em uma perspectiva moralizante (Lowenkron 2015).

Também em 1999, a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) situou a prostituição e a pornografia como duas das piores formas de trabalho infantil a ser combatida.

No ano seguinte (2000), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantis (ONU), ratificou a prostituição e a pornografia envolvendo crianças e adolescentes como violação de direitos. “Entre as justificativas citadas para sua elaboração, estão o crescimento do tráfico internacional com esses fins e a ampliação do turismo sexual e da disponibilidade da pornografia infantil na internet” (Lowenkron 2015:98). Essas violações de direitos são de difícil identificação, confundindo-se com situações de sociabilidade cotidiana e laços de reciprocidade, sendo muitas vezes configuradas de forma arbitrária pelas autoridades, independente do ponto de vista das supostas vítimas, posto que são sempre pobres e enganadas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990), Art. 244-A, incluído pela Lei nº 9975/2000 passou a incluir a prostituição infanto-juvenil: “submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual”.

O Código Penal/1940, alterado pela lei nº 12015/2009, no Art. 217-A define que a relação sexual ou outro ato libidinoso com crianças menores de 14 anos é considerada como estupro de vulnerável. Assim, pessoas abaixo de 14 anos foram consideradas como incapazes

de consentirem sexualmente. O Art. 218-B, criminalizou a prostituição e sua exploração por terceiros:

Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone (Código Penal 1940).

No entanto, fora da situação de prostituição/exploração sexual, não se configura crime um adulto namorar ou ter relação sexual com um(a) adolescente maior de 14 anos, se houver consentimento desta. Ademais, o Código Civil de 2002, Art. 1517, permite o casamento a partir dos 16 anos com a autorização dos pais.

A lei nº 8072/1990, Art. 1º, inciso VIII, incluído pela Lei nº 12978/2014, definiu o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável como crime hediondo.

Para Landini (2005), o enfrentamento do abuso e da exploração sexual no plano internacional foi liderado por países desenvolvidos (europeus e norte-americano) e constituiu uma “ofensiva civilizatória” com o intuito de intervir nos países subdesenvolvidos. No Brasil, as agências da ONU (como a OIT e o UNICEF) e a ECPAT tiveram forte influência na delimitação dessa agenda política.

Nesse sentido, o protagonismo da Organização Não Governamental (ONG) denominada pela sigla inglesa ECPAT (End Child Prostitution and Trafficking – originalmente remetia a End Child Prostitution in Asian Tourism), criada em 1990 na Tailândia, foi decisivo para a sensibilização internacional para com a temática do enfrentamento e prevenção da exploração sexual, turismo sexual, tráfico humano para fins sexuais e pornografia de crianças e adolescentes na internet (Montgomery 2001; Lowenkron 2015).

A ECPAT foi uma das responsáveis pela “institucionalização do problema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como agenda política internacional autônoma” (Lowenkron 2015:98), através de várias ações, dentre as quais a organização dos Congressos Mundiais de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, o suporte técnico ao Brasil desde 1995 e na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, em 2000.

Os Congressos Mundiais de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes foram realizados inicialmente em países desenvolvidos e posteriormente em subdesenvolvidos: em 1996, em Estocolmo (Suécia); em 2001, em Yokohama (Japão); e em 2008, no Rio de Janeiro (Brasil).

Uma das estratégias utilizadas no enfrentamento da exploração sexual mundial foi assumi-lo como causa moral e emotiva, como forma de conquistar simpatizantes para o combate e atuar em uma perspectiva individual para contribuir na possível resolução do problema, especificamente através de denúncias para posterior encarceramento dos culpados:

Em entrevista ao jornal O Globo, em 30 de novembro de 2008, uma semana após o III Congresso Mundial, a representante do Unicef no Brasil, a francesa Marie-Pierre Poirier, afirmou que (...) faltava a opinião pública brasileira chocar-se com a exploração sexual desenvolver uma cultura de tolerância zero: “Por que esse fenômeno desapareceu em países desenvolvidos? Porque essas sociedades não permitem mais. A opinião pública se emociona. Isso cria uma reação enorme na sociedade”, afirmou ela (Lowenkron 2015:99).

O enfrentamento da exploração sexual no Brasil se baseou em categorias oriundas dos documentos de organizações internacionais que tem forte participação e influência na construção dessa agenda política (UNICEF, OIT e ECPAT). As categorias foram assimiladas e disseminadas por agências governamentais, “incorporadas em políticas públicas relacionadas ao tema, desenvolvidas e implementadas a partir de parcerias com ONGs e governos estaduais e municipais” (Lowenkron 2015:74).

No Brasil, o enfrentamento do abuso e da exploração sexual foi conduzido por psicólogos, assistentes sociais e advogados, que passaram a considerar o abuso e a exploração sexual como violação de direitos humanos, acompanhando os avanços legais a favor de crianças e adolescentes, especialmente a partir da década de 1990, acompanhando um movimento internacional (norte-americano e europeu) de elaboração de declarações, tratados e leis que visassem a garantia de direitos infanto-juvenis.

O enfrentamento do abuso e exploração sexual no Brasil privilegiou em suas discussões algumas pautas da agenda feminista, tais como as relações desiguais de poder entre homem-mulher e adulto-criança assentadas sobre a violência doméstica que se espraiaria para o mundo social, e a violência estrutural contra pobres e negros.

Em se tratando de questões relacionadas às interações sexuais intergeracionais envolvendo crianças e adolescentes, estes são considerados de modo geral como objetos, nunca como sujeitos, pois, nessas situações, o consentimento da criança e mesmo da/o adolescente não é considerado válido:

A expressão exploração sexual de crianças e adolescentes é utilizada pela militância para enfatizar a condição passiva de crianças ou adolescentes envolvidos nessas atividades, diferenciando-a, radicalmente, da prostituição e pornografia adultas, ao negar qualquer dimensão de escolha (Lowenkron 2015:76).

A exploração sexual foi enquadrada como “exploração sexual comercial”, geralmente vinculada ao chamado crime organizado e tráfico humano, sendo transformada a criança ou adolescente em “mercadoria”. Para confirmar essa situação, enfatiza-se a vulnerabilidade social das “vítimas”, atribuída a famílias desestruturadas, miséria, drogas etc. (Lowenkron 2015), ou seja, a/o adolescente se submeteria à prostituição porque seria pobre e, nesse caso, não estaria livre para decidir, sendo sempre manipulada/o pelas necessidades econômicas.

Muitos militantes tem imposto uma generalização que embaça um diagnóstico crítico da realidade, chegando a afirmações do tipo “tudo é exploração; todo tipo de prostituição visa ao lucro; toda prostituição é coercitiva”. Assim, a diversidade de formas de prostituição é reduzida a um punhado de características herméticas e arbitrárias, apelando frequentemente para o grande guarda-chuva pretensamente teórico da categoria “violência sexual”, que tem a finalidade de borrar fronteiras conceituais entre categorias diversas, tais como turismo sexual, tráfico humano, pornografia na internet, pedofilia, exploração sexual, prostituição e abuso sexual (Olivar 2016).

Nessa perspectiva, os documentos da OIT consideram como exploração sexual apenas as situações nas quais mulheres ou homens entram, de forma involuntária ou que entram na prostituição por vontade própria, mas não podem abandoná-la, ou se refere a todos os casos em que crianças e adolescentes exercem atividades sexuais comerciais. O caráter involuntário/forçado da exploração sexual é assegurado pela utilização de grave ameaça, o que implica na restrição da liberdade do trabalhador(a). No entanto, essa leitura liberal “deixa de considerar como exploração outras situações de trabalho, em relações e condições de trabalho muito precárias, inseguras, mal pagas, sem acesso aos direitos trabalhistas mínimos” (Piscitelli 2012:13). É nessa interpretação tendenciosa do que é e do que não “exploração” que reside a chave ideológica para a repressão da prostituição de um modo geral (Beleli e Olivar 2011).

Contudo, as categorias utilizadas nas pesquisas sobre exploração sexual e prostituição não tem dado conta das experiências de jovens mulheres e adolescentes cujos relacionamentos sexuais apresentam certo grau de agência, mediadas ou não por dinheiro, dádivas ou ajudas, em relacionamentos efêmeros ou com maior duração, sem a concorrência de opressão ou dominação (Olivar 2014). Nesse caso, é preciso saber ouvir as mulheres envolvidas, evitando uma postura classificatória precipitada e discriminatória quanto a seus relacionamentos afetivos, sexuais e sociais.

Para aumentar o potencial emotivo da percepção social da exploração sexual, alguns militantes-publicitários utilizam a imagem de uma criança sem rosto que segura um boneco (brinquedo), a qual seria prostituída para obter alimento, mesclando noções de inocência infantil

e perversidade adulta, desconsiderando que as adolescentes mais velhas correspondem ao maior número presente na prostituição, por sua beleza e juventude, e não crianças de até 12 anos (Montgomery 2001). Outra forma de “emocionar” é utilizar a palavra “menina”, que induz a se pensar exclusivamente em “criança”, apesar da ambiguidade cultural dessa palavra, mesmo que as supostas vítimas de exploração sexual sejam maiores de 14 anos. A Lei 8069/1990 considera a criança como a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Art. 2º).

Na imprensa, a imagem da criança em um ambiente inapropriado se presta apenas para evidenciar a prostituição, em qualquer de suas formas, como inapropriada ou criminalizável. Assim, a imagem da criança torna-se um objeto potente para outros interesses, que não o melhor interesse da criança:

De um espírito de proteção dos direitos de crianças e adolescentes pode-se deslizar sutilmente para um espírito de condenação do mercado do sexo e de formas específicas (e legítimas) de migração e deslocamento. (...) Crianças são, agora sim, objetificadas por um discurso que afirmava protegê-las (Beleli e Olivar 2011:527-528).

A exploração sexual tem se configurado como uma particular narrativa do terror, ambígua e de contundência fortemente moral e emotiva, que se expande nos eixos de gênero e étnico. Com efeito, no nível da prática, a exploração sexual é concebida como categoria moral e política de forte ranço emotivo (Olivar 2016).

O enfrentamento do abuso e exploração sexual ganharam destaque no Brasil com a promulgação da lei nº 9970/1999, que instituiu o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e principalmente com a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na cidade de Natal-RN, em junho de 2000, com o apoio técnico da ECPAT. Esse Plano foi elaborado para atender o compromisso político do governo brasileiro firmado na Declaração e Agenda para Ação, aprovadas no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em 1996, e contou com a participação de governos municipais, estaduais e federal, UNICEF, OIT e ECPAT. “O reconhecimento do fenômeno por órgãos governamentais brasileiros desempenhou um papel central no processo de institucionalização do problema no país” (Lowenkron 2015:91).

Desse modo, o enfrentamento foi assumido como assunto de estado a partir de 2003, quando começou a fazer parte da esfera federal, executiva, legislativa e judiciária: Ministério da Justiça, Ministério do Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal (Olivar 2016).

Em decorrência do Plano Nacional, foi criado em 2002 o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), e em 2003 o Disque Direitos Humanos (o Disque 100), para o recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias das diversas formas de violência contra crianças e adolescentes, ligados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e ao Ministério dos Direitos Humanos.

Os dados do Disque Direitos Humanos, de 2003-2011, com mais de 151 mil denúncias de todo o país, revelaram que é em torno do abuso sexual infantil que se houve a maior sensibilização social (60,61%), apesar de os esforços do governo brasileiro terem conferido especial ênfase ao problema da exploração sexual infanto-juvenil (37,46%). Essa ênfase também ocorre nos noticiários, sendo o termo “exploração sexual” menos frequente do que os termos abuso sexual e pedofilia. Inclusive, os casos denunciados como exploração sexual enfatizam a exploração de “meninas” pobres: “é, portanto, associada também às vulnerabilidades de gênero e classe, além da idade” (Lowenkron 2015:69-70).

Apesar de o Plano Nacional apresentar seis eixos estratégicos de enfrentamento, quais sejam, análise da situação, articulação e mobilização, prevenção, defesa e responsabilização, protagonismo infanto-juvenil, na prática apenas o eixo “defesa e responsabilização” demonstra uma efetividade parcial. Assim, a execução da política de enfrentamento, tendo em vista a execução da lei, é atribuída ao Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e instituições de justiça e segurança pública, com a participação crescente a nível local dos ministérios públicos estaduais (Olivar 2016).

No Brasil, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), dentre as quais as nacionais de 1993, 2004 e 2010, contribuíram para a sensibilização da sociedade brasileira e das autoridades públicas quanto à prostituição infanto-juvenil ou exploração sexual.

Em 1992, o jornalista Gilberto Dimenstein escreveu uma série de reportagens para o jornal Folha de São Paulo sobre o tráfico de “meninas” prostituídas no norte brasileiro. Essas reportagens deram origem ao livro “Meninas da noite” (Dimenstein 2002)²⁹. Essas matérias tiveram grande repercussão nacional e mobilizaram organizações não-governamentais, que pressionaram as autoridades políticas do país. A partir dessas reportagens e da preocupação com o crescimento da exploração sexual, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que atuou em 1993-1994, para apurar os casos de exploração sexual e prostituição infanto-juvenil. Essa Comissão concluiu que as autoridades não se

²⁹ Para uma descrição e análise crítica dessas reportagens, ver Andrade (2001).

mostravam adequadamente preocupadas com a análise, o controle e o combate à prostituição infanto-juvenil (Congresso Nacional, 2004).

A CPI de 1993 influenciou a criação de outras CPI em diversos estados brasileiros, dando visibilidade nacional ao tema e mobilizando vários grupos e ONG que passaram a lutar pelo enfrentamento do problema (Congresso Nacional, 2004).

Em 2002, foi publicada a “Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Brasil (PESTRAF)”, coordenada pelo CECRIA (Leal; Leal 2002)³⁰. Essa pesquisa serviu de base para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, entre 2003 e 2004, abrangendo o Congresso Nacional (2004).

Foi criada em 2008 a “Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Pedofilia”, no Senado Federal, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses delitos com o crime organizado. Seu relatório foi publicado em 2010. Essa CPI propôs maior rigor legal contra os abusos sexuais de crianças e adolescentes, bem como conseguiu a aprovação da Lei 11829/2008, que prevê pena de 8 anos de reclusão, mais multa, pela posse de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes (Senado Federal 2010).

6.2 FRAGILIDADES E INCONSISTÊNCIAS DAS FORMAS PREVALECENTES DE ENFRENTAMENTO DA PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Algumas críticas podem ser direcionadas às formas preponderantes construídas para o enfrentamento da prostituição e da exploração sexual no Brasil, a fim de contribuir na prevenção e eliminação de violências diversas (institucionais ou sociais) contra mulheres e adolescentes, especialmente as de famílias pobres.

Uma noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se a escassez de dados empíricos. Em se tratando de exploração sexual, as evidências empíricas são escassas, mas os índices/estimativas divulgados por organizações e instituições são sempre alarmantes, exorbitantes (Olivar 2016). Por isso, faltam informações densas sobre

³⁰ Para uma leitura crítica desse relatório, ver Blanchette, Thaddeus Gregory; Silva, Ana Paula da. 2014. *As Rotas da PESTRAF: Empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil*. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014.

os/as adolescentes construídas com eles/as, não apenas para eles/as, tendo em vista tomar decisões mais efetivas para a realidade social.

Outra noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à atuação limitada de conselheiros tutelares. Quando um conselheiro tutelar despreparado lida com uma possível situação de exploração sexual, geralmente negligencia violações de direitos e tende a enfatizar aspectos morais relacionados a interdição sexual para adolescentes, mais preocupados com a manutenção de uma imagem de família idealizada (Olivar 2016).

Os conselheiros tutelares geralmente tem baixa escolarização, recebem formação precária e esporádica ou não recebem formação. Não disponibilizam de recursos financeiros e equipamentos, nem pessoal, necessários para a realização de seu trabalho, que consiste em velar pela garantia de direitos infanto-juvenis:

Trata-se de agentes locais, homens e mulheres de classes populares vinculados(as) a processos religiosos de base, com baixo nível educativo e salários mínimos, engajados em instituições que raramente contam com o apoio econômico suficiente por parte das prefeituras (Olivar 2016:443).

As aparências de situações sociais atreladas às imaginações morais podem levar os conselheiros tutelares a criar contextos e casos de exploração sexual:

Um dia desses, meu colega viu duas meninas saindo de um quarto com um militar. A menina bonitinha. A gente sabe que ele não namora com ela, certo? Ele não namora, militar não namora, militar faz sexo. Não casam, raramente casam, até porque a maioria já é casada. Ele vem pra cá, vem passar dois anos e vão embora, ou nem passam tudo isso. As meninas tem na cabeça delas que eles podem dar uma vida melhor (...) Mas quem sou eu pra perguntar dela, ou o que o homem deu pra ela? (...) Ele foi lá na casa da mãe dela e disse que queria namorar sua filha? Eu quero ficar com ela, eu quero casar com ela? Não. Ele encontrou ela em algum lugar e levou pra dentro do quarto. Não só ela, mas duas. Só para vocês entenderem, são de uma comunidade bem pobre (Olivar 2016:444).

O diagnóstico da realidade pode ser precariamente realizado por conselheiros tutelares, pois “em muitos casos, esses agentes trabalham articulados com a polícia, montam esquemas de investigação detetivesca ou de pesquisa de campo para alimentar os mapas de risco” (Olivar 2016:443). Em função disso, afirmam receberem ameaças ou imaginam que são ameaçados por causa do serviço que tentam realizar.

Assim, os conselheiros tutelares agem ou podem agir sem informação suficiente, levando em consideração eventos e não trajetórias, contribuindo para a retirada de crianças das ruas ou territórios públicos marcados por interesses morais e comerciais (práticas de higienização), especialmente crianças e adolescentes negras, moradoras de rua, pobres e desacompanhadas (Olivar 2016).

Mediante essas situações, é possível que os conselheiros tutelares sejam considerados por agentes do estado e militantes como anjos da guarda, mas podem ser vistos por adolescentes e suas famílias (que tem direitos violados e que podem estar violando algum aspecto das leis vigentes) como agentes de repressão.

Outra noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à imposição da concepção de infância engendrada em países europeus, considerando que no plano legal internacional, a categoria “criança” compreende todo o ser humano menor de 18 anos (ONU 1989). Nesse sentido, a concepção de criança que prevalece no imaginário das elites é a da infância universal criada pelo ocidente e que tem sido imposta aos países subdesenvolvidos, baseada no não-trabalho (improdutividade), na recolhida ao espaço doméstico, que tem seu tempo preenchido pela brincadeira e estudos, com um tempo considerável no espaço da escola, destinado exclusivamente ao público infantil, sofrendo processo sistemático de governamentalidade, independentemente da situação socioeconômica da família, de sua cultura e moral (Olivar 2016).

Na prática, essa concepção tem servido para oprimir e perseguir famílias pobres que não tem condições materiais de manter esse padrão. Especificamente, tem sido usada como subterfúgio para silenciar as/os adolescentes, no intuito de lhes negar sua condição de sujeitos de direitos, pois nunca são ouvidas e atendidas em seus interesses, bem como para lhes negar a condição de sujeitos sexuais, pois sua sexualidade passa a ser controlada.

Assim, a concepção de infância tem servido para negar agência, especialmente a adolescentes maiores de 14 anos. Apenas a tutela lhes foi reservada, apenas a condição de dependente, de objeto do adulto, o qual imagina saber o que é melhor para ela. Com efeito, no Brasil, a categoria “adolescência” tende a subsumir à categoria “criança”, o que tem implicado na busca constante pelo controle de sua sexualidade, ocasionando o descaso para com esse singular momento da vida de uma pessoa (Beleli e Olivar 2011).

Mais uma noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à vinculação da exploração sexual com sequestros e prostituição forçada.

A imagem promovida por organizações transnacionais e multilaterais tem vinculado de forma inexorável a exploração sexual com sequestros e prostituição forçada engendrada por organizações criminosas internacionais (Olivar 2016). No Brasil, essa imagem passa a ser generalizada para qualquer situação de prostituição que conta com a presença infanto-juvenil.

O que há de mais cruel e desumano em situações de exploração sexual, que são menos comuns, posto que são poucos os casos de tráfico, escravidão, violência física, comprovados

por evidências esporádicas e esparsas, generaliza-se para todas as situações de intercâmbios de sexo por bens materiais e simbólicos:

Os grupos organizados efetivamente apresentam um cenário fechado a respeito da prostituição infantil: a criança ou adolescente é usada em troca de dinheiro ou favores; há uma indústria organizada em torno dessa exploração; as vítimas vêm de famílias pobres; as crianças e adolescentes prostituídos sofrem também violência física, são escravizados e trancafiados para que assim o cafetão possa fazer melhor uso de sua força de trabalho, ou seja, seu corpo. Quando chamo essa descrição de cenário não é sem propósito: o que há de mais cruel e desumano, ou seja, uma parte da realidade, é transformado em totalidade ou, em outras palavras, denúncias e acusações são transformadas em categorias analíticas. A preocupação raramente se volta para o estudo da realidade empírica – os dados apresentados por alguns são repetidos acriticamente, sem qualquer contextualização e sem análise prévia das fontes (Landini 2006:17-18).

Filmes de ficção altamente dramáticos, tais como “Anjos do Sol” e “Sonhos Roubados” são utilizados em ações de prevenção e enfrentamento da exploração sexual (Olivar 2016), e são apresentados como um retrato fiel e prevalecente do fenômeno da exploração sexual no Brasil, seja no interior do país ou em um grande centro urbano.

A existência dessa realidade desumana não autoriza o retrato, traçado por grupos organizados e que recebe o aval da mídia, de que todos os adolescentes que, de alguma forma, fazem programa, estejam incluídos nesse cenário cruel.

As crianças imaginadas pela ficção televisiva e política (possivelmente exploradas sexualmente, ou não) tem o poder de obnubilar as crianças vulneráveis na vida real. Por serem imaginadas não podem receber qualquer tipo de assistência, porque jamais seriam encontradas; por outro lado, as crianças reais em situação de vulnerabilidade social, mas que possivelmente ainda não estejam na rota da exploração sexual, são negligenciadas em suas necessidades mais básicas, por todo o Brasil, especialmente no norte e nordeste. Por que crianças sem escola, ou crianças que estão na escola, mas sem aula, sem merenda, sem transporte escolar, sem saúde, que passam fome diariamente não são alvo das reportagens? Por que nunca são evidenciadas? Por que nunca são atendidas? Essa violação de direito também não é atroz? É atroz, mas não é espetacular, não é chocante para olhares insensíveis da sociedade para com a dor cotidiana de crianças e adolescentes. Com certeza, não aumentaria os índices de audiência do meio de comunicação. Só a tragédia espetacular tem esse poder, e a mídia sabe disso e se aproveita (Beleli e Olivar 2011).

Por conseguinte, outra noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se ao anúncio da pobreza das supostas vítimas como vetor para sua tutela. Afirma-se sua carência material e, por conseguinte, dependência das instituições sociais/estado a fim de suprimir qualquer margem de agência a essas pessoas.

Os ativistas assinalam a pobreza das “vítimas”, mas não consideram a pobreza como um problema do qual essas pessoas devam ser libertas. Assim, ratificam o *status quo*, mantendo o contexto econômico capitalista inquestionável. O que é defendido com veemência são os valores capitalistas, tais como a livre iniciativa, a liberdade individual e a propriedade privada, estes sim seriam essenciais para a liberdade humana, e estão acessíveis a todos os que se esforçarem individualmente, e trabalharem honestamente para conseguir sucesso, poupando míseros salários para realizar sonhos a longuíssimo prazo. Para os ativistas, quem não se adequa a esses padrões, quem se opõem à ideologia ocidental hegemônica, os quais são considerados como problemáticos e desviantes da ordem global e da política econômica, devem ser trazidos de volta aos valores e padrões capitalistas dominantes através de mais regulamentações (Kempadoo 2016).

Também se configura como noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual a concepção de proteção, a qual tem implicado apenas em medidas que visem a interdição da presença de crianças e adolescentes em espaços públicos. Dessa maneira, às crianças e às jovens envolvidas com a prostituição, só lhe reserva o papel de vítimas que devem ser protegidas apenas pela polícia, a qual tem o dever somente de afastá-las do possível cenário de violação dos direitos. Nesse caso de violação de direitos humanos, nenhum tipo de agência pode ser reconhecido, sob pena de deturpar a formulação emocional da exploração sexual e do processo de vitimização (Olivar 2016).

Para religiosos, políticos, agentes do direito e ativistas, na realidade da prostituição ribeirinha, a única figura de um agente salvador/redentor está relacionada ao policial que retira crianças, adolescentes e jovens mulheres das balsas. A única salvação possível, visível é essa: mantê-las afastadas das balsas, para seu próprio “bem”. O que acontece depois, no dia-a-dia da realidade ribeirinha não importa. O importante é que estejam todas longe das balsas, longe de homens degenerados, longe do óleo diesel, do dinheiro que rouba sonhos (que sonhos?). Por outro lado, também pode ser visto como “salvador” aquele que faz a denúncia do “crime”. A denúncia é vista como ajuda, salvação, jamais como uma forma a mais de violência.

Mais uma noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se ao fato de que essa empreitada moral “enfrentamento” tem gerado lucros para organizações internacionais humanitaristas e de resgate, enquanto que as crianças, os/as adolescentes e suas famílias não tem recebido o apoio social necessário no cotidiano de suas vidas.

O enfrentamento internacional da exploração sexual tem gerado muito lucro a agentes humanitaristas e de resgate, nacionais e transnacionais, estatais e não estatais, laicos e religiosos

através do financiamento de campanhas e programas de ações de combate a esse crime em países subdesenvolvidos (Olivar 2016). Quem quiser contribuir com essas organizações, basta entrar no site delas e clicar em “doações”, pois “sua doação faz a diferença”.

Outra noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à repressão da prostituição adulta, especialmente de jovens mulheres (Olivar 2016), ou seja, enquanto se combate a prostituição infanto-juvenil, cria-se um clima de terror e perseguição que tem servido para desestimular qualquer forma de prostituição não criminalizável.

Mais uma noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à negligência quanto aos direitos e à agência das adolescentes, com a justificativa de que o que se faz visa a sua proteção.

Quando se opta por emoções morais e opções religiosas, a lei que assegura direitos e uma possível autonomia sexual de adolescentes são completamente negligenciadas. Ainda assim, anuncia-se a todo tempo a imperiosa necessidade de resolução das desigualdades sociais e de gênero, mas estas são mantidas e recrudescem cada vez mais (Olivar 2016).

Para as políticas de combate a situações de violência, crianças e adolescentes não são agentes, mas objetos da ação, pois ao estarem na condição de desenvolvimento, não saberiam o que é melhor para si, não tendo, portanto, controle de seus atos:

Esse pressuposto de que crianças e adolescentes devem ser protegidos por não possuírem maturidade suficiente para tomar decisões que possam acarretar consequências mais sérias para suas vidas pode levar a alguns excessos, principalmente quando trata-se da possibilidade de exploração sexual: os sujeitos são des-subjetivados. Na visão de muitas entidades de defesa da criança e do adolescente, deve haver limitações ao capitalismo – e a venda do corpo infantil e adolescente ultrapassa em muito o limite do aceitável. **Contudo, ao chamar a atenção para esse fator, deixa-se de lado a subjetividade. As crianças e adolescentes inseridos no mercado do sexo, seja de forma mais efetiva e constante, seja ocasionalmente, possuem sentimentos, opiniões e desejos que acabam sendo ignorados** (Landini 2006:17; grifos nossos).

As/os adolescentes que estão na prostituição não concordam com a visão de uma adolescência impotente e incapaz, que não saberia o que é melhor para si. Por isso, procuram fugir da repressão de agentes que, em nome da proteção de direitos, atuam na perspectiva de proibir as práticas, penalizar e reprimir os envolvidos:

Vários dos adolescentes entrevistados por mim não se viam como estando “em situação de prostituição” e, menos ainda, como “prostituídos” por outros. O fazer programa era entendido como um jogo imiscuído na própria sociabilidade. **Eles não se viam como vítimas, mas como atores na construção da própria sexualidade** (Landini 2006:17; grifos nossos).

A voz das adolescentes é completamente desconsiderada, sendo tratadas como pessoas incapazes / impedidas de ter autonomia / agência. São apenas objeto da lei, nunca sujeitos de direitos. Enquanto os outros olham para sua situação como de prostituição, ela pode ver essa mesma situação como “namoro”. Não se ouve o vocábulo “exploração” em sua linguagem cotidiano.

A criança ou adolescente que é apanhada trocando sexo por dinheiro, deve declarar-se como vítima, pobre, inocente sexual, obediente à mãe. Quando o rótulo de “vítima” não pode ser imposto, a cruzada moral contra a prostituição ataca também as adolescentes prostitutas e suas famílias, considerando-as como degeneradas e criminosas, portanto, culpadas. Assim, a “exploração sexual” tende a ser concebida como dispositivo de regulação de gênero e das sexualidades adolescentes (Olivar 2016).

Outra noção problemática aqui elencada sobre a forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à negligência para com a adolescente, quando esta passa a subsumir face ao pagamento recebido, que tende a ser enfatizado.

A todo momento é enfatizado o pagamento do “programa” sexual realizado por crianças ou adolescentes, transparecendo o recebimento de uns trocados (moedas), alimentos e troca franca por “alguns litros” de combustível, principalmente óleo diesel, na prostituição realizada no Marajó. Para Montgomery (2001), enfatizar o valor ou produto da troca obtida nessas construções morais é a tentativa de desqualificar sua ocorrência por vias lógicas, mostrando um cenário marcado pela luta por sobrevivência, pelo desespero. Ao se chamar a atenção para o valor da troca, a criança é deixada de lado.

A penúltima noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se a uma visão moralista que nega às adolescentes a possibilidade de adentrar em um mundo de consumo.

Assim, as adolescentes são criticadas quando buscam a prostituição para adentrar em um mundo de consumo, como se elas não tivessem esse direito, como se elas não deveriam aspirar a obtenção de bens materiais, porque não seria moralmente apropriado (Olivar 2016).

A última noção problemática da forma vigente de enfrentamento da exploração sexual refere-se à responsabilização somente dos indivíduos, apesar das múltiplas motivações e causas da prostituição.

Com efeito, a responsabilidade pela exploração, escravidão e tráfico é transferida de fatores estruturais e instituições dominantes para indivíduos “desviantes”, os quais devem ser trazidos de volta aos valores do capitalismo dominante através de mais leis, policiamento, detenção, encarceramento, deixando intacto e mesmo impulsionando o próprio capitalismo,

apontado como o sistema que tem a única saída da pobreza e da escravidão: formação acadêmica enciclopedista e técnica, trabalho honesto assalariado, pagamento de impostos abusivos, obediência às leis sem qualquer questionamento. Nesse contexto, as instituições masculinistas como grandes empresas, o estado, a igreja e a polícia (mesmo atuando como repressoras), recebem a roupagem de aliadas e salvadoras, que atuam na “defesa” de direitos individuais (Kempadoo 2016).

Por um lado, o foco no indivíduo desviante permite obnubilar as causas dos problemas sociais nos países subdesenvolvidos, uma vez que são problemas que podem ser encontrados “em uma grande variedade de incidentes, situações e condições que podem afetar qualquer um, em qualquer lugar, a qualquer momento” (Kempadoo 2016:13). Por outro lado, preparam o caminho para sugerir a solução dos problemas sociais dos países subdesenvolvidos, que implica em impulsionar o capitalismo, elevando “a níveis sem precedente o capital para impulsionar a mudança” (idem). O capitalismo, que gera desigualdade, servidão e exploração, pode ser usado para resolver o problema do trabalho escravo? Não, pois o aumento do trabalho forçado para uma maioria tem implicado no aumento da acumulação de riqueza por uma minoria.

A maioria das tentativas de acabar com a prostituição infanto-juvenil se concentra em encontrar um indivíduo para culpar e punir. Assim, a ênfase tem sido a punição dos envolvidos, através da cena mais comum, qual seja, a da polícia resgatando crianças e adolescentes de ambientes de prostituição. Nessa perspectiva, os contextos sociais, políticos, econômicos e até históricos que permitiram a prostituição infanto-juvenil se expandir, são reduzidos à figura dos indivíduos isoladamente (Montgomery 2001).

Por isso, culpam-se os clientes da prostituição; culpam-se os indivíduos pobres, vistos como personagens detestáveis, não uma economia excludente, exploratória e desigual. No entanto, ninguém culpa as elites econômicas e/ou políticas que operam e se beneficiam dessa economia, pois estariam acima de qualquer suspeita (Montgomery 2001).

Ao responsabilizar os indivíduos envolvidos, culpando-os, lança-se a prostituição infanto-juvenil como uma questão moral além de todas as outras formas de violação de direitos, tais como a pobreza e a vulnerabilidade das famílias das crianças e adolescentes (Montgomery 2001).

Os primeiros “culpados” a serem punidos são os clientes. O movimento de enfrentamento da exploração sexual tem incentivado uma “raiva justificável” sobre esses homens, estimulando a expansão dessa raiva para um ressentimento mais geral. Seria mais lógico e fácil culpar os clientes decadentes com seus preferências e comportamentos incompreensíveis. Ao ver abusadores e agressores caçados e punidos severamente, os membros

da sociedade em geral poderiam experimentar um sacrifício simbólico e, assim, sentiriam suas consciências limpas, pois a justiça teria sido finalmente feita:

Também há uma satisfação em acusar esses homens. Eles terão poucos defensores e há uma sensação de justiça ao vê-los presos por crimes contra crianças. Novamente, há uma satisfação na perseguição desses homens, repudiando-os publicamente como membros inapropriados da sociedade (Montgomery 2001, Capítulo 7).

Quando não é possível penalizar os clientes, pela falta de provas e de testemunhas para a abertura de inquéritos policiais, os que podem ser responsabilizados são os pais das crianças e adolescentes, que permitiriam ou incentivariam sua permanência na prostituição, a fim de se beneficiar do dinheiro obtido. Esses pais seriam demonizados por sua postura de exploradores.

Com a criação de inúmeras leis de repressão da prostituição infanto-juvenil e exploração sexual a partir da década de 1990 e com o aumento dos canais institucionais de denúncia, com o incentivo de sua utilização permanente, praticamente a responsabilidade pela erradicação da prostituição foi colocada nas mãos das famílias pobres.

Os pais que não agirem nos moldes do tratamento dispensável à concepção universal de infância das famílias favorecidas economicamente, e de acordo com as diretrizes das normativas legais vigentes, serão penalizados, e o Estado poderá proceder a alienação parental, assumindo a função de cuidar das crianças e adolescentes (Montgomery 2001).

Além da penalização, os pais das prostitutas são instados a valorizar a moral do trabalho como forma de não “explorar” mais seus filhos. No caso da prostituição que ocorre no meio rural com a participação das filhas de camponeses, os pais delas são incentivados a permanecer no campo, nas práticas agrícolas; são estimulados a manter sua cultura tradicional e são criticados por não fazê-lo, mesmo quando não podem ou não querem fazê-lo; são incentivados a se manterem no seu lugar e reduzidos a uma “cultura tradicional”, mesmo que seja economicamente impraticável e sem recompensas. São desestimulados à migração, pois em uma visão idealizada, a vida imaginada no campo seria uma vida feliz, sem pressões sociais sobre suas terras e seus trabalhos, ou pelos processos de industrialização ocorridos nas grandes cidades, que tem gerado expectativas de melhoria de vida. De fato, a industrialização trouxe muitos problemas sociais, como também aumentou as opções disponíveis para as famílias pobres, o que incentivou a migração de famílias pobres (Montgomery 2001).

Se chegar ao tribunal, estágio final e dramático de combate, a prostituição torna-se apenas uma questão de violação das leis, sendo removida do seu contexto econômico e social. Assim, nesse espaço institucional, a legalidade torna-se a única questão saliente. Em

decorrência desse processo, a complexidade dos casos individuais torna-se irrelevante (Montgomery 2001).

Com efeito, a prostituição não pode ser reduzida à figura dos indivíduos envolvidos, tais como clientes, prostitutas ou seus pais, pois punir alguém não implica em ajudar diretamente crianças e adolescentes. Essa proteção necessária é um processo de longo prazo que deve ir além de uma mera satisfação em processar um punhado de clientes ou “agressores”, ou os pais de crianças e adolescentes prostitutas (Montgomery 2001).

A prostituição infanto-juvenil é uma indignação moral, mas também é uma descrição incômoda, sensacionalista e politizada que ignora o rosto mundano da pobreza e se concentra apenas no lado exótico do “sexo”, em vez de se concentrar nas forças sem rosto e sem nome da globalização. “Embora seja apresentado como uma questão moral, não relacionada a outras preocupações, é, de fato, baseada em premissas não ditas e inquestionáveis e em ideologias particulares” (Montgomery 2001, Capítulo 6).

As discussões sobre a prostituição infanto-juvenil que utilizam o paradigma do terror tendem a vê-la isoladamente de outros fatores, implicando que qualquer coisa é melhor do que a prostituição, mesmo que isso signifique uma vida em trabalhos precários ou informais, desemprego, na coleta de lixo ou na mendicância nas ruas. Ao colocar uma ênfase no sexo, ignora muitas outras formas de exploração que as crianças e adolescentes podem sofrer. Ao colocar firmemente a prostituição no âmbito da moral, qualquer discussão sobre a economia ou desigualdades estruturais podem ser ignoradas. Embora a prostituição infantil seja geralmente apresentada como uma questão moral, como uma escolha clara entre o bem e o mal, é de fato uma questão muito mais complexamente motivada (Montgomery 2001).

Ao colocar a prostituição dentro de uma agenda moral, e ver os pais em termos de “bons ou maus”, os fatores econômicos inerentes à prostituição são ignorados, bem como os valores morais das famílias pobres. Ao apresentar a prostituição infanto-juvenil como um mal isolado, todos os outros padrões e desigualdades sociais são ignorados e, portanto, o *status quo* fundamental das relações sociais prevalecentes permanecerá inquestionável. No entanto, quando a prostituição infanto-juvenil for vista como uma questão de economia, serão realizadas discussões sérias sobre o trabalho infantil e o trabalho regulamentado para adolescentes, e os orçamentos do Estado precisarão ser empenhados para garantir que as crianças sejam protegidas (Montgomery 2001).

Os benefícios econômicos da prostituição podem ser utilizados para fins morais, se forem usados para ajudar os familiares. Assim, para as próprias crianças e adolescentes, a prostituição não é uma questão de moralidade versus imoralidade, mas um questão que

transforma a prostituição, como uma forma socialmente inaceitável de ganhar dinheiro, em uma forma de cumprir suas obrigações familiares (Montgomery 2001).

Se os indivíduos são responsabilizados com base nos pressupostos da agenda moral de ativistas, militantes e autoridades policiais, o que vem na sequência é o enfrentamento da exploração sexual caracterizado pelo espetáculo da repressão dos “criminosos”. Contudo, o saldo final dessas medidas são de efeitos práticos limitados para a proteção de crianças e adolescentes reais que vivem essas situações.

O enfrentamento da “violência sexual” tem dominado o discurso político atual, pois vê-se a instalação de inúmeras CPI. A mídia tem destacado a possível ocorrência cotidiana da “violência sexual”, com matérias apresentadas sistematicamente, com a mesma estrutura, sem qualquer elemento descritivo novo. Entrementes, as crianças em situação de vulnerabilidade social continuam desprotegidas e sem qualquer atendimento de suas necessidades (Olivar 2016).

Assim, considerando a realidade de crianças e adolescentes que sofrem cotidianamente as desigualdades sociais no Brasil, consideramos que as políticas de enfrentamento da exploração sexual não são uma prioridade nacional (Olivar 2016).

Questionamos então: Qual a eficácia desse enfrentamento? Ou quem tem lucrado com esse enfrentamento? Políticos em campanhas eleitoreiras, permanentemente reeleitos? A mídia, na obtenção de elevados índices de audiência por apresentar cotidianas tragédias humanas infanto-juvenis? ONGs? Onde fica a criança e o/a adolescente como “sujeitos” de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, prioridade no atendimento por políticas públicas?

Nessa perspectiva, o enfrentamento da exploração sexual de caráter espetacular, através de blitz policiais com cobertura da mídia, não possibilita descrever o fluxo cotidiano e contínuo de violências contra crianças e adolescentes.

Tampouco a categoria genérica “violência sexual” ajuda a intervir nas drásticas desigualdades étnicas e de gênero com forte influência histórico-colonial, seja de caráter militar, religioso ou comercial (Olivar 2016).

Em suma, essas medidas e concepções herméticas não ajudam a compreender a realidade de muitas crianças e adolescentes e suas famílias, nem oferece indicativos para a elaboração de propostas práticas de proteção, pois protegem menos as crianças de “carne osso” que aparecem nas imagens pornográficas, peças jornalísticas/reportagens de TV e depoimentos/denúncias, do que o ideal de “infância pura e inocente” ameaçado por uma miríade de monstros contemporâneos individuais que personificam o único mal a ser combatido, tais

como abusadores, pedófilos, exploradores/clientes, aliciadores e traficantes de seres humanos (Lowenkron 2013).

6.3 O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E PROSTITUIÇÃO NO MARAJÓ COMO PROIBIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SE APROXIMAREM OU EMBARCAREM EM BALSAS

No Marajó, o enfrentamento da exploração sexual e prostituição infanto-juvenil tem sido feito por de forma desarticulada e assistemática por assistentes sociais, grupos de religiosos e conselheiros tutelares. As ações tem consistido em busca de flagrantes de crianças e/ou adolescentes subindo em balsas, assim como na realização de algumas campanhas (in)formativas realizadas na cidade. A “análise da situação”, um dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, não tem sido enfatizada; quando buscada, não obtém sucesso. Para além desses agentes, ribeirinhos, policiais e jornalistas tem um ponto de vista sobre exploração sexual ou seu enfrentamento, baseados em dados empíricos ou fictícios. De um modo geral, o enfrentamento é feito com a intenção de proteger crianças e adolescentes ribeirinhos, sendo que cada instituição e seus agentes desempenham ações na medida de suas competências institucionais. Contudo, a proteção almejada não apresenta efetividade social na realidade ribeirinha marajoara.

A percepção social local sobre a exploração sexual no Marajó ganhou efetividade a partir de 2005, quando uma emissora de TV veiculou uma reportagem em rede nacional, ao abordar o tema “Povos das águas” através da matéria intitulada “Às margens da pobreza”. Nessa reportagem, denunciava-se a prostituição das “meninas balseiras”, a partir das falas de um líder comunitário ribeirinho, uma representante de uma ordem religiosa e uma conselheira tutelar. Não obstante, uma jovem e um menino são entrevistados por um repórter em um rio do Marajó, ambos falando sobre “namoro”. A partir de então publicaram-se uma gama de reportagens denúncias sobre a prostituição infanto-juvenil no Marajó, com ênfase em Breves (Guedes 2012).

Atrelada a essas denúncias, algumas ações de enfrentamento foram realizadas em Breves por várias instituições: Poder Judiciário, Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, CREAS Regional do Marajó, Universidade Federal do Pará, Projeto Jepiara (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Movimento República de Emaús), Projeto Amar a Vida (Comissão Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, regional norte

2), Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Delegacia da Mulher. Em 2009, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará criou a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na região do Marajó (Guedes 2012).

Em 2012, um Conselheiro Tutelar me relatou que a situação da exploração sexual era uma realidade “alarmante” em um rio do Marajó. Ele me disse que “as meninas estavam subindo *direto* nas balsas; muita menina mesmo”. Ele também afirmou ter filmado sua incursão nos rios. Eu solicitei uma cópia do vídeo, mas ele disse que sua câmera estava danificada e tentaria consertar para poder retirar os arquivos digitais. Não tive acesso a esses vídeos que “comprovariam” a prostituição ou exploração sexual nos rios.

Para esse ex-conselheiro tutelar, se elas subiam em balsas, era para se prostituir. Era a única explicação possível na visão dele. Nesse contexto, depreende-se que para prevenir a “exploração sexual”, uma medida simplista consistiria em proibir que crianças e adolescentes subissem em balsas.

No entanto, nunca houve nenhuma comprovação de prostituição de adolescentes, muito menos de crianças se prostituindo em balsas. Nenhuma testemunha de acusação. Ademais, a imagem de crianças e adolescentes, em suas canoas nos rios e/ou próximas a balsas, não provam a ocorrência de prostituição.

Em conversa informal com um conselheiro tutelar em fevereiro de 2018, percebemos que a instituição Conselho Tutelar não tinha nenhum relatório, nenhum documento que evidenciasse sua atuação em situações possíveis de prostituição infanto-juvenil ou exploração sexual nos rios.

Havia alguns casos relacionados a trabalho infantil no meio urbano e apenas um caso no meio rural, referente a uma adolescente que ajudava os pais na produção de farinha de mandioca; o agravante dessa situação era que a adolescente não frequentava escola. Em meio a esse conjunto de documentos, havia apenas um ofício do Conselho Tutelar, do ano de 2012, ao se justificar sobre a não apuração de alguns casos de trabalho infantil, argumentando não ter “viatura própria” (lança) para fazer um trabalho nos rios acerca da prostituição veiculada na TV local e, algumas vezes, na regional.

O conselheiro tutelar que estava exercendo seu mandato social de defesa de direitos infanto-juvenis informou não ter recebido nenhuma denúncia de exploração sexual ou prostituição infanto-juvenil nos rios. Sem receber denúncia, o Conselho Tutelar não poderia iniciar qualquer diligência ou busca ativa para apuração.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, através dos programas denominados Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), atuam especificamente no atendimento individual, familiar e comunitário de situações de violação de direitos, tais como abuso e exploração sexual, prostituição e trabalho infanto-juvenil, violência contra a mulher, o idoso e pessoas deficientes, bem como a vulnerabilidade social considerada grave, tais como pessoas abandonadas em alto risco social, moradores de rua, trabalho escravo, dentre outras possíveis violações.

Em relação ao enfrentamento da prostituição infanto-juvenil e exploração sexual, além do atendimento psicossocial dos casos que chegam para atendimento, e da tradicional campanha do Dia 18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, também se notou uma atuação educativa específica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Breves-PA, através da realização de palestras, especialmente em escolas da cidade (Guedes 2012).

Não obstante, algumas tentativas de diagnóstico da realidade social foram buscadas, mas sem sucesso. Nesse sentido, Gama (2013) apresentou a frustração da Secretária de Trabalho e Assistência Social de Breves-PA, quando tentou observar empiricamente, junto com sua equipe de assistentes sociais, a situação de “exploração sexual” em uma comunidade ribeirinha marajoara:

Desde julho de 2012, comecei a mandar uma equipe de um serviço que nós temos chamado de CRAS EQUIPE VOLANTE, para fazer o mapeamento desta área, para saber **quem realmente está em situação de exploração sexual** ou ver se a exploração existe de fato nesta área, e de onde se originam essas meninas. Quando eu fui para lá... **Vou te contar isso, para você ver como a rede de exploração é tão bem formada, muito bem organizada, complexa, que pode ser de um simples caboclo até um grande político. Eu mesma fiz questão de ir para Antônio Lemos (Distrito do Município de Breves)** e articular com alguns líderes comunitários, para dar apoio de retaguarda a minha equipe, porque, como nós íamos trabalhar com o tema delicado e não sabíamos com quem íamos mexer, eu mesma fiz questão de ir. **Conversei com agente comunitário de saúde, com líderes comunitários**, e disse que estaria mandando uma equipe, e que o **objetivo era entender de fato o que acontecia e tentar ajudar a comunidade, que ninguém ia chegar lá para mandar e desmandar, nada disso, e ouvir das pessoas que realmente moram lá, para saber se isso realmente acontece.** No dia em que minha equipe chegou, **passaram quatro dias lá, e nenhuma menina subiu na balsa, nenhum barco atracou na balsa**, nenhuma menina encostou no trapiche. **Não é porque não existe a exploração, não. Elas foram avisadas** (Gama 2013:86; grifos nossos).

A secretária foi à comunidade ribeirinha, explicou às lideranças comunitárias que precisaria “entender” a situação, vendo quais crianças ou adolescentes subiriam em balsas para comprovar um fato, qual seja, a “exploração sexual”, identificando as famílias para abordá-las e questioná-las sobre o ocorrido. Contudo, mesmo sem a verificação do fato, porque a rede de

exploração seria organizada e avisaria as “meninas”, ela afirmou que existia a exploração sexual.

Um diagnóstico fiel e flagrante da realidade acerca da exploração sexual também foi buscado por emissoras de televisão. Houve uma reportagem, veiculada em 2010 por uma emissora de TV em nível nacional, denominada “Infância violada”, que apresentou uma criança do sexo feminino, de 08 anos de idade, que morava apenas com sua mãe em uma casa ribeirinha.

O vídeo retratava a falta de alimentos na unidade doméstica, a criança se embalando em uma rede com uma boneca grande, e dizendo que faltava na escola porque sua “barriga doía”. Na sequência, a própria mãe levou sua filha em uma canoa a remo para uma balsa que navegava pelo rio, onde um homem a esperava, o qual a recebeu com um abraço e a levou para seu camarote/cabine. Posteriormente, mãe e filha voltaram para casa. A criança levou vísceras de bovino (tripa ou intestino) em um balde plástico com capacidade de 3,6 litros e R\$ 2,75.

Essa matéria mostrava a progressão de uma narrativa de exploração sexual infantil no trajeto casa-balsa-casa, com foco em elementos diversos, que revelavam pobreza, inocência infantil, fome, abuso sexual, negligência materna. Só restava ao telespectador se indignar com as cenas “revoltantes”.

No entanto, Cardozo (2016) afirmou que a reportagem foi forjada, sendo elaborada por encomenda de uma equipe de TV, que tinha solicitado um flagrante. O responsável pelo vídeo estava preso no Marajó. Depois de preso, ele alegou sofrer retaliação de muitas autoridades e pessoas de grande prestígio e poder econômico por expor uma realidade que seria inconveniente se fosse tornada pública. “Segundo ele, a versão produzida simulava fielmente uma situação recorrente na realidade marajoara – a das chamadas *meninas balseiras*” (Cardozo 2016:311; grifos da autora).

O que é fato em meio a tantos discursos, falas e relatos, é um caso suspeito investigado pela polícia, uma emissora de TV e igreja, juntos. Com efeito, uma única apreensão de uma criança acompanhada de uma jovem em uma balsa serviria como fato para generalizar a situação de prostituição ou exploração sexual nos rios de Marajó.

Em 2015, a irmã Henriqueta Cavalcante, da Comissão Justiça e Paz da CNBB-Regional Norte II, participou de uma reportagem da TV Aparecida, quando a polícia civil encontrou em uma balsa uma jovem de 18 anos acompanhada de uma criança de 11 anos de idade, as quais estavam escondidas embaixo de uma carreta.



Figura 49 – Repressão à possível caso de exploração sexual em balsa no rio (2015)

Fonte: TV Aparecida / YouTube



Figura 50 – Uma jovem e uma criança escondidas embaixo de um caminhão transportado em balsa

Fonte: YouTube

Por se tratar de polícia civil (repressão ao crime, com a busca de esclarecimento dos delitos e de seus autores) e não militar (preventiva), inferimos que esta instituição recebeu uma denúncia precisa para poder conciliar sua ação com a reportagem da TV e enfatizar a ação da Igreja no combate à situação aparentemente de “exploração sexual” ou prostituição infanto-juvenil.

A criança foi levada ao Conselho Tutelar de Melgaço-PA. A mãe da jovem foi encontrada pela TV, e disse que desconhecia a situação de suas filhas como prostitutas, mas somente apenas de vendedoras de castanhas. Os homens que estavam na balsa foram levados para a delegacia de polícia do mesmo município. Como foram encontrados preservativos no meio dos pertences da tripulação, o repórter afirmou que havia a prova de ocorrência de exploração sexual.

O repórter, acompanhando policiais durante a abordagem, questionou a jovem sobre o motivo de ela estar na balsa. Ela afirmou estar vendendo produtos regionais apenas (frutos da castanheira). Afirmou que seus pais estavam no mato trabalhando e não sabiam que ela estava na balsa fazendo vendas. Devido à insistência do repórter, não conformado com a resposta apresentada, ela complementou discorrendo sobre a possibilidade de encontrar um marido na balsa, porque se outras mulheres encontraram um, ela também poderia encontrar o seu. A criança não foi entrevistada.



Figura 51 – Cesto de uma jovem ribeirinha com ouriços de castanha-do-pará para venda em balsa

Fonte: YouTube

Dois anos depois, essa jovem foi encontrada por uma equipe de reportagem de outra TV em sua casa ribeirinha, com sua mãe, irmãs e uma filha recém-nascida.

Talvez em decorrência desse episódio, a juíza Elinay Melo, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – Pará, deferiu em 2017 um pedido de liminar do Ministério Público do Trabalho (MPT) para proibir que uma empresa de transporte de cargas fluviais permitisse o embarque de pessoas com idade inferior a 18 anos em suas embarcações. A “expectativa” da magistrada era que essa proibição se estendesse a todas as embarcações de transportes fluviais no trajeto Belém-Manaus:

A decisão em si foi determinada apenas a uma empresa. No entanto, esperamos que, diante da grande repercussão, o caráter pedagógico da sentença atinja todas as empresas que atuam na região, para que deixem de permitir o acesso de menores desacompanhados de seus responsáveis em suas embarcações [...]. É a oportunidade de divulgar nacionalmente esta grave chaga social que atormenta a nossa região, que é a exploração sexual das meninas balseiras no município paraense de Melgaço e outros da região do Marajó, que têm os *piores IDHs* [Índice de Desenvolvimento Humano] do Brasil (Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, 2017).

Na cidade de Breves, dentre as poucas ações de “enfrentamento à exploração sexual”, eu tive a oportunidade de participar de um curso para o enfrentamento do tráfico humano para fins de exploração sexual.

Esse curso ocorreu em novembro de 2017, no município de Breves-PA, sendo intitulado Curso livre “Enfrentando o tráfico de crianças e adolescentes na perspectiva da nova lei (13344 de 06/10/2016)”, promovido no âmbito da *Global Action against trafficking in persons and the smuggling of migrants* – GLOACT (Ação Global contra o tráfico de pessoas e de migrantes), traduzido pelos organizadores do evento como “Ação Global contra o tráfico de crianças e adolescentes”. Este projeto foi financiado pela União Europeia.

Nesse evento, tive a oportunidade de conversar com um policial militar. Ele trabalhava na lancha da polícia há vários anos. Eu perguntei a ele sobre a identificação de alguma adolescente subindo em balsa. Ele me falou que nunca encontrou nenhuma criança ou adolescente subindo em balsa, em seu tempo de serviço no rio pilotando a lancha da polícia. E justificou: “até porque quando estamos no rio, eles se comunicam por telefone, e aí ninguém sobe, ninguém se aproxima da balsa”.

O relato do policial tem sentido semelhante ao de uma mulher ribeirinha. Quando há policiamento nos rios, os ribeirinhos cuidam de divulgar a notícia para familiares e amigos: “Quem [morador] está para lá [Melgaço], já avisa quem está para cá [Breves], que a polícia já está de peso. É agora que os policiais tem *descido* [direção leste] para lá [rio] esses tempos” (Esmeralda). Com efeito, havendo a presença da polícia, ninguém “sobe” ou “agarra” nas balsas.

Nesse sentido, o “enfrentamento” da exploração sexual acontece quando há denúncias para a investigação da polícia civil. Ou seja, a única forma de alguém participar do “enfrentamento” é denunciando possíveis adolescentes prostitutas ou seus pais.

De acordo com Esmeralda (minha interlocutora), os familiares de Verônica foram citados em algumas denúncias de exploração sexual, pois em sua casa havia apenas uma adolescente, sua neta. Ela afirmou que a adolescente não subia em balsa para se prostituir.

Quando há denúncia de exploração sexual ou prostituição, as adolescentes que navegam sozinhas em rabetas nos rios são abordadas pela lancha da polícia, pois são suspeitas. No relato a seguir, percebemos uma abordagem possivelmente caracterizada pela rispidez por parte de quem deveria atuar para proteger crianças e adolescentes:

Quando eles vieram de lá [Melgaço], tinha que atravessar pelo lado daqui [Breves]. Aí vinha uma sobrinha minha que estava fazendo compra, num comércinho que tem abaixo. Eles colocaram a voadeira em cima da rabeta dela. Começaram a falar um bocado de coisa para ela, e quebraram a frente da rabeta dela. Aí ela começou a gritar

para o pai dela. Ela estava desesperada. Aí o meu irmão não estava na casa. A minha cunhada que gritava que largasse a filha dela que ela não tinha nada a ver com aquilo. Aí levaram ela para a beira. “Mas minha cunhada disse que eles queriam fazer uma coisa que não deviam”. Aí ela disse: “olha que minha filha não agarra em balsa. Você não pode fazer isso, chegar na casa do cidadão e fazendo isso. Até porque as minhas filhas vocês estão vendo, são todas de menor [idade]. A minha filha estava numa rabeta porque a gente compra as coisas aqui abaixo. Ela estava indo para lá. E você [policia] vem quebrar tudo. Vocês tem que prestar atenção. Vocês não podem chegar na casa da gente e fazer isso”. Aí eles disseram: “Não, é porque tem *denúncia que as meninas agarram na balsa*” (Esmeralda).

Em suma, as denúncias de “exploração sexual” associadas à proibição de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos de se aproximar ou subir em balsas são as únicas formas efetivamente implementadas de se fazer o “enfrentamento” da principal (talvez única) situação considerada como problemática nos rios de Marajó e “proteger” as pessoas amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990).

6.4 CONSTRUINDO NOVAS POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ESTÃO NA PROSTITUIÇÃO

Crianças e adolescentes que podem estar na prostituição precisam de ajuda, apoio e proteção. No entanto, essa proteção não pode implicar na acusação de seus pais como aliciadores e em sua conseqüente prisão. Também não pode implicar em considerar seus pontos de vista como justificativas, desculpas ou mentiras, considerando-as como enganadas e incapazes de formular um juízo lógico e coerente. Nessa proteção, é preciso compreender e questionar os pressupostos acerca dos cristalizados estereótipos sobre a prostituição infanto-juvenil como forma vigente de “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes”.

Assim, se a meta for proteger crianças e adolescentes de forma efetiva, então deve haver uma intervenção complexa a longo prazo, a qual pode ser delineada a seguir.

Em primeiro lugar, as propostas de intervenção não se assentam em um diagnóstico crítico da realidade de adolescentes e suas famílias, sendo feitas antes mesmo de conhecer a realidade da comunidade e as pessoas que compõem o grupo sobre o qual se pretende agir/intervir.

Nessa perspectiva, o debate deve se deslocar de abstrações e símbolos do enfrentamento e voltar-se para as realidades tangíveis da prostituição infanto-juvenil e sua ambigüidade nas localidades onde ocorrem (Montgomery 2001). Por isso, “há necessidade de realização de pesquisas empíricas que usem os conceitos [do enfrentamento] de forma mais crítica e

problematizada, como forma de se aproximar do campo, sem cercá-lo ou rotulá-lo” (Landini 2006:18).

Em segundo lugar, é preciso saber ouvir as crianças e adolescentes possivelmente envolvidos na prostituição. Poucas sociedades levam a sério ou prestam atenção aos pontos de vista infanto-juvenis. Esse problema se agrava quando as crianças e adolescentes envolvidas são vulneráveis, inarticuladas verbalmente ou tem receio das repercussões de suas falas. Ouvir suas vozes torna-se ainda mais problemático quando as opiniões de crianças/adolescentes e adultos divergem consideravelmente (Montgomery 2001). No entanto, “é apenas deixando de lado nossos valores morais que temos a possibilidade de compreender valores morais diferentes dos nossos” (Landini 2009:5).

O próprio processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil reconheceu a necessidade de considerar os pontos de vistas das pessoas diretamente envolvidas e suas experiências:

Não há compreensão sobre o ponto de vista de quem vive a problemática (há poucas pesquisas com essa abordagem). O que cada ator pensa e vive nesse campo de análise? Não é o campo restrito do enfrentamento que mais deve direcionar agora o nosso olhar, e sim as experiências concretas dos atores envolvidos, especialmente crianças e adolescentes (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008:27).

Não basta condenar a prostituição infanto-juvenil se não for devidamente compreendida, e se as crianças e adolescentes, com todas as suas contradições e inconsistências, são excluídas das discussões sobre seu futuro. O passo inicial para ajuda-las é compreendê-las em seus próprios termos. Não é necessário concordar com as crianças e adolescentes para que se leve em consideração suas explicações, a fim de oferecer-lhes ajuda com base em seus próprios entendimentos (Montgomery 2001). Com efeito, é imprescindível considerar a subjetividade das adolescentes envolvidas (possivelmente) na prostituição ou exploração sexual (Landini 2009). Só depois disso, qualquer forma de intervenção seria útil.

Ao invés de tentar destruir as histórias de crianças e adolescentes envolvidas possivelmente na prostituição e substituí-las por versões que os adultos consideram ideais, é necessário tentar compreender e aceitar a validade dessas histórias, bem como reconhecer as diferentes experiências infanto-juvenis em suas redes de sociabilidade. Também será necessário entender que existem diferentes formas de prostituição (Montgomery 2001), bem como será necessário não reduzir todos os relacionamentos afetivos em que há dinheiro, sexo e “ajudas” como prostituição.

Com efeito, crianças e adolescentes em geral e as prostitutas infanto-juvenis, em específico, não devem ser tratadas como um grupo homogêneo, como se tivessem necessidades, interesses e prioridades semelhantes, levantadas apenas com base em atributos como idade e gênero (Montgomery 2001). Assim, é preciso reconhecer que as motivações para o envolvimento na prostituição ou outros relacionamentos afetivos são diversas, bem como é diversa a percepção das adolescentes sobre sua própria inserção:

Lidar com um adolescente que se vê obrigado a entrar no mercado do sexo em função de necessidades econômicas e discriminações sexuais é muito diferente de lidar com aquele que faz programas ocasionalmente com pessoas que participam de sua rede de sociabilidade (Landini 2006:18).

O foco excessivo sobre a identidade de adolescentes como que inexoravelmente restrita à prostituição implica na retirada violenta de qualquer direito à individualidade. Como elas são muito mais do que simplesmente prostitutas (Montgomery 2001), é preciso reconhecer que adolescentes são pessoas com subjetividade própria e que compartilham de valores morais próprios de seus grupos de sociabilidade:

O que essa diversidade de significados está nos mostrando é algo bem simples: que essas meninas e meninos possuem vontades, desejos, medos... em suma, possuem subjetividades. Mais do que isso, possuem valores morais muitas vezes diferentes dos valores morais do pesquisador. Essas subjetividades e valores morais acabam sendo ignorados em definições de exploração sexual mais fechadas (Landini 2009:7-8).

Em terceiro lugar, concentrar-se apenas na moralidade e na emotividade da questão “exploração sexual” simplifica muito a questão, o que tem sugerido a identificação de causas descomplicadas e a proposição de soluções diretas e simples, como a responsabilização dos indivíduos aparente ou diretamente envolvidos.

Não podemos esquecer que a prostituição é motivada por múltiplos fatores. Assim, as condições de vida de crianças e adolescentes e suas famílias pobres são influenciadas por muitas forças sociais, políticas e econômicas. Por isso, eles enfrentam uma multiplicidade de problemas e dificuldades.

Nesse sentido, as propostas de intervenção na exploração sexual ou da prostituição devem atuar nesse âmbito multifacetado, devendo implicar no apoio necessário para a superação das dificuldades reais enfrentadas por eles/elas (Montgomery 2001).

Em quarto lugar, as famílias de crianças e adolescentes que estão na prostituição deveriam ser mantidas unidas, e não simplesmente separadas pela interferência judicial em nome da proteção legal:

Levar essas crianças e adolescentes a sério significa aceitar suas opiniões sobre suas famílias e, pelo menos a curto prazo, fazer todo o possível para manter suas famílias unidas. Seja qual for a opinião de outros sobre o papel dos pais na prostituição de seus filhos, as **sanções punitivas** contra os pais exercerão uma pressão ainda maior sobre essas crianças e adolescentes. Se a **obtenção de ajuda significa a prisão de seus pais**, é altamente improvável que o busquem. Do mesmo modo, elas claramente **não irão se dispor a testemunhar contra os clientes**, que ainda consideram como **amigos** (Montgomery 2001, Capítulo 7; grifos nossos).

Crianças e adolescentes resilientes criaram uma certa autoimagem e maneiras de lidar com a prostituição, pobreza e seus afetos por aqueles de seu círculo de sociabilidade. Embora essas medidas não sejam ideais, é importante não destruí-las, se nada puder ser colocado em seu lugar. No entanto, é preciso entender que sua resiliência está ligada aos seus papéis como filhos e membros fundamentais de suas famílias e comunidades. Assim, a decisão de continuar vivendo com seus pais deve ser feita por elas mesmas. Se forem forçadas a decidir quando não estiverem prontas, isso pode levar a mais ressentimento e a uma maior relutância em aceitar qualquer forma de intervenção arbitrária na visão delas. Esses fatos devem ser considerados quando se pensar em intervir (Montgomery 2001).

Em quinto lugar, a participação infanto-juvenil não pode ser negligenciada na construção das intervenções do estado em situações de exploração sexual ou prostituição, priorizando a participação daquelas diretamente envolvidas, sendo vítimas ou não.

Na Declaração e Agenda de Ação, como resultado do Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1996, dentre as medidas do Programa de Ação, o eixo “Recuperação e Reintegração” propôs como parâmetro assegurar a participação das crianças e adolescentes nas intervenções:

Promover a participação de crianças, abrangendo as vítimas infantis, os jovens, suas famílias, companheiros de grupos e outras pessoas que possam ser assistentes potenciais de crianças, expressando seus pontos de vistas e tomando medidas para prevenir e proteger as crianças da exploração sexual e comercial, ajudando as vítimas infantis em sua reintegração à sociedade (Declaração e Agenda de Ação 1996).

Por fim, as estratégias bem-sucedidas na intervenção sobre a prostituição infanto-juvenil foram aquelas que objetivaram fornecer aos pais e crianças/adolescentes alternativas financeiras à prostituição. Na Tailândia, foi criado um programa social que disponibilizava dinheiro através de “bolsas de estudo” às famílias que mantivessem seus filhos na escola e, em decorrência desse requisito, fora da prostituição. Essa estratégia de cunho social foi mais efetiva do que a mera intervenção punitiva (Montgomery 2001).

No Brasil, os planos de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil (nacional e estadual) e políticas públicas tem reservado à instituição escolar um papel estratégico na prevenção de diversas formas de violências, inclusive as relacionadas à sexualidade, e na

proteção de crianças e adolescentes. Contudo, a escola não tem participado ou encontra inúmeras dificuldades para participar do enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil (Guedes 2012).

No entanto, nem sempre a educação produz o efeito esperado do enfrentamento, pois algumas das crianças que frequentam esporadicamente a escola ou a frequentam em tempo parcial, podem participar da prostituição quando retornam da escola para suas casas (Montgomery 2001).

Não obstante, há muito tempo a sociedade deixou de acreditar que a educação por si só possa ser a solução para todos os problemas sociais. Um dos motivos para esse descrédito está relacionado às suas condições estruturais, organizacionais e de funcionamento, em que geralmente o processo de escolarização é realizado em edifícios com superlotação de estudantes, sem condições sanitárias ou em condições de deterioração, com currículos enciclopédicos desvinculados de necessidades reais das famílias pobres, podendo ser essa escolarização tão desumana quanto a exploração do trabalho infanto-juvenil informal ou a prostituição marcada pela exploração (Montgomery 2001).

Neste capítulo, vimos que a prostituição de adolescentes no Marajó tem sido enfrentada como exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse sentido, algumas instituições tem enfatizado apenas o combate e não tem buscado construir um diagnóstico social da realidade de prostituição nos rios a fim de propor ações efetivas com base na análise crítica dessa realidade. Assim, o “enfrentamento” tem significado mais a identificação e a busca por penalização de culpados do que a necessária proteção de crianças e adolescentes ribeirinhas que precisam de acesso efetivo e atendimento permanente por políticas públicas diversas.

Uma das políticas públicas que crianças e adolescentes ribeirinhos tem acesso é a educação do campo. Seria um bom começo no enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais no Marajó, inclusive das ameaças de exploração sexual infanto-juvenil, que essa educação recebesse mais investimentos financeiros, atrelados a melhorias pedagógicas e sociais fundamentais no atendimento proposto e implementado.

No entanto, a educação do campo oferecida atualmente a crianças e adolescentes ribeirinhos está longe do que preconiza os direitos infanto-juvenis, como mostram as observações feitas no momento de trabalho de campo no meio rural. Se o estado brasileiro e as instituições sociais estão dispostos a combater a exploração de crianças e adolescentes, que pudessem iniciar de forma incisiva pela qualificação dos processos educacionais no campo. É sobre o que nos debruçaremos no último capítulo, que segue.

7 UMA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO DE RIBEIRINHOS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIAIS

Este capítulo descreveu o cotidiano da escola ribeirinha que serviu como base para a realização de parte do trabalho de campo. Como o trajeto das balsas inclui obrigatoriamente a passagem pela frente da escola, fazendo parte do dia-a-dia de crianças e adolescentes, não se configuraria como excuro abordar alguns aspectos capitais de sua dinâmica.

Não obstante, acompanhando os postulados do movimento social e político brasileiro que propõe medidas de enfrentamento à “exploração sexual” isoladamente, estou propondo a ampliação do enfoque desses programas, no caso referente às escolas do campo, para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais sofridos pelas famílias ribeirinhas a partir do *locus* da escola pública.

Por isso, apresentamos a seguir uma visão panorâmica sobre os desafios das escolas do campo do município marajoara de Breves-PA, visão essa construída mediante revisão da literatura (análise de dissertações e teses), acompanhada da descrição de obstáculos enfrentados pela escola do campo a partir de observação participante.

Ao final, apontamos a necessidade de construção coletiva (por educadores, crianças, adolescentes e jovens, e suas famílias e outras instituições sociais e do estado) de uma escola ribeirinha que eduque crianças e adolescentes para um mundo eivado de contradições, ou seja, necessita-se de uma educação que rompa com o paradigma atrelado à mera transmissão de conteúdos escolarizados.

7.1 VISÃO PANORÂMICA SOBRE AS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO MARAJOARA DE BREVES-PA

Os problemas enfrentados pelas escolas do campo são muitos. Assim, as principais dificuldades podem ser categorizadas da seguinte maneira: infraestrutura precária; ausência ou insuficiência de materiais; profissionalidade docente enfraquecida; distância entre educadores(as) e famílias dos alunos do ponto de vista da interação; falta de acompanhamento pedagógico diário e inexistência de projeto político-pedagógico; indefinição na elaboração e implementação de um currículo para a multissérie e dificuldades de aprendizagem, especialmente no processo de alfabetização.

Um problema apontado pelos docentes entrevistados nas pesquisas de Carmo (2010), Cals (2012), Amaral (2012) e Caetano (2013) foi a estrutura física precária da maioria das escolas, o que implicava na urgência de construção de novas escolas.

Muitas escolas não tinham alojamento para professores. Nesse caso, se hospedavam na própria escola ou ficavam alojados desconfortavelmente e sem privacidade na casa de comunitários (Cals 2012; Lopes 2013). Faltavam bibliotecas nas escolas (Amaral 2012), bem como faltava merenda escolar em alguns dias ao longo do ano letivo (Cals 2012; Carmo 2016).

Os alunos tinham dificuldades de locomoção para chegar até a escola (Caetano 2013), pois faltava regularidade no oferecimento de transporte escolar, o que representa um problema grave, uma vez que contribuía para o aumento da evasão escolar (Carmo 2010; Cals 2012). Para Amaral (2012), Caetano (2013) e Carmo (2016), muitas embarcações do transporte escolar eram inadequadas e sem as necessárias condições de conservação.

Os professores que não moravam nas comunidades ribeirinhas recebiam da SEMED o auxílio chamado “interiorização” para ajudar a custear as despesas de transporte (Caetano 2013). No entanto, o valor era irrisório (em torno de R\$ 100) face aos gastos obtidos para ir à escola e voltar para suas casas, na cidade.

Nas escolas do campo prevalecia a insuficiência de materiais, recursos pedagógicos e equipamentos para a realização de atividades de ensino, não havendo acesso às novas tecnologias (Cristo 2007; Cals 2012; Caetano 2013). Devido à ausência de materiais e recursos pedagógicos para o trabalho diário com os alunos, os professores tinham que adequar sua metodologia de trabalho (Caetano 2013), o que geralmente culminava com a realização de aulas baseadas somente em quadro magnético, caderno e às vezes livros didáticos. Ademais, até para o uso pessoal, a maioria dos alunos possuíam somente o básico, como 01 caderno, 01 lápis e às vezes 01 borracha (Caetano 2013).

A profissionalidade docente tendia a ser enfraquecida / minada pela ocorrência de várias situações problemáticas (Cristo 2007; Carmo 2010; Cals 2012; Caetano 2013; Lopes 2013), como o pouco investimento em formação continuada de professores (Cristo 2007; Cals 2012). Também o alto número de profissionais da educação contratados enfraquecia a luta de todos os docentes pela qualidade da educação, sobretudo a dos concursados, que eram minoria. Inclusive, os docentes temporários eram contratados pelo tempo de meses letivos do ano, havendo o término dos contratos anuais em dezembro (Lopes 2013).

Essa relação de fragilização para com o vínculo empregatício afeta diretamente o poder de articulação, as possibilidades de redes profissionais, a autonomia professoral, a iniciativa político-pedagógica junto às comunidades locais das unidades escolares,

a liderança dos educadores para com seus pares e para com seus próprios processos de organização (Lopes 2013:114).

Ainda, no meio rural de Breves-PA havia sérias questões de atentado à dignidade humana, como a situação de assédio sexual de professoras praticado por alguns líderes comunitários (Lopes 2013).

Para ampliar essa deterioração da profissionalidade docente, muitos professores tinham que realizar, além da docência, outras funções dentro da escola, como as de servente, merendeira, secretário e outros (Carmo 2010; Caetano 2013).

As escolas do campo não contavam com acompanhamento pedagógico no cotidiano diário das atividades educativas realizadas (Lima 2011; Caetano 2013; Lopes 2013). Alguns docentes afirmaram receber “visitas” técnico-pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

No entanto, havia apenas encontros mensais com os coordenadores, os quais eram realizados na SEMED, comumente com duração de dois dias úteis (letivos no calendário escolar, inclusive). Nesses encontros, os educadores do campo se ressentiam de ser preponderantemente para prestação de contas quanto aos registros escolares de rendimento e apresentação da folha de ponto. Na relação entre coordenadores e educadores prevalecia a perspectiva sistêmico-burocrática de observação das normas e regulamentos nas relações. A comunicação era marcada pela formalidade, impessoalidade e hierarquia. O trabalho era embasado pela estratégia de divisão especializada, controle e previsibilidade do funcionamento. A SEMED justificou que essa forma de atendimento aos professores se devia ao número elevado de educadores/as no campo, às distâncias entre as escolas do campo, bem como ao número limitado de coordenadores para dar conta de toda extensão rural da educação municipal (com aproximadamente 300 unidades escolares) (Lopes 2013).

Entrementes, para a equipe técnico-pedagógica, as visitas não eram frequentes devido à disponibilização de quantidade limitada de combustível para as lanchas. Por não poderem realizar esses acompanhamentos sistemáticos com os professores, alguns técnicos da secretaria de educação se sentiam angustiados (Caetano 2013).

Prevalecia um cenário em que a equipe pedagógica da SEMED tinha pouco acumulado concernente ao levantamento, sistematização e legitimação das práticas pedagógicas de ponta dos educadores na multissérie, sobretudo, em relação às rotinas e processos de gestão da transposição do conteúdo programático na unidocência (Lopes 2013).

As escolas do campo não tem projeto político-pedagógico, que é um instrumento de fundamental importância na definição e materialização consciente e coletiva da função social da escola (Carmo 2010).

Havia a dificuldade dos docentes (sendo um por turma – “unidocência” na palavra de Lopes 2013) em desenvolver as atividades pedagógicas para vários alunos de diferentes séries em uma mesma sala de aula, o que constitui as chamadas classes multisseriadas (Carmo 2010; Caetano 2013). Nesse caso, o planejamento para uma turma era elaborado por série. Assim, eram elaborados tantos planos e estratégias de avaliação quantas fossem as séries dos alunos. Da mesma forma que o planejamento, durante as aulas, os alunos formavam grupos por séries, cada grupo com sua lousa ou quadro magnético (Lopes 2013).

As atividades pedagógicas ficavam restritas as aulas expositivas (Carmo 2010), com forte ênfase na cópia e “tiragem” do quadro como estratégia balizadora da didática docente (Lopes 2013). Para Carmo (2016), embora a turma seja multisseriada, o ensino se dava apenas de forma seriada, pois à medida que dividiam a turma por série; dividiam o tempo de acordo com as séries; dividiam os conteúdos disciplinar e seriadamente; planejavam conforme essa lógica disciplinar e o número de séries; reforçavam e justificavam uma lógica de organização pedagógica hierárquica, fragmentária, meritocrática / classificatória, homogeneizadora e excludente (Caetano 2013).

Com efeito, os professores tinham dificuldade em integrar os alunos para trabalhar de forma comum os conteúdos (Caetano 2013). Para uma professora, era difícil trabalhar alguns assuntos com toda a turma, como por exemplo, o corpo humano, aparelho reprodutor, pois as crianças pequenas ficavam com vergonha e não participavam das aulas, tinham medo de falar. Para essa professora, não era possível trabalhar um só tema com toda a diversidade de níveis de aprendizagem presentes em uma turma (Amaral 2012). Ademais, os alunos adolescentes e jovens não gostavam das mesmas atividades que as crianças menores realizavam, como certas brincadeiras (Caetano 2013).

Talvez essa diversidade toda em sala de aula contribua para a ocorrência de indisciplina em sala de aula. Com efeito, a heterogeneidade da turma de alunos tem implicado na ocorrência de dificuldades com relação ao comportamento dos alunos, especificamente no que se refere às conversas paralelas entre os discentes durante a realização das aulas expositivas (Caetano 2013).

Como resultado dessa fragmentação, os professores se sentiam angustiados e ansiosos ao pretenderem realizar o trabalho da melhor forma possível e, ao mesmo tempo, se sentiam

perdidos (Caetano 2013). Por isso, compreende-se que 85% dos entrevistados de Lopes (2013) eram contrários à existência da multissérie como alternativa de educação do campo.

As práticas pedagógicas na escola do campo não geravam aprendizagens significativas, porque estavam desconectadas das realidades socioculturais dos alunos e não eram provocadoras de curiosidades. Não obstante, na educação do campo, as práticas pedagógicas deveriam ser orientadas por meio de um currículo que expressasse as marcas culturais da população do campo (Caetano 2013).

O trabalho com eixos temáticos e temas geradores na organização curricular é recente na educação do campo do município de Breves (desde 2013). Para duas professoras, o problema era encontrar material bibliográfico acerca de materiais e conteúdos que “os técnicos da SEMED colocaram lá”. Uma professora reclamou de não haver participado, nem seus alunos, da seleção dos conteúdos constituintes da matriz curricular para as escolas do campo (Caetano 2013). Havia temas que não eram encontrados em livros didáticos, nem na internet. A matriz não indicava as fontes onde textos (conteúdos) e outros materiais que poderiam ser acessados, nem houve a disponibilização de um caderno pedagógico para posterior reprodução (disseminação de cópias de textos). Uma professora que trabalhou com turma de primeiro ano considerou muito difícil trabalhar aqueles conteúdos com as crianças. Ademais, considerou que os conteúdos deveriam ser mais voltados para a realidade (Caetano 2013).

Dentre as diversas áreas do conhecimento do currículo escolar, Carmo (2010), Amaral (2012) e Caetano (2013) destacaram a área de linguagem (oral e escrita) como a que apresenta sérios problemas concernentes à formação de competências específicas. Com efeito, as escolas do campo encontravam dificuldades na operacionalização do processo de alfabetização e letramento de crianças e adolescentes, pois nem todos os alunos tinham acesso ao livro didático (Amaral 2012). Nessa perspectiva, havia muitos alunos das turmas de 4º ano que tinham dificuldades em leitura de textos, sendo que muitos ainda estavam iniciando o processo de alfabetização (Caetano 2013).

A relação dos pais com a escola e da escola com os pais ainda era fortemente marcada pela distância entre essas instituições sociais. Nesse caso, o impacto principal estava na formação dos alunos, pois estes, por diversas motivações, se afastavam progressivamente da escola também (Carmo 2010; Cals 2012; Amaral 2012; Lima 2011; Caetano 2013). Com efeito, quando o professor assume o papel de articulador, percebe-se que há um retorno das famílias a esse convite, culminando com sua participação (Carmo 2010).

No bojo desses processos sociais e pedagógicos, muitos alunos das escolas do campo apresentam baixo rendimento escolar, bem como desinteresse pelos estudos (Cals 2012).

7.2 DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO E RECONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O projeto de extensão, intitulado “Atividades Lúdicas para o Currículo da Escola do Campo no Município Marajoara de Breves-Pará”, objetivou qualificar teórica e tecnicamente 05 (cinco) docentes de uma escola do campo e 07 (sete) graduandos de Pedagogia para a sistematização de atividades lúdicas relacionadas aos eixos temáticos da Proposta Curricular do Ensino Fundamental das Escolas do Campo do município de Breves-PA, quais sejam, Diversidade; Educação ambiental e sustentabilidade; Relação escola / comunidade; Direitos humanos, incluindo jogos matemáticos e para a alfabetização e letramento.

Também objetivou a interação mais espontânea com os alunos da escola, crianças e adolescentes, a fim de conhecer suas histórias e apreender os elementos culturais de uma comunidade ribeirinha que se localiza no trajeto das balsas que transportam bens industrializados de Manaus para Belém, e produtos agrícolas de Santarém para Barcarena, e daí para os mercados interno e externo.

As metas do projeto de extensão consistiram em sistematizar 01 (um) Caderno Pedagógico com atividades lúdicas sobre os eixos temáticos mencionados, bem como em confeccionar jogos pedagógicos sobre conteúdos de matemática, leitura e alfabetização, bem como para os eixos temáticos da proposta curricular das escolas do campo.

A metodologia desse projeto se fundamentou no método de projetos e no jogo como princípio educativo (Huizinga 2014).

Para a definição do objeto da intervenção, foi feita a análise de dissertações e teses que elegeram a educação do campo no Marajó como foco de estudo e pesquisa.

As atividades previstas consistiram no planejamento de atividades lúdicas e na realização de oficinas para os discentes da escola. Esse projeto foi implementado no período de junho de 2017 a janeiro de 2018.

As crianças se sentiram à vontade com as atividades lúdicas. Quando havia uma canção animada e dramatização *pari passu*, elas saíam cantando e pulando. Foi o que aconteceu em outubro de 2017 na turma de educação infantil, após as brincadeiras denominadas de “Cidades” e “Lula Bilula”.

Na turma de sétimo ano, que estava estudando a disciplina Inglês, trabalhamos a dinâmica “As partes se completam”, utilizando a tradução para a língua inglesa. Foi uma aula divertida e com novos aprendizados, nas práticas de linguagem e sociabilidade.

Na realização da dinâmica de grupo “as partes se completam” (em língua portuguesa), a maioria das crianças e principalmente adolescentes ficaram tímidas ao abraçar os colegas. Alguns não souberam ler as frases propostas (muitos alunos tinham dificuldades de leitura, o que poderia mostrar que essa prática não faz parte do cotidiano pedagógico deles).

Em um dia de outubro, quatro crianças não quiseram participar dos jogos matemáticos (baralho com fatos da tabuada e batalhas numéricas), talvez porque a matemática trabalhada na base de algoritmos (operações fundamentais), fosse alheia ao cotidiano cultural e pedagógico delas.

Para a obtenção do ponto de vista de crianças e adolescentes de forma espontânea sobre suas percepções sobre a vida, família, lazer e trabalho, foram propostas duas dinâmicas de grupo, quais sejam, “Eu me orgulho” e “Colchas de retalhos”. Essas atividades foram realizadas nas turmas de 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.

A dinâmica “Eu me orgulho” objetivou levar os alunos a refletirem sobre a própria identidade. Foi esclarecido aos participantes que a palavra “orgulho” tinha como significado: sentimento de prazer, de grande satisfação com o próprio valor. A dinâmica consistiu em dispor o grupo sentado em roda, e este decidiu quem iniciaria as apresentações do complemento de uma frase previamente entregue.

Cada um escolheu um tema. Posteriormente, foram convidados a completar a sentença: “Eu me orgulho de...”. Os temas sugeridos para os participantes completarem a frase foram: Alguma coisa que tenham feito para os pais; Alguma coisa que tenham feito para algum amigo; Alguma coisa que tenham feito para si mesmo; Alguma coisa que tenham feito em geral; Como aproveitam o tempo livre; Uma atividade difícil para você, mas que você conseguiu realizar; Uma nova habilidade que tenham desenvolvido ou estão tentando desenvolver; A melhor coisa que tenham feito na semana anterior; Algum hábito que tenham; Algo que se orgulham de ser; Alguma coisa em que acreditam.

Nas respostas dos alunos, ficou evidente sua satisfação em contribuir com suas famílias, na realização de atividades do cotidiano dos pais, tais como: os meninos “apanhavam” açaí com os pais; as meninas ajudavam as mães nas atividades domésticas; nas brincadeiras que realizavam, tais como jogo de futebol e atividades de natação. Enquanto os meninos com mais de 10 anos falavam com entusiasmo sobre as quantidades de açaí que conseguiam tirar da palmeira (cinco latas, dez latas), as meninas e adolescentes ficaram mais tímidas, mas conseguiram apresentar as atividades básicas presentes em casa, tais como preparar os alimentos para as refeições, lavar roupas e louças, varrer a casa e cuidar das crianças / irmãos menores.

Não foram mencionadas, nem enfatizadas atividades que eu esperava ouvir, tais como pesca de camarão e peixe, nem caça (quanto à caça, de forma tímida apareceu apenas, em um relato, um bicho preguiça capturado); nem venda de produtos em balsas. Note-se que o rio em que a escola está situada foi referido por Cristo (2007) e Vieira (2011) como lugar de ocorrência de “exploração sexual”. Em 2017, nenhum vestígio foi encontrado em observações de campo e nos relatos e diálogos estabelecidos acerca da interação com balsas.

Outra dinâmica de grupo foi a “Colcha de retalhos”, que objetivou refletir sobre os principais momentos da vida dos alunos através da arte plástica (desenho). A dinâmica consistiu em 1) Entregar a cada aluno do grupo um papel com uma atividade para desenhar. 2) Depois de cada um desenhar o que foi pedido, deveriam apresentar oralmente o que tinha sido desenhado, dizendo o que aquilo significava para si. 3) Depois que cada um apresentou sua produção, os desenhos foram expostos em sala de aula e recolhidos para o arquivo do pesquisador.

As sugestões abaixo foram sorteadas entre os alunos. No entanto, alguns alunos não se identificaram com a atividade proposta e solicitaram que fossem substituídas, o que foi feito imediatamente. Por conseguinte, alguns poucos fizeram mais de duas trocas de diretrizes para o desenho:

1. Desenhe a pessoa mais importante para você.
2. Lembre-se do dia que você foi mais feliz e faça um desenho representando esse momento.
3. Desenhe algo que você não teve na infância e fez falta na sua vida.
4. Desenhe a casa dos seus sonhos.
5. Desenhe seu melhor amigo (da infância ou da atualidade).
6. Desenhe a pessoa que você mais admira.
7. Desenhe algo de sua infância que você nunca esqueceu (alegre ou triste).
8. Desenhe o brinquedo que mais marcou a sua infância.
9. Lembre-se da melhor viagem que você fez e desenhe esses momentos.
10. Desenhe um objeto de sua casa que hoje lhe foi muito útil.
11. Desenhe o lugar de sua região que você mais gosta.
12. Desenhe a sua família.
13. Desenhe a casa em que você mora.
14. Desenhe a professora ou professor que mais lhe marcou durante sua vida de estudante.
15. Desenhe o bicho de estimação que mais marcou a sua infância.
16. Desenhe uma cena de novela que você mais gostou.
17. Desenhe sua mãe.
18. Desenhe seu pai.
19. Desenhe seu irmão ou sua irmã que pode ser comparado a um amigo.
20. Desenhe a coisa que você considera mais bonita.
21. Desenhe um presente que você gostaria de ganhar.
22. Desenhe o maior sonho de sua vida.
23. Desenhe a profissão / o trabalho que você gostaria de exercer.
24. Lembre-se da maior traquinagem que você fez quando criança e desenhe.
25. Represente o objeto que você mais gosta em sua casa.
26. Desenhe a roupa que você mais gosta ou gostou.
27. Desenhe uma boa lembrança de sua vida.
28. Desenhe seu primeiro namorado ou sua primeira namorada.

29. Desenhe o que é mais importante para você.
30. Desenhe algo que simbolize a música que você mais gosta.
31. Desenhe uma coisa que te deixa triste, ou preocupa, ou que é um problema para você.

Nessa dinâmica, os alunos não souberam descrever oralmente os significados dos desenhos, apenas os denominavam (“é isso...”). Alguns poucos mostraram maiores dificuldade ao desenhar.

Dentre as produções artísticas feitas que podem revelar alguns traços da identidade discente e que podem ser reveladoras de uma renovação na mentalidade ribeirinha (ou identidade social ribeirinha) construída pelas novas gerações, destacamos as seguintes:

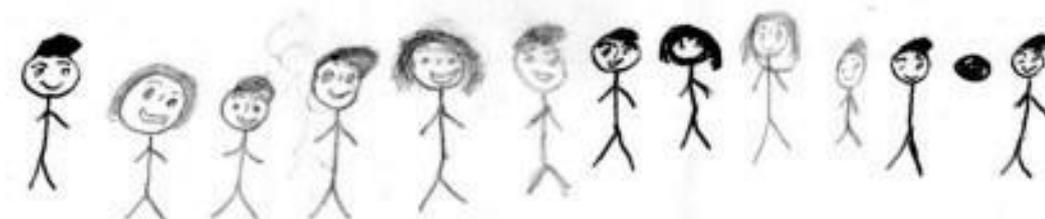


Figura 52 – Desenhe sua família

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

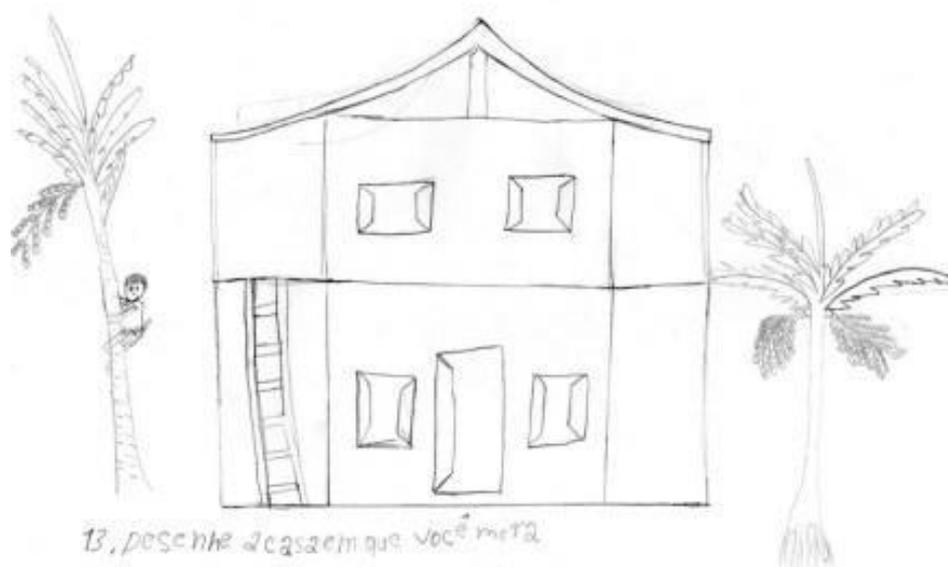


Figura 53 – Desenhe a casa em que você mora

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

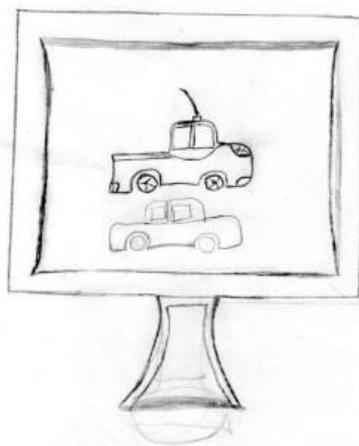


Figura 54 - Objeto que você mais gosta em sua casa (aparelho de televisão)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

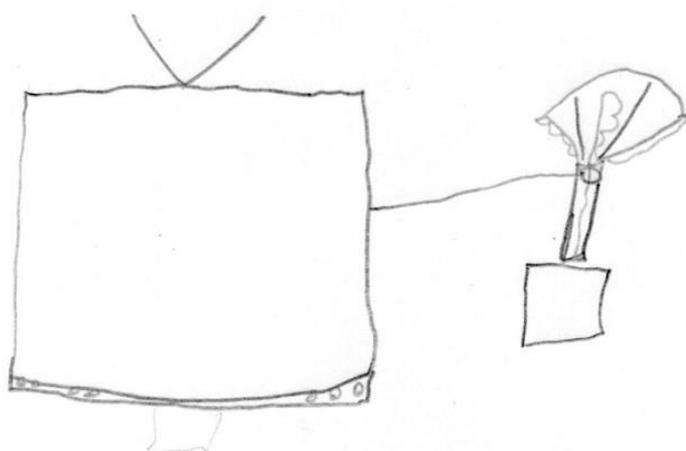


Figura 55 - Um objeto que é muito útil à noite (aparelho de televisão)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

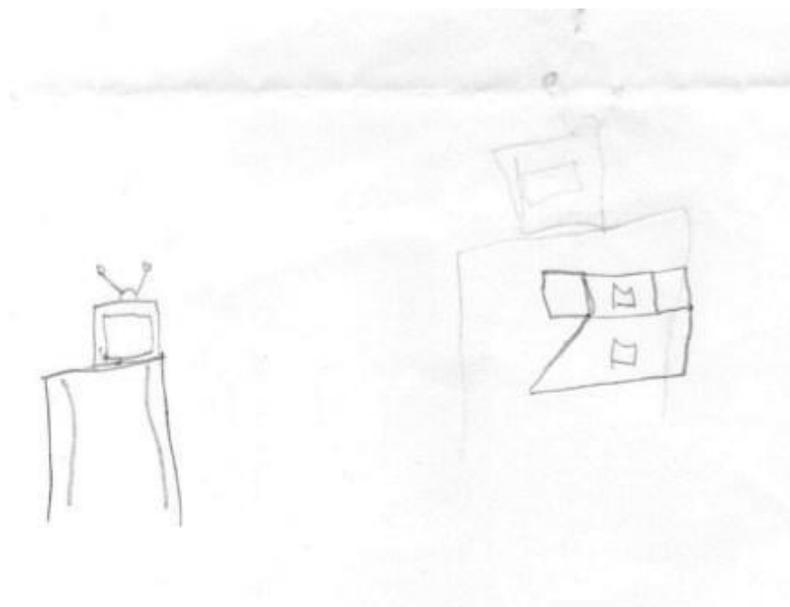


Figura 56 – Uma boa lembrança de sua vida

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

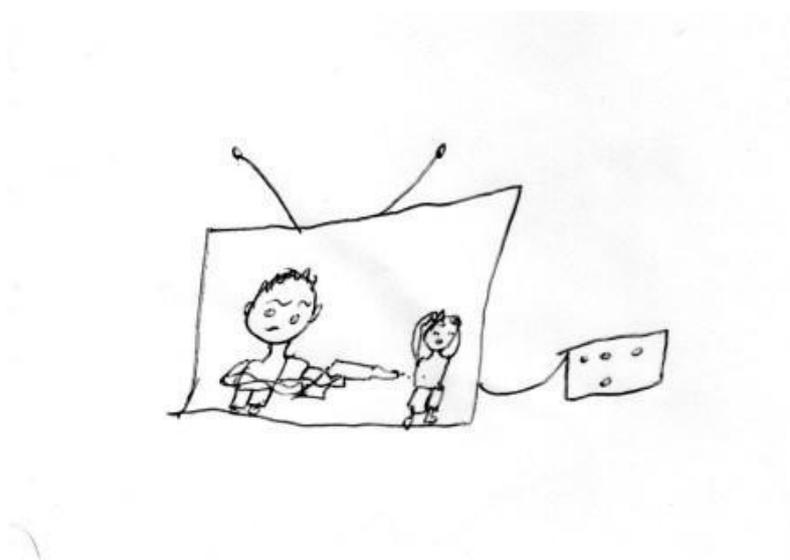


Figura 57 - Cena de novela que mais gostou (desenho de menino)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 58 – O brinquedo que marcou sua infância

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

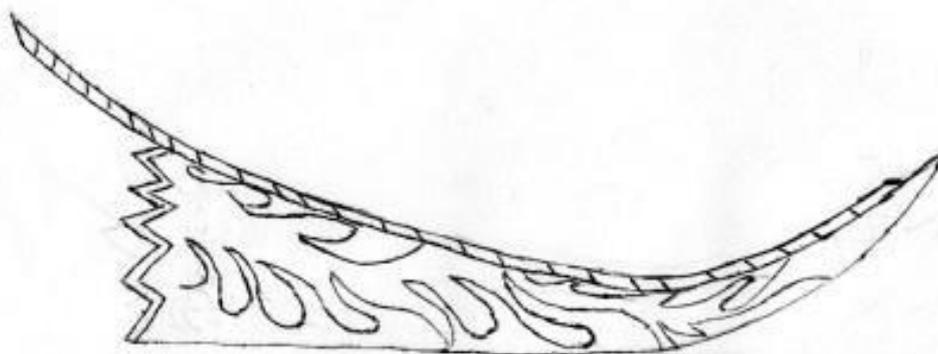
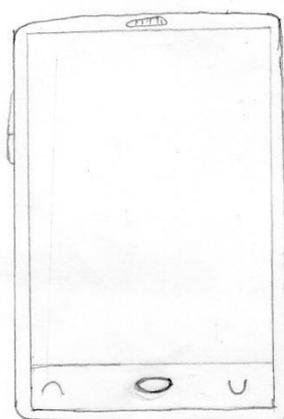


Figura 59 – Um objeto da casa que seja muito útil (rabetta)

Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



DESEJA UM PRESENTE QUE V

Figura 60 – Presente que gostaria de ganhar (smartphone)
 Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017



Figura 61 – Sua irmã que pode ser comparada a uma amiga
 Fonte: Investigação de campo realizada pelo pesquisador/2017

Observando as produções artísticas dos discentes apresentadas anteriormente, consideramos que elas podem revelar os aspectos que são de grande relevância para a vida, para a cultura, para a sobrevivência e para a garantia dos modos simbólicos de manutenção e transformação da realidade considerados por eles/elas mesmos/as.

No atual modo de vida ribeirinho desta localidade do Marajó, observamos que as famílias nucleares são numerosas, com a presença de mais de cinco filhos. O açaí, a televisão, a rabeta, e inclusive o aparelho celular (*smartphone*) tem desempenhado um papel material e simbólico de destaque na vida dessas comunidades tradicionais.

Com efeito, os temas mais presentes e evidentes nas interações comunicativas foram: açaí, rabeta e televisão. “Açaí” porque fazia parte do trabalho diário da família, e as crianças e adolescentes contribuía no auxílio aos adultos; “rabeta” porque é o meio de transporte utilizado por todas as famílias para sua locomoção entre as casas da localidade, para a cidade, e para as atividades laborais relacionados à pesca e ao extrativismo do açaí. “Televisão” porque é um dos principais meios de lazer da família, através da qual assistem a novelas e filmes (inclusive em DVD) e ficam conectados aos acontecimentos do Brasil e do mundo.

As interações com a cidade de Breves são regulares, e se conectam com a venda do açaí transportado em rabetas, com o recebimento de benefícios sociais (Bolsa Família, BPC / aposentadoria, seguro defeso uma vez ao ano, Bolsa Verde), com a aquisição de combustível (óleo diesel e gasolina) e com o consumo de produtos alimentícios industrializados e outras necessidades básicas. Não são famílias isoladas, distantes de um centro urbano, ou sem acesso a informações.

Quanto ao celular, apenas uma adolescente usava um aparelho celular (*smartphone*) na escola, principalmente para o acesso a aplicativos de jogos. No entanto, quando um aluno estava jogando no celular, um círculo de colegas se formava ao seu redor.

Quando perguntado aos meninos o que eles gostariam de fazer quando adultos, eles responderam que queriam tirar açaí. Assim, essas crianças e adolescentes não tem (aparentemente) perspectivas de uma vida profissional e financeira diferente da praticada por seus pais, agarrando-se ao que é conhecido e vivenciado na realidade familiar, como forma de manutenção de sua comunidade tradicional, pois consideram sua vida “aceitável”, em meio às adversidades.

7.3 OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR UMA ESCOLA DO CAMPO

A escola na qual se realizou o trabalho de campo pode ser caracterizada quanto a sua constituição física e a seus processos de atendimento de crianças e adolescentes.

A escola conta com quatro salas de aulas, sendo que apenas três são ocupadas, tanto pela manhã como à tarde.

Pela manhã, há o atendimento para crianças da educação infantil, 3º, 4º, 7º e 9º ano do ensino fundamental (apenas o 3º e o 4º ano ocupam a mesma sala e participam das mesmas atividades curriculares, o que configura uma turma multisseriada / multiano). À tarde, funcionam as turmas de 1º, 2º e 3º, 5º e 8º anos (apenas as turmas de 1º ao 3º ano ocupam a mesma sala de aula; no entanto, uma professora voluntária desenvolvia atividades com crianças do 1º ano, e o professor da turma trabalhava com as crianças do 2º e 3º anos).

No período do censo escolar (junho de 2017), muitas crianças que estavam matriculadas na escola de Breves, já apareciam no censo escolar do município de Melgaço. Em função disso, as turmas da escola foram reorganizadas, sendo que alguns alunos trouxeram a transferência para a escola de Breves. No balanço geral, a escola de Breves perdeu matrículas de alunos para a escola de Melgaço (em torno de 10). Na disputa por matrículas, os municípios buscam aumentar o valor das verbas da educação repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que no Brasil é *per capita*, baseado em um valor estipulado por estado, com base em vários critérios.

Segundo o relato de uma professora, em uma turma de 1º ao 3º ano havia um aluno que era infrequente às aulas, e tinha uma irmã mais velha, uma mulher jovem que se prostituía em balsa. Em outra turma, havia um aluno que era filho de uma jovem mulher de aproximadamente 24 anos, a qual participou de prostituição em balsas (Rosa).

Em um dia normal de aula, a média de crianças frequentes corresponde a 100 alunos de um total de 110 (matrículas efetivas), sem contar aqueles que participam das atividades do Programa Novo Mais Educação.

Os alunos da escola não vestiam uniforme escolar. Por isso, foi possível observar algumas adolescentes dos anos finais do ensino fundamental trajando shortinho e blusas ao estilo top. Uma realidade semelhante aos hábitos de muitos adolescentes da cidade em seus trajés usados no cotidiano (não na escola, pois todos usam uniforme escolar).

Quando o assunto é vestimenta, este também pode ser motivo para a discussão das crianças. Uma aluna da educação infantil, de 05 anos de idade, comentava em sala de aula, no momento da atividade “roda da conversa”, que sua amiga / vizinha estava usando roupa de

“piriguete”, e explicava que esse tipo de roupa consistia em shortinho e blusa que deixava a barriga de fora. Essa forma de vestimenta bem como sua designação era proveniente das novelas da rede Globo de televisão, e nesse caso, teve algum reflexo sobre o modo como as crianças participavam das situações sociais em casa em que esses temas eram postos (aparentemente sua família não aprovava esse tipo de roupa).

Tanto alunos como alunas, crianças e adolescentes, tinham um comportamento mais reservado, comedido, próprios de pessoas tímidas. A princípio, o público infanto-juvenil não aceitava uma participação mais imediata / espontânea na maioria dos jogos e brincadeiras com finalidades recreativas, que exigiam uma postura mais espontânea e desembaraçada (como a dinâmica “merequetê”, que convida ao canto e ao rebolado).

No verão, o ambiente escolar / salas de aula tornava-se muito quente à tarde, pois a umidade do ar era grande e a temperatura na sala de aula passa dos 30 graus, o que ocasionava a baixa atenção dos alunos na realização das atividades pedagógicas. A aula começava com uma atenção razoável. Depois das 15:30 horas, o calor, a desmotivação dos alunos dificultava muito a continuação serena / tranquila das atividades em sala de aula. Nesse caso, para reaver parte da atenção discente, o professor precisava se desdobrar em metodologias diversas.

Na escola trabalhavam duas auxiliares de serviços gerais / merendeira, uma por turno, bem como dois vigiais (um por noite), os quais desempenhavam as funções de zeladores, de forma voluntária, sempre que a escola precisava. Também trabalhavam 07 professores, sendo uma professora da educação infantil, uma professora que assessorava alunos da educação especial / inclusiva (que atuava como voluntária em outro turno), uma professora e um professor das séries iniciais do ensino fundamental, e de forma não permanente, três professores das séries finais do ensino fundamental, sendo um por turma / ano.

A escola não tinha em seu quadro funcional um profissional para a efetivação das atribuições de coordenação do trabalho pedagógico. Essa função é estratégica para uma escola que deseja efetivar um trabalho educativo formal marcado pela busca de construção de padrões cada vez maiores de uma “qualidade negociada”. Esse profissional deve ter formação em Pedagogia e, se possível em Antropologia, com especializações ou formação teórico-prática em Planejamento Educacional, Teoria do Currículo e Povos, Comunidades Tradicionais (ribeirinhos, pescadores e peconheiros) e Educação do Campo.

Dos cento e dez alunos da escola, sessenta voltam no contra-turno para as atividades do Programa Novo Mais Educação (português e matemática).

Havia dois Mediadores da Aprendizagem, um jovem senhor e uma jovem senhora (esta cursava Pedagogia no município de Bagre). As crianças eram atendidas no horário da manhã e

tarde, duas vezes na semana. Quando os alunos estavam na escola em dois turnos, elas não tiravam açaí nesse dia, nem poderiam ir para o comércio de produtos alimentícios e bebidas nas balsas (não houve nenhuma informação que alguma aluna da escola realizasse atividades de natureza comercial).

Outra dificuldade que gera transtornos frequentes no funcionamento da escola está relacionada à interrupção frequente no oferecimento do transporte escolar.

O horário efetivo de aula compreende o período de 8h às 11h (manhã), e 14h às 17h (tarde), principalmente devido às distâncias para se deixar a última criança em sua residência (o último aluno é deixado 01 hora e meia depois da partida da escola, ou seja, se uma criança sai da escola às 17 h, poderá chegar a sua casa até às 18:30h, portanto, em um horário de maior proximidade da noite para um local de rios e florestas que não conta com iluminação artificial).

A escola contava com três barcos para fazer o transporte escolar. Pela manhã, o trajeto de uma pequena embarcação que transportava os alunos iniciava sua viagem às 5:40h, chegando 7:30h ou alguns minutos depois na escola. Um dos barcos deixava a última criança às 12:30h. Para as aulas da tarde, esse barco partia às 12:30h e chegava na escola às 14 horas.

A quantidade de combustível para um barco pequeno era de 250 litros, podendo chegar até 800 litros mensais para embarcações maiores de outras localidades. No final do ano, essa quantidade havia sido reduzida para 150 litros, o que implicou em um período letivo mensal menor que o previsto no calendário escolar para os alunos.

Na segunda semana de outubro, apenas um dos três barcos fez o transporte escolar, trazendo apenas uma terça parte dos alunos. Outros dois barcos não fizeram o transporte, pois afirmaram que o óleo diesel tinha acabado.

A falta de combustível para os barcos do transporte escolar no final do mês acarretou a paralisação das aulas, pois os alunos que moravam próximo da escola eram poucos. Geralmente, o óleo diesel programado para 15 dias acabava e não havia a reposição imediata, o que somente acontecia no mês subsequente. Por isso, as aulas chegaram a ser paralisadas durante uma semana, às vezes duas. No período do trabalho de campo, o maior período letivo sem transporte escolar ocorreu no interstício de 08 de novembro até 05 de dezembro, portanto, quase um mês (sem aulas). Fato dessa natureza chegou inclusive aos noticiários em 2017³¹.

Os barqueiros não recebem salário, mas apenas R\$ 800 reais pelo aluguel do barco, e mais 230 litros de óleo diesel.

³¹ Falta de transporte escolar é entrave para educação em Breves, diz MPF. Por G1 PA, Belém. 01/06/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/falta-de-transporte-escolar-e-entrave-para-educacao-em-breves-diz-mpf.ghtml>> Acesso em 13 fev. 2018.

Para o funcionamento do motor gerador da escola, o que inclui salas de aula, copa (com freezer e bomba d'água) e alojamento dos professores, eram repassados 130 litros de óleo diesel. No mês de outubro de 2017, a escola recebeu somente 80 litros, o que implicou em racionamento de combustível na escola para não ficar completamente às escuras e sem refrigeração para a merenda escolar.

Além da interrupção das aulas motivada pela falta de combustível para o transporte escolar, também dois dias úteis de cada mês foram destinados à assessoria administrativo-pedagógica que os técnicos da SEMED agendavam para os professores.

Outro motivo para paralisar as aulas era encontrado em turmas de 7º ao 9º ano. Os professores das disciplinas eram enviados pela SEMED para ministrarem aulas de forma intensiva, ou seja, era ofertada uma disciplina de cada vez, durante um mês ou um pouco mais, dependendo da carga horária da disciplina. Um problema surgia quando terminava uma disciplina e o professor da disciplina seguinte não era providenciado imediatamente pela Secretaria. Foi o que aconteceu com a turma do 7º ano: as aulas de Matemática terminaram no final de setembro, e as aulas da próxima disciplina, Inglês, só foram iniciar no dia 18 do mês de outubro, ou seja, foram três semanas sem aulas.

Essa quebra na sequência diária das aulas pelos fatores expostos acima tem contribuído para a ocorrência de desmotivação dos alunos para com os estudos na escola, da educação infantil ao ano final do ensino fundamental.

Por conseguinte, foi necessário perceber com clareza as perspectivas de crianças e adolescentes ribeirinhos acerca da educação escolar, as quais foram construídas a partir dos aspectos conjunturais expostos.

Foi observado que uma adolescente ia para a escola, mesmo sem ter uma turma em que pudesse estudar. Ela era irmã de uma aluna da educação infantil e de outro aluno da turma de 5º ano da tarde. Ela foi aprovada para o 6º ano. Segundo ela, havia 14 alunos para formar essa turma, mas estavam todos sem estudar. A turma não foi formada devido a uma portaria da Secretaria Municipal de Educação que definia a quantidade mínima de alunos matriculados para a abertura de uma turma. Essa quantidade correspondia a 25 alunos. A postura dessa aluna revelava que a escola é essencial para sua vida, para a interação com os amigos e amigas de mesma idade ou aproximadas, bem como para a promoção de aprendizagem necessária para uma formação acadêmica que desse suporte a melhores perspectivas de trabalho e vida.

Muitos alunos do 1º ao 5º ano apresentam dificuldades de leitura e escrita. Esse fator era um forte elemento desmotivador e podia levar à perda do encanto com o mundo do conhecimento promovido pela escola.

Assim, fato que merece consideração é que algumas crianças estavam desanimadas com o currículo escolar, e demonstravam desinteresse pelos estudos, e uma propensão a se desligar futuramente dos estudos (talvez antes de concluir o ensino fundamental) para trabalhar exclusivamente com o extrativismo do açaí. Essa era sua perspectiva de vida. Um caso de maior desinteresse na visão de uma professora foi relatado do seguinte modo: “esse menino (10 anos) não tem interesse pelos estudos; ele vem estudar, mas não gosta de fazer nada”.

Por outro lado, essa falta de perspectiva recrudescer quando os jovens ribeirinhos não tem escola de ensino médio em sua localidade para frequentar, nem tampouco condições de morar na cidade para poder realizar essa etapa final da educação básica: “Eu parei de estudar. Eu fui para cidade, cursei até o segundo ano do ensino médio. Eu morava com meus tios. Mas como eles se mudaram e nós não temos casa na cidade, eu não consegui terminar o ensino médio” (relato de jovem ribeirinho). Esse mesmo problema foi enfrentado por seu irmão mais velho, que não teve oportunidade de cursar o ensino médio em sua localidade, sem precisar migrar para a cidade. Se valer o mínimo de 25 alunos para a constituição de uma turma de ensino médio na localidade, talvez esse ensino jamais seja ofertado ao público jovem da localidade. Aí chegamos a uma situação dramática: enquanto os administradores da educação dizem “não há ensino médio porque não há aluno suficiente” (não há aluno suficiente porque falta investir mais na permanência com sucesso de todos os alunos que ingressam na educação infantil e principalmente no ensino fundamental); os alunos dizem: “não estudamos porque não há turmas de ensino médio na localidade”.

Portanto, a perspectiva real na atualidade em relação à educação do campo é apenas a conclusão do ensino fundamental, o qual não qualifica para qualquer atividade produtiva no meio rural, mas tão somente para uma formação acadêmica / enciclopédica mínima. A perspectiva é dramática quando consideramos o dado seguinte: enquanto as turmas das séries iniciais contavam com trinta alunos matriculados ou quase, nas séries finais esse número caía para 08 a 03 adolescentes / jovens.

Por fim, cumpre registrar o isolamento da escola do campo de outras instituições sociais e do próprio estado, pois houve apenas uma visita de uma instituição que atende crianças deficientes ao longo do ano de 2017.

No início de outubro, pela manhã, profissionais do Centro Hallel Pinheiro, de assessoria e coordenação da educação especial / inclusiva no município, foram até a escola fazer a doação / entrega de uma cadeira de rodas para um aluno que tinha paralisia cerebral.

Não ocorreu nenhuma visita (ou outro tipo de ação) à escola ou a alguma casa ribeirinha por parte da Assistência Social, Conselho Tutelar ou de grupos ligados à igreja, como essas

instituições costumam fazer, ou seja, geralmente acompanhadas de anúncios de suas ações de caráter coletivo.

Essas instituições realizam esporadicamente campanhas para emissão de documentos oficiais, e palestras sobre temáticas diversas, desde a saúde até os direitos humanos. No entanto, estiveram ausentes do espaço coletivo propiciado pela instituição escolar, principal maneira de viabilização do sentido de comunidade em uma geografia marcada pelas distâncias entre as casas ribeirinhas.

Em um semestre de atividades letivas, os pais dos alunos não foram mobilizados nenhuma vez para a participação de reuniões e eventos de natureza formativa ou comunitária na escola. Nesse sentido estrito, entre a escola e as famílias (pais / mães ou responsáveis) percebi haver uma distância (simbólica / cultural) enorme.

7.4 UMA ESCOLA RIBEIRINHA QUE EDUQUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA UM MUNDO DE CONTRADIÇÕES

A escola ribeirinha é a única instituição do Estado presente permanentemente no meio rural do arquipélago de Marajó. Se por um lado ela enfrenta muitas adversidades, por outro ela não pode ser definida por essas situações, pois sua identidade e constituição histórica vão além. Em função dessa presença, sua atuação pode ser estratégica do ponto de vista da atuação pedagógica tendo em vista a prevenção de violências e a proteção de crianças e adolescentes.

A articulação de programas sociais (como o Programa Bolsa Família e o Programa Novo Mais Educação) com o ingresso e permanência na escola de crianças e adolescentes tem gerado alguns benefícios para as famílias ribeirinhas, tais como acesso à renda mensal fixa, maior permanência na escola de crianças e adolescentes, inclusive no contraturno escolar, tempo reduzido para as crianças e adolescentes no auxílio às atividades extrativistas do açaí realizadas pelos pais (homens), utilização de transporte escolar para chegar à escola.

A atuação docente também deve ser enfatizada, pois os professores tem trabalhado na base da “dedicação exclusiva”, pois chegam à escola na segunda-feira pela manhã (algumas vezes, chegam até ao domingo à tarde) e permanecem na escola durante toda a semana, somente retornando na sexta-feira à tarde para suas casas na cidade.

Para o melhor entendimento dessa “dedicação exclusiva”, faz-se necessário mencionar que os professores são lotados com 100 horas mensais, o que corresponde ao atendimento em apenas um turno escolar. No outro turno, eles tem se dedicado à preparação de aulas

(planejamento) e confecção de materiais didáticos. Apenas uma professora atuava como voluntária em outra turma, em turno diferente do seu, contribuindo com a realização de aulas para um grupo de alunos de 06 a 08 anos de idade (1º ano do ensino fundamental). Ela ocupava a mesma sala com outro professor, mas utilizava um quadro-verde específico para registros em giz. Essa utilização de um mesmo espaço de sala de aula possibilitava a realização de atividades comuns por três grupos de alunos (três primeiros anos do ensino fundamental), com a participação de dois professores. Essa interação de faixas etárias diferentes e níveis de ensino diferentes contribuem para o desenvolvimento infantil em geral, pois permite uma maior integração e comunicação entre eles.

Esse cenário de mudanças e melhores perspectivas para a educação formal no ambiente ribeirinho tende a ser potencializado mediante a elaboração participativa, articulada com as famílias ribeirinhas, de um Projeto Político-Pedagógico que dialogue e valorize os aspectos sócio-históricos das comunidades tradicionais. Por outro lado, esse projeto, para sua implementação, também necessitará do apoio de outras instituições do Estado, bem como de organizações não-governamentais. A articulação da elaboração desse projeto político-pedagógico caberá a um coordenador pedagógico com sólida formação em planejamento participativo e com conhecimentos sobre os modos de vida de comunidades tradicionais da Amazônia.

Além do mais, para que a escola atue na prevenção de possíveis violações de direitos de crianças e adolescentes ribeirinhos, é necessário que alguns direitos sejam assegurados com urgência: que o oferecimento do transporte escolar não seja interrompido; os dois dias mensais de orientação pedagógico-administrativo na cidade não serão necessários se a escola contar com a atuação profissional permanente de um coordenador pedagógico; que a substituição de professores das disciplinas das séries finais do ensino fundamental seja feita sem a interrupção de aulas (talvez essa ação demande a realização de concurso público para a contratação de mais professores licenciados); a alimentação escolar seja fornecida sem interrupção e com a preocupação de diversificar o cardápio tendo em vista a nutrição dos discentes; que todas as crianças e adolescentes sejam atendidos pelo Programa Novo Mais Educação, o que demandará a contratação de mais Mediadores da Aprendizagem e uma ampliação da estrutura física da escola e com mais equipamentos, tais como cadeiras e carteiras escolares, construção de biblioteca, laboratórios e quadra poliesportiva; seja construído um currículo escolar que possa espelhar a realidade sócio-cultural ribeirinha marajoara, que seja implementado para além das quatro paredes da sala de aula, com presença maior na comunidade em diálogo permanente com os problemas sociais e os desafios enfrentados pelas famílias dos discentes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou analisar as construções morais de mulheres ribeirinhas acerca das sociabilidades com tripulantes de balsas que navegam nos rios do Arquipélago de Marajó.

Nessa perspectiva, no primeiro capítulo descrevemos e analisamos os modos de vida de algumas famílias ribeirinhas marajoaras cujo território é rota obrigatória de balsas que transportam as riquezas da Zona Franca de Manaus e mais atualmente serve como escoadouro do agronegócio da soja com destino ao mercado externo.

No segundo capítulo, vimos que para os ribeirinhos, é a família que tem a função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas, definindo os significados que criam os elos e que dão sentido às relações, os quais tem maior relevância do que as condições materiais. Especialmente em uma realidade marcada pela ausência do Estado através de diversos de seus equipamentos, como é a do meio rural, a instituição família, através de unidade doméstica e da rede familiar, assume a função de amparar seus membros para os quais tem obrigações morais.

Assim, os membros da família ribeirinha pensam seu lugar no mundo a partir de uma ordem simbólica na qual a autoridade, a hierarquia, a reciprocidade e a solidariedade, as quais seguem um padrão tradicional, é que contam decisivamente na viabilização de sua existência através dos laços de parentesco. Ter a família como referência simbólica implica na dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas. Em função desse fato, torna-se necessário aprender a ouvir e a dialogar com a família, sem oprimi-la (Sarti 1994 e 2004).

No terceiro capítulo, vimos que o trânsito acentuado de balsas pelo Marajó, especificamente nos Estreitos de Breves, sobretudo, se deve ao desenvolvimento econômico da Zona Franca de Manaus ao longo das últimas cinco décadas, com início em 1967. Contudo, na década de 1990, a reestruturação do parque fabril da ZFM refletiu em um faturamento recorde. Desse modo, o intenso trânsito de balsas na bacia hidrográfica da Amazônia evidenciou a diversidade de cargas transportadas por rios onde historicamente vivem os ribeirinhos.

Mais recentemente, o escoamento da produção de soja de Mato Grosso e Santarém para o mercado externo, através do Porto de Vila de Conde, em Barcarena-PA, movimentou ainda mais o corredor logístico do rio Amazonas, atravessando o Marajó.

No quarto capítulo, vimos que o intenso trânsito de balsas foi propício para um processo parcial de mudança nos modos de vida de muitas famílias ribeirinhas no que se refere a maior dedicação ao comércio informal nas balsas, comercializando produtos diversos, recebendo

dinheiro ou óleo diesel ou gasolina. Em face dessas mudanças, esses ribeirinhos não abandonaram a pesca e o extrativismo do açaí.

No quinto capítulo, vimos que não se pode generalizar a relação entre necessidade/pobreza e prostituição. Também, nem todos os relacionamentos mediados por sexo, dinheiro ou óleo diesel reduz-se à prostituição, muito menos à exploração sexual.

Muitas mulheres e adolescentes se recusam a serem classificadas dentro da categoria “prostituição”, preferindo construir uma visão do mundo onde os tripulantes de balsas são namorados, ou simplesmente amigos que ajudam, ou clientes do comércio informal de cerveja e açaí.

Ao não aceitarem o rótulo da “prostituição”, ou muito menos de “exploração sexual”, as adolescentes e mulheres reivindicavam um controle sobre suas vidas. Outra forma de evidenciar sua agência foi afirmar que o que faziam estava amparado em sua livre e espontânea escolha. Na visão delas, o rótulo não representaria o que elas fazem ou quem são.

Há também uma modalidade de relacionamento que tem sido denominada de “sexo transacional”, na qual não há o pagamento por sexo, senão uma “ajuda” com certa regularidade feita por um homem a uma mulher que estabelece com ele um relacionamento baseado pelo afeto, cuidado e carinho (Olivar e Garcia 2017). Com efeito, em contextos de pobreza, as práticas afetivas e materiais sempre estão entrelaçadas (Piscitelli 2011; Silva e Blanchette 2005). Assim, a prostituição não pode ser mais um rótulo que é imposto por outros de forma indiscriminada, sem um conhecimento maior sobre uma relação afetiva e/ou econômica, que socialmente sempre andaram entrelaçadas.

Nossas interlocutoras relataram que as adolescentes que participam das sociabilidades nas balsas não são induzidas ou obrigadas por ninguém. Também não houve relatos obtidos em campo sobre a existência de prostituição com evidências de práticas de coerção. Os ativistas insistem em responsabilizar os pais das adolescentes, mas estas não tem autorizado essa culpabilização.

Somente a partir da compreensão dos principais aspectos do contexto das sociabilidades fundados na reciprocidade, moralidade e afetos, há melhores possibilidades de se compreender muitas afirmações das adolescentes e mulheres, tais como: os tripulantes de balsas podem ser chamados “namorados” ou “maridos”, pois entre eles pode haver responsabilidades e vínculos; adolescentes ou mulheres e seus familiares podem nutrir expectativas de que os tripulantes de balsas venham a se casar com elas, o que poderia implicar em melhorias para toda a família. Além dessa expectativa, durante a prostituição ou após ela, as mulheres podem constituir suas

próprias famílias através de um casamento (união estável), tendo seus filhos e também um marido, geralmente oriundo de fora da comunidade.

Os relacionamentos afetivos podem assumir um caráter ambíguo quando o homem requer fidelidade e “paga” por isso, de formas diversas. Esse caráter ambíguo também pode ocorrer quando os tripulantes de balsas efetuavam o pagamento como uma forma de “presente” ou “agrado”, ou quando dinheiro era enviado à família da mulher para ajudar na criação dos filhos e na manutenção de sua casa.

Nas famílias pobres, o dinheiro obtido por mulheres na prostituição ou no comércio informal pode ser utilizado para contribuir no atendimento das necessidades materiais do grupo doméstico, tendo, portanto, em uma ou em outra situação uma conotação altamente moral, pois fortalece os laços de reciprocidade entre seus membros.

De fato, há adolescentes e mulheres que tem uma certa satisfação em poder cumprir as obrigações filiais. Por exemplo, depois que uma adolescente que se relacionava com um “amigo” ajudou a construir uma casa nova para sua mãe, afirmou com orgulho: “Eu construí tudo sozinha” (Montgomery 2001), assim como Jade se referiu à casa de sua família.

Nesse sentido, enquanto o comércio informal ou os relacionamentos afetivos em balsas forem inseridos em uma construção discursiva para um propósito moral, a possível “imoralidade” do ato (na visão de um mundo social opressor) perde seu significado no âmbito familiar (cf. Montgomery 2001).

No penúltimo capítulo, vimos que jornalistas, militantes, religiosos e autoridades do estado viram a partir de 2005 na situação descrita anteriormente apenas a exploração sexual de crianças e adolescentes em balsas, em troca de óleo diesel ou de alimentos ou de quantidades ínfimas de dinheiro, e que estas seriam obrigadas por seus pais. A única causa dessa exploração seria a pobreza das famílias. Na visão desses ativistas, não haveria comércio informal, nem sociabilidades, nem moralidade, nem reciprocidade, nem prostituição de mulheres adultas, senão apenas um “crime contra a infância” categorizado como “aliciamento” e “exploração”.

Com efeito, mostramos o caráter mais repressivo, punitivo e proibicionista do enfrentamento da exploração sexual nos rios de Marajó, que objetivou através de denúncias e da atuação da polícia civil a interdição da interação de crianças e adolescentes ribeirinhas com os tripulantes de balsas, sem propor nada no lugar que substituísse essa “busca” infanto-juvenil.

Mesmo correndo o risco de entrar no terreno da utopia, eu defendi no último capítulo a proposta de começar o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais no Marajó, inclusive das ameaças de exploração sexual infanto-juvenil, por um investimento maior na escola pública que implicasse em melhorias pedagógicas e sociais fundamentais no atendimento

proposto e implementado, sob os auspícios da ousadia de sua construção coletiva, que contasse com a participação ativa de educadores, demais funcionários da escola, crianças, adolescentes, jovens, suas famílias e outras instituições sociais e do estado.

Em suma, consideramos que as construções discursivas de mulheres ribeirinhas pautaram-se por um forte compromisso com a moral, sobretudo da família, ao lançar mão dos valores como casamento, fidelidade, confiança, reciprocidade, para dar sentido a seu trabalho fora do lar e aos seus relacionamentos afetivos.

Não basta apenas perseguir ou punir os indivíduos e negligenciar os processos mais amplos de constituição de uma realidade social. Não basta apenas considerar como único e verdadeiro um ponto de vista “ético” ou daqueles que estão fora dos processos microssociais, e tratar com descaso um ponto de vista “êmico” ou daqueles que estão imersos nesses mesmos processos.

É preciso um esforço para entender as motivações das ações dessas pessoas, bem como os planos de sentido que constroem para si e para o mundo social. É preciso descentrar-se na perspectiva de não querer ser o centro de referência das análises e ações propostas. É preciso acolher seus pontos de vista e tentar entendê-los(as) e ajudar-lhes de múltiplas formas.

REFERÊNCIAS

- ABA. Associação Brasileira de Antropologia. 2011/2012. *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/institucional/codigodeetica?tmpl=component&print=1&page=>> Acesso em 10 jul. 2015.
- Acevedo Marin, R. E. 2010. “*A Ciência da andiroba*”: falas sobre as técnicas por coletores e os avessos do uso econômico da biodiversidade. In: Almeida, A. W. B. de. (Org.) *Conhecimentos Tradicionais e territórios na Pan-Amazônia*. Manaus, UEA Editores. (Caderno de Debates Nova Cartografia Social)
- Almeida, A. W. B. de. 2008a. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. Ed., Manaus: PGSCA–UFAM.
- _____. 2008b. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.
- Amaral, Sônia Maria Pereira do. 2012. *Memórias, cotidianos e escritas às margens dos Marajós: navegando entre o saber e o poder*. (Dissertação; Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura.) Belém, PA: Universidade da Amazônia – UNAMA, Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura.
- Amorim, Daniela. 2017. *IBGE: País tem 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando*. *Jornal Estado de Minas*. 29/11/2017. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/11/29/internas_economia,920523/ibge-pais-tem-1-8-milhao-de-criancas-e-adolescentes-de-5-a-17-anos-tr.shtml> Acesso em 29 mar. 2018.
- Andrade, Leandro Feitosa. 2001. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. (Tese; Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Aramburu, Mikel. 1994. *Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico*. Rev. Bras. Ciências Sociais. v.9, n.25, São Paulo: jun. 1994.

Ariès, Philippe. 1981. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC.

Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). 2017. *Justiça do Trabalho contribui para o combate à exploração sexual de crianças no Pará*. 20 mar. 2017. Disponível em <<http://abraminj.org.br/noticia.php?id=1880>>

Beleli, Iara; Olivar, José Miguel Nieto. 2011. Mobilidade e prostituição em produtos da mídia brasileira. In: Piscitelli, Adriana; Assis, Glaucia de Oliveira; Olivar, José Miguel Nieto (org.). 2011. *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011. (Coleção Encontros)

Blanchette, Thaddeus. G.; Silva, Ana Paula. 2011. *Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano*. In: Richard, Parker; Corrêa, Sonia (orgs.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA.

_____. 2014. *As Rotas da PESTRAF: Empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil*. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014.

Bourdieu, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. Campinas, SP: Papyrus.

Brasil. 1940. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. *Código Penal*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm#art361> Acesso em 22 dez. 2017.

_____. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao%20Compilado.htm)> Acesso em 2 jun. 2017.

Brasil. 1990. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Casa Civil, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 29 dez. 2017.

_____. 2016. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016*, dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 – seção 1, p. 44, 45, 46.

Breves. 2014. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular do ensino fundamental das escolas do campo*. Breves, PA: SEMED.

Cabanes, Robert. 2006. *Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações*. In: Telles, Vera da Silva; Cabanes, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

Caetano, Vivianne Nunes da Silva. 2013. *Educação do Campo em Breves/PA: prática pedagógica em classe multisseriada*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém, Universidade do Estado do Pará.

Cals, Alexandre Augusto de Souza. 2012. *Políticas educacionais no arquipélago do Marajó: a organização do ensino no município de Breves/PA*. (Tese; Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Cardoso de Oliveira, L. R. C. 2004. *Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos*. In: Víctora, C.; Oliven, R. G.; Maciel, M. E.; Oro, A. P. (org.). 2004. *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.

Cardozo, Fernanda. 2016. *MORALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó/PA*. (Tese; Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis, SC, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Carmo, Eraldo Souza do. 2010. *Processos educacionais e as estratégias de municipalização do ensino no município de Breves no Arquipélago do Marajó*. (Dissertação; Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

_____. 2016. *A nucleação das escolas do campo no município de Curalinho – arquipélago do Marajó: limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação*. (Tese; Doutorado em Educação). Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2008. *O processo de revisão do plano nacional relatório de acompanhamento 2007-2008*. Brasília, novembro de 2008.

Congresso Nacional. 2004. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, “com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Brasília: Julho.

Costa, Vitor Lopes. 2014. *Lidando com a violência: a construção e transmissão de repertórios de segurança entre prostitutas*. 38º Encontro Anual da ANPOCS. SPG 20 – Sexualidade e Gênero: Espaço, Lugar e Relações de Poder. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg20-1/9313-lidando-com-a-violencia-a-construcao-e-transmissao-de-repertorios-de-seguranca-entre-prostitutas/file>>

Couto, Clarice. 2016. *No Arco Norte, Bertolini movimentará 1,3 milhões de toneladas de soja para grandes tradings*. O Estado de S. Paulo. 12 Maio 2016. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-arco-norte--bertolini-movimentara-1-3-milhoes-de-toneladas-de-soja-para-grandes-tradings,10000050831>>

Cristo, Ana Cláudia Peixoto de. 2007. *Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do Município de Breves/Pará*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Cruises, Sérgio. 2010. *Anna Nery – cala-se o último Cisne Branco*.

<<http://sergiocruises.blogspot.com.br/2010/09/anna-nery-cala-se-o-ultimo-cisne-branco.html>>

16. Set. 2010.

Declaração e Agenda de Ação. 1996. *I Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Realizado em Estocolmo, Suécia, 1996.

Diário On Line. 2013. *Polícia prende envolvidos no desvio de eletrônico*. 23/12/2013.

Disponível em <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-267510-.html>>

_____. 2017a. *Sefa apreende balsa com 362 mil litros de óleo diesel no rio Amazonas*.

26/09/2017. Disponível em <<http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-453885-sefa-apreende-balsa-com-362-mil-litros-de-oleo-diesel-no-rio-amazonas.html>>

_____. 2017b. Agência Pará. *Sefa apreende madeira irregular em Curralinho*. 23/06/2017.

Disponível em <<http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-426827-sefa-apreende-madeira-irregular-em-curralinho.html>>

Diegues, A. C. S. 2000. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.

Dimenstein, Gilberto. 2002. *Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*. 16. ed. São Paulo: Ática.

Duarte, Luiz Fernando Dias; Gomes, Edlaine de Campos. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Evans-Pritchard, E.E. 2005. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Edição resumida e introdução, Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Coleção Antropologia social)

Fabichak, Irineu. 1998. *Pantanal - A Pesca Esportiva*. São Paulo: Editora Nobel.

Feldman-Bianco, B. 1987. Introdução. In: Feldman-Bianco, B. (org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global Universitária.

Foucault, Michel. 2008. *Segurança, território, população*: curso dado no College de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos)

Fraxe, T. de J. P; Pereira, H. dos S; Witkoski, A. C. (orgs.). 2007. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA.

Fonseca, Claudia. 1996. *A dupla carreira da mulher prostituta*. ESTUDOS FEMINISTAS N° 1.

_____. 2005. *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*. Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

Gallo, Giovanni. 1981. *Marajó: a ditadura da água*. 2. ed. Belém: Edições O Nosso Museu; Santa Cruz do Arari, Pará.

Gama, João Vitor Barbosa da. 2013. *Violência urbana: um estudo comparativo das políticas públicas para enfrentamento da violência sexual nos Municípios de Cachoeira do Arari e Breves-PA*. (Dissertação; Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Belém-Pará, Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano.

Garcia, Marco. 15/04/2017. *Balsa da empresa Bertolini foi atacada por piratas de rio na quinta-feira (13) próximo a cidade de Almeirim no Pará*. Disponível em <<http://obidense.com.br/noticia/1824/balsa-da-empresa-bertolini-foi-atacada-por-piratas-de-rio-na-quinta-feira-13-proximo-a-cidade-de-almeirim-no-para>>

Gomes, Hugo Miguel Oliveira. 2009. *Identificação e análise dos critérios de decisão na escolha de transporte de carga pelas indústrias do PIM*. (Mestrado; Desenvolvimento Regional) MANAUS-AM: Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faculdade de Estudos Sociais.

Gonçalves, Amanda Cristina Oliveira et al. 2016. MARAJÓ. In: Alves, Fábio (org.). 2016. *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia*. Brasília: Ipea.

Geertz, Clifford. 1997. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. 2001. Anti Anti-relativismo. In: *Nova Luz sobre a Antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. 2008. *A interpretação das culturas*. 1ª ed., 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 2009. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. 3. ed. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Gluckman, M. 1990 [1961]. 2. *O material etnográfico na antropologia social inglesa*. [Trad. Luís Fernando Dias Duarte]. In: Zaluar, A. 1990. *Desvendando máscaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.

Gontijo, Fabiano de Souza; Costa, Francisca Célia da Silva. 2012. “*Ser Traveco é Melhor que Mulher*”: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. *Revista Bagoas*, nº 08, 2012, p. 171-186.

Guarim, V. L. s/d. *Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais*. Disponível em <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/Socio/GUARIM-072.pdf>> Acesso em 17 mar. 2015.

Guedes, Leonildo Nazareno do Amaral. 2012. *A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação.

Goldman, Marcio. 2006. *Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica*. *Revista Etnográfica*, Vol. X (1), pp. 161-1.

G1. Santarém, PA. 2017a. *Comandante de balsa saqueada repassava informações aos 'piratas', diz polícia*. 23/10/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/comandante-de-balsa-saqueada-repassava-informacoes-aos-piratas-diz-policia.ghtml>>

_____. 2017b. *Empresário envolvido em assaltos de quadrilha de 'piratas' é preso em Santarém*. 21/10/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/empresario-envolvido-em-assaltos-de-quadrilha-de-piratas-e-preso-em-santarem.ghtml>>

Hirata, Daniel Veloso. 2010. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. São Paulo. (Tese; Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa De Pós-graduação em Sociologia.

Huizinga, Johan. 2014. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 8. ed. [Trad. João Paulo Monteiro]. São Paulo: Perspectiva. (Estudos / dirigida por J. Guinsburg)

Ianni, Octavio. 2000. *O declínio do Brasil-nação*. Revista Estudos Avançados ano 14 (nº 40).

Kempadoo, Kamala. 2016. *Revitalizando o imperialismo: campanhas contemporâneas contra o tráfico sexual e escravidão moderna*. Cadernos Pagu (47), 2016:e16478.

Kuper, A. 1978. VI. Leach e Gluckman: para além da ortodoxia. In: Kuper, A. *Antropólogos e antropologia*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, F. Alves. (Ciências sociais)

Lacerda, Sander Magalhães. 2004. *Navegação e Portos no Transporte de Contêineres*. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 11, N. 22, P. 215-243, DEZ.

Landini, Tatiana Savoia. 2005. *Horror, Honra e Direitos: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Século XX*. (Tese; Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.

_____. 2006. *Os direitos da criança e a exploração sexual comercial – avanços e possíveis excessos*. São Paulo, 30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.

Landini, Tatiana Savoia. 2009. *O “fazer programa” e a exploração sexual de crianças e adolescentes*. Disponível em <<https://slidex.tips/download/o-fazer-programa-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-tatiana-savoia-l>>

Leal, Maria Lúcia Pinto; Leal, Maria de Fátima Pinto. 2002. *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional*. Brasil / Brasília: CECRIA.

Lévi-Strauss, Claude. 1982. *As Estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes.

Lima, Natamias Lopes de. 2011. *Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar: um estudo no município de Breves/PA*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Educação.

Lopes, Wiama de Jesus Freitas. 2013. *Profissionalidade docente na educação do campo*. (Tese; Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Lowenkron, Laura. 2013. *O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”*. Cadernos Pagu (41), julho-dezembro de 2013:303-337.

_____. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ. (col. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade e cultura)

Machado, Lia Zanotta. 2001. *Famílias e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil*. Série Antropologia 291. Brasília.

Maciel, Paulo Sergio; Machado, Waltair Vieira; Rivas, Alexandre A.F. 2003. *O impacto da Zona Franca de Manaus - ZFM no desenvolvimento do Estado do Amazonas: a eficácia do modelo*. XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

Malvasi, Paulo Artur. 2012. *Feltran, Gabriel de Santis Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. Ed. UNESP. CEM Cebrap. 2011 (resenha). *Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar*, v. 1, n. 2, jul/dez.

Marinho, J. A. M. 2009. *Desenvolvimento do extrativismo do açaí e mudanças na socioeconomia de ribeirinhos marajoaras as atividades complementares*. In: Godoi, E. P. de; Menezes, M. A. de; Acevedo Marin, R. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Meirelles Filho, João. 2011. *O impacto da Zona Franca sobre nossas vidas*. In: *O Eco*. 02/12/2011. Disponível em <<http://www.oecoamazonia.com>>

Mendes, Karla. 2017. *Custo com os piratas vai direto para o frete*. *Jornal Estado de Minas*. 24/07/2017. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/07/24/internas_economia,886107/custo-com-os-piratas-vai-direto-para-o-frete.shtml> Acesso em 14 nov. 2017.

Miranda Neto, Manoel José de. 1968. *A foz do rio-mar: subsídios para o desenvolvimento de Marajó*. Rio de Janeiro, São Paulo: Distribuidora Record.

Misse, Michel. 1993. *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*. Trabalho apresentado no Seminário: Brasil em Perspectiva: os anos 90, promovido pelo Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS-UFRJ, em 26-8-1993.

_____. 2006. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Montgomery, Heather (2001). *Modern Babylon?: Prostituting Children in Thailand*. Berghahn Books. Edição do Kindle. (Fertility, Reproduction and Sexuality: Social and Cultural Perspectives; vol. 2)

Moraes, Mônica Lizardo de. 2011. *Sobre o cotidiano de uma comunidade ribeirinha: etnografia, marretagem e outras histórias na Amazônia Marajoara*. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Nascimento, Joel Castro do; Silva, Ocilde Custodio da. 2012. *Análise da logística e infraestrutura de transporte de carga do Polo industrial de Manaus*. In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012.

Nascimento, Silvana de Souza; Garcia, Loreley Gomes. 2015. *Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais*. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 383-396, Maio/Ago. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200010>>

Nérici, I. G. 1992. *Metodologias de ensino: uma introdução*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Nogueira, Claudino Lobo; Machado, Waltair Vieira. 2004. *Logística: um desafio à competitividade do polo industrial de Manaus*. XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção - Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 de nov de 2004.

O'Dwyer, E. C. s/d. *A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas*. Disponível em <http://laced.etc.br/site/arquivos/ElianeOdwyer_AconstrucaodaVarzea.pdf> Acesso em 04 abr. 2015.

Olivar, José Miguel Nieto. 2014. *Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões*. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 87-102.

_____. 2016. “... *O que eu quero para minha filha*”: rumos de (in)definição da exploração sexual no Brasil. MANA 22(2): 435-468. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442016v22n2p435>>

_____. 2017. *Género, dinero y fronteras amazónicas*. cadernos pagu (51), 2017:e175115.

Olivar, José Miguel Nieto; Garcia, Loreley. 2017. “*Usar o corpo*”: economias sexuais de mulheres jovens do litoral ao sertão no Nordeste brasileiro. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online), v. 60 n. 1: 140-164, USP.

ONU. 1989. *Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)*. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca1.php> Acesso em 10 out. 2010.

ONU Brasil. 2017. *Brasil tem sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul*. 17/10/2017. <<https://nacoesunidas.org/brasil-tem-setima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-america-do-sul/amp/>>

Patroni, Luiz. 2016. *Nova rota diminui custo de transporte da soja produzida em MT*. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/03/nova-rota-diminui-custo-de-transporte-da-soja-produzida-em-mt.html>>

Peirano, M. 1995. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Piscitelli, Adriana. 2005. *Apresentação: gênero no mercado do sexo*. *Cadernos Pagu* nº 25 Campinas, Jul./Dez. 2005.

_____. 2011. *Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais*. In: Piscitelli, Adriana; Assis, Glaucia de Oliveira; Olivar, José Miguel Nieto (org.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011. (Coleção Encontros)

_____. 2012. *Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites*. Seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades UERJ, setembro de 2012.

_____. 2016. *Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais*. *Cadernos Pagu* (47), 2016:e16475. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470005>>

Queiroz, José Antônio Leite de; Mochiutti, Silas. 2001. *Cultivo de açaizeiros e manejo de açaiçais para produção de frutos*. Macapá: Embrapa Amapá. (Embrapa Amapá. Documentos, 30).

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. 2008. *Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*. In: Lucena, Célia Toledo; Campos, M. Christina Siqueira de Souza; Demartini, Zeila de Brito Fabri (orgs.). 2008. *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU (Textos. Série 2; n. 10).

Ravena Cañete, Thales Maximiliano. 2012. *Direito e populações/povos tradicionais no Brasil: da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais*. (Dissertação; Mestrado em Direito). Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, 2012.

Rui, Taniele. 2017. *Fronteira viva*. Disponível em <http://namargem.ufscar.br/wp-content/uploads/2017/12/resenhas_frenteiras-5.pdf>

Sahlins, Marshall. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Salem, Tania. 2010. *DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. 2008. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV. 316pp. (resenha). MANA 16(1): 227-245, 2010.*

Santos, Walrimar. Polícia Civil. 26 de outubro de 2012. *Preso quadrilha por desvio e venda ilegal de óleo diesel em Soure*. Disponível em <<http://www.segup.pa.gov.br/node/1387>>

Sarti, Cynthia Andersen. 1994. *A família com o espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. (Tese; Doutorado em Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

_____. 1995a. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: Falcão, Maria do Carmo. 1995a. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.

Sarti, Cynthia Andersen. 1995b. *A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre*. Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. S. Paulo, V(1/2).

_____. 2004. *A família como ordem simbólica*. Psicologia USP, 15(3), 11-28.

_____. 2015. *Famílias enredadas*. In: Acosta, Ana Rojas; Vitale, Maria Amalia Faller (org.). *Família – Redes, Laços e Políticas Públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora: PUC CEDEPE.

Scott, R. Parry. 1990. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. Cad. Pesq. (73) maio.

Senado Federal. 2010. *Comissão Parlamentar de Inquérito – PEDOFILIA*. Criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005-CN, “com o objetivo de investigar e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes de ‘pedofilia’, bem como a relação desses crimes com o crime organizado”. Brasília.

Seráfico, José; Seráfico, Marcelo. 2005. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. ESTUDOS AVANÇADOS Ano 19 (nº 54).

Silva, L. A. Machado da. 1985. *Os Caminhos de 'A Máquina e a Revolta'*. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1985/anuario85_machadodasilva.pdf>

Silva, Ana Paula da; Blanchette, Thaddeus. 2005. “*Nossa Senhora da Help*”: *sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana*. cadernos pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp.249-280.

Site Tech In Brazil. 2015. *Maiores Fabricantes de Eletrônicos em Manaus*. Disponível em <<https://techinbrazil.com.br/maiores-fabricantes-de-eletronicos-em-manaus>>

Soares, Antonio Mateus de Carvalho. 2014. *Composição da sociabilidade violenta no Brasil*. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 175-190, jan./jun.

Sousa, Fabiana Rodrigues de. 2012. *A noite também educa: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição*. (Tese; Doutorado em Educação) São Carlos: UFSCar.

Souza, Luís Antônio Francisco de. 2003. *Obsessão securitária e a cultura do controle*. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 20: 161-165 JUN.

SUFRAMA. 2018a. *Superintendência da Zona Franca de Manaus*. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=18860>

_____. 2018b. *Superintendência da Zona Franca de Manaus: História*. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm> Acesso em 23 jan. 2017.

Teixeira, Karênina Martins. 2007. *Investigação de opções de transportes de carga geral em contêineres nas conexões com a região Amazônica*. (Tese; Doutorado em Engenharia Civil: Planejamento e Operação de Sistemas de Transportes). São Carlos, Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos.

Teixeira, Louisiana Cavalcanti. 2013. *A zona franca de Manaus: evolução e resultados*. (Monografia; Bacharelado em Economia) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia.

Telles, Vera da Silva. 1993. *Pobreza e cidadania: Dilemas do Brasil contemporâneo*. Caderno CRH 19, Salvador.

_____. 2006. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1. Jun.

_____. 2009. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 84. Jul.

_____. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM.

_____. 2013. *Deslocando o ponto da crítica: indagações a partir de realidades urbanas em mutação* (anotações inconclusas de um percurso de pesquisa). Disponível em

<<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/2006-Deslocando-o-ponto-da-critica1.pdf>>

Telles, Vera da Silva; Hirata, Daniel Veloso. 2007. *Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. ESTUDOS AVANÇADOS 21 (61).

Tommasi, Livia de. 2012. *Fronteiras cruzadas, trânsitos limitados: Um estudo das relações ‘entre’ figuras da violência e formas da política*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - no 4 - OUT/NOV/DEZ.

Torres, Maurício; Branford, Sue. 2017. *De Sorriso a Santarém, indústria da soja transforma Bacia do Tapajós em um tabuleiro de grandes obras*. 2 Março 2017. Disponível em <<https://theintercept.com/2017/02/20/de-sorriso-a-santarem-industria-da-soja-transforma-bacia-do-tapajos-em-um-tabuleiro-de-grandes-obras/>> Acesso em 10 mar. 2018.

Van Velsen, J. 1987 [1967]. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In: Feldman-Bianco, B. (org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global Universitária.

Vieira Barroso, Antônio Emílio. 1954. *MARAJÓ: Estudo Etnográfico, Geológico e Histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas*. Ministério da Guerra, Biblioteca do Exército; Companhia Editora Americana: Rio de Janeiro. (Volume 197)

Vieira, Andréa Silva. 2011. *Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações*. (Dissertação; Mestrado em Educação) Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Villas Bôas, Bruno. 2017. *Brasil tinha 190 mil crianças de cinco a 13 anos trabalhando, diz IBGE*. Valor Econômico. 29/11/2017. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/5211309/brasil-tinha-190-mil-criancas-de-cinco-13-anos-trabalhando-diz-ibge>>

Vincent, J. 1987 [1977]. *A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes*. In: Feldman-Bianco, B. (org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global Universitária.

Wacquant, Loïc. 2008. *O lugar da prisão na nova administração da pobreza*. Trad. Paula Miraglia e Hélio de Mello Filho. NOVOS ESTUDOS. DOSSIÊ SEGURANÇA PÚBLICA. 80. MARÇO.

Wagley, Charles. 1988 [1953]. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 13)

Werneck, Alexandre. 2014. *Sociologia da moral, agência social e criatividade*. In: Werneck, Alexandre; Cardoso de Oliveira, Luís Roberto (Org.). 2014. *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Zaluar, Alba. 2005. *Dilemas da segurança pública no Brasil*. In: *Desarmamento, Segurança Pública e Cultura da Paz*, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/9780-1442-5-30.pdf>>

_____. 2007. *Os paradoxos da democratização no Brasil*. E-Premissas. Revista de Estudos Estratégicos. Nº 2 janeiro/junho.

_____. s/d. *Crime organizado e crise institucional*. Disponível em <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325076072_CRIME%20ORGANIZADO%20E%20CRISE%20INSTITUCIONAL%20-%20ALBA%20ZALUAR.pdf> Acesso em 17 maio 2017.

Zelizer, Viviana. 2009. *Dinheiro, poder e sexo*. *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009:135-157.